



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
GEOGRAFIA

ELISANGELA FERREIRA MENEZES

SONHOS ROUBADOS: A ESPACIALIDADE DO COMÉRCIO SEXUAL E O
TRÁFICO DE MULHERES NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA.

PORTO VELHO - RO

2021

ELISANGELA FERREIRA MENEZES

**SONHOS ROUBADOS: A ESPACIALIDADE DO COMÉRCIO SEXUAL E O
TRÁFICO DE MULHERES NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA.**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal de
Rondônia. Linha de pesquisa: Território e
Sociedade na Pan-Amazônia – TSP.

Orientadora:
Profa. Dra. Maria das Graças Silva
Nascimento Silva

**PORTO VELHO - RO
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

M543s Menezes, Elisangela Ferreira.

Sonhos Roubados: a espacialidade do comércio sexual e o tráfico de mulheres na fronteira Brasil/Bolívia / Elisangela Ferreira Menezes. -- Porto Velho, RO, 2021.

224 f. : il.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maria das Graças Nascimento Silva

Tese (Doutorado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Tráfico de mulheres. 2.Fronteira. 3.Gênero. 4.Decolonialidade. 5.Direitos Humanos. I. Silva, Maria das Graças Nascimento. II. Título.

CDU 342.7(81:84)

ELISANGELA FERREIRA MENEZES

**SONHOS ROUBADOS: A ESPACIALIDADE DO COMÉRCIO SEXUAL E O
TRÁFICO DE MULHERES NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA.**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal de
Rondônia. Linha de pesquisa: Território e
Sociedade na Pan-Amazônia – TSP.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva
(Orientadora)

Professor Dr. Josué da Costa Silva
Examinador(a)

Professora Dr. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Examinador(a)

Professora Dr. Joseli Maria Silva
Examinador(a) externa

Professor Dr. Marcel Theodoor Hazeu
Examinador(a) externo



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE REUNIÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

ELISÂNGELA FERREIRA MENEZES

A Banca de Defesa Pública de Doutorado presidida pela Orientadora e Presidenta **Professora Doutora Maria das Graças Silva Nascimento Silva do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia/PPGG/UNIR**, Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante/Examinadora Interna/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia/PPGG-UNIR; Prof. Dr. Josué da Costa Silva/Examinador Interno/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia/PPGG/UNIR; Profa. Dra. Joseli Maria Silva/Examinadora Externa/Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG; Prof. Dr. Marcel Theodoor Hazeu/Examinador Externo/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará/PPGSS-UFPA; Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva/Examinador Suplente/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia/PPGG/UNIR, reuniram-se em **17 de março de 2021**, às 09:00 (horário de Brasília), por meio de **Videoconferência - Google Hangouts Meet** – Link: <http://meet.google.com/bwr-fdxe-anna>, para avaliar a Tese de doutorado intitulada: **"SONHOS ROUBADOS: A ESPACIALIDADE DO COMÉRCIO SEXUAL E O TRÁFICO DE MULHERES NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA"**, da doutoranda **ELISÂNGELA FERREIRA MENEZES - Matrícula 20162001451**. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **TESE** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada **APROVADA**. A Candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua Tese, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Tese revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. ***Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.***

Porto Velho-RO, 17 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Orientadora/Presidenta/PPGG/UNIR

Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Examinadora Interna/PPGG-UNIR

Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Profa. Dra. Joseli Maria Silva

Examinadora Externa/UEPG

Prof. Dr. Marcel Theodoor Hazeu

Examinador Externo/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA/PPGSS-UFPA



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRACAS SILVA NASCIMENTO SILVA, Docente**, em 18/03/2021, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE, Docente**, em 18/03/2021, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSUE DA COSTA SILVA, Docente**, em 18/03/2021, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joseli Maria Silva, Usuário Externo**, em 30/03/2021, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0627297** e o código CRC **D5B5CEE9**.

Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qualé

a avenida, deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida, deixei lá
A minha fala, minha opinião

A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me livreí do resto dessa vida
Na avenida, dura até o fim

Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar

Mulher do Fim do Mundo- Elza Soares)

AGRADECIMENTOS

Enfim, é chegado o momento especial que aguardei por quatro anos. Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, Supremo Arquiteto dos Mundos, criador e realizador de todas as coisas, que com sua Sabedoria, Força e Beleza me proporcionou o aprendizado no meio dos desafios que tive que superar para chegar até aqui.

Gratidão a minha família, que me deram a base e o amor, suporte, a minha mãe Cecília, Pai Valdeney e meus irmãos Elizane e Ednei. Gratidão especial ao meu esposo Rodrigo Reis que, em todos os momentos bons e adversos, me acompanhou, esteve sempre do meu lado, dando suporte em tudo, nas pequenas e grandes coisas, Te amo! Agradeço também meus sogros Maria e José Reis (in memoriam), pelo carinho e suporte em nossas vidas.

Aos amigos de coração que passaram esse percurso comigo, alguns desde a graduação, estes que de algum modo me ajudaram a atravessar essa jornada, me ensinam todo dia o verdadeiro sentido da amizade, Rafael Ademir, Carlos André Muller, Carmélia Muller, Ricardo Bezerra, Marcos Aurelio, Inaê Level, Elani Silva e Robert Adan Silva.

A todas as pessoas maravilhosas do Grupo de Pesquisa Gepgenero, o qual tenho orgulho de fazer parte há mais de 10 anos. Amizades que vou levar para vida, gratidão palavras de força e incentivo que me deram sempre um ânimo a mais. Em especial as amigas Rúbia, Larissa Zuin, Cláudia, Tainá, Suzanna, Débora, Hellen e Gilceli.

Aos colaboradores e pessoas que me ajudaram de várias formas nesta pesquisa, ao bispo de Guajará- Mirim, Don Benedito Araújo, que gentilmente esteve sempre solícito, me ajudando em vários momentos da pesquisa, a Lolla Araújo Rodriguez - coordenadora da Pastoral do Migrante de Guajará- Mirim, a Irmã Orila Maria Travessini - (in memoriam) - coordenadora da Pastoral do Migrante de Porto Velho foi uma das primeiras a me abrir as portas, com toda a dedicação e atenção para com o tema de minha pesquisa. Ao consulado Boliviano em Guajará- Mirim, por abrir as portas e buscar atender nossas solicitações, bem como a Defensoria da Criança e do Adolescente da cidade de Guayaramérim. A todos da Ong “Um grito pela vida” que me ampararam com vários materiais escritos sobre o tráfico de pessoas. A colaboradora Solange por sua coragem e disponibilidade em participar desta pesquisa.

A minha orientadora Maria das Graças Silva Nascimento Silva, pela amizade, confiança. Por estar do meu lado desde a graduação até aqui, por tantas conquistas, pelos aprendizados e ensinamentos, por nos levantar no momento do desânimo, até pelas broncas necessárias.

Aos professores inspiradores e inspiradoras que passam pela minha formação, profa. Dra. Joseli Silva, prof. Dr. Josué Costa Silva, Prof. Dr. Adnilson Almeida e Prof. Dr. Marcel Hazeu.

Com orgulho agradeço a minha turma de Doutorado, a turma de 2016 (primeira turma de doutorado em geografia do PPGG/UNIR), assim como todos os mestres professores que estiveram nesta jornada conosco.

Ao programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia-PPGG/UNIR
À Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e à Pesquisa de Rondônia-
FAPERO- RO e a À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES,
pelo apoio financeiro concedido a minha pesquisa, por acreditar no meu projeto e na sua
importância para o desenvolvimento científico do nosso país.

RESUMO

O tráfico de pessoas e a exploração sexual é um tema importante para a sociedade contemporânea, é um fenômeno de preocupação mundial e expressa ainda a exploração do ser humano. O comércio de seres humanos não é um fenômeno novo, remete às práticas de séculos atrás. Estas que dizimaram milhões de pessoas em todo o mundo, a exemplo da escravidão negra. Ele significa uma grave violação dos direitos humanos, fere a dignidade, usurpa sonhos e condena milhares de pessoas a violências diárias. Este trabalho tem por temática o tráfico mulheres com destino ao comércio sexual no espaço de fronteira internacional entre Brasil e Bolívia, especificamente as cidades de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia) e *Guayaramerín* (Departamento de Beni-Bolívia), tendo como objetivo compreender a relação entre comércio sexual e o tráfico de mulheres nas dinâmicas específicas de mobilidade no espaço de fronteira das cidades gêmeas Guajará-Mirim – Brasil e Guayaramerín - Bolívia. E os objetivos específicos estão centrados 1- Entender os elementos de poder que constituem o comércio sexual de mulheres entre as cidades gêmeas. 2- Analisar o espaço de fronteira como instituidor de dinâmicas específicas da mobilidade de mulheres para exercício de comércio sexual. 3- Estudar os componentes propulsores das mobilidades estabelecidas pelas mulheres para fins de exercício de serviços sexuais. Para tal pesquisa, foram abordados conceitos interdisciplinares e interseccionais como fronteira, migração, colonização, a globalização, o capitalismo, modernidade, colonialidade e Direitos Humanos. A partir da lente das relações de gênero, observou-se a relação entre o poder e o corpo para compreender o comércio sexual e o tráfico de mulheres. No balizar dessa análise, foi utilizado o método dialético na geografia, uma vez que este traz consigo a proposta de analisar a realidade sob o ponto de vista das suas oposições e contradições, valorizando a historicidade e o olhar crítico, principalmente das relações pós-modernas. Como procedimentos operacionais desta pesquisa, utilizaram-se os dados primários e secundários, a partir dos relatórios, dados estatísticos, materiais institucionais e jornalísticos, bem como entrevistas com os sujeitos envolvidos nesta temática. Os resultados obtidos apontaram a presença do tráfico de mulheres ligado ao comércio sexual nessa região, porém com um movimento mais voltado para os próprios países da América Latina e menos para países europeus e da América do Norte. Porém, a apreensão dos dados passa pela ausência de indicadores precisos e pouca ação institucional desde o âmbito Estadual como Federal. A captação das mulheres ocorre de várias maneiras, com abordagens nas escolas, conversas informais, amigos, familiares e agora, principalmente, pelas redes sociais onde surgem convites suspeitos. A facilidade de trânsito na fronteira contribui para a atuação do tráfico de mulheres, assim como a ausência de políticas públicas de prevenção e combate a este crime no Estado de Rondônia, bem como em sua fronteira internacional. O espaço amazônico na sua fronteira é marcado por desafios que envolvem, sobretudo, as garantias básicas de desenvolvimento humano, com isso reverbera o abandono institucional histórico, facilitando a atuação das redes ilícitas que usurpam os sonhos de muitas mulheres.

Palavras-chave: Tráfico de mulheres; Fronteira; Gênero; Decolonialidade; Direitos Humanos

RESUMÉN

La trata de personas y la explotación sexual es un tema importante para la sociedad contemporánea, es un fenómeno de preocupación mundial y también expresa la explotación de seres humanos. El comercio de seres humanos no es un fenómeno nuevo, se refiere a prácticas de hace siglos. Estos han diezariado a millones de personas en todo el mundo, como la esclavitud negra. Significa una grave violación de los derechos humanos, atenta contra la dignidad, invade los sueños y condena a miles de personas a la violencia diaria. Este trabajo tiene como tema la trata de mujeres con destino al comercio sexual en el espacio fronterizo internacional entre Brasil y Bolivia, específicamente las ciudades de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia) y Guayaramerín (Departamento de Beni-Bolivia), con el objetivo de comprender la relación entre el comercio sexual y la trata de mujeres en las dinámicas específicas de movilidad en el espacio fronterizo de las ciudades gemelas Guajará-Mirim - Brasil y Guayaramerín - Bolivia. Y los objetivos específicos se centran 1- Comprender los elementos de poder que constituyen el comercio sexual de mujeres entre las ciudades gemelas. 2- Analizar el espacio fronterizo como institución de dinámicas específicas de la movilidad de las mujeres para ejercer el comercio sexual. 3- Estudiar los componentes impulsores de la movilidad que establecen las mujeres para el ejercicio de los servicios sexuales. Para esta investigación se abordaron conceptos interdisciplinarios e interseccionales, como frontera, migración, colonización, globalización, capitalismo, modernidad, colonialidad y Derechos Humanos. Desde el lente de las relaciones de género, se observó la relación entre poder y cuerpo para comprender el comercio sexual y la trata de mujeres. En el marco de este análisis, se utilizó el método dialéctico en geografía, ya que trae consigo la propuesta de analizar la realidad desde el punto de vista de sus oposiciones y contradicciones, valorando la historicidad, y la mirada crítica, especialmente de las relaciones posmodernas. Como procedimientos operativos para esta investigación se utilizaron datos primarios y secundarios, basados en informes, datos estadísticos, materiales institucionales y periodísticos, así como entrevistas con los sujetos involucrados en esta temática. Los resultados obtenidos apuntaron a la presencia de trata de mujeres vinculada al comercio sexual en esta región, pero con un movimiento más enfocado a los países de América Latina y menos a los países europeos y de América del Norte. Sin embargo, la aprehensión de los datos implica la ausencia de indicadores precisos y poca acción institucional tanto a nivel Estatal como Federal. La captura de mujeres se da de varias formas, con acercamientos en las escuelas, conversaciones informales, amistades, familiares y ahora principalmente a través de redes sociales donde surgen invitaciones sospechosas. La facilidad de tránsito en la frontera con es que facilita la acción de la trata de mujeres, así como la ausencia de políticas públicas para prevenir y combatir este delito en el Estado de Rondônia, así como en su frontera internacional. El espacio amazónico de su frontera está marcado por desafíos que involucran, sobre todo, las garantías básicas del desarrollo humano, reverberando así el histórico abandono institucional que facilita la actuación de redes ilícitas que usurpan los sueños de muchas mujeres.

Palabras-clave: Trata de mujeres; Frontera; Género; Descolonialidad; Derechos humanos

ABSTRACT

Trafficking in persons and sexual exploitation is an important theme for contemporary society, it is a phenomenon of worldwide concern and it also expresses the exploitation of human beings. The trade in human beings is not a new phenomenon, it refers to practices of centuries ago. These have decimated millions of people around the world, like black slavery. It means a serious violation of human rights, injures dignity, encroaches on dreams and condemns thousands of people to daily violence. This work has as its theme the trafficking in women destined for the sex trade in the international border space between Brazil and Bolivia, specifically the cities of Guajará-Mirim (State of Rondônia) and Guayaramerín (Department of Beni-Bolivia), with the objective of understanding the relationship between sex trade and trafficking in women in the specific dynamics of mobility in the border space of the twin cities Guajará-Mirim - Brazil and Guayaramerín - Bolivia. And the specific objectives are centered 1- To understand the elements of power that constitute the sex trade of women between the twin cities. 2- Analyze the frontier space as an institution of specific dynamics of the mobility of women to exercise sex trade. 3- To study the propelling components of the mobility established by women for the purpose of exercising sexual services. For this research, interdisciplinary and intersectional concepts were approached, such as frontier, migration, colonization, globalization, capitalism, modernity, coloniality and Human Rights. From the lens of gender relations, the relationship between power and the body was observed to understand the sex trade and trafficking in women. In the framework of this analysis, the dialectical method was used in geography, since it brings with it the proposal to analyze reality from the point of view of its oppositions and contradictions, valuing historicity, and the critical view, especially of postmodern relations. As operational procedures for this research, primary and secondary data were used, based on reports, statistical data, institutional and journalistic materials, as well as interviews with the subjects involved in this theme. The results obtained pointed to the presence of trafficking in women linked to the sexual trade in this region, but with a movement more focused on the countries of Latin America and less on European countries and North America. However, the apprehension of the data involves the absence of precise indicators and little institutional action from the state as well as the federal level. The capture of women occurs in several ways, with approaches in schools, informal conversations, friends, family and now mainly through social networks where suspicious invitations arise. The ease of transit on the border with is that facilitates the action of trafficking in women, as well as the absence of public policies to prevent and combat this crime in the state of Rondônia, as well as in its international border. The Amazonian space on its border is marked by challenges that involve, above all, the basic guarantees of human development, thereby reverberating the historical institutional abandonment facilitating the performance of illicit networks that usurp the dreams of many women.

Keywords: Trafficking in women; Border; Genre; Decoloniality; Human rights

LISTA DE SIGLAS

- ABEME - Associação Brasileira de Empresas do Mercado Erótico.
- ALC - Áreas de Livre Comércio
- BBC NEWS- British Broadcasting Corporation.
- CAATW - Coalisão Anti-Tráfico de Mulheres
- CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- CIMI - Pastoral Indigenista
- CNBB- Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora e Setor Mobilidade Humana
- CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPT- Comissão Pastoral da Terra.
- CLT- Consolidação das Leis do Trabalho.
- ECA - Estatuto da Criança e adolescente
- ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing
- FELCC - Fuerza Especial de Lucha Contra el Crimen
- GAATW - Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres
- GEPGÊNERO – Grupos de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero.
- GEPCULTURA- Grupos de Estudos e Pesquisas, Modos de vida e cultura amazônica.
- INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INE- Instituto Nacional de Estatísticas
- LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo e outros.
- MDIC - Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
- MPT - Ministério Público do Trabalho
- OAB – Ordem dos Advogados no Brasil
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU - Organizações das Nações Unidas
- PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
- PNETP- Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- PDSA – Plano de Desenvolvimento Sustentável em Assentamento

PESTRAF - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil

PRF - Polícia Rodoviária Federal

PIBIC- Programa Internacional de Bolsas de Iniciação Científica.

PNDTR (Política Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural)

SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social

SINDINAV - Sindicato das Empresas de Navegação

SINGA- Simpósio Internacional de Geografia Agrária.

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UNODC - Nações Unidas contra Drogas e Crimes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Formas de captar as vítimas do Tráfico Humano.....	43
Quadro 2 - Diferenças entre contrabando de migrantes e tráfico de pessoas	83
Quadro 3 - Noticiários sobre tráfico de drogas na região da fronteira	122
Quadro 4 - Casos relacionados pela mídia - tráfico de mulheres nas fronteiras da Pan-Amazônia	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O "Triângulo da Violência" de Galtung	109
Figura 2 - Pontos de tensão na Fronteira das cidades gêmeas.....	186

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Consulado Boliviano em Guajará-Mirim.....	49
Imagem 2 - Boi Malhadinho e Boi Flor do Campo no Duelo da Fronteira, 2015.....	119
Imagem 3 - Perfil da Double G Productions no Facebook.....	134
Imagem 4 - Perfil de mulheres patrocinadas pela Double G Productions - Facebook.....	134
Imagem 5 - Rede um grito pela vida, divulgação.....	155
Imagem 6 - Cartilha - Rede um Grito pela Vida - Região Norte (2015).....	155
Imagem 7 - Materiais de divulgação sobre o tráfico de pessoas - Rede um Grito pela Vida.	156
Imagem 8 - Materiais de campanha - Rede um Grito pela Vida.....	157
Imagem 9 - Rede um Grito pela Vida, divulgação.....	157
Imagem 10 - Dragas de garimpo.	168
Imagem 11 - Áreas de "fofoca" dragas e balsas.	169
Imagem 12 - Operador de Draga.....	170
Imagem 13 - Operador de Draga - 2.....	170
Imagem 14 - Soldador realizando reparos em draga.....	170
Imagem 15 - Posto de fiscalização da Receita Federal em Guajará-Mirim.....	182
Imagem 16 - Porto fluvial em Guayaramerín - Bolívia.....	183
Imagem 17 - Centro da Cidade de Guayaramerín - Bolívia - 2018.....	183
Imagem 18 - Local de atividade do comércio sexual em Guayaramerín - Bolívia.....	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Problemas sociais vivenciados na Fronteira.....	116
Tabela 2 - Estratégias de produção e sobrevivência da população da Fronteira	118
Tabela 3- Distribuição dos municípios por estado em cada um dos Arcos na Faixa de Fronteira	142

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	47
Mapa 2 - Área de fronteira da Pesquisa, 2020.....	115
Mapa 3 - Guajará-Mirim.....	116
Mapa 4 - Amazônia Legal Brasileira.....	136
Mapa 5 - Arcos da Fronteira e sub-regiões da Faixa de Fronteira	141
Mapa 6 - Localização das cidades-gêmas na faixa de fronteira	145
Mapa 7 - Garimpos ilegais na Amazônia	166

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1- AS TRAJETÓRIAS: ENTRE A PESQUISA E OS SILENCIAMENTOS. ...27	
1.1 O que significa SER mulher, escrever na Amazônia sobre Amazônia?32	32
1.2 As vulnerabilidades das mulheres, origem e destino em contextos migratórios35	35
1.3 O silêncio do poder público e da sociedade na Amazônia.....44	44
1.3 Trabalho de campo e a construção do objeto: os desafios encontrados.....49	49
1.4 Procedimentos metodológicos de análise53	53
1.5 Operacionalização da pesquisa59	59
CAPÍTULO 2- GÊNERO, CORPO E FRONTEIRAS DO COMÉRCIO SEXUAL: AS VÁRIAS ESCALAS ESPACIAIS DE UM FENÔMENO.63	
2.1 O comércio sexual e indústria do sexo e os espaços de redes de poder.....63	63
2.2 A multiescalaridade do fenômeno, o corpo feminino entre a escala global/local.68	68
2.3 Tráfico humano: tipos, características e diferenciações77	77
2.4 Pós-colonialidade e geografia: Poder, o Saber e o Ser, rumo ao feminismo decolonial86	86
2.4.1 O que é teoria decolonial e sua relação com o feminismo decolonial?86	86
2.4.2 A teoria decolonial e a temática do tráfico de mulheres: pontos convergentes e aproximações.96	96
2.4.3 O ciclo da violência e suas interseccionalidades na geografia102	102
CAPÍTULO 3: COMÉRCIO SEXUAL E TRÁFICO DE MULHERES: ESPAÇOS DE FRONTEIRA E AS CIDADES GUAJARÁ-MIRIM – BRASIL E GUAYARAMERÍN – BOLÍVIA.....115	
3.1 Características socioeconômicas e culturais das cidades gêmeas Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia)115	115
3.2 O comércio sexual e tráfico de mulheres no contexto amazônico: interfaces, condicionantes e conflitos.....123	123
3.3 Fronteira e as cidades gêmeas, fluxos e complexidades140	140
3.4 Políticas de enfrentamento locais.....149	149
3.4.1 A Defensoria de La niñez e adolescencia de Guayaramerín- Bolívia149	149

3.4.2 A pastoral do Migrante	152
3.4.3 A Rede Um Grito pela vida	154
CAPÍTULO 4: AS REDES DO COMÉRCIO SEXUAL E AS HIERARQUIAS DE PODER: MULHERES NA FRONTEIRA ENTRE AUTONOMIA E TRÁFICO DE SERES HUMANOS.....	159
4.1 A juventude na rota da exploração e o tráfico de pessoas	159
4.2 As mulheres no garimpo: entre a autonomia e a violência	166
4.3 As rotas do tráfico na fronteira: pontos cegos, fissuras e invisibilidades	181
4.4 O contexto do comércio sexual: a prostituição	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	204

INTRODUÇÃO

O tráfico de pessoas e a exploração sexual é um tema importante para a sociedade contemporânea; é um fenômeno de preocupação mundial e expressa ainda a exploração do ser humano. Por sua vez, o comércio de seres humanos não é um fenômeno novo, remete a práticas de séculos atrás, que dizimaram milhões de pessoas em todo o mundo, a exemplo da escravidão negra. Ele significa uma grave violação dos direitos humanos, fere a dignidade, usurpa sonhos e condena milhares de pessoas a violências diárias.

Este tema é sensível e precisa de diversos olhares para compreendê-lo. A interdisciplinaridade é característica necessária para esta compreensão, exige um trabalho que demanda operação de todas as áreas do conhecimento desde a área social até a da saúde. A geografia como uma ciência vasta e que agrega diversas maneiras de compreender o espaço, permiti-nos olhar para esse fenômeno e entender de diversas formas e abordagens.

Basicamente, para se compreender a temática em pauta, é preciso saber que ela entrelaça uma série de questões desde a colonização, a globalização, o capitalismo e a modernidade. Junto a eles se unem o aspecto da pobreza, exploração, migração e subdesenvolvimento. Fatos estes que colaboram com a prática deste crime. Questões do capitalismo, como a própria lógica de demanda e oferta, ditam o ritmo e a forma como essa prática ocorre. Há de se observar que, se a prática é rentável, temos, nesse caso, uma grande demanda para ser atendida. Outrossim, há uma profunda ligação dessas práticas com a questão de gênero, raça e etnia, já que atinge um alto número de mulheres e afrodescendentes¹. Grande parte delas destinadas à indústria do sexo.

O patriarcado, ligado ao fundamentalismo religioso em seu bojo, é um importante aporte de análise para entender como a violência cultural acolhe o discurso da objetificação e inferioridade feminina, o que conduz ao discurso social e político, que pouco se importa verdadeiramente com a condição feminina. Pelo contrário, a preocupação maior é o controle social moralizante, que se reflete através da punição sistemática de seus corpos e estigmatização da figura da mulher na sociedade, dividindo-as em grupos de mulheres respeitáveis e as não respeitáveis. As consideradas não respeitáveis ou aquelas não brancas, periféricas, sexualizadas ou não são destinadas a espaços de pouca ou nenhuma valorização social.

¹ Xavier, Lúcia. Implicações do racismo no tráfico de pessoas. Tráfico de pessoas: uma abordagem política. Publicação do SMM – Serviço à Mulher Marginalizada. 10/2007.

Dessa maneira, o tráfico de pessoas aparece nas inúmeras modalidades, tais como a exploração sexual, tráfico de órgãos, trabalho escravo, tráficos de bebês, mulas para o tráfico de drogas, para fins de casamento forçado, tráfico de pessoas LGBT'S, outros para fins de mendicância, entre outras maneiras. O que nos chama a atenção é que esta prática incide, na maioria dos casos, sobre mulheres e crianças do sexo feminino. Essas questões nos remetem à necessidade de estudar as relações de gênero contidas nesta lógica cruel.

Estes crimes desafiam as autoridades, são incógnitas que evidenciam a gravidade de denúncias proferidas pelos organismos internacionais como a ONU, UNICEF, OIT e demonstram a dificuldade de tangenciar este tema, uma vez que ele se camufla de várias maneiras, mostrando-se também em um caráter menos violento e de difícil apreensão das autoridades.

O caso brasileiro é preocupante por uma série de questões. O Brasil é considerado como os “maiores “exportadores” nas Américas, são mulheres, adolescentes e meninas para a “indústria do sexo nos países do primeiro mundo” (SIQUEIRA, 2013, p.28). O cenário que se tem é de uma imensa lacuna entre o que se alerta através das autoridades e as políticas tanto de prevenção como de acolhimento a essas vítimas. Outra questão é que ainda temos, como aponta Siqueira (2013), “o tráfico interno é intenso no Brasil. E tal modalidade de tráfico de pessoas incide grandemente sobre as crianças”. (idem, 2013), esta modalidade de tráfico interno trata-se do tráfico dentro do próprio país. Ainda segundo pesquisas sobre o tráfico de crianças e adolescentes no Brasil², a idade média de crianças exploradas sexualmente tem sido cada vez mais baixa, chegando a ter crianças de nove anos no comércio sexual.

O Brasil é historicamente conhecido como o último país que aboliu a escravidão institucionalizada. Entretanto, não era só o tráfico negreiro que ocorria nestas terras, mas também o tráfico de mulheres francesas, conhecidas como “gallinas” ou “franchuchas”, que eram trazidas para as cidades sul-americanas como Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro e São Paulo como uma maneira de tornar o ambiente mais “europeu” possível (idem, 2013). Na atualidade, filmes e séries retratam e glamurizam estas situações. O relatório do PESTRAF (2002) aponta a preocupação do Brasil com o tráfico humano, o qual demonstrou que existem

² Refere-se à pesquisa “Tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Estado da Bahia, publicada em outubro de 2008, numa realização do Instituto Winrock Internacional. SIQUEIRA (2013)

pelo menos 240 rotas do tráfico; no norte do país, existem cerca de 76 rotas, sendo 31 delas internacionais.

Com o cenário de crise econômica grave que o Brasil enfrenta nos últimos anos, especificamente com a crise sanitária gerada pela pandemia do covid-19 em 2020, refletiu no desemprego, fome, inflação em alta e endividamento público. A situação tende a se agravar, principalmente para as populações mais empobrecidas que dependiam de frágeis políticas de transferência de renda. O tráfico e a exploração aumentam na lógica cruel do abandono, aposta do estado neoliberal que busca o benefício de poucos e detrimento da grande massa da população. Estas ações se juntam também a ação do crime organizado, lavagem de dinheiro e corrupção nos países.

A Embaixadora da ONU no Brasil, Andrea Romaoli³, (2020) chamou atenção sobre a saída de mulheres atrás de relacionamentos amorosos em países estrangeiros, em especial países árabes. Porém, nesta busca, por vezes, desesperada, muitas delas podem cair em redes de exploração. Segundo a embaixadora, uma mulher vale basicamente 49 mil reais para o mundo do tráfico. Romaoli alerta que, no mundo do tráfico, existem três caminhos para mulher: 1- ser destinada para a escravidão sexual, 2 - venda dos seus órgãos, 3- vendida para práticas de tortura ou sadomasoquismo, este último ocorre quando a mulher não serve mais para os fins anteriores. Ela relata também a existência de uma espécie de “sumidouro” como o que acontece no tráfico, locais onde é possível ocorrer sumiço de alguém em locais que são facilitados pela falta de registro. Isto pode ocorrer com passageiros em conexões de aeroportos, algumas rotas específicas existem como forma de captar essas pessoas para o tráfico, esta é uma das formas de atuação das redes.

O documentário "Rotas de Ilusão"⁴, mostra a história de Ana dos Santos, que, dentro de diversas fragilidades, torna-se um dos alvos das redes, foi traficada e vendida para vários países europeus e também para o Suriname. Para suportar a imensa violência, foi obrigada a se drogar com o crack. O mesmo documentário mostra a realidade do nordeste brasileiro, como a cidade

³ Entrevista concedida em março de 2020. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=X3eEBsdeIII>

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Q4sOenFISk>

de Recife que, em sua periferia, é também palco deste mesmo problema que atinge tanto meninas como meninos em todo o Brasil.

Através destas problematizações da realidade, chegamos ao *locus* desta pesquisa, atendendo a nossa linha geral do Programa de mestrado e doutorado - Território e Sociedade na Pan -Amazônia – TSP. A região da Amazônia ocidental, particularmente as regiões de fronteiras com outros países, temos a fronteira do Brasil e Bolívia as cidades gêmeas Guajará-Mirim/Guayaramérin, com diversas complexidades típicas das fronteiras amazônicas. Iniciamos, então, por buscar o maior número de informações possíveis sobre o assunto. Visualizamos, neste caso, uma lacuna: o tráfico de mulheres relacionado ao comércio sexual foi pouco explorado, de modo a buscar as especificidades desta fronteira.

Assim, cercamos o fenômeno, observando que há diferenças da atuação e forma do tráfico neste espaço de fronteira diferentemente de outros lugares do globo. Estudo e trabalhos acadêmicos enfatizam bastante em controle da fronteira, combate ferrenho ao tráfico e migração em países do primeiro mundo, algo que não se aplica a essa região onde o tráfico nem sequer é mencionado, muito menos combatido frontalmente. Nossas fronteiras são quase que sempre abertas e de alta porosidade. Nesse sentido, o que buscamos entender é como essas redes de poder se entrelaçam e constroem dinâmicas que podem favorecer a exploração dos corpos femininos através do tráfico humano e da exploração sexual.

Esta pesquisa em questão tem como temática o tráfico mulheres com destino ao comércio sexual no espaço de fronteira internacional entre o Brasil e Bolívia, especificamente as cidades de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia) e *Guayaramerín* (Departamento de Beni-Bolívia).

O objetivo geral desta tese é compreender a relação entre o comércio sexual e o tráfico de mulheres nas dinâmicas específicas de mobilidade no espaço de fronteira das cidades gêmeas Guajará-Mirim – Brasil e Guayaramerín - Bolívia. Os objetivos específicos centram-se em: 1- Entender os elementos de poder que constituem o comércio sexual de mulheres entre as cidades gêmeas. 2 - Analisar o espaço de fronteira como instituidor de dinâmicas específicas da mobilidade de mulheres para exercício de comércio sexual. 3 - Estudar os componentes propulsores das mobilidades estabelecidas pelas mulheres para fins de exercício de serviços sexuais.

Uma vez apontada a problemática, construímos duas hipóteses para que sejam verificadas ao longo da pesquisa: as redes do poder circulam e inferem dinâmicas de dominação onde o corpo feminino é racializado, essencializado, padronizado e subalternizado no comércio sexual para atender as demandas do mercado através do tráfico humano e exploração sexual. Dessa maneira, o comércio sexual segue com a lógica do lucro capitalista onde congrega para além da prostituição, grandes redes de agenciamento para exploração sexual de mulheres através da prostituição, pedofilia, tráfico humano entre outros modos de dominação dos corpos.

A tese tem como justificativa a necessidade de aprofundamento teórico de maneira interseccional sobre o tema em questão, onde se reflete a temática da violência como resultado de múltiplas variáveis geopolíticas, socioespaciais e históricas. Justifica-se de igual modo por provocar a discussão de temáticas que ainda necessitam de mais aprofundamento e análise, sobretudo na região da Pan-Amazônia. E por fim, no compromisso social com as populações da Amazônia frente às tentativas de descredenciar ou deslegitimar a importância das pesquisas em ciências humanas. Assim, nosso intuito é estudar as lacunas, fissuras e silêncios presentes sobre este tema. O resultado reflete-se nas ausências dos espaços de discussões sobre o tema, na ausência de políticas públicas nacionais, regionais e locais para o combate e prevenção do tráfico e exploração sexual, principalmente na região da Pan-Amazônica.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro, Trajetórias de uma pesquisadora, silenciamentos e a construção do tema de pesquisa, aborda o caminho percorrido para a construção do tema, bem como o relato das dificuldades encontradas, entre elas, escrever na Amazônia sobre a Amazônia, as vulnerabilidades das mulheres em contextos migratórios, o fazer dialético como método compreensão desta realidade.

No segundo capítulo, intitulado: Gênero, corpo e fronteiras do comércio sexual: as várias escalas espaciais de um fenômeno, busca o aprofundamento teórico a partir das categorias de análise gênero, corpo e poder, trazendo as especificidades de mulheres vulnerabilizadas pela raça, classe e idade pelo olhar interseccional. Traz também o olhar dentro da perspectiva das teorias decoloniais, em especial a contribuição do “Giro decolonial” e o feminismo decolonial, para compreender o fenômeno em torno do tráfico de mulheres.

Já no terceiro capítulo: Comércio sexual e o tráfico de mulheres: espaços de fronteira e as cidades Guajará-Mirim – Brasil e Guayaramerín – Bolívia, partiu-se para as análises do espaço de fronteira como instituidor de dinâmicas específicas da mobilidade de mulheres para exercício de comércio sexual. Abordamos como as cidades gêmeas estabelecem

fluxos de mulheres para comércio sexual, as estratégias para a realização das mobilidades e as ações dos órgãos dos diferentes países para coibir as práticas da exploração e o tráfico de mulheres.

O quarto e último capítulo, As redes do comércio sexual e as hierarquias de poder: mulheres na fronteira entre autonomia e tráfico de seres humanos, trata das redes de como as mulheres migram, os contatos, as facilidades e as subordinações que elas enfrentam. Nesse sentido, verificamos alguns dos componentes propulsores que as levam para a migração, como a instabilidade econômica e familiar, maternidade solitária, violências domésticas que ocorrem com mulheres de todas as idades, espaço do garimpo foi um deles. Aqui, utilizamos algumas entrevistas para entender as mobilidades estabelecidas pelas mulheres para fins de exercício de serviços domésticos e sexuais. Por fim, buscamos identificar os pontos de vulnerabilidades, o que chamamos de pontos cegos, fissuras e invisibilidades especificamente neste espaço de fronteira Pan-amazônico.

CAPÍTULO 1- AS TRAJETÓRIAS: ENTRE A PESQUISA E OS SILENCIAMENTOS

*Sem poder esmagar a iniquidade
Que tem na boca sempre a liberdade,
Nada no coração;
Que ri da dor cruel de mil escravos,
— Hiena, que do túmulo dos bravos,
Morde a reputação!...
(Castro Alves)*

Quando iniciei a pesquisa acadêmica há dez anos (em 2010), ainda estava na graduação em Ciências Sociais, precisamente no 5º período. Eu trabalhava e estudava, sentia um grande desejo de iniciar a pesquisa pelo PIBIC, porém as dificuldades de tempo eram os impeditivos determinantes. A Universidade sempre foi um sonho, algo que eu almejava desde o ensino médio. Mas, para uma jovem de origem afro-indígena, moradora da periferia de Porto Velho era um sonho quase impossível, pelos imensos obstáculos que estas condições impõem a milhares de jovens pelo mundo. Para mim, não foi diferente, os processos de exclusão impediam-me de fazer pesquisa científica como gostaria.

Mas isso não me impediu de lutar pelo que queria. Nesse momento, tive que decidir entre o trabalho e continuar a vida acadêmica. Foi então que surgiu uma oportunidade única de fazê-lo. Um dia em aula, um casal pediu para entrar em nossa sala para dar um recado. Eles estavam convidando os alunos da graduação para um processo seletivo para uma vaga de estagiário para estudantes de Ciências Sociais. Essa vaga era para trabalhar no Ministério do Desenvolvimento agrário, especificamente com a área de políticas públicas para a agricultura familiar. Meus olhos brilharam, senti que ali era a minha oportunidade de dar um giro de mudanças na minha vida.

Decidi participar da seleção, porém não sabia nada sobre agricultura familiar, fui estudar, conhecer, para poder estar apta à seleção que tinha várias fases. No dia da prova, eu tive aquele sentimento de incapacidade, achei que não conseguiria. Participei e passei em todas as fases. A entrevista era em grupo, com o Delegado do Desenvolvimento agrário de Rondônia – o sociólogo Olavo Nienow, a quem eu devo uma imensa gratidão por tudo que fez por mim. Chegando ao final da entrevista, das três candidatas que ficaram, anunciaram que fui a escolhida. Eu simplesmente não pisava no chão de tanta felicidade, pois minha autoestima, naquele momento, era péssima. Ali, iniciava uma história diferente na minha vida. Decidi sair do emprego para ganhar uma bolsa de seiscentos reais por dois anos. Era pouco, mas era uma forma de me manter e ter mais tempo para estudar.

No MDA, eu aprendi a ser cientista social, comecei a ver, na prática, como se desenvolve uma política pública e por aproximação, comecei a me envolver mais com as políticas para as mulheres rurais - especificamente com o PNDTR (Política Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural). Participei de viagens de campo, conheci a área ribeirinha, conheci a realidade de vários municípios do Estado. Ao mesmo tempo, procurava as leituras e fui me apropriando da sociologia rural e aprimorar os conhecimentos.

Nesse tempo, ainda não tinha decidido que tema iria ser meu TCC, isso me preocupava, pois tinha uma imensa dificuldade para escrever. Então, uma amiga feminista e militante me disse: Você poderia pesquisar sobre mulheres, as mulheres que você tem contato com o programa que trabalha. Mas eu não sabia nada de mulheres e sua relação com o feminismo. Tudo era vago e eu não sabia por onde começar a ligar os pontos, precisava me aprofundar nos estudos sobre as mulheres. Minha história com o estudo de gênero começava ali, em 2010.

No MDA, surgiu mais uma vaga para estagiário/a, então selecionaram uma estagiária de geografia, Ananda Yasuda, hoje uma grande amiga a quem devo uma gratidão imensa. Ela já estava no final do curso e estava fazendo a seleção de mestrado em geografia. Então por ela, eu fui me aproximando da geografia. Um dia, ela me convidou para conhecer a professora Gracinha e me apresentar como uma candidata à pesquisadora do Gepgênero.

Nesse dia, eu conheci a famosa e maravilhosa professora Gracinha, relatei minha vontade de pesquisar sobre mulheres rurais. Ela me desafiou logo a escrever sobre essas mulheres e publicar em um evento acadêmico sobre geografia agrária, o SINGA. Eu senti uma insegurança, pois nunca tinha escrito nada sobre mulheres. Fui desafiada a ler sobre mulheres, feminismo, e todas as literaturas referentes a esse tema. Aos poucos, fui me aproximando cada vez mais da geografia ligada aos estudos de gênero. Percebi que estava no grupo certo, com a professora que nos encorajava a estudar, lutar, crescer e ser o melhor que podemos.

O Gepgênero foi um verdadeiro divisor de águas na minha vida. Faltam palavras para descrever a gratidão que eu tenho em poder aprender tudo que eu sei sobre o estudo de gênero e mulheres, foi no GEP que eu comecei a entender o universo da pesquisa acadêmica. Então, me senti mais forte para continuar estudando e trabalhando com o tema de mulheres rurais atendidas pelo PNDTR e dois anos mais tarde tudo isso resultou na minha monografia de conclusão do curso de ciências sociais, tendo como orientadora a Professora Gracinha.

Ao final de dois anos, em 2012, para ser mais precisa, meu estágio chegava ao fim, eu já nutria a vontade de continuar estudando e fazer pós-graduação. Minha amiga Ananda me encorajou a tentar a seleção de mestrado em geografia pelo PPGG-UNIR. Nessa época, já estava como pesquisadora do Gepgênero. Então, a temática iria ser sobre a mulher rural, concorri com um projeto sobre o impacto das usinas na vida das mulheres de uma comunidade chamada Engenho Velho em Porto Velho-RO. Passei pelas várias fases de seleção e ao final, fiquei em 4º lugar para mestranda em geografia daquele ano. Nesta época, ainda não tinha terminado o estágio no MDA. Para mim, foi um salto enorme na minha vida, sentia que ela tomava um outro rumo. Estar em um programa de pós-graduação de uma Universidade Federal era realmente algo que não imaginava, nem nos meus melhores sonhos.

Com o andar do mestrado, os temas foram mudando e decidimos (minha orientadora e eu) mudar o projeto do mestrado. Passamos a analisar a juventude rural da área ribeirinha de Nazaré- Porto Velho-RO, o sentimento de lugar e a espaço vivido da juventude. Foi um trabalho desafiador e maravilhoso: trabalhei com os mapas mentais na geografia em uma perspectiva fenomenológica.

Em 2014, defendi a dissertação de mestrado obtendo a aprovação com distinção. O que me deixou feliz e orgulhosa do trabalho realizado. Neste momento, já desenvolvia uma certa maturidade dentro da geografia. Nesses dois anos de mestrado, tive a oportunidade de participar de congressos importante como o SINGA, ENGA, ENG, SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE GEOGRAFIA, GÊNERO E SEXUALIDADES, entre outros. Tive a oportunidade de conhecer as admiráveis professoras Rosa Ester Rossini, Joseli da Silva, Salete Kozel, todas muito importantes para a minha formação.

Depois do mestrado, continuei atuando na docência no ensino estadual e nesse período ainda não havia o doutorado em nosso PPGG-UNIR. Em 2016, finalmente foi aprovado o doutorado e decidi participar da seleção. Meu projeto estava voltado para entender a violência doméstica no município de Ariquemes. Passei na seleção em quinto lugar na primeira turma de doutorado do PPGG-UNIR, minha alegria era imensa e significava mais um passo importante na minha vida acadêmica.

Com o passar do ano de 2016, ao fazer as disciplinas, senti que meu projeto faltava algo. Com isso, decidi aprofundar-me mais nas leituras dos tipos de violência de gênero. Nesse sentido, ao longo da minha vida de pesquisa, o tema violência sempre esteve presente nas

reflexões, uma vez que as pesquisas com gênero apontam as relações assimétricas de poder. Portanto, a violência se revela na tônica desses atos repetidos e naturalizados na sociedade.

A ideia de mudar de tema veio em 2017, quando participei do evento “Fazendo Gênero”, em Florianópolis. Durante pesquisa na internet, deparei-me com várias matérias jornalísticas sobre tráfico humano, o que me chamou muito a atenção, principalmente por se tratar de um crime em que as mais atingidas são as mulheres, visto que a literatura aponta que pelo menos 70% das vítimas de tráfico humano são meninas/mulheres⁵, entre eles também temos as outras identidades subalternizadas como travestis, gays e transgênero. E ainda, pesquisei esse tema em trabalhos acadêmicos, nas várias áreas do conhecimento, e encontrei alguns trabalhos na área do direito e relações internacionais, outros na área de ciência sociais e na antropologia, entretanto na ciência e geografia, em um número bem reduzido. E com o tema relacionado à Amazônia, nenhum trabalho dentro da geografia. Então aí nasceu a vontade de abordar esse tema na tese de doutorado.

Quando retornei para Porto Velho, decidi conversar com a minha orientadora para apresentar essa “nova ideia” para o doutorado. Expliquei as minhas pesquisas e como esse tema era pouco abordado. Sobretudo no contexto amazônico e a geografia. A princípio, a ideia era analisar a fronteira Brasil-Bolívia-Peru, na região do Acre. Porém, uma série de entraves iriam dificultar a pesquisa. Decidimos, então, fazer na fronteira Brasil-Bolívia, em uma região também pouco abordada em contextos de pesquisa, mas que apresenta complexidades, como desafios a serem compreendidos.

O processo de construção desta pesquisa foi algo desafiador até o término desse trabalho. Afinal, é uma série de pensar e repensar, construir e desconstruir o fenômeno. Entendo que a construção do “objeto” se dá em uma série de modos de visualizar um fenômeno. Nas ciências sociais, chamamos esse reconhecer e pensar sociologicamente como um processo de “estranhamento”. Esse “estranhamento” é o afastar-se, ver e pensar de forma diferente do que maioria pensa, exige um “filtro” diferenciado.

⁵ Dados da ONU: <https://nacoesunidas.org/onu-lanca-relatorio-global-sobre-o-trafico-de-pessoas-em-evento-em-brasilia-com-ivete-sangalo/>

Este processo de construção também leva um pouco de nós. As experiências vividas, as violências sofridas, exploração, discriminação, nos levam a pensar sobre a nossa condição enquanto pessoa. O ser mulher e como mulher dar-se a viver no mundo onde nós temos um constante medo. O medo da rua, o medo dos homens, o medo de ser julgada, o medo de sofrer violência e represálias. O mundo é de fato hostil com as mulheres, mas com que mulheres? Com todas da mesma forma? Nessas reflexões e vivências, considero que as violências são sentidas de maneiras diferentes para cada mulher nas suas condições.

Tais questionamentos que nos levam a refletir a necessidade de falar sobre como em alguns momentos somos silenciadas. Na casa, na rua, no trabalho, na vida acadêmica e em tantos outros espaços. O mundo contemporâneo e as políticas de inclusão, bem como o acesso e alcance elevado de informação nos dá a impressão que esses processos de violência contra mulher foram superados. Alguns dizem: “Mulheres estão empoderadas, já existe lei para elas”. Chegamos no mundo onde qualquer pauta sobre a mulher foi vulgarizada e subestimada. Então, novamente somos silenciadas. No mundo onde existem mais de 1 milhão de escravos sexuais e a maioria são mulheres, ainda somos silenciadas. O poder, o patriarcado e a violência se expressam e cristalizam nas ações e principalmente nos discursos de uma sociedade que não se incomoda com a violência sofrida pelas mulheres.

Em muitos momentos da pesquisa, perguntavam-me se realmente o tráfico de pessoas existe. Esse questionamento é um importante dado para se perceber que, no imaginário social, este tema ainda é visto como uma lenda urbana. Há uma confusão entre o uso dos termos, tráfico de pessoas, contrabando de pessoas, prostituição e migração. De fato, é desafiador entender esses termos, ainda mais em uma sociedade que condena a mulher, mesmo que ela seja a vítima. Sobretudo, se ela estiver envolvida em alguma atividade relacionada ao comércio sexual. Mulheres latinas, negras, jovens e com filhos sofrem ainda mais opressão sobre suas vidas, corpos, desejos, sexualidade, carreira profissional e vida afetiva.

Portanto, o tráfico de pessoas chegou como um tema silenciado, cheio de lacunas e fragmentado, quando se pensa em Amazônia. Em 2017, nasce então esse tema para mim complexo, como um grande desafio. Mas que teria um potencial significativo a fim de trazer um olhar diferente e novo para os estudos de gênero na geografia. A Amazônia como palco desse estudo se apresenta como um campo aberto de múltiplas possibilidades de compreensão. O intuito é distanciar-se dos olhares soberbos e ambiciosos dos que acham que esse lugar se apresenta apenas como um lugar fácil de “ganhar dinheiro” através da exploração de pessoas.

Ainda em 2019, tive a oportunidade de participar e apresentar minha pesquisa sobre esse tema no “Seminário Latinoamericano de Geografia, Gênero e Sexualidades”, na cidade de Tandil- Argentina. Foi uma experiência marcante e enriquecedora. Apresentei o meu trabalho no Grupo de Trabalho sobre migração e meu tema foi o único do GT. Com isso, percebi ainda mais a necessidade de abordar e tratar deste tema de tráfico humano e exploração das mulheres nesse contexto.

Na construção do tema, deparei-me com os trabalhos das professoras Iraildes Caldas Torres e Márcia Maria de Oliveira, ambas da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Elas lançaram o livro “Tráfico de Mulheres na Amazônia” em 2012, uma obra que abre espaço para análises da indústria do sexo e o tráfico de mulheres, sobretudo as residentes na Amazônia.

Outro momento importante de encontro em torno desse tema, foi o contato com a Pastoral do Migrante em Porto Velho que acolheu com muito carinho o tema e me direcionou para o contato com a ONG “Um grito pela vida” – ligada à igreja Católica que trabalha em prol dos Direitos humanos, bem como o combate ao tráfico humano. A irmã Chiara me ajudou com as literaturas do tema e com os contatos em Guajará-Mirim, onde pude ter o apoio do Bispo Dom Benedito e da coordenadora da Pastoral do Migrante de Guajará-Mirim, dona Lolla Rodriguez.

Portanto, a construção deste trabalho tem a participação de várias pessoas queridas e comprometidas socialmente com as causas de justiça e busca por melhores condições de vida para os mais necessitados. Nenhum trabalho se desenvolve sem a ajuda de mãos amigas, pessoas que se colocam com maior ou menor intensidade na luta pela causa. A essas pessoas tenho grande gratidão e respeito.

1.1 O que significa SER mulher, escrever na Amazônia sobre Amazônia?

Ao iniciar esta temática, compartilha-se a sensação de um tratamento construído historicamente diferente que se dá ao povo latino-americano ou povo Abya Yala. As inquietações sobre o tema buscavam entender como nossas referências, em todos os sentidos, sempre foram europeias. As narrativas do positivismo, o racionalismo, o darwinismo social, as teorias e conceitos eram sempre dedicadas aos pensadores europeus e/ou norte-americanos.

Durante a graduação, não há lembranças de ter tido contato com teóricos latinos, asiáticos, indianos, africanos, iranianos entre outros. Na maioria das vezes, era-nos apresentado que as melhores teorias vinham do mesmo berço: a Europa. Com isso, nossas referências estavam ancoradas sempre, em algo que não era nosso, não havia identidade, nem identificação com aquelas formas de compreender o mundo, crítica a esse conhecimento, mas uma tentativa de aludir toda gama de história e carga cultural a uma só forma de pensamento. Mesmo na Antropologia, que se dedica a compreender as diversas culturas da sociedade, havia certo filtro do olhar europeu eurocentrado sobre as culturas diferentes no mundo, inclusive a Amazônia vista como exótica, lugar do atraso, onde tudo é permitido. O que sempre trazia a sensação de estar fora da compreensão de mundo, como se o espaço do pensar não nos pertencesse.

Quando houve pela primeira vez a aproximação com as teorias pós-coloniais, em especial, as decoloniais, ocorreu um encontro de identidade. Saber que pessoas de diferentes realidades, culturas, podem também ter o seu lugar de enunciação na ciência, o seu lugar de fala, isto abriu um espaço para o significado que tinha em falar da Amazônia como uma pesquisadora do próprio lugar. Embora já tivesse tido contato com as teorias de gênero, sexualidades, feminismo, ainda havia esta lacuna a ser preenchida. Isso veio também pela inspiração de autores e autoras da nossa terra, que seguem abrindo o caminho da ciência na Amazônia.

Estamos localizados em uma faixa de fronteira com outros países vizinhos, moramos em um lugar privilegiado em termos de natureza, pesquisa e formas de vida que abrigam muitas diversidades como os caboclos, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, entre outros. Somos uma região rica em recursos, com grande potencial turístico e do desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, convivemos com a ausência do Estado e suas políticas, baixo desenvolvimento humano, narcotráfico, tráfico de pessoas, contrabando, pobreza e exclusão social.

Entretanto, na graduação, não conseguia ainda ver a possibilidade de falar sobre a Amazônia como um lugar de enunciação, propriedade e produção de conhecimento. Com o mestrado, as possibilidades começaram a se abrir através do contato dentro dos importantes grupos de pesquisa: Gepgênero e Gepcultura, com quase vinte anos de existência, onde já se privilegia o olhar e o lugar de fala, e foi aí que iniciou a minha jornada. Sabendo também, que aqui recebemos pesquisadores de diversos lugares do mundo, principalmente da Europa e EUA. E que muitos saem com discursos e narrativas sobre nós, nosso povo, nossa floresta, nossa sociedade e reconhecidamente falam por nós.

Quando em contato pela primeira vez com a leitura de Spivak (2010) na sua obra: “Pode o Subalterno falar?”, entendi a importância de saber o lugar de fala, onde estamos no mundo, e como sendo latina, mulher, mestiça, subdesenvolvida, da Amazônia poderia representar esse universo que diversas vezes foi ignorado pela ciência, principalmente o olhar do outro sobre o Norte do país como o lugar do discurso do atraso, onde não se produz o conhecimento e onde diversas vezes querem, ainda, nos colonizar e nos levar o “progresso”.

Outro texto que impactou a forma de pensar foi o do Aníbal Quijano, na “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (2005). Primeiro por ser um sociólogo peruano que tem grande importância para os estudos sobre América Latina e segundo, por mostrar os contextos que nos leva a entender o termo como a raça, como condição criada para determinar a exclusão de vários povos, inclusive nós latinos.

Ainda sobre isso, a inspiração veio também das professoras e pesquisadoras que aqui também produzem e incentivam outras e outros alunos como Prof. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Prof. Dra. Arneide Bandeira Cemin e Prof. Dra. Maria Madalena Cavalcante. Outra grande inspiração: as mulheres que produziram os olhares do gênero para o nosso contexto brasileiro como Prof. Dra. Rosa Ester, Prof. Dra. Joseli Silva e Prof. Dra. Heleieth Safiotti.

Quando em contato com as leituras sobre a colonialidade do saber, dentro das leituras de Walter Dignolo, é possível pensar no impacto que todos nós recebemos durante toda nossa formação. Uma espécie de adestramento ao culto do saber do outro, em detrimento do nosso. A produção do conhecimento sempre esteve ligada a um espaço geográfica, econômica, social e culturalmente determinado.

E, por fim, recentemente na leitura de um texto sobre o colonialismo no século no XXI, de Boaventura de Sousa Santos, texto esse dedicado à Marielle Franco: “É hora de declarar incumprida uma das grandes promessas modernas. O homem branco jamais aceitou a igualdade. Novas lutas precisarão impô-la” (2018, s/p). Este texto provoca a reflexão da nossa imagem perante o outro. Em que ainda no século XXI, o impacto que o pensamento colonial deixou nas nossas histórias, nas mulheres e homens, o sentimento de inferioridade e que acarretam da desistência de muitos de nós em fazer a ciência. Estatisticamente a população negra, mestiça, LGBTI, mulheres e homens pobres ainda vivem ameaçados por um sistema que não aceita a

igualdade e dignidade para todos. Por isso, a resistência se coloca como elemento importante na relação tensa entre as estruturas de dominação e os povos subalternizados.

1.2 As vulnerabilidades das mulheres, origem e destino em contextos migratórios

Há uma complexidade em relação ao conceito de exploração, uma vez que se leva em consideração o aspecto cultural e também como nos enxergamos e como o fazemos com o outro. Porém, o esclarecimento e a oportunidade de escolha dos indivíduos nos guiam nessa leitura sobre a ideia de exploração. Em vários momentos, o sujeito explorado não se enxerga como tal, ou não tem saída a não ser aceitar essa condição. E essa questão nos solicita uma análise sobre as vulnerabilidades.

Sabemos que as práticas de prostituição têm diversas formas de expressão, origem e determinantes para as práticas. Há aquelas em que as mulheres têm autonomia para exercer sua livremente por escolhas, mas também há aquelas que são exploradas e vítimas e o comércio sexual para elas representa algo que causa dor e sofrimento, exploração para suas vidas.

As realidades das condições econômicas, sociais, culturais e religiosas determinam muitas situações de exploração e do tráfico de todos os tipos. Por isso, é preciso entender e analisar os contextos de origem, a motivação das mulheres em sair do local para se destinar a outro, e quando chega ao destino, o que determina sua permanência no lugar, o que garante que ela não será explorada e como é a relação das mulheres migrantes com as autoridades competentes. A migração se confunde com tráfico humano e também ocorre o contrário e por vezes há a falta de conhecimento do que ocorre nestes cenários, tornando a exploração das mulheres um crime silencioso, eficiente e rentável.

A vulnerabilidade é, portanto, condição para que o indivíduo fique mais próximo ao risco de abusos. Nesse sentido, entende-se que a “vulnerabilidade é situação individual ou de um grupo, preexistente ou criada, que significa fragilidade e, por isso, potencializa a possibilidade da pessoa de se encontrar em situações de risco ou de exploração” (PEDRA.J. B. e BARBOSA, 2014, p.71-72).

Inicia-se, então, por entender os fatores gerais que contribuem para o tráfico humano. Esses fatores podem variar e também acumular-se dependendo de cada situação em particular. São eles: pobreza e desemprego, globalização da economia, feminização da pobreza da

migração, estratégias de desenvolvimento. Como exemplo, o turismo, a situação de conflito armado, discriminação baseada no gênero, leis e políticas de migração e de trabalho migrante, leis e políticas sobre prostituição, corrupção das autoridades, lucros elevados - envolvimento com o crime organizado e práticas culturais e religiosas, entre outras questões. Começamos por analisar alguns destes fatores. A iniciar pela globalização e seus efeitos sobre os aspectos geopolíticos, econômicos e sociais.

[...] o espaço global seria formado de redes desiguais que, emaranhadas em diferentes escalas e níveis, se sobrepõem e são prolongadas por outras. [...] o todo constituiria o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações – numa palavra, o espaço geográfico. (SANTOS, 2008, p. 50).

A globalização surgiu com a emancipação e consolidação do capitalismo como um sistema econômico, político e social. Ela significou, em primeiro momento, a mobilização dos países para eliminar as barreiras comerciais em busca de uma economia livre e global, que significava a maximização de lucros. A movimentação da economia para esse fim trazia em seu bojo o liberalismo com a ideia e prática de desregulamentação, circulação de bens, menos intervenção do Estado e a privatização das economias mundiais.

Essas mudanças levaram cada vez mais as economias industriais a buscarem altos lucros em detrimento às condições dos trabalhadores em todo mundo, o que faz crescer o desemprego e o trabalho informal, sem proteção nenhuma para o trabalhador(a). Essa desproteção causa a necessidade de que os indivíduos trabalhem em condições abusivas e degradantes, caindo o mito de que o capitalismo traz prosperidade para todos, que assim o quiserem. A estrutura da globalização serve historicamente aos grupos econômicos privilegiados, os grandes grupos hegemônicos que ganham grandes lucros pelo trabalho e mais-valia de outrem. O mercado de trabalho se faz da exploração dos indivíduos na condição de mercadoria.

A mudança na economia de forma global, também trouxe mudanças na estrutura familiar, uma vez que as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho a fim de atender às demandas do capital. Por outro lado, a inserção destas mulheres trouxe baixos salários e a insuficiência do sustento da família. Assim, o contexto da migração e a feminização da migração surge como um fato social. Entretanto, a migração não tem somente uma causa, ela remete a vários fatores, uma delas é a violência intrafamiliar, a violência doméstica que corrói as relações entre as famílias. Em busca de melhoria nas condições de vida, elas migram para

perto ou para longe e quanto mais longe, o risco de abusos é maior. As leis de migração também se colocam como fatores de influência para os indivíduos de uma forma geral.

Quanto mais leis restritivas para a migração, mais os migrantes, sejam eles homens, mulheres e outras identidades podem cair nas condições de tráfico humanos. Há uma necessidade comprovada de que em países que necessitem de mão-de-obra de migrantes. Todavia, estas não contemplam as políticas justas de migração, uma vez que as pessoas que buscam oportunidades fora de seu país acabam por recorrer a ilegalidade e facilmente podem cair nas de rede do tráfico de pessoas.

Um exemplo disso é a pesquisa de mestrado realizada pela pesquisadora Ana Carla Taborga, no mestrado em Geografia no PPGG-UNIR, defendida em 2017 com a temática: “O VÔO DAS ANDORINHAS” MULHERES QUE MIGRAM: ESTUDO NA FRONTEIRA ENTRE GUAYARAMERÍN-BOLÍVIA GUAJARÁ-MIRIM RONDÔNIA/BRASIL”, em relação à migração na fronteira de Guajará-Mirim e *Guayaramerín*, entre o Brasil e Bolívia. A situação ilegal das imigrantes bolivianas que residem no lado brasileiro reforça as práticas de abusos, pois a ameaça de entregá-las para as autoridades policiais faz com que aceitem as relações abusivas, ou seja, o medo faz com que elas fiquem silenciadas (TABORGA, 2017). As mulheres migrantes passam por inúmeras condições de invisibilidades como os acessos básicos de saúde da mulher, políticas de emprego, informações sobre a leis de migração e outras questões.

A realidade da mulher boliviana, que vive na fronteira de *Guayaramerín*-Bolívia Guajará-Mirim /Brasil, é marcada por uma série de invisibilidades. A proximidade entre os dois países, nesta parte do Brasil, revela uma aparente aproximação cultural entre os dois países. Porém, no dia-dia, a vida dos bolivianos e bolivianas que vivem no Brasil é atravessada pelo preconceito e desprezo por parte de alguns brasileiros.

Dados sobre do município de Guajará-Mirim, disponibilizados pela pastoral do Imigrante, Polícia Federal e Associação dos Bolivianos, mostram que aproximadamente vivem oito mil bolivianos de forma legal ou ilegal na fronteira do lado brasileiro. (TABORGA, 2017, p. 75). No entanto, esse número é variado, depende de uma série de mudanças econômicas, sociais e política que ocorre nos dois países.

A pesquisa de Taborga (2017) mostra que o perfil migratório das bolivianas na região de fronteira em questão é basicamente por acompanhamento do cônjuge e outro familiar. E os

motivos são, em sua maioria, devido ao trabalho e às condições econômicas em que elas se encontram no país de origem. A Bolívia é um país da América do Sul que possui uma vasta riqueza em produtos minerais (estanho, prata, cobre, zinco, ouro e enxofre). Entre eles, também tem os mais importantes como o petróleo e o gás natural. Entretanto, o país sofre com uma economia pouco desenvolvida, desigualdade social alta, poucos recursos que faz com que este país seja considerado uma das nações mais pobres do subcontinente sul-americano. Com um índice de Desenvolvimento Humano baixo e alta mortalidade infantil entre outros fatores, a Bolívia recentemente enfrentou uma crise política nas últimas eleições, que levou a queda de Evo Morales, o presidente eleito nas eleições de 2019.

Com tamanhas fragilidades em seu contexto político, econômico e social, a migração é uma consequência deste fenômeno. As mulheres, por sua vez, são as mais atingidas pela vulnerabilidade, ficando excluídas da cidadania. Um dos dados sobre renda na pesquisa de (TABORGA, 2017) demonstra que a das mulheres bolivianas que residem no Brasil, na maioria dos casos, tem renda que não chega a um salário mínimo do Brasil. A renda no seu país de origem é ainda menor e por isso elas migram.

Um elemento chave para a compreensão destes problemas, que muitas vezes é ignorado quando se pensa em políticas públicas: a discriminação baseada no gênero, uma vez que as mais atingidas com a pobreza, migração, exploração e tráfico são as mulheres. Assim, aponta-se:

A discriminação baseada no gênero é uma razão contundente para explicar por que mulheres e meninas constituem a maioria das pessoas traficadas. A discriminação baseada no gênero é devida ao *status* inferior das mulheres, particularmente em países em desenvolvimento, à falta da instrução das meninas, à expectativa das mulheres para executar determinados papéis e para ser a única responsável de suas crianças, e à discriminação contra as mulheres na participação política, sexualidade, religião, costumes e práticas sociais (TORRES e OLIVEIRA, 2012, p. 41).

Nesta leitura, podemos verificar que a mulher foi tratada no curso da história como ser inferior, o que gerou para ela a negação da sua dignidade e cidadania. Ainda nos dias atuais, estas práticas se resvalam na exploração da figura feminina. Como apontado por Torres e Oliveira (2012, p.40), “as práticas culturais de tráfico de pessoas eram realizadas muito antes da chegada dos conquistadores, sendo que as mulheres sempre foram as vítimas do tráfico”.

A mesma autora aponta que, em quase todas as etnias pré-coloniais, há resquícios da prática do tráfico de mulheres e meninas com o objetivo de evitar relações incestuosas, como

apontado nos trabalhos de Gayle Rubin (1986); Evans Pritchard (1978); Firth (1998); Geertz (1978); Leach (1995); Malinowski (1978) e Levi-Strauss (1996). Porém somente Rubin (1986) foi que apontou a relação de exploração com relação às mulheres. Outros autores, antropólogos referem-se a esse tipo de ação como “troca” ou “dádiva”. O que aponta o fato do sexismo ser presente mesmo entre estudiosos e ainda na sociedade globalizada, moderna e dita “esclarecida” ainda impera essas formas de relação. Baseado nisso, o sexismo:

(...) está presente em todas as instituições da sociedade no geral, e particularmente na estrutura do mercado de trabalho e nas oportunidades de trabalho disponíveis para mulheres. Uma perspectiva feminista para proteger os direitos de pessoas migrantes e traficadas é importante para assegurar-se de que as respostas não trabalhem para cortar ou pôr em perigo ainda mais os direitos das mulheres (GAATW, 2000, p.40).

A coisificação do corpo da mulher é marca do processo histórico de exploração, tanto das sociedades antigas como nas modernas, são revelações de comportamentos social e culturalmente construídos. Como consequência destas práticas, o crescimento da indústria do sexo e do entretenimento reflete uma prática histórica e comum e, por vezes, até incentivado pela mídia, o turismo sexual tem íntima relação com a prostituição.

No Brasil, há um apelo turístico em demasiado, pelas belas paisagens naturais, com muitas cidades atrativas, onde mescla variadas formas espaciais. Assim, alguns destinos se consolidaram nas últimas décadas como rotas de sexo fácil e barato, grande parte como resultado de uma desastrada campanha de divulgação do país no exterior, realizada ao longo de anos. Com isso, principalmente as crianças e adolescentes pobres ficam à mercê da exploração e do tráfico, principalmente vítimas que migram das cidades interioranas para as grandes cidades e capitais. Nessas redes articuladas, estão envolvidas empresas do setor hoteleiro, taxistas, garçons, guias turísticos entre outros atores.

Outra causa deste cenário de vulnerabilidade é o conflito armado que acontece devido uma série de fatores, como pobreza, conflitos políticos, redes do crime organizado e outros e as conhecidas e crescentes facções que, na atualidade, têm sido pauta de preocupações das autoridades nacionais e internacionais.

Outro caso refere-se também a grupos terroristas ou conflitos étnicos e religiosos que podem causar guerras e atingem diretamente à população menos favorecida e vulnerável a todo tipo de exploração. É importante destacar que o tráfico de drogas que, na maioria dos casos,

está associado ao tráfico humano, tem crescido cada vez mais forte na região mais pobre da América. O narcotráfico de dimensões transnacionais tem crescido em todo o mundo, principalmente em países considerados de terceiro-mundo, suas consequências são nefastas para a sociedade como um todo, pois envolvem problemas sistêmicos nos diversos países.

Uma das questões mais delicadas de tratar o aspecto da vulnerabilidade e suas causas são o das autoridades corruptas. Quando não se tem proteção do Estado ou o próprio Estado é conhecedor e ignora o problema e até mesmo participa ativamente através de seus agentes para cometer atos ilícitos e criminosos. Temos aí um grande problema a ser transposto, talvez o mais difícil de combater. Desta forma:

[...] as autoridades corruptas fazem indubitavelmente sua parte para facilitar o processo do tráfico. O relator especial da ONU sobre Violência contra as mulheres observa que mulheres traficadas relataram elevados níveis de cumplicidade e participação do governo. Oficiais aceitam subornos de traficantes em troca da permissão para cruzar as fronteiras, e as autoridades podem estar diretamente envolvidas. Por exemplo, há relatos de participação direta de oficiais tailandeses e de Myanmar no tráfico de mulheres entre Myanmar e Tailândia. Mulheres relataram terem sido transportadas para a Tailândia por policiais uniformizados e armados, e frequentemente em veículos policiais. Uma vez na Tailândia, os policiais protegem e são clientes dos bordéis. (GAATW, 2000, p.45)

Como acima descrito, os problemas aparecem no suborno, na falta de ética no exercício profissional, no ato criminoso em agentes do Estado. O exemplo acima remete-se à Tailândia, porém não tão distante, aqui no Brasil também essa permissividade/ seletividade/ conivência das autoridades para com o crime é algo comum.

A Tailândia é palco de preocupações pelo alto número de explorados, principalmente sexualmente. A famosa cidade de Bangkok é o destino do turismo sexual de jovens e adolescentes, vista como “paraíso do turismo sexual”. E conivência de agente do Estado, a exploração de vários segmentos segue sendo algo “normal” neste país. A prostituição tem raízes históricas e ligações com as visões culturais e religiosas que ligam a ideia do Karma, pois a grande maioria da sua população é budista. Acredita-se que as filhas solteiras têm o dever de sustentar os pais, assim as mulheres que ganham mais na prostituição serão destinadas a trabalhar para sustentar seus pais, e assim cumprir o seu karma. Dessa maneira, as prostitutas têm grande respeito da população. Estima-se que existam pelo menos 250 mil mulheres exercendo a prostituição e dentre essas 40% são realizados por menores de 18 anos.

Outro fato relevante para esta questão aconteceu no país visto como exemplo para o mundo. O caso de Jeffrey Epstein. Um bilionário dos EUA que se tornou o centro de um grande escândalo envolvendo pedofilia, abusos, estupro e exploração sexual e tráfico de meninas jovens e que viviam na vulnerabilidade como uma rede de tráfico sexual de maneira piramidal e ele montou para isso uma “equipe de pessoas” para recrutar jovens.

O caso ficou conhecido mundialmente e ainda segue em investigação por terem elementos que envolvem autoridades importantes que tinham ligação direta com Epstein, como príncipe Andrew, o ex-presidente americano Bill Clinton e o atual presidente, Donald Trump. A questão que liga essa história ao abuso de poder é que autoridades norte-americanas tiveram envolvimento na manipulação do julgamento de Epstein para que este fosse beneficiado e não ser condenado pelos seus crimes sexuais em 2008, marcado pela impunidade e proteção de autoridades para que não pagasse pelos crimes. Em 2019, Jeffrey Epstein foi encontrado morto na cadeia em Manhattan (Nova York), após ter sido condenado a 45 anos de prisão.

As temáticas sobre as práticas culturais e religiosas, também são importantes para entender o contexto vulnerável do crime. As crenças modificam e estabelecem relações sociais baseadas na fé. Uma vez que se estabelece esta relação, as pessoas passam a crer e confiar em seu líder ou líderes espirituais. A partir disso, as relações de poder se colocam em alguns casos como relações de abuso. Por isso, a prática religiosa é um espaço também de vulnerabilidade, uma vez que o laço de confiança da vítima com seu líder ou líderes pode ocasionar no abuso.

Sobre o perfil das pessoas vulneráveis tem em sua história de vida com aspectos comuns, por isso, é importante para entender quais são as necessidades e motivações que levam as pessoas a serem tráfico de pessoas através do comércio sexual. Assim como apontado no material produzido pela *Defensoría Del Pueblo* (2014, p.5)

Cualquier persona puede caer en las redes de tratantes. No importa tu edad o tu condición económica. Los tratantes se aprovechan de la ingenuidad, el estado psicológico y necesidad de las personas; te venden sueños e ilusiones para después explotarte.

Em continuidade a esta leitura da cartilha da *Defensoría del Pueblo*, indica algumas razões propícias para a exploração, são elas:

La baja autoestima y la búsqueda exagerada de aprobación provocan una alta desconfianza e inseguridad, permitiendo flagelos en contra de su humanidad.

La ignorancia, ingenuidad y/o excesiva confianza. Falta de confianza hacia los progenitores o tutores Afán de conseguir dinero o estar a la moda. Manejo inadecuado de la presión del grupo, muchas veces los adolescentes y jóvenes por no perder la relación con el grupo que se relaciona accede y/o tiende a seguir de manera indistinta las indicaciones u órdenes que le encaminan a actividades que promuevan la autodestrucción o le lleven a cometer actividades ilícitas donde actúan las organizaciones o redes de tratantes. Para evitar este riesgo es importante generar en las niñas, niños, adolescentes y jóvenes ambientes de confianza y seguridad (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2014, p.6)

Pela leitura acima, pode-se identificar motivações e necessidades juntas, algumas delas é a de aprovação social, dinheiro, “estar na moda”, que pode ter relação com o consumismo, as relações sociais também são citadas, como exemplo a relação entre pais e filhos muitas vezes conflituosa, questão de aprovação social, falta de conhecimento e insegurança perante a sociedade, também são importantes o debate sobre a juventude.

Se tratando de jovens, sejam eles homens e mulheres que passam por grandes mudanças, a discussão sobre a construção sociocultural, os valores da sociedade capitalista como o consumo excessivo, o *status* social e a relação saudável familiar entram como aporte de analisar os riscos para o tráfico de mulheres. Por isso, a vulnerabilidade pode vir a existir sob muitas variáveis, pode ser individual e ao mesmo tempo em grupo, ela pode ser preexistente ou criada (PEDRA J.B. e BARBOSA, 2014). Significa também que ela pode ser e se comportar dentro de um espaço/tempo de forma mais intensa ou menos intensa, assim como pode se relacionar com a interseccionalidade e a violência estrutural.

Outrossim, apontado no Relatório da Consultoria para o levantamento e sistematização de dados sobre o tráfico de pessoas no Brasil para o período 2014-2016, realizado pelo Ministério da justiça, traz uma reflexão sobre a vulnerabilidade de que formas ela pode se manifestar. Primeiro, poderá ter o aspecto pessoal que se relaciona com as características individuais como sexo, identidade de gênero, orientação sexual, idade, etnia, religião ou até deficiência mental, física, entre outras situações. Na forma de vulnerabilidade situacional, está ligada à situação adquirida em um dado momento no qual o indivíduo pode passar, como exemplo a documentação ilegal em um país estrangeiro, ou mesmo estar em um lugar com idioma e cultura diferente. A última é a circunstancial, diz respeito a uma particularidade, por exemplo, a situação econômica, o desemprego, a pobreza, a dependência de substâncias entorpecentes ou do álcool (UNODC, 2012a).

Outro aspecto importante quando se abordam a vulnerabilidade é a forma como elas ocorrem, uma vez que estão em espaços e situações vulneráveis estão mais suscetíveis a estas práticas. Essas formas podem ser variadas, mas sempre aparecem elementos comuns, que é a promessa de vida melhor, dinheiro, *status* social e vantagens profissionais. Vejamos algumas delas elencadas na *Cartilla Informativa* (2014, p.5). Documento da Bolívia:

Quadro 1 - Formas de captar as vítimas do Tráfico Humano

1. Forma de abordagem	1. Como atuam
A través del abordaje personal.	Los tratantes se acercan a ti, /de manera directa, se ganan tu confianza y luego te convencen de ir con ellos al interior o al exterior del país, para después explotarte.
A través de las agencias de empleo informales.	Ponen anuncios y ofrecen trabajos con excelentes remuneraciones (buen salario), con pocos requisitos, sin experiencia y em algunos casos te ofrecen salir de tu ciudad. Los empleos ofrecidos son generalmente para: modelos, trabajadoras del hogar, labores de limpieza, talleres, textiles, fincas agrícolas, atención de karaokes, salas de masajes, clubes privados, pubs, bailarinas, damas de compañía, entre otros.
A través de medios de comunicación y SUS anuncios publicitarios.	Los traficantes de personas captan a la gente a través de avisos falsos de ofertas laborales u otros servicios que publican en la prensa, los entregan a La salida de colegios, institutos y universidades o los pegan en postes de luz, paredes, e incluso a través de oferta de matrimonio.
A través de medios de alternativos de información.	Utilizan panfletos y/o volantes que tienen carácter publicitario que se reparte en lugares públicos en los que se demanda, recomienda, pide, pregunta o hace constar algo en términos precisos. Em muchos casos se usa este recurso para demandar y ofertar servicios sexuales. Estos mensajes son anónimos.
A través de del internet, correos	Una de las estrategias más utilizadas por las organizaciones y redes de tratantes para contactar, seducir e inducir a las víctimas de trata de personas son el internet, los correos electrónicos o las redes sociales. Se presentaron varios casos donde niñas, niños y

electrónicos y redes sociales	adolescentes son captados por facebook. Hay gente que se hace pasar por una persona de tu edad y luego de lograr tu confianza quiere conocerte personalmente y te convence a ir con él o con ella y hasta te puede raptarte. Por eso es importante que no tengas contacto con extraños em las redes sociales
A través del rapto de personas	En las salidas de colegios, en las calles y otros lugares concurridos, los tratantes someten a las víctimas y las obligan a ingresar a autos para después trasladarlas a lugares lejanos y explotarlas.

Fonte: Adaptado de CARTILLA INFORMATIVA, (2014, p.06)

Como visto no quadro acima, as formas de abordagem são variadas e podem ser múltiplas ao mesmo tempo com fim de captar as vítimas. Todas estas formas também podem ser aplicadas ao contexto do Brasil, uma vez que a situação sociocultural é semelhante. Muitos jovens, principalmente mulheres em busca de emprego, realizar sonho de ser modelo ou mesmo ajudar nas finanças familiares, acabam refém das redes. No caso do rapto, é comum acontecer com bebês, crianças, adolescentes, nos outros casos é mais comum ocorrer pelo consentimento, um acordo o qual a vítima vai sem saber como será sua realidade. Na realidade, o consentimento, no caso do tráfico, é irrelevante para a determinação do seu conceito, o que determina a efetividade e o conceito de tráfico relaciona-se aos processos de vulnerabilidade.

Mais adiante, no último tópico, serão a questão do poder público e a sociedade que seguem, sem ter o esclarecimento real sobre casos de exploração e tráfico de mulheres e outros modos de tráfico que ocorrem na Amazônia.

1.3 O silêncio do poder público e da sociedade na Amazônia

Na região amazônica, o comércio sexual e exploração sexual é um assunto tratado ainda como um tabu e marcado pelo desconhecimento, julgamentos morais e religiosos. O Estado de Rondônia é em grande parte formado por uma população cristã evangélica. Apesar disso, o estado está em 6º lugar em número de estupros do Brasil. A região norte também é uma das regiões que se destaca quando o assunto é violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes.

Segundo Anuário de Segurança Pública aponta um aumento na violência sexual no Brasil⁶, foram 66 mil vítimas de estupro no Brasil em 2018, maior índice desde que o estudo começou a ser feito em 200, sendo a maioria das vítimas meninas (53,8%) de até 13 anos. Os dados revelam uma crescente escala de violência contra a mulher seja ela criança, jovem ou adulta. Estamos diante de um crescimento dos ataques as mulheres de uma maneira geral. Quando se trata da exploração sexual, uma pesquisa realizada pela Polícia Rodoviária Federal, em parceria com a ONG Childhood Brasil, mostra que existem 2,4 mil pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças em suas rodovias federais.

Nos estados vizinhos, a realidade também não é muito diferente. Em fevereiro de 2020, sob investigação da polícia federal, uma jovem estava sendo traficada para a Bolívia, vinda do Acre. Um casal foi preso acusado de tráfico de pessoas e exploração do trabalho escravo. Estes já vinham sendo investigados pela PF, pois já atuavam na região seduzindo jovens para trabalhar no país vizinho.⁷

Estas são situações que mostram as vulnerabilidades e fragilidades que as mulheres/meninas passam nesta região. Um relatório do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), divulgado em 2018 em Viena, mostrou que o perfil de vítimas de tráfico na América do Sul são mulheres e meninas e que 74% do total têm seu destino voltado para a exploração sexual.

Já no país vizinho, Bolívia representa um campo onde o comércio sexual e a exploração também se encontram com as condições socioeconômicas. As suas fronteiras geográficas internas e externas são bastante permeáveis, assim como no Brasil. As leis constitucionais do país que conta com um Estado Plurinacional, não dão conta da realidade de meninos e meninas bolivianas. Portanto, em toda a Bolívia temos zonas de risco de abusos sexuais. Em um trabalho realizado pela Fundación Munasim Kullakita, uma ONG ligada à Igreja Católica realizou um levantamento das principais cidades da Bolívia e sua relação com a exploração sexual. Neste trabalho, aponta-se que, na maioria das vezes, os espaços de capitação se encontram nas

⁶ Fonte: http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/ (Andre De Pieri Pimentel, outros, 2019)

⁷ Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/02/22/interna-brasil,829769/pf-salva-garota-de-16-anos-do-trafico-humano-que-seria-levada-para-bol.shtml>

⁸ Fonte: <https://exame.com/mundo/exploracao-sexual-de-mulher-e-perfil-do-trafico-na-america-do-sul/>

agências de emprego e as dinâmicas comerciais giram em torno de lugares onde se vende álcool e drogas⁹. Este é um fato que será analisado com mais profundidade no capítulo 4.

Em todo o percurso da pesquisa, as maiores dificuldades foram encontrar ações que o poder público fez ou faz para minimizar todas essas questões elencadas acima. De fato, o poder público brasileiro, nos três níveis de atuação, segue lento na luta contra o tráfico humano, principalmente na área de fronteira. Mesmo com o III Plano nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, CPI do tráfico, as legislações vigentes, Estatuto da Criança e adolescente (ECA), entre outros instrumentos não são suficientes para minimizar todos esses problemas.

Poucas campanhas são promovidas para conscientizar a sociedade sobre a exploração sexual e o tráfico de pessoas, a capacitação de profissionais também se faz necessária, principalmente os que atuam nos espaços críticos como as fronteiras. Políticas de integração e desenvolvimento na fronteira são escassas e o diálogo com o país vizinho não tem como temática o tráfico de pessoas. O que representa ainda descaso com a situação. As vítimas não têm apoio de equipes para que possam atender adequadamente. O tráfico é desconhecido e confundido com a exploração sexual, prostituição voluntária e/ou migração ilegal, este desconhecimento torna-se um impeditivo para os diálogos institucionais a fim de combatê-lo. No estado de Rondônia, durante toda a pesquisa, não houve casos registrados pelas autoridades, por isso a impressão são de que eles não existem, passando a ser um crime invisível tanto para o poder público como para a sociedade.

Em Rondônia, nenhuma das instâncias governamentais tem conhecimento, diretriz ou direcionamento de ações que combatam esse tipo de crime. Existem políticas locais contra a exploração sexual, porém sem levar a dimensão do tráfico de pessoas.

Uma cartilha foi elaborada pela Organização de Comunicação e Projetos Sociais o Repórter Brasil em 2015 com o apoio da Procuradoria do Trabalho da 23ª Região Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT). Quando se trata do combate, após a criação do I PNETP, a criação dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cuja a função é articular e planejar as ações de combate a esse crime. Com base nesses dados, foram identificados apenas nove estados e outros seis estão em planejamento. No mapa ilustrado, não

⁹ Fonte: <https://www.munasimkullakita.org/upload/documentos/dinamicas-del-comercio-sexual-de-nna-s-en-bolivia.pdf>

constam nem Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nem postos de atendimento avançado em nove Estados da federação: Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Mapa 1 - Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



Fonte: Repórter Brasil, 2015.

Os estados citados são exatamente os que fazem fronteira com os países vizinhos: Rondônia- Bolívia, Mato Grosso-Bolívia, Mato Grosso do Sul- Bolívia-Paraguai, assim os estados fronteiriços com outros países onde a mobilidade migração de homens e mulheres é intensa, sendo necessária uma atenção maior por parte do Estado e políticas públicas.

A pesquisa na Polícia Federal demonstrou os mesmos problemas comuns, não pela falta de conhecimento do tema, mas pouca preocupação como esta temática, uma vez que poucos casos chegam até a PF. Abaixo, parte das impressões de campo na pesquisa junto à PF em Guajará-Mirim em outubro de 2018:

[...]fomos para a Polícia Federal para conversar com um dos delegados a fim buscar mais informações e possíveis dados oficiais. Porém ao conversar com ele (delegado), tivemos mais certeza ainda, como este crime passa pela invisibilidade. O delegado, ao nos receber disse que não há casos registrados desde 2014, quando foi registrado um caso configurando tráfico humano, sendo este de uma jovem. Sobre este caso, ele não pode trazer maiores informações, pois ainda corre em segredo de justiça no processo judicial. Ele também disse que esta região não é atrativa para o tráfico humano, por ser muito pobre e não ter fronteira seca, o que pode dificultar a mobilidade e a fuga. Disse também que há fronteiras mais críticas nesta região e que não considera Guajará-Mirim- Guayaramerín é sim um lugar propício para o tráfico, mas especificamente para o tráfico de drogas e contrabando. Relatou que não há campanhas de combate por parte do Estado, pois não há uma preocupação com o tráfico, uma vez que são ‘raros’ os casos que aparecem na PF. (Menezes, 2018- diário de campo)

Nota-se que a preocupação é centrada em outros tipos de atividades criminosas, estes também não deixam de ser graves. Porém o tráfico de pessoas passa ainda pela invisibilidade, operando de forma silenciosa nas escolas da região.

O Consulado Boliviano em Guajará-Mirim também até o momento não registrou nenhum caso que possa ser considerado como tráfico de pessoas. O cônsul Alexander Guzmán Maldonado disse que não há queixas nesse sentido, os casos mais comuns que ocorrem nesta região são de violência doméstica contra a mulher. Abaixo, trecho do relato de campo:

Por volta das 11 horas da manhã, fomos direto para o Consulado Boliviano, pois tínhamos uma agenda com o cônsul boliviano Alexander Guzmán Maldonado. O mesmo nos recebeu de forma muito solícita em sua sala e conversou sobre o tema, porém como os outros os casos, ele disse que nunca ouviu falar sobre tráfico naquela região. Disse que no consulado no tempo em que está atuando (pouco mais que 1 ano), nunca houve queixa a este respeito. O que ele sabe que existe é a prostituição, na Bolívia é permitido e legalizado. Porém casos sobre tráfico não foi relatado nem chegou até ele. Contudo, ele ofereceu ajuda para que pudéssemos conversar com a Defensoria de La niñez e adolescencia da Bolívia, esta fica localizada em Guayaramerím. Fomos então encaminhados para conversar sobre este assunto com eles. (Menezes, diário de campo, 2018)

Apesar de não apontar o tráfico como um problema visível, o cônsul admitiu que a prostituição relacionada a exploração sexual é algo comum nesta região. Ele destacou que os casos de abusos e aumento da prostituição ocorreram principalmente na época da construção das usinas do Madeira. Isso gerou um deslocamento de mulheres bolivianas para exercer a prostituição, principalmente no município de Jaci-Paraná. Porém, este não era o problema em questão e sim os casos de exploração e abuso.

Imagem 1 - Consulado Boliviano em Guajará-Mirim



Fonte: Menezes, 2018.

Após conversa com o cônsul, fomos encaminhados para a Defensoria de *La niñez e adolescencia* da Bolívia, por meio de uma pessoa de confiança do cônsul em *Guayaramerín*. Nesta conversa com o representante da Defensoria, foi possível verificar que a realidade e os elementos que impulsiona estas práticas dentro da fronteira entre Brasil e Bolívia.

1.3 Trabalho de campo e a construção do objeto: Os desafios encontrados

O trabalho de campo constitui-se em um momento de suma importância para a pesquisa e para a pesquisadora. Nesse sentido, a experiência do trabalho de campo só vem a enriquecer com a gama de complexidades que aparecem neste caminho. Entretanto, também é o momento onde encontramos os entraves, problemas, dificuldades que são comuns em qualquer pesquisa. Ao longo desse caminho, é necessário, por vezes, recuar, reanalisar e modificar a forma e objetivos para que este possa atender a realidade social. Com isso, naturalmente a mudança é necessária, colabora para uma melhor compreensão do fato.

O trabalho de campo desta pesquisa iniciou-se em 2017, primeiro pelos âmbitos institucionais do Estado, a fim de ter dados, estatísticas, mesmo que ainda sem tratamento analítico. O primeiro local foi a Secretaria de Estado de Assistência Social do Estado de Rondônia - SEAS/RO, onde por meio de contatos, apresentei a demanda para a equipe que trabalhava com Direitos Humanos e Migração, logo a surpresa veio quando não havia nada a respeito, dados, denúncias, ou meios institucionais de prevenção ao tráfico aqui nesta região. Porém, apesar da frustração, me indicaram a procura da Instância da Igreja Católica, donde havia uma Rede que buscava a prevenção ao Tráfico Humano.

Esta chama-se “Um grito pela Vida”¹⁰. Com esse contato, comecei a adentrar a pesquisa e perceber que, na atualidade, os poucos que se importam com o tema são alguns segmentos religiosos e algumas ONGs. Em contato com a irmã Chiara, pude ter acesso a várias leituras acadêmicas sobre a questão do tráfico humano de uma maneira geral, mas sempre encontrava a figura das mulheres nesse cenário. Porém, ela relatou que ainda não tinha se deparado com casos reais aqui nesta região. O trabalho da Rede era dentro das práticas de prevenção, e esta ocorria nas escolas do Estado.

A partir daí, os contatos foram aumentando e o trabalho de campo continuou se desenvolvendo, ainda que devagar. Os entraves comuns eram sempre com relação a dados, o discurso é que sabiam que o tráfico existia, mas nunca apareciam vítimas e dados registrados. Essa foi a grande dificuldade na pesquisa, a ausência de dados. O que me fez pensar que a minha pesquisa era levar não a presença, mas o espaço ausente de dados, o deserto, a cortina de fumaça que existe em torno do tema.

Ao longo dos meses, fui a vários locais em busca de informações, nas instâncias do Estado, município, Polícia Federal, Ministério Público Federal, ONGs, Redes de combate à violência, Comissão de Direitos Humanos da OAB. Todas essas foram unânimes em perceber que não havia conhecimento suficiente sobre o problema do tráfico de mulheres no Estado de Rondônia, principalmente na fronteira do Brasil com a Bolívia, o que gera ainda mais a necessidade de descortinar o problema.

Durante os campos realizados na cidade de Guajará-Mirim, foram mais difíceis ainda, pois o clima de tensão é grande. Muitos me alertaram sobre os perigos de tentar levantar esses problemas naquela região, onde relatos dão conta de assassinatos simulados em forma de acidente de trânsito, onde a exploração sexual tanto do lado brasileiro como no boliviano é frequente, onde o trabalho escravo nas fazendas da região é comum, principalmente com os migrantes bolivianos e suas famílias, onde o tráfico de drogas e contrabando são realidades que se encontram com as crises econômicas, baixo desenvolvimento humano e poucas oportunidades de trabalho são visíveis neste local.

E ainda nestes relatos informais, em que as pessoas preferiram não se identificar, os

¹⁰ A Rede “Um Grito pela Vida” é Intercongregacional. Constituída por aproximadamente 150 religiosas/os de diversas Regionais e Congregações. Um espaço de articulação e ação profético-solidária da Vida Religiosa Consagrada do Brasil. Desde 2006, como parte constitutiva da CRB Nacional, atua de forma descentralizada e articulada com as organizações e iniciativas afins, nas diversas localidades, Estados e Municípios. Integra a Talitha kum – Rede internacional da Vida Religiosa Consagrada. Fonte: <http://gritopelavida.blogspot.com/p/quem-somos.html>

grandes envolvidos nestes crimes são autoridades da região: políticos, empresários, policiais e funcionários públicos que vão fazer turismo sexual. Estes atores sociais, que atuam tanto na exploração como na cafetinagem, têm certa proteção para isto, ou pelo menos passam pelas “vistas grossas” das autoridades diante das práticas ilícitas.

Ao atravessar para o lado boliviano, na cidade de *Guayaramerín*, a realidade chega a ser pior. O contexto da pobreza assusta no meio das lojas que vendem de “tudo”, percebe-se crianças famintas pedindo dinheiro o tempo todo, jovens, adolescentes com poucas oportunidades profissional, meninas com tenra idade já grávidas. E em poucos metros dos comércios locais, a prostituição em casas mais afastadas ocorrem tranquilamente. Durante o dia, o comércio é a atividade comum, onde os brasileiros de várias regiões do Estado se deslocam para as compras de produtos vendidos na Bolívia, mas durante a noite, os comércios dão lugar as casas de show, baladas e locais onde é possível encontrar adolescentes se prostituindo.

Relatos dos homens retratam que, ao atravessarem do Brasil para a Bolívia, são abordados pelos taxistas oferecendo mulheres jovens e meninas menores para fazer programa no local. O comércio sexual nesta região é alavancado pelo fluxo de vários homens que buscam prazer e “baixo custo” nos programas. Assim, a experiência de ser mulher no trabalho com o tráfico também refletiu em uma dificuldade. Quando se trata das mulheres na pesquisa sobre esse tipo de tema, são escondidos os acessos aos espaços de prostituição, para os homens o acesso a esses lugares é facilitado, onde os espaços masculinizados fazem com que as mulheres que chegam ali sejam vistas e apontadas como prostitutas. De fato, o corpo da mulher delimita fronteiras de acesso ou proibições, essa demarcação é ainda mais acentuada quando se trata da questão do comércio sexual.

Há um olhar diferente, espaços mais limitados e que demonstra que a experiência feminina é diferente, pois os homens têm mais liberdade de ir e vir nos diferentes espaços sem ter medo e ser confundido com um garoto de programa, como poderia acontecer facilmente com uma mulher. Outra face desta questão é que os homens também são mais assediados para praticar os crimes, as propostas aparecem com mais facilidade, sem pudor ou vergonha de ser repudiado ou repreendido.

Outros relatos dão conta de que funcionários públicos homens são muito procurados para fazer programas com jovens, inclusive nos relatos dos homens aparece a figura do “book”, onde se tem as fotografias, uma espécie de “cardápio” onde eles vão escolher as que desejam.

O maior problema não é a prostituição em si, mas essa atividade no submundo do tráfico,

pois se utilizam de adolescentes e crianças para os homens em busca de realizar seus desejos. Muitas jovens são aprisionadas neste submundo e obrigadas a se prostituírem, quando querem sair, são ameaçadas ou mortas.

As dificuldades acima apresentadas para realizar o campo, me limitaram na exploração maior do tema. Por vezes, tive que pedir ajuda do esposo para adentrar locais onde não era seguro para mim. Assim, ainda tínhamos que ter cuidado com a discrição e para que não soubessem o que íamos fazer, uma vez que o tabu e perigo são iminentes.

As colaborações da Pastoral do Migrante da Igreja Católica, tanto em Guajará -Mirim como em Porto Velho, foram salutares e de grande relevância para a feitura desta pesquisa. Assim como a colaboração do Consulado boliviano, e da Defensoria das crianças e adolescentes da Bolívia, nos forneceram informações importantes que ainda ficam no anonimato, por se tratarem de envolvimento com pessoas influentes na região. Infelizmente, os órgãos do Governo brasileiro pouco puderam ajudar, principalmente pelo desconhecimento e poucas informações sobre o tráfico humano.

Outra experiência que tive recentemente foi me deparar com um caso real o qual não havia buscado saber, pois tinha consciência da dificuldade que era buscar os casos reais de tráfico. Com esse caso, pudemos verificar como tráfico é silencioso, eficaz e tolerado na sociedade, por mais que se tenha legislação punitiva a respeito, os casos sequer passam pelas autoridades e, quando passam, não são tratados com tráfico de mulheres ligadas ao comércio sexual passa também pelo preconceito da sociedade.

Há redes de tráfico que atuam e simplesmente não há fiscalização e preocupação com essa prática, as jovens com histórico familiar de conflito são alvos fáceis do tráfico, em sua atuação também imperam o discurso da “vida melhor” que elas vão ter, o discurso do ganhar dinheiro e consumir encantam a maioria das jovens que vão para prostituição e encontram outro cenário.

Depois da qualificação em 2019, as viagens de campo estavam agendadas para o segundo semestre. Contudo, com o processo eleitoral de escolha do Presidente da Bolívia, iniciou uma grande instabilidade política no país que resultou na queda do então presidente eleito Evo Morales, que acabou renunciando em 10 de novembro de 2019. Todo o país passou por grandes manifestações violentas e os brasileiros que estavam no país passaram por momentos tensos, a maioria deles estudantes de medicina. Todo esse processo inviabilizou o andamento da pesquisa, pois a fronteira fechou por um tempo e o aconselhamento era de que não era seguro atravessar para o lado boliviano. No final de 2019, ainda teve uma viagem de

campo, porém pouco satisfatória para a pesquisa. O planejamento foi transferido para 2020.

Em 2020, logo em seu início, temos a ocorrência da pandemia do COVID-19 e dessa maneira todas as fronteiras foram fechadas, inclusive os decretos estaduais que determinavam o isolamento social para a contenção dos contágios, o que significou a inviabilização das pesquisas na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Porém, com ela ainda em andamento, conseguimos identificar atores que poderiam trazer contribuições importantes para o tema. Identificamos que poderia ser interessante a entrevista com um homem que viveu experiências na fronteira, uma mulher moradora e de vivência profissional na cidade de Guajará -Mirim, uma ex-trabalhadora do garimpo naquela região que compreende o Rio Beni, fontes essas que apareceram ao longo de 2020.

E, por fim, o trabalho de campo e as dificuldades encontradas me fizeram amadurecer e entender a complexidade do tema, os diversos discursos, vivências e ações que demonstram que o caminho do comércio sexual e tráfico de mulheres se impulsiona com o ritmo das relações de poder e com as atividades e ciclos econômicos da região.

1.4 Procedimentos metodológicos de análise

A partir da leitura de mundo através do olhar sobre a exploração de vidas por meio do tráfico de mulheres, é importante traçar os caminhos metodológicos da pesquisa. Com isso, a escolha do método deve expressar o olhar e posicionamento político-filosófico do/da pesquisador/da. Credo que a escolha do método alinha o nosso pensamento sobre a exploração, ordenamento do mundo onde os grupos antagônicos, se encontram no espaço social. Deve-se então, atentar para a escolha que fazemos ao abordarmos temas que denotem o meio social e suas contradições.

Resgatando a temática desta pesquisa que tem por objetivo compreender como o comércio sexual a partir do tráfico de mulheres cria dinâmicas específicas de mobilidade no espaço de fronteira das cidades gêmeas Guajará-Mirim – Brasil e Guayaramerín - Bolívia.

Verifica-se que o método é um importante aporte no intuito de dar um direcionamento filosófico como também político/prático.

O método tem como elemento geral a busca pelas múltiplas determinações que compõem o objeto concreto. E, dialeticamente, esse concreto que se apresenta só é possível de ser entendido se cercado das múltiplas determinações que o compõem, por isso, a postura do pesquisador tem de ser

aquela que leva as questões ao esgotamento das possibilidades.¹¹(NÓBREGA, 2018, p.29)

Para tanto, a escolha dentro desta perspectiva deu-se na proposta do método dialético. A escolha desta motivou a mostrar a realidade social dentro do seu contexto de contradições. Dessa forma, Spósito (2003) cita Lefebvre (1992, p.171) ao analisar essa questão, ele coloca que os pesquisadores que “utilizam este método confrontam as opiniões, pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”. Na proposta de Marx (1989), entende que a dialética é uma forma de compreensão do mundo pelo movimento da história, dentro do processo de tese, antítese e síntese. Assim, caracteriza-se o método dialético por:

Trata-se de um método que valoriza a historicidade. Não obstante, cabe talvez explicar o sentido da história. Quando pensamos em história pensamos em tempo. O tempo na perspectiva positiva se apresenta de forma linear, como sucessão de acontecimentos, metaforicamente, como seta. Para a dialética, o tempo é histórico, mas sua expressão metafórica é o espiral, ou seja, ele apresenta ciclos e projeções resultados do conflituoso movimento dos opostos ou do conjunto de contradições. A história projeta-se para frente sem repetições, por superação de contradições, portanto, a cada movimento um novo momento. O sentido da análise é captar a totalidade nunca alcançada, daí a compreensão de que o conhecido é um momento do processo, uma totalização demarcada por quem investiga.¹² (SUERTEGARAY, 2005, p.23).

Nessa medida, a historicidade revela os conflitos e contradições sociais, onde o tempo não é linear. Assim, Santos (1978) contribui para a leitura dialética e analítica do espaço geográfico:

Nesta perspectiva de análise crítica, de matriz Marxista, Santos (1978) construiu o conceito de Formação Sócio Espacial (FSE). Este conceito busca associar à lógica da produção/reprodução social ao espaço, indicando que, na mesma medida que o espaço geográfico é produzido socialmente, é, também ele, elemento constituinte da reprodução. O conceito de FSE constitui uma contribuição significativa como instrumento analítico do espaço geográfico (SUERTEGARAY, 2005, p.28).

Compreende-se que o espaço é movimento e que produz e reproduz socialmente, utilizando os elementos da natureza e das relações humanas. E que cada vez que o ser humano

¹¹ Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 8, N.1, p. 25-38, 2018.

¹² Suertegaray. Cadernos Geográficos - Nº 12 - Maio 2005.

passa a dominar a natureza, ele modifica cada vez mais o espaço e suas respectivas relações. Com o passar do tempo, no processo histórico de desenvolvimento das sociedades, os indivíduos ao modificarem a natureza, como consequência disso impactaram suas relações socioespaciais, produzindo as relações conflitantes, surgindo as classes sociais antagônicas numa estrutura social excludente.

A análise dialeticamente do espaço tem o pensamento crítico como elemento fundamental. Com isso, vem revelar as disparidades sociais, estrutura de poder e dominação dos agentes econômicos e políticos. Suertegaray (2005) lembra que, no âmbito deste pensamento crítico, é fundamental lembrar a discussão sobre o papel do espaço na construção da teoria Social Crítica, representada por Lefebvre, Castells e Harvey, discutidas amplamente por Soja (1993), Milton Santos (1997) e Damiani, Carlos e Seabra (1999).

Novamente, Spósito (2003) contribui citando Harvey (1984) para mostrar a construção dos dualismos, foi um fato do pensamento ocidental, sendo este explícito entre o homem e a natureza, fato e valor, sujeito e objeto, liberdade e necessidade, mente e corpo, pensamento e ação. Assim, o autor aponta que o método só pode ser compreendido através da sua prática.

Cabe mencionar que não vamos nos ater aqui em explicar o conceito de dialética, nem apresentar as discussões filosóficas ou críticas dentro dos seus autores, mas o intuito é relacioná-la com o tema, mostrando o fio condutor da análise do tráfico mulheres dentro da perspectiva dialética.

Dessa forma, dentro da concepção de Spósito (2003), o método escolhido dimensionado para a tentativa de desvendar os interesses, incutidos no tráfico humano, sejam eles econômicos, políticos e sociais. E também estabelecer algumas possibilidades de mudanças frente a esse fato. Dentro desse entendimento, “o método é a possibilidade de análise pela concepção da causalidade, assim como a inter-relação dos fenômenos” (Idem, 2003, p.52). Em outras palavras, mostrar as possíveis causas e características para o tráfico nesta região de fronteira, e basicamente como esse fato se relaciona com outros apresentados como os efeitos da colonialidade, a violência estrutural e cultural, racismo, sexismo, entre outros aspectos.

Outra questão é a inter-relação entre o todo e as partes, ou seja, perceber os vários elementos que se encontram relacionados, relacionando tese com a antítese (Idem, 2003). Esses modos de interpretar a realidade levaria a crítica e autocrítica do fazer. Assim, a relação está centrada na relação dinâmica entre o sujeito e objeto, caracterizando o movimento contínuo de transformação.

Cabe também citar as perspectivas analíticas Neomarxistas, advindas do período da Pós-

Modernidade/Modernismo. Harvey (1984) contribui destacando esse período que se dá nos anos 70 (Século XX), sob novas demandas da sociedade pós-modernas, bem como novos problemas aparecem para a serem problematizados. Assim:

Este é um tema discutido sob diferentes dimensões, cultural, política, econômica, filosófica, administrativa, entre tantas outras. Podemos buscar o entendimento deste conceito sob diferentes enfoques. Assim, Pós-Modernismo pode ser entendido como uma prática que emana da cultura do consumo de massa enraizada na vida cotidiana nesta fase do capitalismo avançado (HARVEY, 1993). Ou, como entende Chauí (1992), um momento do capitalismo denominado Acumulação Flexível do Capital, quando pensado economicamente, e representado pelo Neoliberalismo, quando nos referimos à política (SUERTEGARAY, 2005, p.33).

Desta maneira, observa-se que as novas demandas da sociedade pós-modernas como o elevado avanço das tecnologias, a era cibernética que provocou grandes mudanças na sociedade, sobretudo nas relações de trabalho e em novas formas de exploração dos seres humanos. Assim aponta Suertegaray (2005, p.33) que nesse momento:

Desmorona o estado de bem-estar social; promove-se a construção das políticas do Estado Mínimo; a regulamentação anterior dá lugar à desregulamentação de direitos sociais, educação, saúde, habitação, de regras trabalhistas, de contratos de trabalho, de processos de produção.

O que reflete em várias crises, como as crescentes migrações no mundo, muitas delas pela situação econômica e um liberalismo exacerbado em detrimento ao compromisso social. Neste intento, o trabalho informal cresce à medida que uma massa de trabalhadores perde seus empregos, junto a eles a seguridade social. O advento Técnico Científico Informativo apontado por Santos (1997, 2000) não denotou a melhoria de vida de grande parte da população mundial, ademais elevou a taxa de desigualdade. Através disso, a escravidão moderna ganha ares mais poderosos, pois suas vítimas são em primeiro momento aquelas excluídas de oportunidades. Sendo assim, Plassat (2014, p.72)¹³ nos diz que:

O número de pessoas traficadas ou escravizadas no mundo atual ultrapassa o de qualquer outro momento na história da humanidade. Não é mera coincidência: este século é o do capitalismo triunfante- que de tudo é capaz de fazer mercadoria- e da globalização – que do mundo fez um único supermercado.

¹³ Passat, Xavier. Onde está o teu irmão? IN: Nogueira, Christiane; Novaes, Mariana; Bignami, Renato. Tráfico de Pessoas: reflexões para a compreensão do trabalho escravo - São Paulo: Paulinas, 2014.

O que significa isso na prática? Que a pessoa é a mercadoria, o tráfico e a exploração sexual são o *locus* do espaço mercadológico de seres humanos. Onde as pessoas são tratadas como “coisa”, “descartáveis” e “produto” a serem consumidos. Esta é a marca da desumanização que percorre as veias do tráfico.

Embora percebamos que o método dialético configura e atende as reflexões da tese, verifica-se a necessidade de agregar as metodologias feministas em torno do assunto em questão. Neste entendimento, percebemos que o pensar sempre este associado ao masculino e que a mulher era atribuída à emoção e sentimentos. A ciência assim, construída sob a égide da razão objetiva e positivista, negou historicamente a mulher a posição de pensadora e produtora de epistemologias. Pelo entendimento das autoras Narvaz & Koller (2006, p.651)¹⁴, problematizam as formas diferenciadas pelas quais homens e mulheres foram inseridos na ciência.

Homens e mulheres fazem ciência de formas diferenciadas. A ciência positivista, considerada androcêntrica pelas epistemologias feministas, associou a objetividade à masculinidade, o que conduziu a presumir que, para ser objetivo, requer-se um distanciamento e uma separação entre razão e emoção (Eichler, 1988; Jaggar, 1997). As epistemologias feministas entendem que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objetividade e a neutralidade características da ciência positivista androcêntrica (Keller, 1985; Harding, 1986)

O posicionamento ético, ontológico, político e cultural reverbera novas formas de abordagens, buscado sempre o empoderamento dos grupos oprimidos. Outrossim, a justiça social é uma das tônicas que devem ser inseridas nas análises usando a metodologia feminista. Obviamente que estas revelam a arena social, as disputas de espaços de poder, e que mulher/negra/lésbica/gay tem um papel claramente rechaçado para que limite a sua atuação. Por isso, é importante a posição de resistência e avançar no sentido de buscar a visibilidade. Para isso, deve-se ter claro o cuidado, pois a “complexidade da investigação feminista envolve a preocupação com todo o processo de condução da investigação”, utilizando “instrumentos ou estratégias de mudança social” (NARVAZ & KOLLER, 2006, p.651).

De maneira sucinta, a proposta aqui é verificar como as estratégias do método podem nos ajudar a entender as espacialidades da pesquisa. Pela postura feminista – decolonial, dialética, mostrar as contradições e invisibilidades dos efeitos desta prática na sociedade, tendo

¹⁴Narvaz & Koller. METODOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DE GÊNERO: ARTICULANDO PESQUISA, CLÍNICA E POLÍTICA Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

em vista que os casos são crescentes, porém não há provas, investigações ou mesmo preocupação do poder público com tal prática. O que nos leva a entender que:

[...] o gênero deve ser considerado em duas perspectivas: como construção **simbólica** e como relação **social material**, que na realidade ambos os aspectos são inseparáveis. Em consequência, o propósito específico de uma geografia feminista é investigar e trazer à tona a relação entre as divisões de gênero e divisões espaciais, para descobrir como se constituem mutuamente, e mostrar os problemas ocultos trazendo sua aparente naturalidade.¹⁵(REIS, 2015, p.31, grifos nossos)

Essa aparente naturalidade com que se trata a vida humana no contexto de exclusão alinha-se com as diversas e diferentes identidades sociais. E que nesta transitam os corpos controlados socialmente, como se estes fossem uma ameaça a organização social.

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa quantitativa nos ofereceu a opção de análise por meio de dados estatísticos, tabelas, quadros, quantificações que possam dar guarida compreensão ao fenômeno do tráfico. Da mesma forma, a contribuição da pesquisa qualitativa pode nos fornecer a capacidade de análise a partir dos dados obtidos através de relatórios técnicos, livros, matérias jornalísticas, investigações e relatos dos sujeitos envolvidos. Assim, “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.32).

Da mesma forma, compreende-se que, na pesquisa em questão, essa abordagem foi útil no sentido verificar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos apenas à operacionalização de variáveis (idem, 2009). Neste sentido, a união entre as duas abordagens permitiu a produção de informações aprofundadas e ilustrativas (DESLAURIERS, 1991).

Com relação aos seus objetivos, foram escolhidas duas formas desta, a primeira caracteriza-se como a pesquisa exploratória, com o intuito de explorar o universo deste fenômeno, entender os meios do seu funcionamento e ter maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2007)¹⁶. Em seguida, utilizamos a pesquisa explicativa a fim de buscar as razões, motivações e condicionantes dessa prática, identificar os

¹⁵REIS, MÁIRA LOPES. ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 38, P.11-34, JUL./DEZ. DE 2015.

¹⁶GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência desses fenômenos (GIL, 2007).

1.5 Operacionalização da pesquisa

Os objetivos elencados neste trabalho nos direcionaram no desenvolvimento da pesquisa e assim fomos elencando as fontes, construção de dados e construção da informação. Quanto às fontes utilizadas escolhidas, primeiro as fontes bibliográficas, entendida como:

[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).¹⁷

Foram realizadas conforme a acessibilidade de dados que estavam disponibilizados através de livros, web sites, revistas indexadas e outras publicações. Entre estas consultas, foram utilizadas pesquisas no banco de teses da Capes, trabalhos publicados em outros países, monografias e artigos em revistas indexados no Brasil e em outros países. Neste caso, as fontes estão em português e espanhol. Foram também utilizados materiais publicados pela ONU, UNESCO, OIT, ONGS, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça. Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Brasil e da Bolívia, Legislações acerca do Tráfico humano do Brasil e da Bolívia, entre outros materiais. Todas estas para responder como os elementos do poder constituem o comércio sexual de mulheres entre as cidades gêmeas.

Utilizando-se também da pesquisa documental que,

[...]recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, documentários, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32).

Com base nisto, fizemos uso das mais variadas fontes de informação para a construção de dados, inclusive das redes sociais como Facebook, Instagram, canais no Youtube. Foram

¹⁷ FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

utilizadas fontes de matérias jornalísticas tanto do Brasil como da Bolívia e outros países. Utilizou-se também dos mais variados tipos de relatórios de diagnóstico realizados no Brasil, Bolívia e Amazônia nas escalas locais, regionais, nacionais e internacionais, assim como documentários e filmes produzidos sobre o assunto, para uma melhor compreensão e aprofundamento. Enfim, foi buscado o maior número de informações possíveis para compreender a complexidade do tema.

Esses levantamentos, tanto bibliográfico como documental, foram de extrema importância para entender basicamente o universo estudado, mesmo que este não fosse dentro da área de fronteira escolhida, mas qualquer informação poderia ser importante para entender o todo e as formas de atuação destas redes e como os sujeitos se configuram no espaço do crime.

Outra característica desta da pesquisa é o *ex-post-facto*, ou seja, o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos, como é o caso do tráfico de pessoas, por isso, os dados coletados após a ocorrência do fenômeno nos dirigem ao objetivo de investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente (FONSECA, 2002).

Com isso, a construção do processo de pesquisa, envolve um conjunto grande de variáveis e cuidados nas suas escolhas, o que demanda constante avaliação da metodologia e dos instrumentos operacionais. Para esse fim, a pesquisa caminhou primeiro por entrevistas estruturadas, com o objetivo de explorar o tema. Essas foram realizadas com agentes do Governo Estadual e Federal, assim como as ONGs e instituições religiosas no período de 2017 a 2019.

Assim, também foi usada a entrevista semiestruturada, utilizando-se por um roteiro de perguntas para com os sujeitos envolvidos entender a visão de cada um no processo, esta foi realizada no ano de 2018 e início de 2019, quando realizada a viagem de trabalho de campo. Os instrumentos básicos utilizados neste trabalho foram: gravador, câmera fotográfica e diário de campo. Em 2020, foram realizadas entrevistas com sujeitos que elencamos serem importantes para dar profundidade as análises do comércio sexual e o tráfico de mulheres. Estes sujeitos, no entanto, não representavam instâncias do Estado. Abaixo os locais onde foram realizados campo de pesquisa entre 2018, 2019 e 2020:

Em Porto Velho:

Entidades governamentais: SEAS; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; POLÍCIA FEDERAL, OAB, CONSELHO TUTELAR DE GUAJARÁ-MIRIM.

Entidades religiosas: Igreja Católica- CNBB, Pastoral do Migrante

Outras: Rede Grito pela Vida e Rede Lilás

Em Guajará-Mirim:

Entidades governamentais: CONSULADO BOLIVIANO; CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA FEDERAL

Entidades religiosas: Pastoral do Migrante

Outras: Não houve.

Em *Guayaramerín*:

Entidades governamentais: DEFENSORIA PÚBLICA DE ADOLESCENTE E LA NINEZ

Entidades religiosas: nenhuma

Outras: não houve

A operacionalização da pesquisa se deu a partir da definição de acessos permitidos e seguros, para se realizar a pesquisa. Foi pensado também pelos princípios éticos e profissionais que este tipo de pesquisa demanda como o sigilo em alguns documentos e informações, principalmente com relação às vítimas. Em se tratando de um tema que abrange um crime de grandes proporções e periculosidade, optou-se por não buscar diretamente as vítimas, mesmo assim apareceram casos reais no andamento desta.

Em primeiro momento, a busca foi de verificar como as instituições estavam se mobilizando com relação ao tema, tanto no município, estado no âmbito nacional quanto internacional. As ONGs e outras instituições também foram prospectadas. Desse modo, ficou estruturada a operacionalização projetados dentro do foco de atuação:

- I. **Espaço institucional:** Dados estatísticos de denúncias e possíveis investigações do tráfico, políticas públicas (planejadas, realizadas e/ou em andamento), aparatos de enfrentamento como legislações e discursos/relatórios e materiais institucionais.
- II. **Espaço da sociedade civil:** Organizações não-governamentais - ONGS, dados informais, movimentos sociais articulados em volta da temática tráfico/prostituição/trabalho escravo/exploração sexual.
- III. **Mídia/imprensa:** levantamento de matérias na web, casos abrangendo tráfico e

exploração na fronteira e fora dela, sujeitos envolvidos, denúncias e rotas do tráfico, redes de atuação, formas de captação das vítimas, crimes pelas redes sociais.

IV. Espaços e histórias vivenciadas no contexto do comércio sexual e do tráfico de mulheres: captação de histórias reais vivenciadas no contexto do comércio sexual e identificações de situações de exploração e tráfico de mulheres.

A construção da informação se deu de diversas formas, uma delas foi o mapeamento dos agentes que estão envolvidos na manutenção das relações hierárquicas no comércio sexual que podem ajudar a entender como o poder circula e de que forma se estabelecem estas hierarquias em diferentes espaços. Além disso, foram feitas entrevistas semiestruturada com uso de gravador e, às vezes, não era possível fazer uso deste, pois se tratava de situações adversas para a pesquisa. Estas foram realizadas com os agentes envolvidos. Com isso, pode contribuir para entender em que ponto se ligam as vivências cotidianas com as ausências e silêncios que através da violência estrutural, estabelecendo os campos vulneráveis para as mulheres na fronteira. Foram também usados outros instrumentos, principalmente durante o período de pandemia do coronavírus, parte das entrevistas ocorreram pelo WhatsApp que era o meio disponível no momento pelas circunstâncias em que vivíamos.

No próximo capítulo, será abordada a base conceitual no caminho da construção do fenômeno. Análises sobre gênero nas especificidades que envolvem a intersecção entre raça, gênero, nacionalidade, classe e idade. A ideia é pensar nesses processos a partir da lente da Teoria decolonial e a colonialidade como chaves analíticas na compreensão do comércio sexual e tráfico de mulheres.

CAPÍTULO 2- GÊNERO, CORPO E FRONTEIRAS DO COMÉRCIO SEXUAL: AS VÁRIAS ESCALAS ESPACIAIS DE UM FENÔMENO

2.1 O comércio sexual e indústria do sexo e os espaços de redes de poder

O comércio de seres humanos remete à construção da civilização que vem desde Antiguidade, passa pela Idade Moderna e chega à contemporaneidade. Este fenômeno reúne uma série de questões desde a colonização, a globalização, o capitalismo e a modernidade. Junto a eles se unem o aspecto da pobreza, a exploração, migração e o subdesenvolvimento, fatos que constroem dinâmicas próprias em diversas regiões do mundo.

Nesse caminho, é necessário construir as relações entre o tráfico pelas redes de comércio sexual. Para este diálogo, é necessário percorrer um caminho que pode ajudar a entender a complexidade do fenômeno. O comércio sexual é o agregador de uma série de atividades que vem se modificando ao longo dos anos. A globalização trouxe consigo um alargamento das relações entre os países, diminuição das fronteiras e novas relações sociais.

Nesse sentido, ao analisar o tema, Bernstein (2008) aponta que a indústria do sexo se apresenta em várias facetas. Ela agregou vários setores da economia global, entre eles, o comércio sexual que congrega cadeias de hotéis e motéis, clubes de sexo, calçadas da prostituição de rua, casas de massagem, bordéis, sites e revistas pornográficas, cinema e vídeos, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, cinemas e serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo. Enfim, a indústria do sexo oferece entretenimento através uma variedade de produtos, serviços e materiais audiovisuais que vão bem além da prostituição.

Esta visão “mercantilizada” do sexo é uma tendência da sociedade capitalista. Bernstein (2008) reflete sobre a intimidade como uma mercadoria onde a demanda sexual cria acesso a bens e serviços para este fim. Uma lógica cultural de culto ao sexo reflete uma série de relações, a ótica do comércio sexual atravessa o gênero, classe e raça, estabelece as relações de poder, são complexidades que elucidam a questão do desejo, gerando uma demanda por serviços sexuais e necessita das pessoas que irão atender a esses desejos.

A indústria do sexo ou indústria do prazer rende milhões de dólares por ano. Segundo dados¹⁸, este segmento está estimado em US\$ 46 bilhões por ano e que deve ao menos duplicar em 2020. Em alguns lugares do mundo, o sexo deixou de ser tabu e passou a fazer parte de grandes negócios e atrair vários tipos de investimento. O mercado brasileiro de acessórios eróticos deve faturar R\$ 1,5 bilhão neste ano em mais de dez mil pontos de venda, segundo a Abeme (Associação Brasileira de Empresas do Mercado Erótico).

O mercado do sexo sobrevive de uma infinidade de produtos e serviços que são também indiretos como salões de beleza, vestuário, cosméticos, academias, entre outros. Em grande parte, esta porção da economia se desloca para atender o desejo masculino. O modo como se estabelecem essas relações de poder e dinheiro fazem com que grande parte das mulheres, no comércio sexual, acabe como vítima de abusos, exploração e tráfico humano. Segundo a ONU (2019) – as mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas, representando 99% das vítimas na indústria comercial do sexo e 58% em outros setores.

Em relação à prostituição, os debates sobre a legalização ou não desta atividade passam por inúmeras polêmicas e discussões entre ativistas dos direitos humanos, estudiosos/as da área e feministas, não havendo ainda consenso sobre esta questão. São muitas situações que englobam essa atividade, não sendo possível olhar apenas sob um viés. Outro ponto a ser destacado é tratar a prostituição mais como caso de polícia e leis condenatórias morais do que como aspecto de políticas públicas para que as mulheres possam escolher exercer a profissão por vontade e não por necessidade e exploração de outros sobre seus corpos.

As narrativas moralizantes de agentes que trazem consigo ideias religiosas para a discussão podem, por vezes, levar o diálogo para a condenação da mulher e, principalmente, o controle do corpo feminino, que sempre foi algo exercido pelos mecanismos sociais, morais e também pelo estado. Para tanto, o foco aqui é buscar entender como essas redes de poder se entrelaçam e constroem dinâmicas que podem favorecer a exploração dos corpos femininos através do tráfico humano e da exploração sexual. O comércio sexual cria dinâmicas próprias,

¹⁸ Dados da ISTOÉ DINHEIRO, Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130726/novos-lucros-sexo/4933.shtml>

códigos de conduta, redes de relacionamentos e agentes que organizam o espaço social desta atividade.

As demandas do comércio e a indústria do sexo vão jogar com os desejos humanos. O dinheiro e o poder levam a uma concepção de valorização do ser. Homens e mulheres negociam com esses desejos. Há visões e entendimentos diferentes sobre o tema da prostituição e a indústria do sexo. Piscitelli, (2005) concebe que o sexo é um terreno de disputa, não como um campo fixo de posições de gênero e poder. E como esses desejos que são diferentes para cada pessoa, que estabelecem dinâmicas de exploração que vão se deslocando nas diferentes situações em que se apresentam o comércio sexual e a indústria do sexo. O campo de disputas, na organização deste espaço, tem vários atores, a intensidade da exploração entre vontade e exploração depende de como esse campo é organizado. Por exemplo, no campo da prostituição, onde as mulheres estão por vontade própria na atividade, as visões de exploração são diferenciadas. Compreende-se que as condições em que elas executam a sua atividade ditam as sensações ou não de exploração.

Em um documentário realizado em uma TV aberta, que tinha como temática a prostituição¹⁹, uma das entrevistadas era uma garota de programa que se identificava como Anne. Ela relatou que, quando entrou na prostituição, se sentia explorada por ter que fazer, em média, 35 programas por dia, cobrando 15 reais por cada um. Hoje, exercendo a mesma atividade, não se sente explorada por não precisar mais ter relações com um número tão grande de pessoas. Atualmente, ela vê sua atividade como uma “troca de afeto retribuída” e atribui seu sucesso ao acesso ao dinheiro e poder. O poder do consumo, através do dinheiro, pode ser a receita da satisfação e move a máquina do desejo de diferentes atores nesse contexto.

As motivações das mulheres no comércio sexual devem ser levadas em consideração. As variações podem estar relacionadas a necessidades básicas de vida e as criadas pelos apelos do consumo. Entre eles, poder de compra para as necessidades pessoais de vida e os de consumo que incluem beleza e estética, viagens, vestuário, sapatos, maquiagens e ainda os mais caros como apartamento, carro, e ainda status como poder fazer um curso superior, ter autonomia e

¹⁹ Documentário da TV Record. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KYSvqmYErwc>

independência financeira. São muitos desses objetivos que levam alguns grupos de mulheres a buscar o universo do comércio sexual.

Leva-se em consideração que algumas das mulheres não conseguem se encaixar no mercado de trabalho por inúmeras razões. Outras conseguem trabalho como um subemprego e baixos salários. Com pouco retorno financeiro, muitas delas preferem tentar a vida na prostituição, pois conseguem melhores retornos financeiros.

Outra questão sobre esse universo que é o comércio sexual é a controversa relação “Sugar”. Este tipo de relação, na atualidade, se tornou um comércio extremamente lucrativo e crescente na sociedade atual. Trata-se de um tipo de relação que tem, em sua base, a troca de benefícios econômicos, geralmente ocorre de pessoas mais velhas (sugar Daddy) que ajudam financeiramente as mais novas (sugar babys). Essas relações têm sido cada vez mais mercantilizadas por plataformas de relacionamento nos Estados Unidos, Canadá e, inclusive no Brasil.²⁰

Neste tipo de relação, basicamente é encarado como não prostituição. Os acordos nem sempre envolvem troca de serviços sexuais e o relacionamento pode se enquadrar de várias maneiras, chegando a ter sete tipos diferentes de relação diferentes no sugar. Temos diferentes visões sobre as mulheres no mercado sexual e a relação sobre a visão de seus corpos.

Em um artigo de pesquisa realizada pela professora Joseli Maria Silva e o professor Márcio Ornat (2016)²¹, sobre o mercado sexual na Espanha, traduz o pensamento eurocentrado comércio nas análises sobre as brasileiras na Espanha. Ela aponta a concepção tropicalizada, sexualizada e naturalizada em suas formas de ser e exercer sua sexualidade. Há uma preferência particular dos homens pelos “tipos” ou perfis de mulheres, mas para exercer papéis esperado do gênero (sexo, casamento, maternidade).

²⁰ Algumas das plataformas usadas são: <https://pronto.meupatrocinio.com.br/> e <https://www.meurubi.com/blog> onde há cadastro de homens e mulheres interessados na relação Sugar.

²¹ SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corporeidade: sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 1, p. 69-82, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/98302>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.98302>.

Silva e Ornat (2016), apontam que a visão das mulheres espanholas sobre as mulheres latinas é negativa. Assim diz que “as mulheres espanholas produzem um discurso claro de racialização das mulheres latinas para "naturalizar" as relações assimétricas de poder que inferiorizam as latinas, em relação às espanholas.” As noções sexualizadas colaboram para uma visão de inferioridade das mulheres. Portanto, as categorias de gênero demonstram diferentes modos de experiências que elas vivenciam nos espaços de poder.

Ainda em suas análises, Silva e Ornat apontam que a visão dos homens sobre as brasileiras é diferente das mulheres. Eles enxergam as mulheres que foram para a prostituição como uma maneira de driblar a situação de pobre em que viviam, as circunstâncias de vida levam a muitas irem para a atividade sexual remunerada. Porém, eles dizem que elas sabem usar esse “atributo” a seu favor. Com ele, elas conseguem cativar e conquistar os homens. As estratégias usadas pelas mulheres brasileiras podem ajudar em alguns aspectos. O fato de os estrangeiros fazerem alusão do Brasil com a floresta amazônica levam a construção de vários estereótipos sobre a mulher oriunda daqui. Por isso, em muitos casos pode levar a uma visão vitimada das mulheres. Silva e Ornat (2016), apontam que as prostitutas brasileiras compreendem as estruturas de poder estabelecidas e conseguem criar estratégias para tirar vantagem disso, como ajuda e presentes. Quando é conveniente mostrar que é brasileira e também conseguem perceber quando não é conveniente mostrar a nacionalidade em determinados espaços onde podem sofrer preconceito e discriminações.

Em nossa pesquisa em questão, temos uma construção de estereótipos entre as mulheres da Amazônia, como o exemplo da mulher acreana, demonstra parte da narrativa da mulher amazônica, pois ela é vista como a mais “quente” entre as mulheres da região. Inclusive, nos anúncios de jornais locais e nas redes sociais, aparecem as mulheres anunciando seus programas como mulheres acreanas para atrair mais clientes. As construções discursivas sobre as acreanas circulam por todo país. Grande parte da população reproduz a ideia de que elas são as que mais traem, as “safadas” e “quentes na cama”.

Estes estereótipos reforçam o discurso sobre a mulher latina/brasileira e a Amazônia encontra outros contornos como a ideia de que aqui as mulheres são ainda mais diferentes e “exóticas” do que do resto do Brasil. Estereótipos como a cabocla ou mestiça, indígena, negra, reforçam a racialização da mulher e que se soma ao estereótipo do comportamento delas, visão de que as mulheres nortistas são as mais fáceis para o apetite sexual.

A criação do estigma social Goffman (1981)²², identidade deteriorada se faz nas relações sociais e cria o atributo negativo, um traço que condiciona os indivíduos e os leva à inferioridade de homens e mulheres na sociedade. As concepções apontam para uma identidade deteriorada e estigmatizada. O termo “normalidade” é cunhado entre as ciências médicas e organizações burocráticas ligadas ao Estado (idem, 1981). De maneira sucinta, a imagem da mulher, principalmente aquelas que vão atuar no mercado sexual, é construída com base no estigma “desviante”, esta questão será analisada mais adiante

Mas ao mesmo tempo, esses atributos podem ser usados como estratégias em determinados espaços para vantagens no mundo da prostituição, como no caso do uso da identidade da mulher acreana. O fato de usarem essa identidade para atrair mais clientes denota uma certa vantagem no intercâmbio sexual. A mentalidade popular é de que a iniciação sexual da mulher da Amazônia é mais cedo e que elas são as mais “liberais” em relação a sua sexualidade. O fato de ter a pele morena/escura que é um traço típico das mulheres da região é objeto de discursos sobre os comportamentos dentro deste conjunto de estereótipos atribuídos as mulheres amazônicas.

Outrossim, há uma construção discursiva do corpo da mulher que atua no mercado sexual, diferente de outras. Levam-se em consideração várias questões, que vão desde a percepção, estética, ações e comportamentos e atos praticados em espaços específicos. Estes atos ganham vários atributos no discurso moral, religioso, social e acadêmico. É nesse sentido que o corpo e a relação com o espaço ganham atributo na discussão desse trabalho, como conceber o corpo feminino em uma escala de poder e dominação em diferentes contextos. A seguir, será discutido esse aspecto na análise entre poder e vulnerabilidade do feminino.

2.2 A multiescalaridade do fenômeno, o corpo feminino entre a escala global/local.

Para analisar o fenômeno do tráfico e comércio sexual, é necessário refletir sobre as várias dimensões e possibilidades analíticas. Para isto, trouxemos a leitura da escala na geografia como uma possível maneira de compreender como o corpo se movimenta neste espaço, em suas variadas dinâmicas e escalas que vão desde o local ao global. Sabemos que o

²² Obra do autor - Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 1981.

conceito é utilizado de várias maneiras e aplicabilidades na ciência geográfica, sendo considerado um termo polissêmico (SANTOS; SILVA, 2014²³).

A perspectiva de Lacoste (1976) ajuda a explicar esses fenômenos geográficos, porém está mais restrita às análises da cartografia. Neste caso, a ideia de escala teria o ponto de vista das ciências sociais, a escala geográfica teria ganhado um aporte diferente. O primeiro ponto é entender que a escala é um conceito construído socialmente, definida por critérios e que vão influenciar na vida social. (HEROD, 2011). O espaço geográfico é constituído pela ação de seus agentes, estes vão atuar em diferentes escalas. (SOLER e SANTOS, 2019²⁴). Para (CASTRO, 1995), a escala geográfica seria a aproximação do real e reflete a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno.

Nesta compreensão, a verificação do fenômeno social é determinada pela necessidade de olhares multiescalares, ou seja, atravessam diferentes escalas do espaço em movimento contínuo. Outra questão importante é a percepção de que, com o desenvolvimento da sociedade, a noção de integração fica cada vez mais evidente, principalmente com o advento da globalização, escalas e fronteiras se tornam termos que remetem a um mundo onde as ligações entre “mundos”, culturas e sociedades se tornam mais próximas.

Dessa maneira, as articulações em múltiplas escalas dentro da configuração local/global refletem nos territórios – rede, onde os aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais estão cada vez mais integrados Haesbaert (2007). A coexistência de agentes e territórios múltiplos oferecem a teia de relações complexas do mundo atual.

No espaço urbano, onde basicamente ocorrem as negociações em torno do comércio sexual, são ordenadas por diversos níveis e hierarquias, com o diverso campo de conflitos. Nesse sentido, Vainer (2002) inscreve que as dimensões escalares sendo global, nacional e local

²³ Santos, Elizete de Oliveira. Silva, Francisco Antonio Carneiro da. REVISITANDO O CONCEITO DE ESCALA NA GEOGRAFIA. Bol. geogr., Maringá, v. 32, n. 3, p. 16-27, set.-dez., 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/MEDTEC%20ELIS%20FERREIRA/Downloads/19554-Texto%20do%20artigo-113555-1-10-20150213.pdf>

²⁴ SOLER, André da; SANTOS, Fernanda Andrade dos. Multiescalaridade Urbana: Questões de escala nos estudos e políticas urbanas. XVIII ENANPUR. NATAL, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=952>

devem ser enxergadas como processos interligados e inseparáveis. Escalas remetem também a relações de poder (SOLER; SANTOS, 2019), o que costuma revelar assimetrias e conflitos.

Nestas redes de relações, o corpo passa pelo filtro das hierarquias sociais, apontado por (ALVES; GUIMARÃES, 2010). A escala do corpo, assim como a escala urbana, é socialmente construída. Entendemos, dessa maneira, que o corpo não é apenas uma construção física e biológica, mas ocupa um lugar importante na compreensão das relações humanas. Do ponto de vista antropológico, o corpo é compreendido primeiramente por Marcel Mauss (1974)²⁵, através de ideias como as das “técnicas corporais” onde o indivíduo aprende a estar no mundo. Cada sociedade ensina como ser, o corpo também é educado para cada sociedade, de acordo expectativas geradas para cada indivíduo.

Neste sentido, os corpos são construídos, mais do que isso, são classificados e controlados. Mauss (1974) prossegue refletindo sobre os gêneros e maneiras diferentes de ser homem e mulher. Para ele, as diferenças não são apenas fisiológicas, mas também psicológicas e sociais. (COMPARIN; SCHNEIDER, 2004)²⁶. Segundo Harvey (2004), o corpo é capaz de transformar e ser transformado por meio de processos históricos e geográficos, como objeto inacabado e em constante mudança.

Podemos dizer que o corpo interage o tempo todo com o espaço. A postura (corporal) e atitudes (psicológicas)²⁷ podem revelar a resistência ou reprodução de normas vigentes. Podemos citar as atitudes corporais de mulheres que vivem em sociedades mais conservadoras e machistas. A retração de seus corpos, formas de andar, postura e vestimenta refletem as expectativas esperadas das suas vidas através de seus corpos. Isso lhes é ensinado desde a infância, com atos de proibição, tabus e sentimentos de vergonha com seus próprios corpos. Reflete também na sexualidade, no autoconhecimento, na maternidade, nas atitudes diante de abusos, nas percepções que envolvem autoestima, aceitação e rejeição.

²⁵ MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. Sociologia e antropologia. São Paulo. EPU/EDUSP, 1974, V 2.

²⁶ Comparin, Karen Andréa. Schneider, Jacó Fernando. O CORPO: UMA VISÃO DA ANTROPOLOGIA E DA FENOMENOLOGIA. Revista Faz Ciência, 06,01 (2004)pp- 173-188 UNIOESTE ISSN 1677-0439. Disponível em: [file:///C:/Users/MEDTEC%20ELIS%20FERREIRA/Downloads/7407-26724-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/MEDTEC%20ELIS%20FERREIRA/Downloads/7407-26724-1-PB%20(1).pdf)

²⁷ (ALVES e GUIMARÃES, 2010, p.248)

Portanto, as atitudes corporais não estão soltas no espaço, mas são reflexos dos comandos sociais exigidos cotidianamente, o que revela o “corpo social”, guiado, controlado, vigiado e, no caso da mulher, visto como corpo objeto de desejo ou repulsa. Isso vai depender do contexto e posição deste corpo na sociedade. Destaca-se que esta visão não se limita apenas ao corpo da mulher, mas sim de todos os corpos e identidades que por ele se revelam. As sexualidades, culturas e religiosidades são expressadas pelos corpos em seus atos, posturas, atitudes e performances.

Outro exemplo de controle corporal da mulher é a questão reprodução que envolve, gravidez, parto, laqueadura, aborto, uso de contraceptivos entre outros. A sociedade se impõe como controladora do corpo em suas variadas maneiras de expressão. Nesse ponto de vista, Foucault insere a leitura do poder na produção dos corpos (Fonseca, 2015). Ele procura entender como os discursos e as práticas atuam sobre o corpo.

O corpo para Foucault é uma instância que realiza o poder (Fonseca, 2015)²⁸. O poder exerce força sobre o corpo, e atua sobre ele. Seriam então as técnicas do poder que agem também sobre o corpo. Assim como o

(...)o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1987, 28)

Nesse sentido, na sua compreensão, as forças externas atuam sobre o corpo. Foucault vincula o saber e o poder e se dinamiza através de suas práticas. O saber se coloca enquanto discurso de verdade. Ele chama de “tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 1987) o modo de operar saberes que se dirigem ao corpo. Para ele, o corpo não é apenas uma realidade material dada, mas sim um efeito material. Ele é moldado para que através dele se realizem as práticas desejadas pela sociedade.

O corpo feminino sempre foi alvo de construções sociais com vistas ao seu controle. Desde os discursos religiosos, filosóficos e científicos, temos uma tentativa de entender e controlar e estabelecer limites, fronteiras de sua atuação. Mas não somente os corpos femininos, como toda a sociedade em seus mecanismos e dispositivos de controle produzem maneiras de

²⁸ Fonseca, Angela Couto Machado. PODER E CORPO EM FOUCAULT: QUAL CORPO? Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC v. 35.1, jan./jun. 2015.

vigiar, controlar e punir como apontado nas ideias de “biopoder”, ilustradas por Foucault em *Microfísica do Poder* (1979.)²⁹. Já em *“Vigiar e Punir”* (1987)³⁰, o autor aprofunda ainda mais as compreensões sobre o corpo. Em suma, pode-se conceber que, na ideia dele, “O corpo é o efeito material que coincide com suas formas imateriais (suas tecnologias produtivas)”, assim aponta Fonseca (2015). De tal maneira, o corpo e através dele se dá o controle sobre a sociedade:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, a biopolítica é o que mais importa, o biológico, o somático, o físico. (FOUCAULT, 1994:210)

Com essa leitura, temos as marcas históricas e culturais inscritas no corpo das mulheres. O corpo da mulher como uma realidade social, fruto de processos históricos atravessam as múltiplas escalas. Podem-se identificar leituras específicas da sua condição frente a processos maiores. Portanto, podemos dizer que as características específicas do comércio sexual/exploração/tráfico das mulheres (na sua identificação como gênero feminino) estão fortemente relacionadas às formas de produção e reprodução de estratégias discursivas no espaço geográfico.

Concebemos que o corpo, no espaço e suas multiescalaridade, é um dado relevante para esta análise. Entretanto, ainda é necessário entender o corpo também como o lugar de enunciação, o lugar de fala, expressão de poder/autonomia/submissão/dominação, necessariamente é preciso incorporar uma categoria analítica neste âmbito.

Nesse sentido, atemo-nos à leitura a respeito do corpo em perspectiva decolonial, observando o olhar em que o europeu concebeu o “outro”, desumanizando o seu corpo (corpo sem alma), prerrogativa cristã para ser um humano. Assim, os nativos eram como corpos sem “alma” (Haesbaert,2020)³¹.

Outra questão observada é a racialização e generificação do corpo colonizado. Dá-se a implementação do sistema moderno- capitalista-colonial, em que os corpos em suas diferentes construções raciais são idealizados e projetados de formas diferentes. O que inclui

²⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

³⁰ _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.

³¹ Haesbaert, Rogério. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. Revista GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.

necessariamente visualizar as intersecções e relações do corpo com classe, gênero, raça, identidade escala (nacional/regional/local), capacidade física e idade ou faixa geracional (diferentes temporalidades). (idem,2020-adaptado).

O importante apontamento (Haesbaert, 2020, p.31) sobre a multiescalaridade e os desafios para a leitura decolonial na perspectiva geográfica passa pela compreensão da colonialidade do poder, do saber e do ser. É necessário perceber, segundo o autor, a “multiplicidade de temporalidades e ritmos”, são caras à ideia de que o tempo reflete formas e vivências que nem sempre seguem aquele padrão de uma sociedade “linear”.

Com isso, a necessária visualização do corpo feminino em determinados contextos elucidam pontos importantes de análise, como o caso da mulher latina, racializada, sexualizada e com limitados espaços de autonomia sobre seu corpo e ação dele no espaço. Como é o caso das políticas de migração, regras do aborto, regras nas questões da maternidade, prostituição, exploração sexual e outros. Isto influencia em suas práticas afetivas, sociais e culturais, na constituição do olhar endógeno e exógeno. Isto indica como os corpos estão dispostos no mundo, envoltos por diferentes aportes culturais, sociais e econômicos.

O importante relato da pensadora de origem aimará, Julieta Paredes, intelectual e ativista feminista boliviana compõe a nossa análise sobre a questão do corpo da mulher latina:

O feminismo tem a ver com meu corpo negado, ignorado e invisibilizado. Eu, como aimará, tive que com quatro ou cinco anos deixar de falar em aimará, precisamente porque iria ingressar na escola e meu pai – agora não o julgo, mas houve um tempo em que tive muita raiva – me proibiu de falar nosso idioma porque não queria que eu tivesse um jeito indígena e que se notasse que eu vinha do povo originário – como se eu não tivesse a minha cara como prova de que venho do povo aimará (PAREDES, 2019, p.26)

A pensadora reconhece que a mulher latina, caracterizada pela etnicidade do seu corpo, assim como o idioma falado, seguiu por muito tempo invisibilizada, sobretudo pelas instituições sociais, como o caso da escola, uma das instituições sociais responsáveis pela massificação de mentes e adestramento de corpos para o atendimento a um padrão social vigente. Paredes utiliza o marcador da identidade social, o “lugar de fala” para contestar a essencialização, assim:

O que eu faço com meu corpo é transformá-lo num instrumento de luta e, por outro lado, um instrumento de reflexão, como aimará e lésbica, porque esse é outro elemento também importante para minha vida. (...) Em todo esse tempo, vejo a necessidade de pensar a descolonização de nosso processo de transformação também a partir dos corpos das mulheres. (PAREDES, 2019 p.27)

Por fim, Paredes indica a necessidade do reconhecimento das diversas expressões da vida humana no processo socializador. O processo de transformação, reconhecimento e dignidade dos povos passa também pelo olhar sobre seus corpos. Em especial, o corpo da mulher que passa por diversas formas de controle e julgamentos sociais. É importante frisar que, ao falar de um povo originário, temos necessariamente que admitir que, por mais esforço que possamos fazer, não podemos falar por eles. Esta condição foi questionada pela própria Paredes e outros grupos de estudiosos das teorias decoloniais.

(Lopez, 2015)³², citando Avtar Brah³³ (2011), aponta a reflexão sobre os “feminismos diaspóricos”, coloca que eles desestabilizam a noção de mulher como uma categoria unitária: diferentes “feminilidades” são construídas dentro de processos estruturais e ideológicos mais amplos”. Ela enfatiza sobre a “crítica é direcionada ao fato de que as perspectivas feministas ocidentais até pouco tempo deram pouca importância à racialização do gênero, classe e sexualidade.” (idem, 2015)

O que podemos compreender, de fato, é a necessidade de percepção dos vários feminismos a partir das maneiras distintas de vivências. Há que se observar que nem sempre os critérios são universais, este é um importante debate para entender o corpo da mulher a medida em que ao conceber suas performances sociais e culturais, ela constrói referências, estratégias, resistências e subjetividades e vínculos de pertencimento.

Outras questões importantes nas relações que envolvem o comércio sexual e seus efeitos podem estar relacionados com a hipersexualização do corpo da mulher. Pode agregar uma estrutura de exploração que se camufla através de relações que aparentemente deixam as mulheres com certa “autonomia”, dando a ela o poder de escolha, porém alguns questionamentos são necessários como o discurso de controle e dominação e tratamento do corpo da mulher como um produto a ser comprado. Portanto, em meio às vulnerabilidades, essas escolhas podem ser questionadas.

³² López, **Laura Cecilia**. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. Revista Horizontes antropológicos. V. 43, 2015.

³³ BRAH, A. *Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

Dessa maneira, o corpo pode ser visto e tratado como mercadoria, e as relações capitalistas estabelecem as demandas de oferta e procura. As demandas vão além de corpos das mulheres, vão também aos corpos infantis e juvenis, um negócio que movimenta milhões nas redes de pedofilia. O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, uma rede de organizações não governamentais, estima que existam 500 mil crianças e adolescentes na indústria do sexo no Brasil. O que ganha mais nesse negócio? As mulheres ou os donos do de sexo?

Nestes termos, a hipersexualização e seus efeitos em corpos femininos vem sendo discutido dentro e fora do meio acadêmico. Esta construção de cenários vem desde as vestimentas, brinquedos e séries de TV inoculam, de forma sutil, a erotização precoce no universo infantil e acompanha a vida adulta de muitas mulheres. Os apelos publicitários envolvem a imagem de corpos femininos, a indústria do entretenimento, expondo-os de maneira puramente comercial e essa construção do imaginário faz relação com o efeito “Lolita”, muitas vezes enaltecido pela sociedade.

No contexto dos países latinos, temos a contradição e o paradoxo que envolve a dualidade entre os padrões conservadores e religiosos que limitam o corpo das mulheres e, ao mesmo tempo, o que se enaltece a sexualização de meninas, reduzindo-as a meros objetos sexuais. A erotização se estende encaixando padrões as mulheres, causando o aprisionamento delas nas maneiras de pensar e agir com objetivo de atender uma demanda, a do capital, dando menos atenção as outras formas de subjetividades importantes do universo das feminilidades.

Abre-se um parêntese para citar o Peru, um país com grande população cristã/católica, com muito dos seus habitantes, descendentes de indígenas com características físicas e culturais visíveis. Em Cusco, uma das cidades mais visitadas deste país, considerada a capital do império Inca, há uma visível exploração dos corpos femininos, porém o padrão de beleza é a mulher branca. Nas lojas, anúncios de revistas, outdoor da cidade é possível perceber que a mulher peruana com suas características indígenas é invisibilizada. Sua beleza é ignorada pela própria população local. Não obstante, percebem-se muitas jovens na cidade ainda na adolescência estão grávidas ou filhos pequenos. Porém, se for em uma farmácia da cidade, não se vende preservativos, apenas se pedirem. Não visível para que as pessoas possam comprar.

O que explica essas práticas? Há uma subjetividade em torno da sexualidade, tabus, pensamento que giram em torno da proibição, ao mesmo tempo em que a mulher peruana branca

é desejada e hipersexualizada, a mulher peruana indígena é ignorada, não tem acesso às políticas de educação sexual e vista como inferior em uma sociedade racista e sexista. No país, mulheres não dirigem, as das classes populares, em grande parte, vão atuar no comércio, poucas em espaço de liderança. A violência doméstica no Peru é alta, com o machismo exacerbado e as práticas femininas são ainda invisibilizadas. A sexualização tem um apelo racial, com a tendência a valorizar a mulher apenas pelos atributos físicos e com olhar sobre a cor de pele e etnia. Em um cenário infanto-juvenil, a erotização pode trazer sérios efeitos sociais e psicológicos. Pode chegar à distorção da própria imagem e até mesmo à depressão.

Os efeitos do racismo com essa questão é uma necessidade de análises, de modo que o olhar colonial sobre ser mulher de “cor”, mesmo aquelas com diferentes origens (negra, indígena ou mestiça) apresentavam características diferentes. Assim como menciona Spivak³⁴ (1997) na condição de subalterno, a mulher negra permanece muda por ser mulher, negra e pobre. A sexualidade da mulher negra e indígena aparece em vários escritos como algo a ser desvendado, controlado e comparada a um animal no “cio”. Nos escritos de *Caderno de memórias coloniais* (2010)³⁵, de Isabela Figueiredo, narram-se justamente as histórias dos períodos coloniais em Moçambique durante os anos 1960-1970. Neste romance, são retratadas as visões estereotipadas em torno da mulher e do homem negro, colonizado e reduzido a visões de mundo pelo olhar do branco.

Apesar de atualmente vivermos “outros tempos” de uma aparente superação das relações colônias, cabe ainda pensar as fronteiras das identidades das mulheres racializadas, chamadas de latinas, mestiças e mulatas e a sua relação com o mundo, o que a torna visível ou invisível diante dos contextos. Dessa maneira, o ser visível ou não é determinado pela intenção arraigada em controlar o corpo e desejo da mulher. Esta pode variar entre as invisíveis, ou hipervisibilização, quando a intenção é erotizar. (Corrêa, 1996)³⁶.

Compreender o complexo universo que engloba o comércio sexual e sexualização em suas diferentes escalas é ter em conta as fronteiras sensíveis no entendimento entre a autonomia, a escolha, manipulação e exploração. Neste ponto, reside a difícil tarefa de definir o tráfico de

³⁴ SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

³⁵ FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. 4. ed. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

³⁶ CORRÊA, M. A invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6/7, p. 35-50, 1996.

pessoas, em especial de mulheres no comércio sexual, pois emerge da necessidade de entendimentos dos marcadores sociais, contextos e negociações entre seus agentes.

As visões literárias e artísticas brasileiras engendradas sobre a mulher negra, mulata, mestiça corroboram para o reflexo do discurso erotizado e exotizado sobre ela, como exemplo: a invenção da globeleza³⁷. Na ideia de beleza vistosa, tendência para o sexo, a nudez e sensualidade marcada, evoca o seu lugar no mundo, apenas um destino viável, participar do comércio do desejo, objeto de entretenimento dentro do jogo de hierarquias sociais em sua multiescalaridade onde o global e local se encontram. A ideia construída da “globeleza” passa a ser um padrão esperado das mulheres negras brasileiras: ser sensuais, saber sambar, simpática, sorridente e disponível para os avanços masculinos. Grande parte disso é consequência dos apelos midiáticos em volta deste padrão, que é, na maioria das vezes, o perfil procurado pelos estrangeiros que vem para o Brasil em busca do turismo sexual.

Mais adiante, vamos entender a construção do conceito do tráfico humano e de que maneira ele se relaciona com o tema proposto neste trabalho, bem como a proposta da leitura do feminismo decolonial para o entrelace dos temas no contexto latino-americano.

2.3 Tráfico humano: tipos, características e diferenciações

O Tema “Tráfico Humano” relacionado com a exploração das mulheres representa uma necessidade de aprofundamento nas várias reflexões acerca da realidade de indivíduos explorados no mundo. O tráfico para prostituição e exploração sexual tem sido apontado em várias literaturas como uma das formas mais utilizadas de escravidão na atualidade, sendo conhecido como uma forma de escravidão nos moldes da pós-modernidade.

Documentos oficiais dos Direitos humanos sobre o tema apontam que atualmente existem cerca de 1,5 milhões de escravos sexuais no mundo e movimenta 31,6 bilhões de dólares no mundo. Segundo informações divulgadas na BBC Brasil³⁸, em outubro de 2017, este

³⁷ É o nome dado à mulher que samba nas vinhetas da emissora, pelo qual consagrou a carreira da dançarina Valéria Valença, que durante 14 anos foi a *Mulata Globeleza*, dançando apenas com o corpo completamente pintado nas vinhetas da emissora designadas para o carnaval.

³⁸ Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160331_atividades_crime_organizado_fn. Acesso em 28/02/18.

crime configura-se como uma das cinco atividades que mais rendem dinheiro no mundo, ficando em 3º no ranking dos crimes mais rentáveis. Situa-se como um crime organizado com uma grande rede espalhada pelo mundo. De acordo com OIT, pelo menos 99 bilhões de dólares é oriundo da exploração sexual.

Cabe, então, uma reflexão sobre a íntima relação entre o tráfico de pessoas e a questão gênero feminino, pensando ser um diálogo necessário entre estas conceituações. Outra questão é que grande maioria das mulheres, neste contexto, são destinadas para a exploração sexual. Parte da história que torna esta atividade uma das mais rentáveis do mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e de armas.

Dado o fato da grande rentabilidade financeira para as redes de comércio sexual e o tráfico, grande violência e as poucas ações das autoridades a respeito do tema, torna-se uma pesquisa desafiante. Para entender tais problemáticas que aqui se apresentam de forma complexa, é importante refletir sobre o aspecto das relações de poder, gênero, raça, escala, entre outros, os elementos conectivos que se entrelaçam na teia das relações sociais.

Existem alguns marcos internacionais para buscar minimizar esta questão. Um dos principais deles é o Tratado de Palermo, com o objetivo de conter o Crime Organizado Transnacional, a convenção das Nações Unidas realizou o Tratado de Palermo, como o principal instrumento global de combate ao crime organizado transnacional. Este sendo lançado de 2000, porém só entrou em vigor em 2004. Um dos protocolos aborda a repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças. O objetivo deste protocolo é proteger e dar assistência às vítimas de tráfico de pessoas e o pleno respeito aos Direitos Humanos.

O relatório do PESTRAF (2002) aponta recentemente a preocupação do Brasil com o Tráfico Humano, o qual apontou que existem pelo menos 240 rotas do tráfico, no norte do país existem cerca de 76 rotas, sendo 31 delas internacionais. Porém, já se passaram 18 anos e não houve atualização destes dados.

Cabe, também, salientar um elemento importante para entender este crime, é a dificuldade de acesso aos dados e levantamentos qualitativos e quantitativos sobre este fenômeno, a exemplo da subnotificação do crime, a dificuldade de materialização, pelo motivo de que neste caso o elemento é a própria vítima. A ausência de dados precisos e a dificuldade de estabelecer marcos legais que garantam a proteção à vítima e às pessoas envolvidas apontam para a necessidade de ações interligadas a fim de combatê-lo. Neste caso, aponta-se:

O que não sabemos ainda é quantos seres humanos caem na rede do tráfico de pessoas por ano, por mês, diariamente. Fatores como a subnotificação do crime de tráfico de pessoas; a ausência de legislação adequada e que abranja o tráfico de pessoas para outros fins que não a exploração sexual; e ainda a falta de conhecimento dos profissionais que atendem as vítimas de tráfico de pessoas em reconhecê-las como tal contribuem para o desconhecimento desse fenômeno (ONU, 2011).

Esta dificuldade é um dos reflexos dos entraves jurídicos e que facilita cada vez mais a sua eficiência dentro de um contexto social empobrecido e com uma população vulnerável, uma vez que a aceitabilidade e a naturalização das práticas de exploração sexual estão presentes como um *ethos* social.³⁹

No contexto Pan-amazônico, a invisibilidade com relação a esta questão é ainda maior. Além das barreiras com relação dos dados sobre as vítimas, há poucas pesquisas realizadas para que possam estabelecer parâmetros de análise. Em uma reportagem realizada na região do Pará, envolvem casos de tráfico exploração sexual, com meninas menores nas balsas que transportam mercadorias para outras regiões. A moeda de troca envolvida neste tipo de crime é marcada pela falta de estrutura e pela pobreza do lugar, a troca por óleo que é utilizado pela família.

Outra questão, encontrada na maioria das literaturas a respeito, aponta o aspecto da naturalização das práticas abusadoras e exploradoras, em que o tráfico não é visto como tráfico assim como a pedofilia é naturalizada. Neste contexto, o que acontece na região de Belém ocorre o que os nativos chamam de “agarrar a balsa”, ou seja, a prática da prostituição de menores que envolve pobreza e exploração.

Sobre a discussão do tráfico propriamente dito, recorre-se primeiro à gênese desta prática, que é o contexto do trabalho forçado. Segundo o artigo 2º do Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (2005, p.05):

Em sua primeira convenção sobre a matéria, a Convenção sobre Trabalho Forçado, 1930 (nº 29), a OIT define trabalho forçado, para fins do direito internacional, como todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual ela não tiver se oferecido espontaneamente.

³⁹ Para Pierre Bourdieu, o *ethos* é o conjunto de princípios interiorizados que guiam a conduta do indivíduo de forma inconsciente e que permite a adesão aos valores partilhados por determinado grupo social. Fonte: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7857/1/TESE.pdf>

Com a criação da OIT, as ações de combate têm sido cada vez mais sólidas e também levado ao compromisso de alguns países, a exemplo do Brasil, a fim de combater o trabalho forçado. Nesse sentido, o “Trabalho forçado representa grave violação de direitos e restrição da liberdade humana(...)” (OIT, 2005, p.5). E esta definição da OIT estabelece conceitos básicos sobre o este, a ver: trabalho ou serviço imposto sob ameaça de punição e aquele executado involuntariamente.

Há as mais variadas formas de ameaças às vítimas de trabalho forçado, desde as físicas, até as mais sutis e simbólicas. Na prática, traduz-se, por exemplo, em violência sexual, punições financeiras, confinamento no local de trabalho – em prisão ou em cárcere privado, engano ou falsas promessas sobre tipos e condições de trabalho, retenção ou não pagamento de salários, retenção de documentos de identidade ou de pertences pessoais de valor, violência física contra o trabalhador ou sua família ou pessoas próximas, entre outros.

O trabalho forçado aparece de formas diferentes e são geográfica e socialmente determinadas. No espaço rural, assume características comuns como o trabalho agrícola ou na pecuária, encontra-se geralmente em propriedades privadas, fazendas onde são comuns os abusos ocorrerem. Na zona urbana, converte-se em modos diferentes, nas fábricas de vestuário, bolsas e calçados, em residências, no comércio em geral, e um dos mais frequentes que é a exploração sexual.

Quando se discute o tráfico, é necessário pensar nas construções sociais, geográficas e históricas, de como ele aparece e se modifica ao longo do tempo. Assim, na tese de Estela Márcia Rondina Scandola, intitulada: “Fundamentos Ideopolíticos dos Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Portugal e do Brasil à Luz do Serviço Social”, trata em oferecer alguns esclarecimentos:

A reentrada da discussão do tráfico de pessoas, ainda em fins do tráfico negreiro, iniciou-se em direção geográfica e étnica completamente diversa e, inicialmente, poder-se-ia dizer que se exercitava a desvinculação da traficância de negros. Ribeiro et al (2008: 245), expõem que a discussão é trazida à tona no mundo Ocidental ainda no final do século XIX, quando os jornais anunciam a existência de um negócio de ‘escravas brancas’, cujos destinos eram os haréns do mundo árabe e bordéis da América do Sul. Afirmam que ‘o facto de que os brancos aqui deviam ceder aos não-brancos, e ainda por cima o que concerne a uma questão tão delicada e tão valorizada, como é o domínio sobre as mulheres, deve ter sido fonte de grande indignação e inquietação’. (SCANDOLA, 2015, p. 43-44)

Como surgiu a discussão e conceituação sobre o tráfico perpassa por mudanças de mentalidade, no século XIX. Mais uma vez, pode-se observar que a mulher aparece como o “objeto” comercial, isto é, a relação de poder dual e antagonica. Acontece que a partir desse acontecimento, ocorre o “Acordo Internacional para a Supressão do Tráfico de Escravas

Branças” (*The International Agreement for the Suppression of White Slave Traffic*), em 1904. Este acordo conceituou “Tráfico” como um movimento de mulheres com propósito imoral, como, por exemplo, a prostituição (SCANDOLA, 2015).

Assim, no sentido de entender a preocupação com o tráfico humano, não era inicialmente o tráfico para trabalho doméstico ou casamento, mas sim para combater a prostituição. Somente na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW, em 1979, cuja redação do Art. 6º. prevê que a mulher pode ser vítima de variados tipos e finalidade de tráfico (CEDAW, 1979), começa a surgir uma prática mais abrangente sobre o tráfico de mulheres.

Com a Resolução da Assembleia Geral da ONU 50/167, de 1994, move-se no sentido de buscar um entendimento melhor sobre o tráfico humano, identificando-o em sua relação com as fronteiras, tanto nacionais como internacionais, corroborando o fato de que muitas vítimas atingidas serem oriundas de países com economia em desenvolvimento. Nesta interpretação, Scandola (2015, p. 46) aponta que “(...) a situação econômica dos países que força mulheres e crianças à situação de opressão e exploração sexual ou econômica”.

Não é difícil perceber, neste estudo, que a pobreza é a tônica, o ponto chave de compreensão do fenômeno, as pessoas em situação de pobreza econômica, educacional e política (ausência do Estado) se veem em situações que levam à vulnerabilidade para todo tipo de exploração. Um importante destaque é a verificação de que as mulheres, sobretudo os movimentos feministas em todo mundo reivindicaram a temática do tráfico de mulheres, a saber: a Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres – GAATW e a Coalisão Anti-Tráfico de Mulheres - CAATW.

É necessário, porém avançar no sentido de entender o conceito de tráfico na atualidade. Como este trabalho versa sobre o espaço de fronteira entre Brasil e Bolívia, faz-se necessário entender as duas formas de compreensão conceitual e prática deste crime. Desse modo, nas leituras dos documentos do Brasil, tratam o tráfico dentro das características informadas pelos órgãos internacionais:

O tráfico de pessoas é o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. (ONU, 2005, s/p.)

Quando se trata da definição de tráfico na Bolívia, traz uma diferenciação no que se refere a “*trata de personas*” e “*tráfico de personas*”. Assim, por “*tráfico de personas*”, define-se por:

Es la facilitación de la entrada ilegal de una persona em un Estado Del cual dicha persona no sea nacional o residente permanente, com El fin de obtener un beneficio financier o u otro beneficio de orden material, em lamayoría de loscasos EL ingreso es con documentos ilegales o sin cumplir com los requisitos solicitados por ley. El tráfico de personas sólo se cumple cuando se cruza una frontera (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2014, p.4).

Por “*tráfico*” na Bolívia, se faz quando há facilitação de entrada de pessoas ilegalmente, ou seja, com documentos ilegais para fins de obtenção de benefícios financeiros. Este conceito diferencia-se um pouco do conceito do Brasil, uma vez que esta forma de compreensão como apontado:

[...] se configura através da facilitação – mediante a obtenção de algum benefício financeiro ou de natureza material do migrante – à entrada ilegal de uma pessoa em um Estado do qual ela não é residente nacional ou permanente. Nesse sentido, pela primeira vez foi desenvolvida e acordada uma definição de contrabando de migrantes em um instrumento internacional global. (AQUINO, 2018, p.18-19).

Já na definição de “*trata de personas*”, compreende-se semelhante ao que no Brasil é o tráfico de pessoas. A mesma compreensão do UNODC, definindo-se como:

Es la acción de captar, transportar, trasladar, acoger o recibir personas, recurriendo a La amenaza o al uso de La fuerza u otras formas de coacción, como el rapto, al fraude, al engaño, al abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad o a laconcesión o recepción de pagos o beneficios para obtener El consentimiento de una persona que tengaautoridad sobre otracon fines de explotación. (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2014, p.4)

Também definem a “*la trata interna y la trata externa*”, que seria, no Brasil, o tráfico interno e externo, sendo o tráfico externo quando o tráfico se realiza entre os países. E o tráfico interno quando ele se realiza no interior do país, geralmente ocorre das zonas rurais para as urbanas, no Brasil também se compreende dessa forma. O autor Marzagão Jr. (2010, p.287) compreende que: “[...] Quando esse “de um lado para outro” inclui a transposição de fronteiras, seja para a entrada seja para saída do território nacional, fala-se em tráfico internacional; quando se dá em localidades dentro do país, fala-se em tráfico interno”.

Para o entendimento melhor do que se trata e como ocorre esse tipo de exploração, é importante a leitura dos documentos que tratam dos D.H das Organizações das Nações Unidas – ONU, que explicita no seu Artigo 3º:

Por ‘trata de personas’ se entenderá la captación, el transporte, el traslado, la acogida o la recepción de personas, recurriendo a la amenaza o al uso de la fuerza u otras formas de coacción, al rapto, al fraude, al engaño, al abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad o a la concesión o recepción de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre otra, con fines de explotación. Esa explotación incluirá, como mínimo, la explotación de **La prostitución ajena u otras formas de explotación sexual, los trabajos o servicios forzados, la esclavitud o las prácticas análogas a la esclavitud, la servidumbre o la extracción de órganos** (UNODC, 2004, p. 44-45, grifos nossos).

Identificam-se variadas formas de finalidades para o tráfico humano. Vê-se, então, o tráfico para venda de órgãos, trabalho doméstico, rituais religiosos, exploração sexual, e venda de crianças ou adoção ilegal, para fins de casamentos arranjados, trabalho rural, para a construção civil - homens jovens; para o mercado sexual- mulheres e travestis e, dentro deste, se as mulheres serão negras ou loiras, também dependerá do mercado (SCANDOLA, 2015).

Há de se considerar algumas diferenciações necessárias para entender o porquê do tráfico humano ser diferente do contrabando de migrantes. Considera-se aí, conforme a compreensão da UNODC, que estas diferenças incidem em três questões: Consentimento, Exploração e o caráter Transnacional. A partir do quadro abaixo:

Quadro 2 - Diferenças entre contrabando de migrantes e tráfico de pessoas

<i>Consentimento</i>	<i>Exploração</i>	<i>Caráter Transnacional</i>
O contrabando de migrantes, mesmo em condições perigosas e degradantes, envolve o conhecimento e o consentimento da pessoa contrabandeada sobre o ato criminoso. No tráfico de pessoas, o consentimento da vítima de tráfico é irrelevante para que a ação seja caracterizada como tráfico ou exploração de seres humanos, uma vez que ele é, geralmente, obtido sob malogro.	O contrabando termina com a chegada do migrante em seu destino, enquanto o tráfico de pessoas envolve, após a chegada, a exploração da vítima pelos traficantes, para obtenção de algum benefício ou lucro, por meio da exploração. De um ponto de vista prático, as vítimas do tráfico humano tendem a ser afetadas mais severamente e necessitam de uma proteção maior.	Contrabando de migrantes é sempre transnacional, enquanto o tráfico de pessoas pode ocorrer tanto internacionalmente quanto dentro do próprio país.

Fonte: UNODC, Adaptado, 2018.

Verifica-se, nesse sentido, que os atos de contrabando de migrantes e tráfico de pessoas são diferentes, sendo que o tráfico se revela mais hostil e com mais consequências para a vítima, uma vez que ela só sabe do objetivo do seu deslocamento na chegada ao destino. Outra característica importante é verificar que este tipo de crime incide em três momentos: a ação, o meio e o fim. A ação consiste em recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou

acolhimento de pessoas, momento em que, na maioria dos casos, a vítima ainda não tem conhecimento do que está acontecendo.

O meio é quando ocorre a ameaça, uso da força ou outras formas de coação. Rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade. Entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra. Neste momento, a vítima se deu conta do engano e por isso ocorre a ameaça, violência e/ou coação.

E o fim, a exploração, na qual a rede junto aos agenciadores e locais escolhidos onde vão explorar suas vítimas ao máximo, utilizando de maneiras variadas de coagir e ameaçar as vítimas. Este é um processo em que a vítima tem chances mínimas de escapar, pois há um forte controle de agentes da rede do tráfico. Da mesma forma, a compreensão boliviana acerca do “*modus operandi*” do tráfico de seres humanos, assim se divide em:

Engaño: Se refiere a las promesas falsas de trabajo; promesas de excelentes salarios, falsos contratos y un trabajo legítimo inexistente. **Acogida:** Es donde se recepciona y/o retiene a la víctima, generalmente con privación de libertad. **Explotación:** En la mayoría de los casos la finalidad de la trata de personas es la explotación sexual, laboral, mendicidad, matrimonio servil, adopción o acogimiento si legales, comisión de delitos, comercialización de órganos y/o fluidos. **Medios:** Se usa la violencia, la amenaza, el chantaje, la coacción y en otros casos los captores utilizan formas sutiles de captación como el enamoramiento, venta de ilusiones, promesas y engaños (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2018, p.11- adaptado).

Outrossim, é necessário compreender as finalidades para as quais se traficam pessoas, pois é intrínseco à discussão conceitual com vistas a compreender o que é, para que é, quem opera a traficância e quem se beneficia dela (SCANDOLA, 2015). Ao buscar entender esse fenômeno, esbarra-se em problemas ainda mais profundos da sociedade. O tráfico humano é consequência e não causa de problemas sociais graves, problemas geopolíticos, relações de poder que demonstram situações vulneráveis de populações inteiras, o desrespeito do ser humano para com outro que se coloca em condições de explorar outros seres humanos. Desse modo, Marzagão Jr. (2010, p.287) traz a reflexão que: “tráfico é comércio. Tráfico de pessoas é, portanto, a ‘coisificação’ do ser humano, transformando em mercadoria e, como tal, levado de um lado para outro, ao sabor das conveniências do ‘comerciante’”.

Em contextos espaciais diversos no mundo globalizado, o tráfico de pessoas apresenta particularidades, porém os pontos em comum encontrados na literatura a respeito são os determinantes geopolíticos, socioculturais e econômicos que ancoram o favorecimento desta prática. Certamente, este crime configura-se com características socioeconômicas espaciais

determinadas, o que faz refletir que, na verdade, a escravidão nunca deixou de existir, apenas mudou seus aspectos e formas de ação. Como aponta Nascimento (2017, p.18):

(...) a escravidão na verdade nunca foi extinta. Segundo as estimativas do Escritório Contra Drogas e Crime das Nações Unidas – UNODC de 2007, o tráfico internacional de crianças, adolescentes e de mulheres, gira anualmente entre US\$ 7 bilhões e US\$ 9 bilhões. É uma das práticas mais rentáveis do crime organizado senão a mais lucrativa abaixo apenas do tráfico de drogas e tráfico de armas.

Como demonstrado acima, esta forma moderna de escravidão como historicamente comprovada, é responsável pelo enriquecimento das nações ricas e poderosas sobre as pobres e colonizadas. A exploração do trabalho moderno, nas sociedades modernas como meio de acumulação do capital, à custa das vidas sofridas e dos sonhos de outrem. Há de se considerar a ação humana no espaço “não neutro” que resulta das práticas individuais e coletivas.

Uma pesquisa realizada em 2003, na região amazônica, apontou algumas particularidades do tráfico de mulheres que indicam os motivos pelos quais seu desenvolvimento é crescente. Algumas delas são os projetos de desenvolvimento econômico de geração de recurso temporário, fronteiras extensas com países vizinhos, isolamento geográfico e baixa infraestrutura, escassa fiscalização nas fronteiras, e baixa presença de instituições governamentais na garantia dos direitos e da segurança pública (HAZEU, 2003).

No contexto amazônico, temos a Região do estado de Rondônia, que comporta 52 municípios e caracteriza-se pelas belezas amazônicas, pela diversidade étnica e marcado pelos grandes projetos de desenvolvimento que trouxeram recursos e pessoas para esta região desde XIX. Dentre seus municípios, localiza-se a região de Guajará-Mirim, sua área é de 24 856 km², sendo o segundo maior município do estado em extensão territorial, logo atrás de Porto Velho. Guajará-Mirim faz fronteira com a Bolívia, onde localiza-se a cidade de *Guayaramerín*. Este município tem por característica ter uma diversidade étnica que congrega indígenas, ribeirinhos, quilombolas, não indígenas e bolivianos que habitam nesta região de fronteira.

Além disso, atrai muitas pessoas em torno do turismo que concerne em atrativos naturais como os rios, a mata preservada, parques e balneários e as festas culturais, como o conhecido “Duelo da Fronteira” - festival folclórico de bois bumbás; sem contar com a vizinha Bolívia onde os turistas vão em busca de fazer compras com preços mais baratos. Também não é diferente que esta região se caracteriza pelo turismo sexual, localizado basicamente na prostituição e na exploração sexual. Este transita entre indígenas, ribeirinhos, quilombolas, não indígenas e bolivianos. Na maioria das vezes, este tipo de crime não entra nas estatísticas, por

ser tratado como um tabu social e/ou pelo fato de ser consensual e naturalizado entre vítima e criminoso.

Esta também concentra um grande número de locais onde ocorrem a exploração de minério, conhecido na região como os garimpos e de grandes obras de infraestrutura. Estes locais são palco de conflito e exploração das mais diversas formas, entre eles a prostituição, tráfico e exploração sexual de mulheres e menores. No que tange a estes problemas, ainda se depara atualmente com a questão da migração entre bolivianos para o Brasil, agora com a vinda dos venezuelanos, com ele a situação de pobreza e exploração das mais variadas formas vivenciadas nesta região, além ainda do tráfico de drogas, armas e vários tipos de contrabando, uma lógica perversa da violência em suas várias dimensões.

2.4 Pós-colonialidade e geografia: O Poder, o Saber e o Ser, rumo ao feminismo decolonial

“A grande armadilha do colonialismo insidioso é dar a impressão de um regresso, quando o que regressa nunca deixou de estar.”

Boaventura de Sousa Santos

2.4.1 O que é teoria decolonial e sua relação com o feminismo decolonial?

Na análise do tema em questão, escolheu-se como aporte de compreensão da realidade, as teorias decoloniais, como chave de leitura a partir da crítica sobre a narrativa da realidade na ótica europeia, dentro desse contexto do lugar e enunciação remete a uma construção social, econômica e cultural nos moldes da modernidade.

Dito isso, esta teoria é importante para entender a construção e o pensamento da realidade colonizada que produziu diferentes formas de exclusão, como a subalternização e a marginalização, e o termo designado a países do subdesenvolvimento. Situações vivenciadas pelos países apontados como “Terceiro mundo”, onde se inclui as realidades da África, Oriente e América do Sul.⁴⁰

⁴⁰ Leda. Manuela Corrêa, Temáticas, Teorias Pós-coloniais e Decoloniais: Para repensar a sociologia da modernidade. Campinas, 23, (45/46): 101-126, fev./dez. 2015.

Para entender melhor essa proposta de novas leituras críticas ao essencialismo (COSTA, 2006), novas epistemologias e novas narrativas sobre o mundo, baseadas nos contextos não - hegemônicos de poder. É, pois, necessário um entendimento do contexto histórico do início da era Moderna que produziu estas dicotomias essencializadas e naturalizadas refletidas na ideia de local/global, desenvolvido/subdesenvolvido, moderno/atrasado, civilizado/bárbaro, humano/não-humano, centro/periferia, entre outros. Dicotomias essas que se refletiram na formação dos direitos e da cidadania, porém não refletidos de maneira efetiva na vida dos povos originários que seguem ainda sendo subalternizados e excluídos socialmente.

A colonização incide sob três momentos históricos. O primeiro inicia-se no século XVI com a expansão dos países da Europa sobre as Américas. O segundo ocorreu no século XVIII, quando as potências europeias dominaram a África e o terceiro, ocorreu no século XX quando a França, Estados Unidos e Inglaterra passaram a dominar o Oriente Médio. O Colonialismo é o momento anterior ao capitalismo enquanto sistema mundial, momento esse de estabelecimento de colônias dominadas por grandes potências. Este momento histórico é marcado pela ocupação de territórios de forma indiscriminada que gerou inúmeras formas de violência, entre elas, o genocídio dos nativos e exclusão baseados no termo “raça”, um termo sócio-histórico que foi construído em bases de diferenciações e pseudociências, cunhado e utilizado nas práticas da eugenia em vários países, inclusive no Brasil, principalmente no século XIX.

Nesse sentido, a leitura do sociólogo peruano Quijano (2005) indica a reflexão de como o termo foi construído, a partir dos critérios e diferenças e tipos fenótipos entre os indivíduos (cor de pele e supostas estruturas ideológicas). Assim, entende-se que:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus **traços fenotípicos**, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, **raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na**

estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p.118, grifos nossos).

Como critério apresentado, o pensamento pós-colonial nasce da ideia de ordenamento do mundo baseado no eurocentrismo e a raça como elemento basilar na justificativa para a desumanização dos ditos in-civilizados. As teorias advindas deste pensamento iniciaram na década de 1980 (MATA, 2014)⁴¹ com a contribuição afim de “desiguais relações de poder geradas pelos efeitos homogeneizantes da globalização contemporânea, cujos circuitos (econômicos, sociais, culturais, até científicos) são orientados para o Ocidente (a Europa e a América do Norte).” (MATA, 2014, p.31).

Com efeito, esta construção do pensamento eurocêntrico baseia-se na separação do Ocidente, a partir da ordem religiosa e com a “separação entre razão e o mundo.” (APFFEL-MARGLIN, 1996, p.6), Charles Taylor, aponta como uma fissura ontológica. Essencialmente esse pensamento separa os europeus dos “Outros”, o restante dos povos e culturas do planeta (LANDER, 2005), sem contar com a suposta neutralidade axiológica da ciência.

Com a organização colonial do mundo, o processo que compreende o período entre os séculos XVII e XIX, se constituiu os saberes, das linguagens e da memória (MIGNOLO, 1995). Em outras palavras, o discurso colonial monopolizou as narrativas sobre o mundo, no seu centro geográfico, a Europa, o lugar de enunciação (LANDER, 2005). Assim, a modernidade apresenta-se de forma universal e com leituras generalizadas sobre a realidade, aliado a isso, o projeto de poder baseado na classificação, com desrespeito às espacialidades e temporalidades distintas presentes na América.

As novas formas de entender as perspectivas para América Latina passam pelo constructo de um novo paradigma. Montero (1998) aponta para uma das ideias centralizadoras: a libertação através da práxis, que pressupõe a mobilização da consciência, e um sentido crítico que conduz a desnaturalização das formas canônicas de aprender-construir-ser no mundo. Seriam o desaprender as formas de saberes universais e excludentes, dando espaço às etnociências, saberes subalternos e etnosaberes. Sendo estes saberes aqueles que, por vezes, são atacados como não-ciência, por serem produzidos a partir da valorização da existência do outro,

⁴¹http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20161026130823.pdf

refletindo a vida daqueles sujeitos que incomodam a sociedade, como estudos de gênero, sexualidade, feminismo, racialidade e etnicidade. O legado colonial que continua orientando a produção das historiografias no mundo, sempre se projetam na narrativa do Estado Nação ocidental (LEDA, 2015).

Com base na narrativa acima, as teorias pós-coloniais iniciaram a partir dos estudos de Edward Said em 1978, um crítico cultural e literário palestino-americano escreveu um livro intitulado: “Orientalismo: A Invenção do Oriente pelo Ocidente”. Há também grandes nomes reconhecidamente vistos como os fundadores dos estudos pós-coloniais como Albert Memmi (1977), Aimé Cèsaire (2010) e Frantz Fanon (2010).

Outra crítica salutar gira em torno da noção de espaço, desenvolvida principalmente na Geografia. Assim, trazemos a contribuição de Fernando Coronil, quando reflete sobre o aspecto da construção em torno da separação do espaço e da natureza (LANDER, 2005). Relegando a natureza como um material passivo com o qual os seres humanos constroem seu mundo, transformando este em um aparato do mercado. A partir disso, o pensar na ideia de atribuição de natureza a todo o ser visto como não humano. Para Lefebvre, a terra inclui os latifundiários, a aristocracia do campo, o Estado-nação confinado num território específico e no sentido mais absoluto, a política e a estratégia política. Temos assim identificadas as duas exclusões essenciais implicadas pela ausência do espaço: a natureza e a territorialidade como âmbito do político.

De outro modo, aponta-se pelo olhar de Miglievich-Ribeiro (2014)⁴² que mesmo com a importância dos estudos pós-coloniais, os desafios da compreensão da América Latina, necessitavam de um olhar diferente. Assim, os pensadores latinos Mignolo (2008) e Quijano (2005) assumem o desafio epistemológico do “Giro Decolonial”. Os estudos realizados pelos pensadores latinos foram inspirados a partir das guerras de descolonização em África e em Ásia (idem, 2014). Apesar da grande importância dos estudos realizados por Spivak (2010), Bhabha (1998), estes não poderiam atender a realidade vivenciada da América Latina.

Houve, então, uma nova proposta desafiadora, ainda em curso vindo dos que viam a necessidade de um olhar mais próximo da América Latina composta de seus respectivos países.

⁴² <file:///C:/Users/Elisangela/Downloads/16181-65755-2-PB.pdf>

Surgiu então a expressão: Giro Decolonial com Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) no início da década de 1990. Um dos seus membros, o pensador Mignolo (2008), sugere a desobediência epistêmica⁴³, ou seja, uma maneira de valorizar os saberes e produções vindas da experiência intelectual sul-americana, por meio influência/valorização de diversos atores sociais como indígenas brasileiros, Quíchuas no Peru, os Mapuches no Chile e Cholos e Aymarás na Bolívia. Por isso, o pensamento decolonial aponta para um novo pensar:

É uma transformação epistêmica, de se autocompreender e de respeitar a alteridade de outras culturas presentes ao seu redor; é a mudança de uma posição política e de um novo exercício da cidadania que atenderá a um Estado pluri-nacional. No ambiente intelectual esse posicionamento converge em três âmbitos: [...] nos dos agentes e movimentos subalternos, no dos intelectuais-ativistas em espaços mistos e nos das universidades (BELLO, 2015, p.51)

Para tanto, o tom dado pela teoria decolonial exige uma postura política e prática em busca da libertação das amarras do discurso imperialista. Nesse sentido:

A América Latina se quer interlocutora, em posição simétrica, na produção de teorias sociais, desde sempre desenvolvidas no centro e, agora, demandada pelas margens, sobretudo, com a intensificação da interação entre pesquisadores do eixo Sul-Sul (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p.75).

Considera-se, assim, a união e solidariedade entre aqueles que estavam na margem e buscar o pensar a partir do próprio lugar. Estas posturas políticas formaram intelectuais que buscar equalizar as práticas dos povos de origens com pensamentos decolonias e descoloniais.

Apesar de falarmos em América Latina, o seu povo e diversidade entre os lugares são imensos. Por isso, temos a necessidade de descolar os essencialismos e generalidades quando se fala em estudo da AL, são vários povos, culturas, diferenciações que não podem ser faladas de maneiras generalizadas.

Neste diálogo decolonial, podemos citar a teórica Glória Anzaldúa, uma pensadora, ativista, escritora e *chicana*⁴⁴ lésbica estadunidense. Em seus escritos, Anzaldúa transparece o desejo de entender as identidades cercadas por influências de uma vida nas fronteiras, teve grande influência no feminismo e também no movimento Chicano nos Estados Unidos. Suas

⁴³ Fonte: Camila Klen de Oliveira Fonte . II Seminário Científico da FACIG – 17 e 18 de Novembro de 2016 I Jornada de Iniciação Científica da FACIG – 17 e 18 de Novembro de 2016. Fonte: <http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/viewFile/53/38>

⁴⁴ Chicana é um termo que se refere a pessoas hispânicas que tem raízes mexicanas e vivem nos Estados Unidos. (PAMEIRA,2020)

pautas eram em torno da liberdade de cor e de etnia quando mulheres negras, latinas, asiáticas e nativas americanas (PALMEIRAS, 2020)⁴⁵.

Seu olhar como mestiza constrói reflexões sobre a mulher nesta condição e se aproxima do movimento pós-colonial que faz contraponto com os essencialismos. (idem,2020). O trabalho de Anzaldúa demonstra um importante olhar sobre a mulher que vive nos paralelos identitários, junto a eles as opressões sociais. Ele oferece a reflexão de ser mulher na fronteira, neste caso a mexicana, dentro da ideia de “teoria das fronteiras”, assim ela reflete:

Nesse sentido, conecta o espaço geográfico à história do povo mexicano sob o contexto de colonização anglo-americana, além de retomar a história para elucidar as relações atuais existentes entre essas duas nações e as bases sobre as quais se construiu a identidade tanto mexicana quanto chicana. (PALMEIRAS, 2020, p.239)

O conceito “entre-fronteiras”, elucidado por Anzaldúa, vai além da fronteira geográfica, limitação dos territórios, mas como a construção do seu lugar no mundo e da sua identidade. Uma relação de fronteira-identidade metafórica que designa a experiência do seu povo (LOBO,2015)⁴⁶. A metáfora “ferida aberta” usada pela autora designa os pontos de tensão entre a fronteira do México e EUA. Ao mesmo tempo e que ela pensa fronteira como um lugar de resistência e oportunidade de criação do novo, rebeldia e onde novas identidades podem surgir.

Nesta mescla, podemos imaginar nossas fronteiras do Sul-Sul como pontos de tensionamentos e criação de novos conhecimentos, principalmente se oportunizarmos que novos atores com línguas diferentes e maneiras diferentes de construir o mundo possam surgir demarcando seu lugar, mesclas culturais.

Assim nos apresenta olhares outros sobre a América como a Abya Yala, chamado assim pelos povos originários. O nome marca um tensionamento frente ao opressivo discurso colonial sobre estes territórios. Estes posicionamentos travam lutas e embates locais-regionais em prol

⁴⁵ Palmeira, Lara Virgínia Saraiva. Gloria Anzaldúa, uma chicana entre – fronteiras. Revista Equatorial, Natal. v. 7 n.12 | jan/jun 2020.

⁴⁶ LOBO, Patrícia Alves de C. Chicanas em busca de território: A herança de Gloria Anzaldúa. Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura (Estudos Americanos). 2015. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de Estudos Anglisticos.

de reafirmação do protagonismo do nosso povo⁴⁷. Isto significa o direito de *Autodeterminación como Pueblos Originarios de este continente*. Portanto um contraponto à designação. (Xavier Albó⁴⁸). Além deste termo, tem-se a América Criolla, que designa as diferenciações que se expressam nos países andinos, caribenhos e brasileiros. (Porto-Gonçalves, 2009⁴⁹).

O que se reflete em luta pela terra, meio ambiente, a defesa dos valores ancestrais, liberdade de expressão da diversidade cultural e religiosa. E através das lutas etnopolíticas travadas em vários países: Bolívia, Brasil, Chile, Guatemala, México, Peru, Equador e Paraguai, vem mobilizando diversos agentes em prol de levantar as vozes de denúncia ao sistema mundo moderno-colonial e a colonialidade.

As lutas perpassam o ambiente político, epistêmico, cultural e social, trazendo o protagonismo de povos como quechua, aymará e guarani (Bolívia), Araucanos/Mapuches (Chile), Chaco norteño (Argentina)⁵⁰ entre outros. Há necessidade de combate ao que se chama de “colonialismo interno” (Casanova, 2006)⁵¹ em que se expressa por programas de desenvolvimento e modernização impostos pelos governos, mas as práticas cotidianas revelam exploração e espoliação das comunidades tradicionais, uma tentativa de nos tornar sempre subserviente aos modos colonialistas de vida.

Os embates são travados em um campo de constantes opressões e ameaças, principalmente com os realinhamentos da extrema-direita na América Latina e os fantasmas da ditadura a ameaçar as democracias já fragilizadas nestes países. Alguns movimentos foram

⁴⁷ Utilizamos essa linguagem como discurso de auto-identificação, como povo que se sente parte do Abya Yala.

⁴⁸ ALBÓ, Xavier; BARRIOS, R.: Cultura y política. V. 1: *Violências encubiertas en Bolívia*. La Paz: CIPCA-Aruwyiri, 1993. - sociólogo catalão-boliviano .

⁴⁹ **Porto-Gonçalves, Carlos Walter.** Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR

⁵⁰ Porto-Gonçalves, Carlos Walter. Abya Yala. Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>

⁵¹ GONZÁLES CASANOVA, Pablo: Colonialismo Interno [una redefinición]. In BORÓN, A., AMADEO, J. e GONZÁLEZ, S. (comp.) *La teoría marxista hoy – problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

importantes na posição de rebeldia frente as opressões como é o caso do movimento zapatista em 1994. (Porto-Gonçalves, 2015).

Os movimentos atuais resistem e lutam frente à invasão dos territórios indígenas no Brasil, por exemplo. A escala extensiva do desmatamento, queimadas, leis de proteção sendo revistas, são reflexos do poder de Estado com as características de autoritarismo e fascismo que se estabeleceu de maneira mais imponente no Brasil a partir de janeiro de 2018. As nações ricas se realinham em prol de modelos de dominação das nações pobres, com políticas neoliberais privatizando o bem maior dos povos: “a natureza, floresta e água”.

O pensamento decolonial é por princípio uma luta travada contra a tentativa de nos colocar como povo periférico e marginal, a voz de reposicionamento dos territórios (Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama). Elucida a regiões habitadas por diferentes povos, que foram proibidos de viver suas culturas, falar suas línguas, cultuar seus deuses. Propõe-se um novo projeto político, que implica em renomear, reposicionar, revalorizar o que se perdeu ou o que está encoberto pelas imposições históricas. Ele é um movimento e não apenas teoria ou uma proposta epistemológica, necessário neste momento histórico de ataques aos valores tradicionais dos povos originários em diversas partes da Abya Yala. Não obstante, seus agentes que estão em diferentes lugares de fala, irão usar as pautas de lutas para manter viva as culturas locais com todas as suas subjetividades.

Como o produto de nossas análises parte da fronteira do Brasil com a Bolívia, pontuamos a visão da teórica Julieta Paredes, já mencionada neste trabalho, acerca do feminismo descolonial e comunitário e sua importância como ponto de análise do feminismo decolonial. Paredes é uma das mulheres que representa essa luta do sul global e a relação com povos originários. Ela é uma das representantes do feminismo comunitário. Um movimento de construção que envolve teoria e prática, lideradas pelas mulheres indígenas de várias partes da América Latina. Assim pontua Paredes (2020, sp.)⁵²

Nós nos organizamos por tecidos. Cada tecido em cada território tece o feminismo comunitário. Mas, nos momentos de decisão, elas são tomadas por

⁵² Entrevista com Julieta Paredes. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/na-bolivia-um-feminismo-que-descoloniza-as-americas/>

aquelas que dedicaram sua vida a isso. Estamos no Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Brasil, México.

Paredes faz parte da **Assembleia Feminista Comunitária** de La Paz (Bolívia) e da organização **Mulheres Criando Comunidade**, um dos princípios estruturantes do feminismo comunitário é o “bem viver” (Suma Qamaña) ou como o movimento prefere dizer o “viver bem”. Pois para ela:

O “viver” envolve a água, o pão, a tapioca, como dizem aqui. Primeiro é necessário cuidar da vida. E depois, construir o “bem”, que é com todos e com todas, não somente com a humanidade, mas também com a mãe e irmã natureza. E não é o “Viver Bem” de uma pessoa. Você não pode viver bem se ao seu lado tiver uma comunidade, um vizinho, um irmão ou pessoas na rua passando fome. Nós, povos originários que propomos o “Viver Bem”, entendemos a mãe e irmã natureza como parte da nossa vida. Não está separada e não é um recurso. Estamos falando da “não propriedade”, e assim cai o conceito de “desenvolvimento”. Para mim, é uma proposta “antidesenvolvimentista”. Não precisamos de desenvolvimento, precisamos de vida. (2020, sp.)

Para esta teoria do “viver bem”, o modelo de comunidade e direitos coletivos é uma das suas bases. A reflexão de uma sociedade justa passa pela ideia de pensar para além do individual, mas este como ser emaranhado de relações em sua comunidade, aqueles mais próximos. Vem do alto significado que se dá para a relação ser humano-natureza, e que vai além da materialidade, mas uma relação transcendental com a Terra.

Dessa maneira, o feminismo comunitário defende os valores dos povos originários, de fato um olhar e uma provocação em contraponto com o feminismo europeu que, por muitos anos, assumiu um discurso de verdade universal sobre a mulher, dentro dos moldes eurocêntricos. Defende uma mudança transcendental orientada pelos olhares de forte ligação com a terra e meio ambiente, assim reforça os valores da Pachamama, Ñanderú, Niamissu e Mãe Terra. E os seus símbolos como da Whipala [bandeira multicolorida típica dos povos andinos], que é um símbolo ancestral. (Idem, 2020).

Nesse sentido, Abya Yala foi reconstruída recentemente a partir de uma discussão única, mesmo denunciando o patriarcado e o machismo, deixou de olhar melhor sobre as diferenciações subjetivas e diversidades dos povos. O primeiro momento do feminismo ainda se colocava com os atos orientados com peso da raça superior e do privilégio de uma

branquitude⁵³, ainda que fosse com o intuito de defender as mulheres, com o discurso de salvar as mulheres do “patriarcado”.

Para Paredes, a mudança e a revolução devem vir através do amor e da não-violência, que o povo seja capaz de gerar uma verdadeira cura para si em ações de esperança. E que um dia não precisasse haver mais fronteiras nem “valenciana, nem de catalã, nem boliviana, nem lésbica, nem aimará, nem branca, nem negra. Um mundo no qual tivéssemos continuidade com a natureza, sem distinções entre racional e natureza” (PAREDES, 2016)⁵⁴.

Quanto ao gênero, Paredes pensa ser um termo que aprisiona mulheres e homens em corpos situados. Para ela, há três corpos no mundo; mulheres, homens e intersexuais. Nesse sentido, ela defende que os corpos estejam acima do gênero, para que possam vivenciar suas existências em liberdade. (Idem, 2020).

Uma conquista importante para o Estado da Bolívia foi o estabelecimento do Estado Plurinacional e uma nova constituição em 2009, liderado pelo então Presidente Evo Morales. Primeiro a conquista de ter o primeiro presidente indígena e um modelo de estado que coloca muito mais centralidade ao seu povo com 70% da população indígena. Porém, Paredes analisa que, apesar de todas as conquistas e o reconhecimento dos povos, inclusive das suas línguas, a verdadeira inclusão não foi realizada e houve poucas mudanças para as mulheres.

Mesmo com as políticas e leis criadas em prol do fim da exploração e violência, as mulheres continuam sofrendo dos mesmos problemas. (Idem, 2020). Atualmente, a Bolívia vive uma crise democrática desde as últimas eleições com a forçada saída de Evo Morales e a instalação do governo “provisório” até que ocorra novas eleições. Hoje Jeanine Áñez, ex-senadora se tornou a presidente e governa juntamente com os militares e a polícia, com características de um Estado autoritário e com o discurso de extrema-direita, machista e cristã.

⁵³ Paredes analisa nesse sentido que o ser “Ser branca é uma decisão política, que nasce da claridade da sua pele, do seu sobrenome, da sua formação profissional ou acadêmica. Seus atos se respaldam no poder e privilégios.” Nesse sentido, para ela não é a cor de pele somente que determina, mas a decisão política a partir dessa característica. Fonte: <file:///C:/Users/MEDTEC%20ELIS%20FERREIRA/Downloads/2465-Texto%20do%20artigo-8658-1-10-20200809.pdf>

⁵⁴ Entrevista com Julieta Paredes. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao--queremos-revolucionar-tudo>

Assim, os processos democráticos estão em risco e com sérios problemas na Bolívia e, em geral, nos países sul-americanos, o cenário é semelhante.

Paredes enfatiza a missão e a tarefa de descolonizar e superar o patriarcado, o que inclui trabalho nas escolas, nas igrejas, nas aldeias, nas comunidades, organizando metodologias didáticas, formas de educar de não violência. Enfim, uma proposta desafiadora,

Mas não podemos viver com medo. E por isso é ruim a maneira como o feminismo se organiza. As feministas se organizam pelo aborto e contra a violência contra as mulheres, ou seja, é pelo medo. Mas nós queremos viver a utopia aqui, na comunidade. Agora lutamos pelo direito de decidir por nós mesmas e vamos decidir, mas também queremos comer uma boa refeição, vamos nos divertir, vamos brincar, vamos dançar, tomar uma cervejinha, vamos curar, vamos cuidar de nós mesmos quando estamos doentes, vamos celebrar aniversários. Isso é a utopia. Mas isso não pode se limitar em nós mesmas. É preciso que o mundo esteja bem. A utopia não é o que vem, mas o que estamos construindo. E a força, a radicalidade, a criatividade e a inteligência com as quais estamos construindo. É o que estamos vivendo, porque estamos construindo da forma que sonhamos. A utopia não é o que não pode ser, mas o melhor que se pode ser. (PAREDES,2020, s.p.)

Do feminismo comunitário ao bem-viver, podemos perceber que há um protagonismo de mulheres indígenas do Sul, na construção de novos olhares. Paredes reflete essa ideia de um feminismo como olhar do povo e não sobre o povo. A ideia de comunidade ajuda a perceber que é um projeto em conjunto, coletivo e enraizado em valores ancestrais, com respeito à natureza, aos recursos e às diversidades.

2.4.2 A teoria decolonial e a temática do tráfico de mulheres: pontos convergentes e aproximações.

Após o entendimento sobre a importância da teoria decolonial, verificamos a sua relação com as questões de gênero e o tráfico de mulheres. Assim, objetiva-se entender as possíveis conexões e entrelaces entre esses elementos, na perspectiva de trazer para o diálogo o feminismo decolonial. Com isso, compreender mais profundamente as relações de poder que se dão pela estrutura geral da sociedade.

É importante identificar elementos que apontam a perpetuação nas formas assimétricas de poder e conseqüentemente na relação de dominação do gênero. Via de regra, como mostrado acima; o modelo colonizador, estado em que se encontram as fronteiras do “terceiro mundo”, quanto à pobreza, fome, miséria, ausência do Estado, tráfico de drogas e pessoas. O poder se mostra como a manifestação da dominação hierarquizada nos moldes colonizadores e predatórios.

Em primeiro momento, a problematização das pensadoras Monk e Hanson (2016) se coloca a partir da visão feminista, a denúncia do viés sexista na produção epistemológica da geografia. No artigo intitulado: “Não excluam metade da humanidade da geografia humana”, elas questionam a falta de reflexão sobre as ausências das mulheres na produção do conhecimento geográfico (MONK e HANSON, 2016). No intuito de entender os focos destes debates, a “colonialidade do gênero” elucidada pela pensadora Maria Lugones, base de entendimento que expressa as formas impostas por uma missão civilizatória, moldada também pelo cristianismo (LUGONES, 2014). Para ela, o sistema moderno colonial representa uma ferramenta específica para se entender o espaço latino-americano.

Baseado nisto, os aspectos da violência, a física, a estrutural e simbólica, perpassam também as construções dos valores civilizatórios da modernidade colonizadora que deu seus passos a partir do século XVI, dialogando com essa lógica, a pensadora e professora Joseli da Silva traz a importância da dimensão das tradições de abordagens da geografia feminista (SILVA, 2009), fazendo o contraponto com as geografias construídas em referências eurocêntricas e sexistas. Nesse sentido, o posicionamento na abordagem a partir do discurso do terceiro mundo, bem com o pós- colonialismo são importantes para o pensamento geográfico e para as construções de novas abordagens.

Portanto, a geografia feminista e o feminismo decolonial se encontram quando se trata de problemas que abordam as diferenças sociais criadas pela sociedade em prol de um projeto de poder. A racionalização do pensamento eclode também no espaço privilegiado de fala, onde permanece e permeia na ciência de um modo geral como um pensamento único, universal, voltado para o discurso de “verdades” absolutas que não podem ser questionadas. Como apontado por Monk e Hanson (2016), há, sim, a necessidade de rever definições, categorias, e metodologias que possam trazer o aspecto inclusivo, o que ainda é um desafio para as mulheres e outros grupos identitários.

O desafio de ler o mundo deste olhar do feminismo decolonial faz-se efetivamente na ordem prática: no cuidado de não objetivar e racionalizar as particularidades humanas. Uma das questões apontadas por Monk e Hanson (2016, p.40-41) “é a presunção dos papéis de gênero, junto ao fato de evitar temas que abordem a vida das mulheres, assim como a negação da significância do gênero ou das atividades empreendidas por mulheres”. Nesse sentido, há um espaço de poder onde temas como estes seriam “evitados” por problematizar exatamente o ordenamento social, cultural e econômico, bem como a própria prática científica.

Todavia, o importante posicionamento de resistência, realizado não só por mulheres e outros grupos sociais, tem se convertido em grandes avanços. Perante a isso, o feminismo e a geografia decolonial propõem exatamente o “resistir”, a busca pela subjetividade ativa que nos leva a aprender mais sobre nós mulheres. Como Lugones (2014) enfatiza, a necessidade de tensionar o movimento de resistência, na união de dentro, nos valores, práticas, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas. Com isso, a proposta aqui é colocar em voga o fazer-fazendo ciência desde o olhar da mulher, o lugar de fala Gayatri Spivak (2010), ou seja: Quem fala e quem quer atingir.

O olhar diferenciado, colonizando o gênero, permite a prática da sororidade, colocar-se no lugar do outro. Com isso, Silva (2009, p.120), aponta como os olhares e o ecoamento das vozes são importantes quando se compreende a necessidade de ver o outro, assim à “contribuição foi o avanço da ciência com a integração das abordagens pós-coloniais, pós-estruturalistas e as teorias gays e lésbicas de identidade e espaço” para podermos construir novas pontes ao invés de muros.

Na obra *Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades*, lançado em 2017, são postas provocações para um olhar ‘diferenciado’ sobre os temas que aludem o pensamento decolonial, buscando abordagens epistemológicas na fronteira do conhecimento. Fato este que se relaciona com o olhar mais próximo de outros espaços que necessitam de olhares “outros”. Nesse entendimento, o estado patriarcal regula, aprova e desaprova práticas sociais que se refletem diretamente na sociedade. É importante perceber como a “periferia do capitalismo” se propõe a produzir novas epistemologias a partir de suas próprias vivências, significa dizer que agora os “colonizados” podem se perceber dentro desse processo. Isso significa uma oportunidade de se apropriar dos saberes e produções dos intelectuais latinos, africanos, asiáticos, indígenas de várias tradições e da produção brasileira, levando em consideração a particularidade amazônica, uma vez que este espaço é alvo de diversos tipos de exploração.

O que aponta caminhos para essa investigação são essas variáveis aqui citadas, como movimento de reflexão do início, caminho e fim do fazer ciência. Ora elas podem redimensionar o gênero colonizado e interseccional como um dado que serve para ponto de partida não universalizante como era no passado, ou seja, colocar o gênero sob a nossa realidade dentro do contexto fronteiriço.

Assim, compartilha-se do pensamento da iraniana Ella Shohat (2006), professora de Estudos Culturais e Gênero na Universidade de Nova York, no que tange à ideia do feminismo “fora do centro”, na qual ela demonstra as tensões étnicas construídas dentro de uma ótica de divisão binária do mundo, entre o moderno e o atrasado, considerando o multiculturalismo como elementos presentes em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

A violência de gênero, especificamente no que concerne ao tráfico humano, deve ser colocada como uma reflexão teórica sobre o poder exercido sobre o corpo, e como eles se configuram na relação espacial, na qual historicamente foi construído a partir do patriarcado e atualmente atua de forma diferente, porém não menos violenta. É preciso um olhar sensível e com profundidade dentro deste fenômeno, compreendendo aspectos internos e externos dentro da sua complexidade social, econômico, espacial, cultural e político.

Nesta lógica perversa entre o moderno e o atrasado, grande parte da população em estado de vulnerabilidade social vê com naturalidade realizar trabalhos forçados e degradantes em troca de pouca renda ou nenhuma renda. Não é diferente quando se depara com uma situação de tráfico, pois as próprias vítimas se veem como culpadas pela violência que sofreram e da mesma forma são julgadas pela sociedade.

A partir disso, percebe-se que esta prática se configura dentro de uma lógica exploradora nos países pobres com maior desigualdade social. Neste terreno ‘fértil’, as redes de tráfico conseguem ter maior êxito. O modelo que massacrou a população latina no passado ainda é vigente e se metamorfoseia na forma de atuação, com isso o tráfico de pessoas se torna forte e exerce poder sobre o espaço geográfico de fronteira. No texto: “Tráfico de mulheres na Amazônia: resquícios do colonialismo”, escrito por Márcia Oliveira⁵⁵, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), relata-se o fato do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres ser uma prática que remonta os tempos coloniais:

O tráfico de pessoas para exploração sexual comercial, especialmente de mulheres não é novidade. Na Amazônia de maneira especial, trata-se de uma prática pertinente desde os primórdios do período colonial. A nossa literatura é farta de relatos, informações e denúncias de práticas de tráfico de pessoas na Amazônia para fins de exploração sexual e comercial. (...) Um dos textos mais antigos sobre esta temática data de meados do no século XVIII e foi

⁵⁵ Fonte: <https://amazonasatual.com.br/trafico-de-mulheres-na-amazonia-resquicios-do-colonialismo/>

escrito pelo missionário Jesuíta João Daniel que viveu na Amazônia entre e 1741-1757. Em sua vasta obra intitulada ‘Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas’, volumes I e II, João Daniel descreve detalhadamente as estratégias de recrutamento forçado de trabalhadores indígenas vendidos para as mais diversas regiões de domínio do Império Português. Da mesma forma, detalha as formas mais covardes de violência sexual cometidas contra as mulheres em territórios de aldeamentos forçados e a mercantilização de mulheres para o trabalho servil e exploração sexual (OLIVEIRA, 2017, s.p).

No curso dessas práticas, não havia qualquer punição ou proibição para o tráfico. Mulheres indígenas eram vendidas no período da Borracha em várias regiões da Amazônia, muitas eram roubadas de seu povo e “presenteadas” para homens como recompensa pelo trabalho realizado, outras eram forçadas a se casar com os seringueiros.

Dessa maneira, pode-se ver que a mulher sofre e sofreu danos contra a sua dignidade pela colonização, pelos projetos que visavam levar o desenvolvimento e progresso, porém espoliando o direito humano. Dentro dessa análise, Oliveira (2017, s.p.) enfatiza que:

A indústria internacional do sexo vem se modernizando para manter aquecido o mercado por ela produzido com novas modalidades de produtos numa ampla rede de consumo na relação oferta X procura. A exploração da prostituição na indústria internacional do sexo segue a mesma lógica de qualquer outra atividade comercial convencional. As redes de prostituição funcionam como intermediadoras da locação dos serviços sexuais procurando as mulheres que interessam aos comerciantes do ramo da prostituição.

Quanto à indústria e comércio do sexo, ao cair na lógica do lucro capitalista, faz-se necessário entender em que momento desta relação comercial a mulher perde a autonomia e se compromete a sua dignidade frente as dominações das redes. Oliveira (2017) chama a atenção exatamente para isso, ao enfatizar que essas relações desiguais levam à exploração do corpo da mulher, vista apenas como um produto; ainda mais com a naturalização do tráfico nas relações sociais da Amazônia, como aponta a autora (OLIVEIRA, 2012).

No decorrer do tempo, o tráfico mostra-se como uma atividade que nunca deixou de existir e mostra a fragilidade da mulher/crianças/negros/as, latinos/as, LGBTQIA+, em torno da violência. As feridas da colonialidade ainda estão abertas, evocando uma compreensão no espaço relegado a estes segmentos sociais no mundo. Há ainda a necessidade da consideração do elemento da “raça” pensada a partir de Quijano (2005), as características racializadas produzem a coisificação dos latinos, por exemplo. Além disso, a forma da colonialidade do ser, que evoca a sensação de inferioridade e subalternidade que assola as populações dos países sul-americanos. Demanda também entender as motivações das crescentes migrações, os elementos que levam pessoas a se submeterem a situações degradantes de trabalho. A mentalidade

colonizada, ainda, reverbera o pensamento da superioridade da raça. Nas elites brasileiras, ainda impera o argumento demagogo e superficial da meritocracia, assim como o mito da democracia racial que causa ainda o desmonte e o desequilíbrio na sociedade.

Esse relato abaixo pode traduzir, em algumas palavras, o motivo da necessidade dos estudos de abordagens decoloniais para compreender o discurso da sociedade onde a grande maioria da população se diz não-racista. Aqui, compartilhado pelas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2018, s.p)⁵⁶:

O *Wall Street Journal* de 22 de março passado publicou uma reportagem intitulada: ‘Procura de sêmen americano disparou no Brasil’. Segundo a jornalista, a importação de sêmen americano por mulheres solteiras e casais de lésbicas brasileiras ricas aumentou extraordinariamente nos últimos sete anos e os perfis dos doadores selecionados mostram a preferência por crianças brancas e com olhos azuis. E acrescenta: ‘A preferência por dados brancos reflete uma persistente preocupação com a raça num país em que a classe social e a cor da pele coincidem com grande rigor.’ Mais de 50% dos brasileiros são negros ou mestiços, uma herança que resultou de o Brasil ter importado dez vezes mais escravos africanos do que os Estados Unidos; foi o último país a abolir a escravidão, em 1888. Os descendentes de colonos e imigrantes brancos – muitos dos quais foram atraídos para o Brasil no final do século XIX e princípio do século XX quando as elites no governo procuraram explicitamente ‘branquear’ a população – controlam a maior parte do poder político e da riqueza do país. Numa sociedade tão racialmente dividida, ter descendência de pele clara é visto muitas vezes como um modo de providenciar às crianças melhores perspectivas, seja um salário mais elevado ou um tratamento policial mais justo.

Todas estas inquietações corroboram para a busca de entendimentos acerca da cidadania, porém para além da cidadania do mundo moderno racionalizado e compartimentado na ideia binária de mundo. Mas a cidadania plena, e que a colonização ignorou grande parte da população mundial. E, na atualidade, continua dentro da lógica, como aponta Boaventura de Sousa Santos (2018, s/p): “o colonialismo está talvez hoje tão vigente e violento como no passado”.

⁵⁶ Fonte: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/>

2.4.3 O ciclo da violência e suas interseccionalidades na geografia

A violência é um fato social praticado em todas as sociedades e em todos os tempos. Tendo em vista que grande parte das pessoas traficadas são mulheres, pobres e de baixa renda, faz-se necessário, pela perspectiva de gênero, entender alguns de seus condicionantes de tais atos. Com relação à violência em si, a manifestação desta pode se dar de diversas formas, a violência carrega conotações diferentes.

Em princípio, a violência pode ser definida como todo ato de coação, envolvendo um ou vários atores que produz efeitos sobre a integridade física ou moral de pessoas. Em um primeiro momento, é possível distinguirmos duas expressões de violência: a que se revela por meio da coação física implicando, no seu limite o homicídio; e violência simbólica, que se manifesta em diferentes formas de discriminação que nem sempre é percebida como tal. Trata-se de ações e classificações morais associadas a preconceitos de etnia, gênero, orientação sexual e religião, entre outros, podendo também transformar-se em violência física (BRASIL et al, 2010, apud ATHAYDES; BERNARDINO, 2016)

Uma questão deve ser compreendida em relação à violência: ela é sentida de formas diferentes em contextos e tempos diferentes. Por isso, divide-se a violência física de outras formas simbólicas de violência. Essas formas simbólicas de violência não menos devastadoras parecem, em alguns momentos, ser vistas como menos impactantes, como é o caso do preconceito. Às vezes, estes atos são até mesmo banalizados pela sociedade. A exemplo deste fato, existe a violência de gênero que perpassa ainda pelos filtros sociais como algo normal e aceitável. O combate a esse tipo de violência torna-se mais difícil, justamente pela sua aparente aceitação social.

Na leitura de Almeida (2010), a noção de violência pode ser entendida como capítulos históricos da vida social, onde, dependendo da situação, determinada ação era aceitável ou não. Como por exemplo, a forma de tratar os prisioneiros na Idade Média, formas de tortura e execução pela pena de morte e a guilhotina na Revolução Francesa. Também deve-se considerar que dentre o conceito de violência, existe o recorte de gênero. Embora, com a promoção dos Direitos Humanos e políticas de diminuição da violência contra mulher, algumas práticas culturais tenham sido repensadas com vistas a isso.

Um exemplo disso é o caso da Mutilação genital feminina⁵⁷, que ocorre principalmente em países da África e do Oriente Médio. Esta prática consiste em corte ou remoção deliberada da genitália feminina externa. Essa prática passa pela aprovação social, religiosa e cultural. E com as campanhas promovidas pela ONU que definiu o Dia Internacional da Tolerância Zero para a Mutilação Genital Feminina. Já surte efeito, porém muito ainda precisa ser feito para impedir esta prática cruel.

A Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 1994 ⁵⁸ considerou como violência contra a Mulher: “Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Portanto, seguramente o fator gênero denota uma relação de dominação e poder em que as mulheres são vítimas ao longo do tempo e de formas diferentes. Dito isso, sabemos que as diferentes maneiras de prática da violência vão atingir as pessoas de formas diferentes. A pessoa vítima do tráfico humano experimenta diversos tipos de dores e violências, a primeira, vem através da violência estrutural, por meio da omissão do Estado, pode acarretar em prejuízos sociais na vida de milhares de mulheres no mundo, estas já fragilizadas, acabam por aceitar as propostas para trabalhos suspeitos de armadilhas do tráfico. Só descobrem o engano quando são acometidas de várias dores e exclusões. A dor emocional e psicológica afeta a sua autoestima, limitando seus sonhos e perspectiva de mudanças reais na trajetória de vida.

O contexto e vida das mulheres podem determinar a intensidade da violência, a exemplo do espaço urbano ou rural, espaço público ou privado. Para entender melhor como funciona o ciclo da violência, foi escolhida como proposta de análise o conceito de violência dentro da perspectiva da compreensão do sociólogo norueguês Johan Galtung⁵⁹ (AMARAL,2015)⁶⁰. Para

⁵⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47136842>

⁵⁸ Fonte: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-chama-de-escandalo-morte-de-23-mil-jovens-negros-por-ano-no-brasil/>

⁵⁹“um dos principais fundadores da área de estudos de paz e conflitos nas Relações Internacionais. Ele desenvolveu e influenciaram diversas teorias, tais quais a distinção entre paz positiva e negativa, violência estrutural, teorias de conflitos e resoluções de conflitos, o conceito de peace building, a teoria estrutural do imperialismo e a teoria dos EUA simultaneamente como uma república e um império.” Na obra Violence, Peace and Peace Research, Johan Galtung (1969, p.168) compartilha do pensamento que a violência existe quando realizações atuais somáticas e mentais estão abaixo das suas realizações potenciais.”

⁶⁰ Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7661/5530>

que ocorra a violência, são necessários alguns elementos como: sujeito, um objeto e uma ação (idem, 2015).

Desse modo, Galtung (1969) identifica que a violência se constitui em um meio para alcançar um determinado fim. Ele distingue a violência visível e invisível. A visível ou direta seria a violência física, a visível é identificável com mais facilidade, onde “há intenção de causar danos” (AMARAL, 2015). Ao relacioná-lo com o tráfico, poderíamos dizer que seria o ato da violência em si, a ação de explorar os corpos através do tráfico e a exploração, utilizando-se assim da violência física contra outrem. Já a invisível relaciona-se com o campo simbólico e divide-se em violência estrutural e cultural⁶¹. A violência estrutural compreende aquelas cometidas pelas estruturas sociais presentes na sociedade, “Ela se configura como um processo” (GALTUNG, 1969, p.171). Neste sentido, não um ator, mas uma estrutura excludente, marginalizadora o qual não oferece condições do pleno desenvolvimento do ser humano. Esta nos chama a atenção pelo poder destrutivo marcado pela invisibilidade social dos seus agentes.

Uma vez que as pessoas não têm acesso a condições mínimas de vida, fica mais fácil a operacionalidade do tráfico humano. Em outras palavras, a violência estrutural é a institucionalização da violência pelas estruturas e instituições da sociedade, formada por seus agentes de atuação. A atuação é lenta, porém eficaz no sentido de demarcar a posição e/ou intensidade em que cada sujeito sofrerá a violência. Minayo (1994, p.4) aponta a violência estrutural como “violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos”.

Um exemplo é a morte de negros de forma indiscriminada, o que demonstra a ineficiência das políticas públicas de combate ao racismo no Brasil. Em uma matéria, publicada pela ONU Brasil em 08/02/2018, mostra que a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal indiscriminada e invisibilizada, conforme destacado pela campanha Vidas Negras (2017), lançada pelas Nações Unidas no país em novembro de 2017.⁶² Destaca-se a influência do

⁶¹ Visto também nos estudos de Thomas Conti em sua Tese de Doutorado: <https://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/>

⁶²Fonte: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-chama-de-escandalo-morte-de-23-mil-jovens-negros-por-ano-no-brasil/>

racismo institucionalizado, demonstrando que, de fato, da vida negra não ter valor para esta sociedade.

Outro exemplo é a morte de mulheres pelo feminicídio. Em Rondônia no ano de 2018, foram registrados pelo menos 40 casos, porém nem todos são registrados na tipificação de feminicídio⁶³, o que pode demonstrar que os casos de mulheres mortas por esse tipo de crime possam ser ainda maiores. Uma questão grave e que remonta a instituição patriarcal onde as mulheres são subjugadas e tornam-se vítimas do machismo. Um valor perpassado pelos valores construídos e que se incorporou as estruturas de poder e pelas suas instituições como o Estado, igreja, família, bem como seus agentes sociais e políticos.

Outrossim, a atuação da violência estrutural com relação ao tráfico de pessoas está intrínseca ao desenvolvimento de uma sociedade que permitiu e institucionalizou esta prática. E mesmo nas relações contemporâneas, as práticas do mundo globalizado, apenas modificaram a forma de atuação e operacionalização das estruturas de exclusão social. Assim aponta Saffioti (1994), as diferenças de classe, raça/etnia, gênero e geração propiciam as formas de escravidão moderna.

Ainda sobre a violência estrutural, os autores Almeida e Coelho (2008) indicam que efeitos da exclusão social na vida das pessoas é devastador. A economia liberal, implantada no seio da sociedade moderna, produz efeitos sobre as pessoas até na atualidade, a vontade de consumir a todo o momento concerne em muitos comportamentos que chegam a ser patológicos. Não só isso, a sociedade que enaltece o consumismo como símbolo do sucesso, promove a exclusão das pessoas baseadas no que elas têm ou não têm. O resultado da promoção da vida via bens materiais coloca o indivíduo como objeto que consome e também que é consumido. Sabemos que o mercado “consumidor” de pessoas é numeroso e segue a lógica de dominação sobre o que ele entende como “produto”, o corpo da pessoa como aquilo que ele vai consumir sem se preocupar com os danos que podem causar.

Pelos olhares de Almeida e Coelho (2008, p.2)⁶⁴:

A sociedade, com suas numerosas facetas, desvela uma multiplicidade de desejos, prazeres e personagens, quase nunca acessíveis à maioria da

⁶³ Fonte: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/01/17/mp-abre-1a-promotoria-para-investigar-crimes-de-feminicidio-em-ro.ghtml>

⁶⁴ ALMEIDA, Natália Kelle; COELHO, Mmaria Thereza Ávila Dantas. A Violência Estrutural. Unifacs. Salvador: SEPA, 2008.

população brasileira. Nesse frenesi que a economia neoliberal proporciona, em busca da felicidade via posse de bens, os jovens são os mais afetados.

A promessa de uma vida próspera e feliz, em um lugar longe e potencialmente mais desenvolvido do que se vive, efetivamente causa um efeito na vida das pessoas. Não há como negar que para alguém que vive todo tipo de privação, não pense em algum momento em sair, ir embora para um lugar onde tenha possibilidade de melhorar as condições de acesso a esses bens. A decisão de sair, buscar algo melhor, seja qual for o trabalho a ser realizado é sinal de reação à realidade existente, busca da quebra dos ciclos de violência, mesmo que às vezes, inconsciente.

Nesse ponto, o importante é a percepção dos processos históricos, políticos, geográficos e sociais para isso que tornam o tráfico um fenômeno que se apresenta como multicausal. Os processos e formas de marginalização não são únicos, convém salientar a multiplicidade dessas formas. A manifestação deste tipo de violência nem sempre é visto pelas pessoas como tal, o que ocorre em geral é que quando se está em ambiente propício à violência, as pessoas envolvidas são vistas como as infratoras, e não violência, dificilmente é responsabilizado por fazê-la.

Algo comum é a alienação da população em geral sobre as causas do fenômeno criminoso que em geral tendem a culpabilizar a vítima e não conseguem ver o verdadeiro causador. O Estado, ao restringir os direitos básicos de uma pessoa ou um determinado grupo social, gera a exclusão social e, por fim, a violência. Este é um fenômeno histórico, e que a cada mudança social, toma formas diferentes de atuação.

Essa forma de violência que “inibe a escolha racional, favorecendo a escolha constrangida: mendicância, tráfico e delinquência. Fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e até a morte” (NETO E MOREIRA, 1999, apud ALMEIDA E COELHO, 2008, p.04). O que pode explicar o fato de tantas pessoas, de certo modo, conhecerem os discursos comuns da forma de traficar, as promessas feitas, as ações semelhantes usadas se repetem e as pessoas ainda são enganadas com isso em pleno século XXI. A última questão abordada neste contexto é a violência cultural, sendo esta talvez ainda menos reconhecida, pois engendra-se nos traços da cultura, e ver-se como normal, onde não há estranhamento.

A cultura identifica-se com os ataques ligados diretamente aos traços culturais e às identidades coletivas de comunidades políticas, sociais ou religiosas. Portanto, são atitudes, argumentações, incitações, acusações e sobretudo, quaisquer aspectos da cultura que podem ser

utilizados para promover, legitimar ou justificar a violência – seja da forma direta ou estrutural – de modo que a violência cultural permite enxergar a exploração ou repressão como fatos normais (GALTUNG, 1990 apud AMARAL 2015).

Como ela transita entre os discursos velados, raramente são combatidas. Suas formas de atuação são de legitimar os discursos, crenças e formas de ver o mundo. Assim, ela passa a justificar a violência como algo necessário ou normal para a sociedade. Como exemplo, podemos perceber o caso da pedofilia, como uma prática que vem desde a Antiguidade em várias partes do mundo. Prática que ocorria Grécia antiga, onde “os jovens (meninos) eram iniciados na vida sexual por adultos, a chamada pederastia, prática conhecida como rito de passagem para a vida adulta” (HISGAIL, 2007, p.13)⁶⁵.

Em registros históricos, a prática era recorrente em diversos povos, onde as crianças eram vistas apenas como objeto para “servir” os adultos. Da mesma forma, elas eram vítimas de abusos sexuais, eram espancadas, “traficadas para bordéis como escravas sexuais na Grécia Antiga” (SANDERSON, 2005, p.6). Esta prática não tinha lugar e cultura determinada, pois ocorria também na Índia, China, Oriente Médio e África.

Na Amazônia brasileira, Diniz e Coutinho (2009) apontam que, nas comunidades ribeirinhas, é de “costume” o pai iniciar sexualmente as filhas menores, uma combinação do incesto e pedofilia. Esta prática originou a lenda do “Boto cor de Rosa”, em que camufla os abusos sexuais cometidos contra as vítimas⁶⁶. Não raro, ainda na atualidade, essas práticas ainda persistem nestas regiões de maneira naturalizada. Porém, atualmente, é considerada como um crime para a justiça, e uma perversão sexual para a psicanálise. Entretanto, suas práticas transitam pela sociedade e é facilmente encontrada nas buscas na internet, sites de pornografia por exemplo, pessoas buscam nas palavras-chave por crianças para práticas sexuais.

Na questão do tráfico, pode-se dizer que a pedofilia se faz presente. Em muitos casos, crianças são traficadas para fins de abusos sexuais. Na reportagem da BBC Brasil em 2015⁶⁷, mostra a realidade das crianças imigrantes na Europa, muitas órfãs de guerras ou que perderam

⁶⁵ HISGAIL, Fani. Pedofilia: Um estudo psicanalítico. São Paulo: Iluminuras, 2007.

⁶⁶ Uma lenda conhecida e contada de várias formas diferentes em espaços diferentes da Amazônia, onde dizem que um homem de boa aparência, bem vestido e sedutor, sai em noites de lua cheia para “encantar” meninas virgens, e quando elas são seduzidas e se entregam ao homem, acabam grávidas e com isso contam na comunidade que a criança é filha do Boto.

⁶⁷ Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150921_crianças_refugiadas_rm

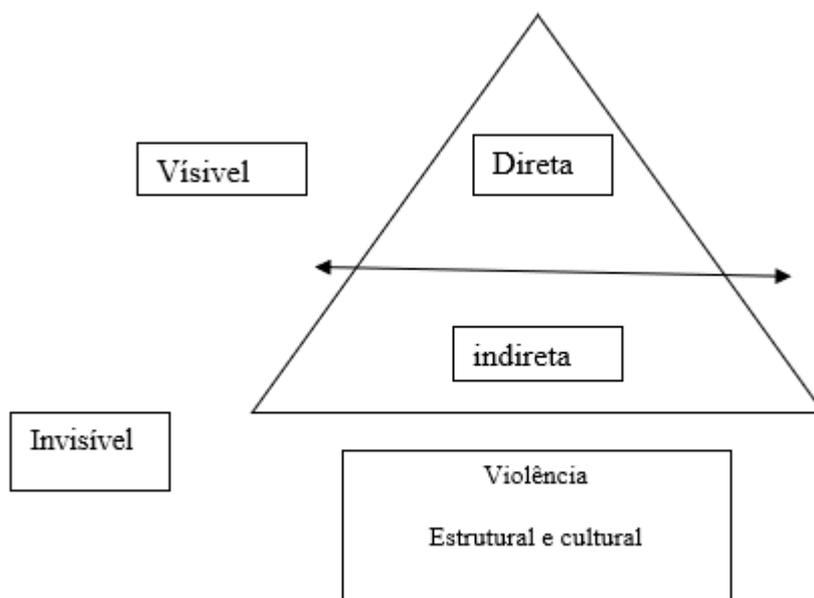
suas famílias na travessia para Europa, outras foram para a Europa por promessa de escola e vidas melhores, porém acabaram prostituídas, meninos e meninas nesta situação, trocavam sexo por um prato de comida.

Recentemente em agosto de 2018, uma operação ocorrera em um dos lugares mais turísticos da Colômbia⁶⁸: *Cartagena de las Índias*, um lugar paradisíaco que servia também como destino para o turismo sexual com menores. Nesta operação, revelou que meninas eram recrutadas em bairros pobres para trabalhar, quando, na verdade, eram usadas para turismo sexual. Tudo isso com a conivência das autoridades que chegavam até a avisar quando havia fiscalização da polícia.

Essas três formas de violência acima explicitadas correspondem ao que Galtung (1969) nomeia de “Triângulo da Violência”. Desse modo, elas interagem entre si, sendo a violência direta, a com sequência e reflexo das outras formas. A violência estrutural e a violência cultural, são a base de sustentação para a violência direta, ou seja, o resultado das formas assimétricas de relações de poder e também em todas as formas de preconceitos, sexismos, machismos, abusos que se colocam naturalizadas na sociedade. Assim, abaixo segue o esquema que demonstra como atua as formas de violência, dentro do campo visível e invisível. Entre os quais a articulação entre ação e aspectos simbólicos interagem entre si, em um contínuo, o que coloca as relações de poder condicionadas as articulações entre eles, o que alimenta a ação é a legitimação do ato violento.

⁶⁸ Fonte <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45043118>

Figura 1 - O "Triângulo da Violência" de Galtung



Fonte: adaptado de Amaral, 2009

A partir deste olhar, procuramos verificar como ela se manifesta na situação do tráfico humano, nas suas interações contínuas elas aparecem diversamente refletidas nas práticas dos atores sociais. Assim, reflete-se dessa maneira:

Direta: prática do tráfico, agressão física, tortura, coação, gravidez forçada, abortos forçados, trabalho forçado, escravidão, venda de crianças, retirada de órgãos, drogadição forçada, ameaça da pessoa e seus parentes, estupros individuais e coletivos, exploração e abuso sexual, mutilação, privação de liberdade, cárcere privado, perseguição, assassinato.

Estrutural: estruturas de poder, sistema socioeconômico e político, regimes autoritários, marginalização, falta de cidadania, educação, exclusão social, políticas públicas, leis, fiscalização, policiamento, infraestrutura precária, guerras, fome, migração, emprego, trabalho informal, formação profissional, saneamento básico, saúde pública, segurança pública, favelização, tráfico de drogas.

Cultural: (legitimada e normalizada): preconceito de gênero, racismo, homofobia, lesbofobia, machismo, sexismo, relações patriarcais, classismo, elitismo, etnocentrismo, eugenia, colonialismo, práticas discriminatórias e discursos de ódio.

As interações dos três tipos de violência para o contexto do tráfico se configuram na relação interseccional, uma vez que os sujeitos que reproduzem no espaço geográfico têm diversas identidades e subjetividades que transitam em várias formas de manifestação.

Para melhor compreender a interação com o triângulo da violência, escolhemos nos aproximar com os estudos feministas, pois estes refletem o tensionamento necessário a este estudo e produzem críticas na visão objetivista e positivista da ciência, construindo pressupostos mais humanos e que levem em consideração as particularidades, identidades e diferenças presentes na realidade vivenciada.

Conforme Silva e Silva (2014)⁶⁹, as identidades não são estáticas e que as dualidades impostas ocultam as combinações e facetas indenitárias no tempo e espaço. Com isso, é preciso buscar a superação da visão estática, maniqueísta e dual da identidade, para entender suas possíveis articulações. Ainda pelo pensamento das autoras, a interseccionalidade na geografia se dá pela importância de compreender que a experiência de uma pessoa acontece no sentido espacial, porém ela experimenta formas simultâneas de vivências indenitárias, dada pelo gênero, raça, sexualidade, classe nacionalidade, religião, entre outros (idem, 2014). Com a mediação do espaço-tempo, estas pessoas constroem as suas espacialidades dentro de suas perspectivas.

Com isso, ao trazer a noção da emergência dos estudos culturais, estudiosos e estudiosas do tema alavancaram as discussões sobre a questão de raça, o que dimensionou os estudos feministas para outras frentes de atuação Silva e Silva (2014). O feminismo negro trouxe consideráveis contribuições para o debate sobre o racismo, em suas variadas formas de atuação. O termo diferença traz a discussão sobre a pluralidade do feminismo negro, sendo este uma marca de posição frente aos processos que definem, por exemplo, centro, margens, inclusões e exclusões (idem, 2014).

Piscitelli⁷⁰ (2008) aponta as intensas reivindicações internas dos movimentos feministas que foram formuladas pelas mulheres negras do Terceiro mundo, também pelas mulheres

⁶⁹ SILVA, Joseli da; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como desafio para análise espacial no Brasil. Em Direção às pluriversalidades do saber geográfico. IN: Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na análise espacial. SILVA, Joseli da; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento (orgs.). Ponta Grossa-PR. TodaPalavra, 2014.

⁷⁰ Piscitelli, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274

lésbicas (HARAWAY, 1991). No final da década de 1980, essas críticas passaram a ser reconhecidas, entretanto ainda no plano analítico privilegiavam apenas a categoria gênero. Butler (1990), uma das críticas buscou tensionar este problematizando o termo gênero com a sexualidade, trazendo consigo o pensamento *Queer* e as identidades trans e intersexo. (idem, 1990). Nesse sentido, o campo semântico da compreensão do termo passa pelas mudanças e também da perspectiva analítica, política, e social, uma vez que cada mudança de compreensão reverbera nas formas em que os sujeitos se posicionam frente ao processo excludente.

A partir das fissuras deixadas pelo campo semântico do gênero, as lacunas precisavam ser preenchidas pela compreensão de que os sujeitos ainda estavam de alguns excluídos do processo. Por isso, escolhemos como forma de análise o gênero com a compreensão das feministas que trazem a leitura do pensamento pós-colonial (SHOHAT, 1992; MACKLINTOCK, 1992; MOHANTY, 1991), pois chama a atenção para a necessidade de articulação entre o gênero e outras variantes que são necessárias para a análise do contexto do tráfico humano, como a raça enquanto discurso de exclusão, migração, nacionalidade, colonização e colonialismo.

Nesse sentido, buscamos nos afastar somente da leitura binária sexual, mas outras formas de compreensão, levando em consideração contextos específicos e suas interações (PISCITELLI, 2008). Os eixos de opressão dentro da perspectiva interseccional trazida por Kimberlé Crenshawv (2002), foram marcos importantes para se compreender a noção vulnerabilidade social e desempoderamento (idem, 2008, p. 267).

Na análise construtivista Anne McKlinton (1995) e Avtar Brah (2006), trazem leituras importantes para perceber a questão do tráfico. Avtar Brah evoca a noção de articulação, a partir da leitura de Hall (1996), ela traz uma contribuição levando em consideração a produção de subjetividades e identidade nas dinâmicas de poder, sendo este um aspecto característico do feminismo do Terceiro Mundo. Uma vez que esses estudos se preocupam com a produção das subjetividades que forma realizadas durante o período histórico do imperialismo e capitalismo.

Assim, Avtar Brah⁷¹ propõe analisar a posição dos gêneros, racismos, sexualidades dentro dos contextos em diferentes momentos. O foco não seriam os eixos, mas a articulação

⁷¹ Pensadora indiana, cresceu em Uganda de onde fugiu com a família antes que Idi Amin expulsasse os asiáticos do país, estudou nos Estados Unidos e morou depois na Inglaterra, onde se envolveu nos movimentos feministas, anti-racistas e nas tentativas socialistas de imaginar um

entre o gênero e outras categorias, por exemplo. Não seria o gênero o principal objeto de análise, mas ele em relação a outros.

Retomando o pensamento de Piscitelli (2008), compreende sobre as construções da diferença e distribuições do poder que se revelam no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global. Em seus estudos sobre migração feminina, ela percebe que a posição, ou lugar e contextos onde essas mulheres estão inseridas podem determinar seu tratamento. Como por exemplo, as mulheres brasileiras na Europa ou Estados Unidos passam pela “recriação de imagens racializadas e sexualizadas” (idem, 2008, p.2017). Assim, as mulheres latinas de países como Colômbia, Brasil e Cuba são vistas através das noções tropicalizadas (APARICIO; CHÁVEZ-SILVERMAN, 1997) em que associa-se, segundo Piscitelli (2008), a imagens sexualizadas e racializadas. Analisando este contexto, ela aponta que:

O serviço doméstico e de cuidados absorve latino-americanas de diversas nacionalidades. Entretanto, nos países do Sul da Europa, cubanas, colombianas e brasileiras são as mulheres que adquirem visibilidade nos mercados do sexo e matrimonial. Nos processos de racialização que as atingem há, às vezes, um racismo aberto. No entanto, e aqui vale a pena lembrar a relevância que Avtar Brah concede à interação entre racismos, nos países do Sul da Europa, o racismo atinge com mais suavidade as brasileiras, particularmente as que não são vistas como negras, que a mulheres de outras nacionalidades (PISCITELLI, 2008, p. 271).

Com isso, as características físicas denotam a preferência ou rejeição para determinados tipos de atividades, algumas mulheres neste contexto assumem papéis mais ou menos prestigiados. Quanto mais jovens e atraentes, mais são usadas como estratégia para se ter melhores status.

Verificando assim estas interseções acima, é de grande importância na atualidade a utilização deste termo para análise geográfica (VALENTINE, 2007). Para isso, é necessário entender que as identidades e características vão aparecer em determinados espaços com maior ou menor intensidade. Há ainda que se pensar nos eixos de opressão vivenciados por pessoas que vivem a situação de tráfico humano, a articulação entre variadas formas de exclusão, como estas se traduzem nas três formas de violência: direta, estrutural e cultural de Galtung.

Nesse sentido, um dos principais conceitos que se relacionam com essa pesquisa, sendo a espinha dorsal é a questão de gênero, uma vez que verificando as formas de atuação do tráfico

humano, estas relações generificadas aparecem nítidas nas relações de poder. A experiência generificada aparece nas formas de exploração, quando as estatísticas demonstram um maior número de mulheres que passam pelo tráfico humano do que homens⁷². E que grande parte dessas mulheres são exploradas por homens no mercado do tráfico. Sendo assim, o gênero é:

Um conceito que se refere a um conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, inclusive desde nascimento, e determinam funções, papéis, ocupações e as relações que homens e mulheres desempenham na sociedade e entre eles mesmos. Esses papéis e relações não são determinadas pela genética, mas sim, pelo contexto social, cultural, político, religioso e econômico de cada organização humana e são passados de uma geração à outra (LEAL, 2002, apud HAZEU, 2003, p.27).

Para além dessa noção, a exploração sexual, que é um dos principais destinos das vítimas do tráfico, passa pelas várias identidades do indivíduo, quanto mais longe estas identidades estão da construção binária do mundo, mas excluídas e exploradas são. Por isso, a compreensão, a partir do gênero, remete a um olhar diferenciado da realidade:

[...] a adoção do conceito de gênero deve estar submetida a discussão de feminilidade x masculinidade x orientação sexual, levando em consideração que o tráfico para fins sexuais pode estar envolvendo não somente o gênero feminino, como também o masculino no contexto da heterossexualidade e homossexualidade (LEAL, 2002, apud HAZEU, 2003, p.27)

Devemos atenção em entender que quanto mais à margem da sociedade, mais os sujeitos estão próximos do ciclo de exploração. Neste caso, a população LGBTI, quando massacrada pela sociedade, transforma seus indivíduos em presas frágeis para o tráfico, principalmente o tráfico internacional. Muitas delas para a Espanha, para cidades como Madrid. Não é difícil encontrar anúncios da internet de travestis acompanhantes, programas e vídeos de sexo com elas.

Neste capítulo, problematizou-se o comércio sexual e a indústria do sexo, espaços de poder, sua relação com a exploração dos corpos femininos. Tratou-se também da multiescalaridade do fenômeno e do corpo feminino entre a escala local e global e a base teórica

⁷² A Organização Internacional para as Migrações (OIM) lançou em novembro de 2018, uma versão atualizada do seu Portal de Combate ao Tráfico de Pessoas, agora com dados sobre mais de 90 mil casos desse tipo de crime. A plataforma também ganhou novas ferramentas de visualização das estatísticas. Nesta pesquisa realizada por meio de plataforma que ganhou novas ferramentas de visualização das estatísticas. Esta apontou que 80% desses casos, as vítimas são mulheres. Ainda segundo os levantamentos do CTDC, as mulheres têm quase quatro vezes mais chances de serem recrutadas por seus parceiros íntimos, enquanto crianças são mais propensas que adultos a serem recrutadas por seus familiares. Fonte: <https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-lanca-nova-versao-de-plataforma-sobre-trafico-humano/>

das teorias decoloniais e a relação entre elas e a inteseccionalidade, gênero, raça e tráfico e exploração. E por fim, os condicionantes estruturais da violência, nos seus sentidos variados.

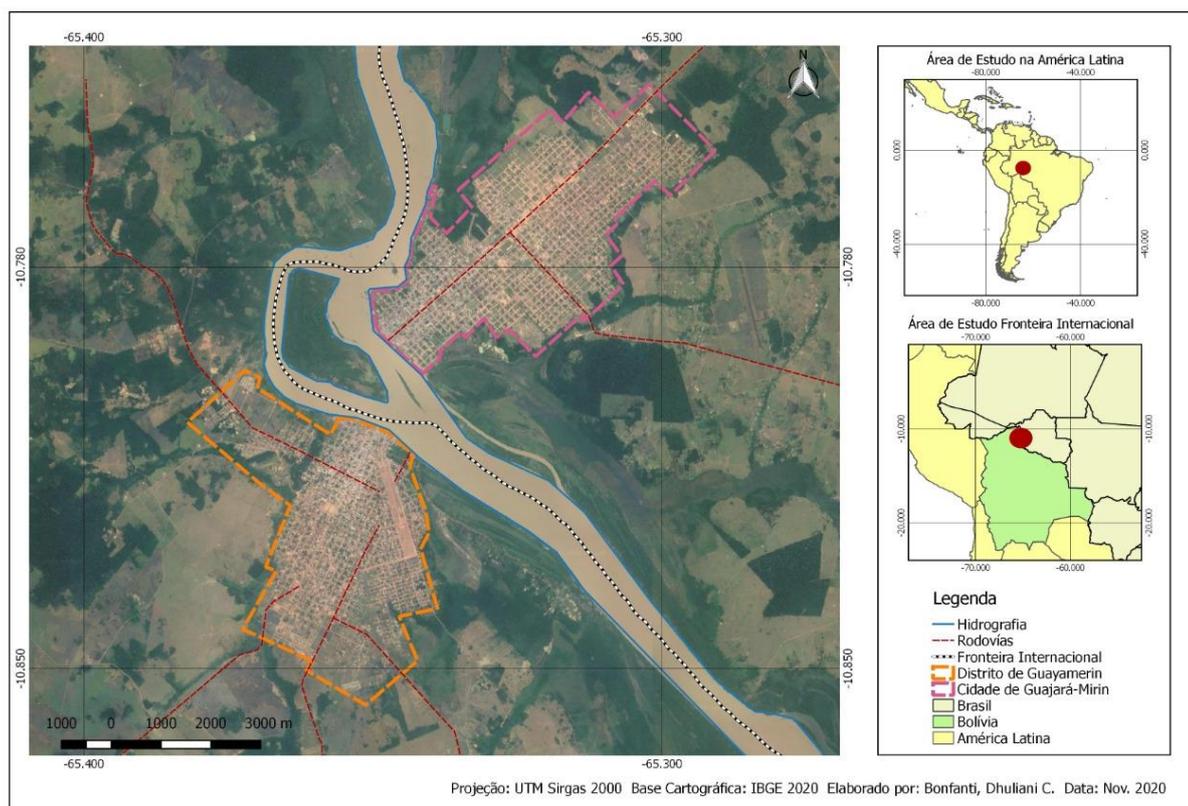
No próximo capítulo, intitulado: Comércio Sexual e Tráfico de mulheres: Espaços de fronteira e as cidades Guajará-Mirim – Brasil e Guayaramerín –Bolívia, serão enfatizados como as cidades gêmeas estabelecem fluxos de mulheres a partir das faixas de fronteira para comércio sexual e as situações de exploração, bem como as estratégias para a realização das mobilidades e as ações dos órgãos dos diferentes países para coibir as práticas.

CAPÍTULO 3: COMÉRCIO SEXUAL E TRÁFICO DE MULHERES: ESPAÇOS DE FRONTEIRA E AS CIDADES GUAJARÁ-MIRIM – BRASIL E GUAYARAMERÍN – BOLÍVIA

3.1 Características socioeconômicas e culturais das cidades gêmeas Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia)

A necessidade de entender a fronteira pesquisada, Guajará-Mirim e *Guayaramerín* como já mencionados são cidades-gêmeas, faz parte do eixo central da faixa de fronteira e compõe o território da Pan-Amazônia. Esta região compreende um espaço heterog neo em termos socioculturais. Com uma popula o de 45.783 pessoas, de grande maioria católica, s rio médio dos trabalhadores formais até 2 sérios mínimos, tendo apenas 3,1% de urbaniza o e vias públicas (IBGE, 2017). Conhecida popularmente como ‘Pérola do Guaporé’.

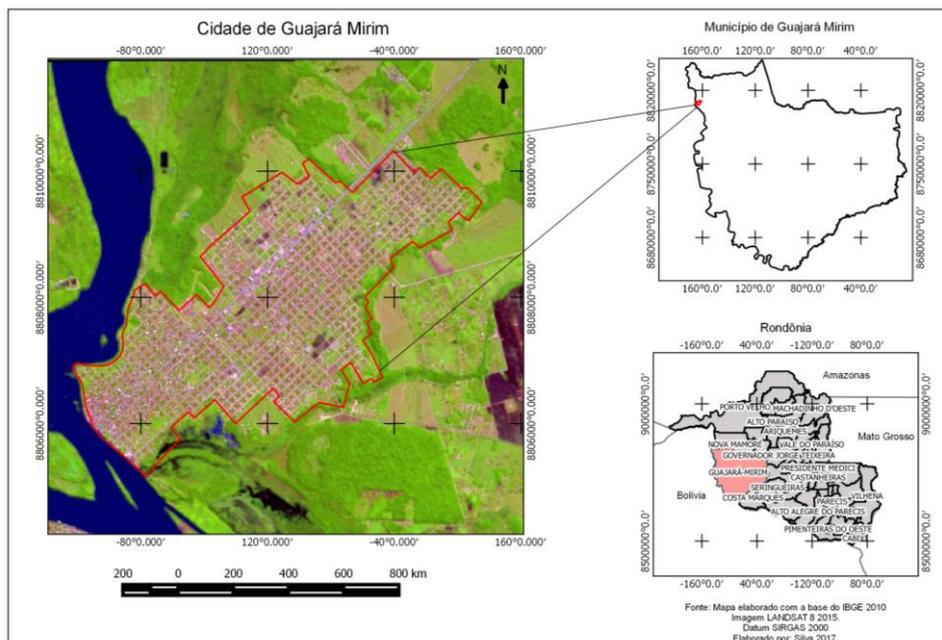
Mapa 2 -  rea de fronteira da Pesquisa, 2020



Mapa 02:  rea da Pesquisa, 2020.

Mapa 3 - Guajará-Mirim

LÓCUS DA PESQUISA



Fonte: Taborga (2017)

A igreja Católica, com sua forte presença na região, conta com projetos sociais que trabalham com as comunidades tradicionais – Missão Ribeirinha que percorre o Vale do Guaporé. A Pastoral do Migrante atende os ribeirinhos bolivianos e a Pastoral Indigenista (CIMI) que buscam atender os povos indígenas.

Nos documentos disponibilizados pela Igreja para esta pesquisa, serão expostos abaixo para verificação das dificuldades que aparecem para sua atuação incluem tráfico e drogas e contrabando. Existem também organizações de assistência social que visam minimizar a fragilidade social de jovens e adolescentes, são eles: Centro Despertar da criança e do adolescente – Projeto Claretiano Solidário – Núcleo Claretiano Solidário.

Quanto aos problemas sociais encontrados neste território, foram listados pela pesquisa problemas que denunciam a fragilidade e como a territorialidade do crime se configura neste território.

Tabela 1 - Problemas sociais vivenciados na Fronteira

Problemas sociais: Fronteira Guajará- Mirim/Guayaramerín
Migração interna de pequenos agricultores
Falta de acesso à educação de ensino superior para os jovens migrantes

Abandono com a população ribeirinha

Alto índice de suicídios

Uso inadequado de agrotóxicos

Tráfico humano

Prostituição

Alto índice de violência oriundo do tráfico de drogas

Violação dos direitos dos povos indígenas e Quilombolas

Assalto e furtos de carros e o seu contrabando na fronteira

Desmatamento e outros crimes ambientais

Falta de serviços de saúde

Bolivianos/as em trabalhos análogos a escravidão no lado brasileiro

Bolivianos/as privados de seus direitos/discriminação

Falta de saneamento básico (problemas com alagamentos, água potável e esgoto)

Fonte: Relatório da Igreja Católica – Diocese de Guajará- Mirim, 2018.

Os dados acima relacionados apontam o tráfico humano como um dos problemas sociais da região, porém ele é um resultado de inúmeros outros problemas que se correlacionam, como estes elencados acima, todos interligados de forma que é impossível diagnosticar o tráfico humano, sem levar em consideração tais problemáticas.

Esta região também tem como característica forte presença indígena, ao longo de toda a fronteira. Entre eles: Arikapú, Arua, Cabixi, Canoé, Cassupá, Djeromitxi, Kujubim, Makurap, Massaká, Oro Wari, Oro Win, Salamã, Tupari, Uru Eu WauWau. Por ser uma região onde coexistem vários grupos com interesses diversos, os conflitos entre indígenas e não-indígenas são frequentes. As ameaças mais comuns para os povos indígenas são as hidrelétricas, pavimentação de estradas, garimpos, venenos e poluição nos rios da região, extração de madeira ilegal, entre outros problemas que ameaçam constantemente esta população.

Esses conflitos as violações de Direitos Humanos são recorrentes. Na escala internacional, podem-se destacar as fragilidades de ambas os países. Levam em consideração os processos de escala regional, nacional e mundial. Os aspectos que contribuem para as violações dos Direitos Humanos nesta região são: trabalho escravo, falta de documentação civil e trabalhista, preconceito e discriminação cultural, falta de incentivo para agricultura familiar e atividades agrícolas dos tradicionais, pouco ou nenhum acesso à educação, escassas políticas de inserção profissional para a juventude, falta de acesso adequado a saúde pública.

Tais problemas que acometem países considerados de terceiro mundo, especialmente a América Latina se formaram por meio do capitalismo periférico em regiões subdesenvolvidas, a partir da ocidentalização do mundo e a formação de um sistema mundial de exploração das

nações ricas em detrimento das nações empobrecidas. As violações quanto ao trabalho escravo nas fazendas de Guajará Mirim, são recorrentes e acontecem principalmente pela exploração da mão-de-obra boliviana, em 2016 foram resgatados nesta região 5 pessoas que trabalhavam em uma fazenda agropecuária de Guajará- Mirim em regime de escravidão (CPT, 2016)⁷³.

Destaca-se o desequilíbrio cada vez maior nas relações de trabalho com o avanço do agronegócio, a concentração de terras que causam inúmeros conflitos agrários, e pouca oportunidade de desenvolvimento no campo e na cidade. Aliado a isso a falta de proteção e cidadania para os trabalhadores. Os meios de produção e sobrevivência dos povos da fronteira são basicamente em produção primária e extrativismo, o comércio também tem um papel importante na circulação de mercadorias entre Guajará -Mirim e Guayaramerín.

Tabela 2 - Estratégias de produção e sobrevivência da população da Fronteira

Quilombolas	Indígenas	Migrantes assentados	Madeireiros e fazendeiros	População urbana
Caça	Caça	Agricultura familiar (soja, milho, urucum e hortaliças)	Agricultura (castanhas, banana, mandioca, milho e frutas)	Comércio
Pesca	Pesca	Pecuária (gado de corte e leite)	Extração de madeira	de Funcionalismo público
Agricultura (mandioca, milho e feijão)	Agricultura (mandioca)		Criação de gado (corte e leite)	Turismo
Produção de frutas	Extrativismo (açai, castanha)		Artesanato	
	Criação de galinhas			
	Artesanato			
	Produção de borracha			

Fonte: Relatório da Igreja Católica – Diocese de Guajará- Mirim, 2018. (adaptado)

⁷³ Fonte: <http://pnsr.desa.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/07/Conflitos-no-Campo-2016-WEB.pdf>

Quanto aos meios de comunicação, a região conta com a rádio, sendo estas: a FM 89.9, Rádio Bolívia e a Rádio Educadora- ligada à Igreja Católica, também tem acesso à internet. Quanto à dimensão cultural da região, existem as típicas e festejos religiosos como a festa do Divino Espírito Santo. Uma das mais típicas e famosas festas da região conhecida como: “Festival Folclórico Duelo da Fronteira”, que já atraiu um grande número de visitantes de outros lugares do estado e é considerada como um grande potencial turístico do município. O tradicional duelo entre Boi Flor do Campo (vermelho) e Boi Malhadinho (azul), tornaram-se grandes símbolos do boi bumbá rondoniense. Nesse sentido, Palitot (2016) analisa a importância que tem para a vida cultural da região.

O Festival Folclórico Duelo da Fronteira é, essencialmente amazônico. Na sua grandiosidade traduz e reinventa esse universo, onde a natureza, soberana, desperta a emoção e aguça as sensibilidades. O boi bumbá de Guajará-Mirim e seu desenvolvimento enquanto espetáculo reflete as características superlativas dessa região que ocupa quase metade do território brasileiro e abriga a maior biodiversidade do mundo. O Duelo da Fronteira interpreta, também, a Amazônia do índio e do caboclo, sua história, suas lendas e mitos, seus hábitos, ritos e rituais. Ousado, dinâmico e em permanente renovação, o Festival Duelo da Fronteira, é uma das grandes manifestações populares de Rondônia (PALITOT, 2016, p. 84)

Imagem 2 - Boi Malhadinho e Boi Flor do Campo no Duelo da Fronteira, 2015



Fonte: [Governo de Rondônia, \(2015\)](#)

Na atualidade, o festival “Duelo da fronteira” está suspenso por problemas em relação à prestação de contas dos recursos usados no evento. Com isso, a cidade perde, pois neste período o turismo fica aquecido e o comércio nos vários segmentos também lucra com o festejo, incluindo artesãos, costureiras, músicos, artistas, empresários e autônomos. Guajará- Mirim representa a diversidade dentro do contexto da fronteira.

Apesar disso, ainda impera sobre ele um abandono, ao invés de incentivo as atividades rentáveis como o turismo. O turismo cultural e o ecoturismo são elementos importante para se pensar em desenvolvimento nesta região. Como aponta Palitot (2016, p.82), “a ampliação dos espaços do Turismo Cultural vem consolidando novas possibilidades de atuação nesse mercado em todo o Brasil”. Áreas remotas desenvolveram potencialidades e se tornaram referência regional, nacional e internacional na área. Nesse sentido, a riqueza cultural local seria um grande aliado nas estratégias de desenvolvimento, assim Palitot (2016, p.82) considera:

A cultura é um indutor de demanda turística e o patrimônio por ela constituído, seja material ou imaterial, é um celeiro para a produção de um mercado turístico. Ainda, a identidade cultural de uma sociedade tem enorme valor na constituição desse segmento do mercado. Por outro lado, a atividade turística, que se alimenta desses fatores, devolve à sociedade que os produz, renda, estabilidade e confiança para assegurar sua perpetuação.

Estas manifestações culturais como acontece na fronteira Guajará-Mirim e *Guayaramerín* oferecem uma oportunidade de desenvolvimento local. Assim, propõe Palitot (2016, p.84) o “turismo histórico-cultural como matriz para o desenvolvimento regional”. Seria uma saída para a intensa crise econômica e ociosidade da juventude local, inclusive com a criação de cursos profissionais voltados para esta área de atuação como no ramo hoteleiro, turismo, entre outros.

Quanto ao lado boliviano, especificamente a cidade de *Guayaramerín* pertencente ao Departamento de Beni, há uma história parecida com a do Brasil, a lógica colonizadora. Ela foi fundada em novembro de 1842 em razão da produção de látex (MOREIRA, 2010). As origens das ocupações desse território são as motivações de trabalho e dinheiro que se originaria da Borracha. Assim, *Guayaramerín* foi fundada pelos pioneiros da Borracha, sendo nomeada no início de Puerto Sucre, posteriormente recebeu o nome atual. (ASSIS; COSTA, 2015).

Atualmente, a cidade abriga um centro comercial e marca a presença da diversidade étnica entre brasileiros e bolivianos, unindo também as famílias de ambos os países. A travessia para o lado boliviano ocorre por meio fluvial, realizada por pequenos barcos que transportam passageiros e mercadorias, tanto de um lado como do outro. O *Puerto Villar roel, Trinidad y Santa Ana Del Yacuma* é um porto permanente da força naval boliviana presente no Brasil. Seus habitantes são oriundos de vários lugares do país, também há uma integração grande com os brasileiros e indígenas da região. Grande parte das famílias formadas na fronteira são oriundas dos casamentos entre brasileiros e bolivianos.

Ha também uma forte interação entre os dois países pelo fato de a interação ser intensa nas suas fronteiras, a distância entre um país e outro é de poucos minutos, permitindo que a pessoa vá e volte no mesmo dia para seu local de origem. Estas características indicam uma porosidade presente nas fronteiras, onde os fluxos de variados atores são constantes e com pouco controle e mensuração de práticas e atividades que estes fazem neste território.

No estudo sobre essa região, a tese de doutorado de Jônatha Rodrigo de Oliveira Lira enfatiza sobre os processos de migração e mobilidade na Amazônia brasileira em 2017⁷⁴. Nos seus estudos, ele cita a necessidade de melhoramento da infraestrutura e integração geopolítica entre os dois países, sobretudo na zona de Fronteira (OLIVEIRA,2017).

Uma das questões mais tensas que mostram os efeitos da globalização do crime nesta região é o que concerne ao narcotráfico. Esta pauta preocupa o governo brasileiro, pois estima-se que hoje mais de 80% da cocaína consumida por ano no Brasil sejam provenientes da Bolívia, sem contar que a área de cultivo de coca aumentou em 20% na Bolívia.⁷⁵

Por isso, o assunto tem ganhado as páginas de noticiários nacionais e internacionais, como exemplo da fonte da BBC Brasil⁷⁶. Em 200, foi achado um laboratório gigantesco de cocaína com capacidade para produzir até 100 quilos da droga por dia e três toneladas por mês. O que também tem preocupado a sociedade é o aumento de consumo de cocaína, sobretudo na América do Sul. Dados da ONU (2015)⁷⁷, estima que o Brasil é um dos maiores consumidores da droga. Segundo o diretor-executivo do UNODC, Antônio Costa, este consumo está relacionado à instabilidade e à violência nos países que servem de corredor para o tráfico.⁷⁸

Esta constatação, ao nosso entender, tem relação intrínseca com os problemas sociais e econômicos nas regiões de pouca ou nenhuma política pública e ações eficientes da segurança pública. Com relação a região da pesquisa, nota-se os recorrentes casos de tráfico na região, revelando um traço das redes globais e locais do tráfico e o crime organizado e a interação com os agentes locais na fronteira.

⁷⁴LIRA . JÔNATHA RODRIGO DE OLIVEIRA. MIGRAÇÃO E MOBILIDADE NA FRONTEIRA CONCENTRAÇÃO DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS E FORMAÇÃO DE ESPAÇOS DE VIDA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, Campinas, SP, 2017. – Tese de doutorado.

⁷⁵ Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/12/091207_narcotrafico_bolivia_mc_np

⁷⁶ Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090706_boliviacocaina_ba

⁷⁷ Fonte: <https://www.correiadoestado.com.br/brasilmundo/onu-faz-levantamento-sobre-consumo-de-drogas-no-mundo/306361/>

⁷⁸ Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090624_onudrogas2_pu

Quadro 3 - Noticiários sobre tráfico de drogas na região da fronteira

Notícia	Período	Resumo
<p>Família é presa com mais de 31 kg de cocaína em RO</p> <p>Fonte: https://g1.globo.com/ro/guajara-mirim-regiao/noticia/2019/01/26/familia-e-presa-com-mais-de-31-kg-de-cocaina-em-guajara-mirim-ro.ghtml</p>	26/01/2019	Uma família foi presa por tráfico de drogas na última sexta-feira (25) durante uma fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-364. Conforme a Polícia Federal (PF), a droga saiu de Guajará-Mirim (RO), município a 330 quilômetros de Porto Velho, e foi apreendida em um posto da PRF perto da capital.
<p>Polícia Federal deflagra Operação contra tráfico de drogas e lavagem de dinheiro</p> <p>http://www.rondonoticias.com.br/noticia/policia/16412/policia-federal-deflagra-operacao-contratrafico-de-drogas-e-lavagem-de-dinheiro</p>	16/10/2018	As drogas eram fornecidas por um cidadão boliviano residente em Guayaramerin/Bolívia e transportada em barcos até uma fazenda às margens do rio que divide os países na cidade de Guajará-Mirim/RO, imóvel este objeto de sequestro judicial, de onde seguiam ocultadas em veículos para diversos pontos do país, notadamente os Estados de Goiás e Ceará, sendo distribuídas em diversas “bocas de fumo” nas regiões metropolitanas.
<p>PF de RO prende 11 pessoas por tráfico internacional de drogas na Operação 'Las Chicas'</p> <p>https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/pf-de-ro-prende-11-pessoas-por-trafficointernacional-de-drogas-na-operacao-las-chicas.ghtml</p>	04/05/2017	Duas mulheres que comandavam as organizações criminosas estão foragidas. Droga trazida da Bolívia, chegava em Rondônia e era distribuída para outros estados.

Elaborador por: Menezes, 2019

Nesse cenário, vemos que as organizações criminosas crescem e ganham espaço. Algo importante é pensar a relação dessas práticas com o tráfico humano. Abaixo, vamos analisar as rotas do tráfico de pessoas nesta entre Guajará-Mirim e Guayaramerín, bem como compreender a relação entre o crescimento das organizações criminosas e o terceiro mundo dentro desse cenário dos países subdesenvolvidos.

3.2 O comércio sexual e tráfico de mulheres no contexto amazônico: interfaces, condicionantes e conflitos

Esta seção tem um intuito de abordar sobre o comércio sexual e a prostituição, contudo buscar entender isso a partir das relações de exploração no comércio sexual as relações se constitui em tráfico de pessoas, em especial de mulheres.

Nesta faixa de fronteira, temos diversas rotas que ligam os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Mato Grosso. Com a proximidade destes Estados brasileiros com os países vizinhos Bolívia e Peru, temos um grande fluxo de atividades que se concentram na fronteira dentre elas, o comércio sexual. O Brasil e a Bolívia, alvos dessa pesquisa, são países da América do Sul considerados receptores e exportadores de pessoas para fins de trabalho escravo e exploração sexual. O Brasil vivenciou, na sua segunda década, migrações internacionais que acentuaram estes problemas. Primeiro, a migração haitiana, oriunda de tragédias naturais, com essa mão de obra massiva, inúmeros casos de trabalho escravo cresceram nesta região. Atualmente, vive-se outro ciclo migratório, agora com a Venezuela, que iniciou a partir das crises políticas e econômicas dentro do país.

Esses ciclos colocam em alerta o fato de as pessoas virem para o Brasil em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica, e ao chegarem se depararam também com os problemas sociais já vivenciados pela população local. É o que tem ocorrido na fronteira entre Brasil e Venezuela⁷⁹, desde a migração dos venezuelanos para o Brasil, muitos passam dificuldades por viver o desamparo no local de destino, e o abandono das autoridades. Apesar de o tema ser focado para a fronteira do Brasil com a Bolívia, destacamos a importância de entender as outras fronteiras da Pan-Amazônia, como ponto de análise, pelos motivos de que esse fenômeno se tratando da Amazônia elucidada interligações, semelhanças e proximidades de realidades.

Destacamos também o importante papel que o jornalismo investigativo responsável tem realizado com relação ao tema em questão. Com seriedade, tem descortinado os temas que causam inquietação, mas necessários para compreender a realidade. Frisamos a importância

⁷⁹ Segundos dados do IBGE, atualmente 30 mil venezuelanos vivem hoje no Brasil, grande maioria refugiados pela crise vivenciada dos conflitos políticos. Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-cerca-de-308-mil-imigrantes-venezuelanos-somente-em-2018-chegaram-10-mil-diz-ibge.ghtml>

que estes profissionais que se colocam em muitos casos em situação de risco para mostrar a violência vivenciada em lugares abandonados pelo Estado. As matérias-denúncias contribuíram para elucidação de partes deste trabalho, porém antes passado por análises de seus conteúdos.

Abaixo no quadro 3, há as notícias de quatro casos exploração sexual e tráfico ocorridos na fronteira da Pan-Amazônia, sendo a maioria destas vinculadas às mídias nacionais brasileiras e os noticiários da Bolívia. Estes são análises do período de 2016-2020, foi elaborado em 2020. O objetivo foi trazer as notícias mais recentes sobre este tema. A seguir, será analisado cada um deles.

Quadro 4 - Casos relacionados pela mídia - tráfico de mulheres nas fronteiras da Pan-Amazônia

Notícia/Matéria:	Ano:	Fonte:
Venezuelanas se prostituem no Brasil para comprar comida	2016	Resumo: Para fugir da crise financeira e de abastecimento na Venezuela, mulheres com ensino superior e qualificação profissional enfrentam desprezo e exploração e decidem se prostituir no Brasil. https://www.dw.com/pt-br/venezuelanas-se-prostituem-no-brasil-para-comprar-comida/a-36708134
Suposta rede de prostituição envolvendo acreanas é denunciada na Bolívia	2016	Resumo: A matéria denuncia envolvimento também de uma deputada de Pando e um Ministro do governo como ponto de uma rede de prostituição que já se estende em cidades bolivianas como Santa Cruz, La Paz e Arica(Chile), destacando a crise econômica como meio que deixa mulheres de classe média vulneráveis e buscam viver com um pouco de luxo. https://www.acreaovivo.com/noticia/suposta-rede-de-prostituicao-envolvendo-acreanas-e-denunciada-na-bolivia/18004
Adolescente vítima de tráfico humano é resgatada no AC	2020	Resumo: Casal foi preso em flagrante pela Polícia Federal de Epiaciolândia, interior do Acre, quando tentava levar menor de 16 anos para país vizinho. https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/02/20/adolescente-vitima-de-traffic-humano-e-resgatada-no-ac-quando-era-levada-para-bolivia.ghtml

quando era levada para Bolívia		
En un mes hallan a más de 100 víctimas de trata	2020	Resumo: Presumen red que involucra a tres países: Bolivia, Brasil y Chile. Consolidarán un sistema de alerta temprana en fronteras terrestres y aéreas. https://www.opinion.com.bo/articulo/cochabamba/mes-hallan-mas-100-victimas-trata/20200825001555783841.html
Pelos ‘prostibares’ da Amazônia, como funcionam as redes de prostituição na selva	2020	Resumo: A zona da tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil é a região ideal para o tráfico – não só de drogas e recursos naturais, mas também de pessoas. Quase sempre são mulheres e meninas https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-31/pelos-prostibares-da-amazonia-como-funcionam-as-redes-de-prostituicao-na-selva.html
Comissariado de menores de Guajará-mirim conduz flagrante de exploração sexual infantil	2020	Resumo: ato em flagrante que culminou com a prisão de Paulo Elias Rodrigues, de 48 anos., conhecido como “Paulão”. Ele foi flagrantado em um quarto no interior do “Bar Venha Cá”, de sua propriedade, em companhia de duas adolescentes de 12 e 13 anos, após ter consumado ato sexual. Fonte: https://tudorondonia.com/noticias/comissariado-de-menores-de-guajara-mirim-conduz-flagrante-de-exploracao-sexual-infantil-1311.shtml

Elaborador por: Menezes, 2020.

Antes de iniciar a análise de cada caso, considera-se um ponto importante sobre os destaques que a mídia dá sobre essa região de fronteira. No processo de buscas pelas notícias com a temática, observamos que grande parte da mídia local e nacional enfatiza a questão do tráfico de drogas e contrabando. São poucas matérias. Destacam-se casos de violência na fronteira com relação ao tráfico de pessoas, principalmente com relação as mulheres traficadas. Neste sentido, a impressão é que esta prática não ocorre, novamente passa pela invisibilidade. A população local não tem conhecimento e esclarecimento sobre estes temas, enquanto as redes operam tranquilamente sem muitos dispositivos de combate.

Em grande parte, as razões podem estar relacionadas a mais de um fator. Uma delas é pelo fato de ter poucas denúncias formais chegando as instituições do Estado, o que liga ao fator da subnotificação do crime. Outra possível razão que pode justificar as poucas coberturas e notícias sobre o caso e o pouco interesse na questão. Principalmente por não ser algo que preocupa tanto as autoridades, uma vez que muitos casos são relacionados a exploração sexual e prostituição, onde parte destes “usuários” fazem parte da elite econômica e política.

A primeira matéria que tem por título: Venezuelanas se prostituem no Brasil para comprar comida, elucida uma crise na fronteira, especialmente na cidade de Boa Vista-RR onde, segundo a notícia, mais de 30 mil venezuelanos atravessaram para o Brasil. Instala-se neste caso, um social em torno da migração.

As condições em que as mulheres chegam ao Brasil são de extrema vulnerabilidade, expostas a todos os tipos de violência. As situações de migração forçada revelam a fragilidade das relações sociais dos indivíduos envolvidos nela. Esta região é conhecida também como rota do tráfico humano entre Brasil, Venezuela, Suriname e as Guianas. (Marques, 2018)⁸⁰. Nesse sentido, a realidade amazônica produz outro processo e de fluxos de pessoas.

Neste caso, as mulheres vindas de cidades venezuelanas buscavam ganhos econômicos para suas famílias que estavam em situações extremas. Nos relatos, algumas tinham profissão e curso superior, entretanto, sem trabalho, elas vinham para o Brasil para o comércio sexual longe de suas cidades por medo e vergonha do julgamento da família e da sociedade. Como já dito, com as rotas porosas, a mobilidade desses indivíduos é facilitada. Marques (2018, p.31) aponta que “entre os países limítrofes torna a Pan Amazônia mais propensa à prática, tanto do tráfico de mulheres, quanto aos episódios de imigração ilegal, principalmente nas regiões formadas por garimpos, boates, prostíbulos e núcleos urbanos(...)”.

Outra dificuldade encontrada pelas venezuelanas no Brasil é o preconceito, quanto as atividades laborais, elas são oferecidas empregos ou os famosos “bicos” com salários menores do que para as brasileiras. Com isso, os preconceitos aumentam ainda mais por serem obrigadas

⁸⁰ Marques, Brenda Moreira. As Rotas do Tráfico Internacional de Mulheres na Pan Amazônia do Século XXI: Olhares Feministas do Sul Global. Cadernos de Relações Internacionais/PUC - Rio Edição especial “Gênero e Sexualidade nas RI”. Vol. 1 Abril 2018.

a se prostituir nas ruas de Boa Vista-RR. A situação se agrava com a presença de várias menores que estão também no comércio sexual, nestas condições.

O medo de estar nas ruas sem proteção também é um sentimento comum entre as mulheres. Há riscos de violência eminentes, quando não se tem segurança para este tipo de trabalho exercido. Os relatos desta matéria contam casos de violência brutal nas ruas, como ameaças, agressões, chegando ao assassinato de mulheres. Tais casos apavoram as venezuelanas que sabem que esta atividade nestes espaços violentos pode atingi-las a cada dia que saem as ruas.

O segundo caso envolve as redes de prostituição e o envolvimento com autoridades bolivianas. Nesta matéria intitulada: Suposta rede de prostituição envolvendo acreanas é denunciada na Bolívia, vinculada em 2016 através do site boliviano “Sol de Pando” que escancara a ligação íntima entre o tráfico de mulheres e a atuação de redes de narcotráfico e autoridades políticas. O trabalho de levantamento de dados foi realizado por um jornalista boliviano que vive atualmente exilado no Brasil, por ameaças de agentes do governo boliviano da época. A matéria boliviana foi reproduzida por um site acreano com menos detalhes sobre o que tem ocorrido na região.

Esta reportagem compreende parte do que ocorreu na primeira matéria, como o tráfico de mulheres saídas do Acre para a Bolívia. Acontece através de convites para trabalhos como modelos, babás, camareiras, e também como garotas de programa. Contudo, não se deixam claras as condições de trabalho que elas enfrentarão no país vizinho. Muitas delas são obrigadas a transportar cocaína para os traficantes, as chamadas “mulas” são exploradas ao máximo pelas redes de escravidão sexual. Esta rede recruta mulheres em Rio Branco-AC e as transporta para as cidades bolivianas de Santa Cruz, La Paz, chegando até Arica no Chile. Algumas delas são traficadas para outro continente europeu como a Espanha.

A matéria também relata o envolvimento de autoridades ligadas a políticos na exploração pela prostituição e tráfico de drogas, revelando que o tráfico de drogas e do sexo (pessoas destinadas a esse fim) passam pelas mesmas rotas. A cidade de Brasileia faz fronteira com Cobija, uma região de intensa circulação de pessoas. Esse trânsito intenso se deve à área comercial da fronteira, bastante conhecida na região. Os produtos mais baratos, devido ao câmbio da moeda boliviana, atraem muitos turistas em busca de mercadoria a preço baixo. Outra razão desse fluxo é a oferta de cursos de medicina em Cobija, Departamento de Pando,

que atraem muitos brasileiros para em busca do curso dos “sonhos” e que na Bolívia é mais barato do que no Brasil. Em busca de serviços médicos mais baratos, a região de Pando é um destino do turismo para tratamento médico, pessoas de vários estados procuram todos os anos, locais como esse para realizar exames e tratamentos mais baratos que os do Brasil.

Portanto, os fluxos de pessoas, nessa parte de fronteira, atraem diversos interesses. O comércio sexual também é um deles. Os turistas visam, nestas viagens, também fazer uso dos serviços sexuais oferecidos na região. Serviços que fazem parte da imensa indústria do sexo que movimentam milhões de dólares todos os anos. Com os interesses que, muitas vezes, se chocam com a ética e os direitos humanos sobre a questão da prostituição forçada que leva a graves consequências para muitas mulheres.

O terceiro caso que tem por título: Adolescente vítima de tráfico humano é resgatada no Acre-AC quando era levada para Bolívia, matéria vinculada pelo site G1-Acre. Este caso ocorreu em fevereiro de 2020 na cidade acreana de Epiaciolândia. Tratava-se de uma adolescente de 16 anos que estava sendo traficada para a Cobija, cidade boliviana que faz fronteira com o estado do Acre. A matéria destaca que a adolescente era de origem humilde e morava na zona rural. Outro dado informado pela reportagem é de que esta era a quinta garota traficada para esta região da Bolívia. Um casal atuava aliciando meninas pobres da região para trabalhar na Bolívia com muitas vantagens financeiras. Elas seriam levadas pelo engano das falsas promessas e destinadas a exploração sexual na cidade boliviana.

As menores seriam mantidas em cativeiro na Bolívia e algumas conseguiram fugir, porém as famílias não denunciam os sumiços das meninas, pois acreditam que não seria nada grave. Observa-se que a desestrutura familiar também aparece como um dado comum na história que envolve o tráfico de mulheres. Relatos de abuso, violência, estupro e muitas outras violações levam as meninas a buscarem refúgio fora do lar, acreditando em promessas de uma vida “melhor” longe de suas famílias. Conclui-se que:

Pese a todos estos datos y a la evidencia que las niñas y las adolescentes se encuentran en el nivel de mayor indefensión en la escala de la violencia, el abuso y la discriminación, la sociedad y el Estado no han generado todavía políticas ni estrategias integrales para enfrentar estos hechos, reproduciendo modelos y esquemas que las invisibilizan, tanto en los estudios y análisis como en los programas y políticas públicas. (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2014, p.13)

Com a invisibilidade, social, econômica e cultural, as crianças, jovens e adolescentes ficam mais distantes das políticas públicas efetivas de desenvolvimento real em suas trajetórias

de vida. O que dá espaço para atuação da criminalidade e aumento dos casos de abusos. É importante destacar que nessas regiões de fronteira há uma facilidade atravessar para o país vizinhos sem grandes problemas. Neste caso, a vulnerabilidade das pessoas é ainda maior. Em uma pesquisa realizada 2003 na região Amazônica, apontou algumas particularidades do tráfico de mulheres que indicam os motivos pelos quais seu desenvolvimento é crescente, algumas delas são os projetos de desenvolvimento econômico de geração de recurso temporário, fronteiras extensas com países vizinhos, isolamento geográfico e baixa infraestrutura, escassa fiscalização nas fronteiras, e baixa presença de instituições governamentais na garantia dos direitos e da segurança pública (HAZEU, 2003).

Este *modus-operandi* de atuação dos traficantes é comum nesta região, com extensas fronteiras internacionais sob pouca fiscalização do Estado. A região do Acre se localiza próxima à fronteira de dois países: Bolívia e Peru, esses são receptores de várias ações ilegais na região. Onde parte do crime organizado atua de forma opressiva e com grande força.

O caso seguinte é mais recente que foi publicado no site de notícias “Opinión- Diário de Circulação Nacional” em agosto de 2020, teve como título: *En un mes hallan a más de 100 víctimas de trata*. Trata-se de uma matéria que elucida sobre o aumento dos casos de tráfico de pessoas envolvendo Bolívia, Brasil e Chile pelas fronteiras aéreas e terrestres. A reportagem cita casos de haitianos vindos do Brasil para a Bolívia em situação ilegal.

Os casos relatados indicam problemas em relação à migração, questões de documentação para entrada no país. Os casos em grande parte se trata de migrantes que passaram pela Bolívia e Chile para regressar ao país de origem. Porém, a preocupação que autoridades apontam é a relação desta migração com o tráfico de pessoas, indicou que mais de 100 pessoas em um mês passaram pelo país em situação ilegal. Com isso, a *Dirección Nacional de Migración* decidiu instaurar um sistema de alerta para detectar e encontrar essas pessoas desde cidades como *Guayaramerín, Riberalta, Rurrenabaque, San Matías, Puerto Quijarro, Yacuiba, entre otros*”. O objetivo segundo a instituição é que as fronteiras bolivianas possam detectar e notificar de forma precoce os casos de tráfico e contrabando.

As aproximações entre migração e tráfico são fatos que refletem os dramas de várias populações do mundo. Ao longo de várias questões humanitárias, a migração segue sendo um tema de grandes desafios para os Estados e governos nos diversos países. No caso relatado em questão, a grande preocupação está centrada na migração ilegal os riscos do tráfico de pessoas.

Porém não chega a relatar algum caso de tráfico relacionado aos haitianos vindos do Brasil para a Bolívia. A migração haitiana para o Brasil iniciou-se em 2010, causada por tragédia natural ocorrida no Haiti.

Contudo, o percurso dessa migração significou vários processos de exclusão e escancarou o preconceito e racismo da sociedade. Ao chegarem em terras brasileiras, muitos haitianos vivenciaram situações de exploração e foram usados como “força barata de trabalho”. Portanto, a presença desses novos imigrantes representa uma série de significados e projeções sociais e culturais que vão desde a acolhida para o trabalho “pesado” até a sua exploração, como mão-de obra barata até a rejeição pela cor de pele, cultura, língua e etnicidade, os quais representam uma negação da identidade negra.

Quanto à matéria em questão, vê-se uma certa hostilidade em relação à presença haitiana na região, associando o migrante a práticas criminosas. O contexto da migração haitiana é levado para o campo racializado de maneira frontal, que reflete na criminalização da migração reveladas através de atitudes alarmistas, xenófobas e racistas. (Marinucci, 2015). O pensamento enraizado nos moldes colonialistas revela a rejeição a certas categorias de imigrantes como apontado, o que reflete em políticas migratórias com cunho racial. Assim:

Tais políticas paranóicas, na realidade, não constituem uma novidade, tanto de um ponto de vista diacrônico quanto sincrônico. *Marcia Anita Sprandel e Eduardo Domenech* abordam, respectivamente, o iter de elaboração do Estatuto do Estrangeiro de 1980, no Brasil, e os processos legislativos de criminalização e de expulsão de imigrantes anarquistas na Argentina no começo do século XX. Em ambos os casos, as leis migratórias foram utilizadas com o objetivo de atingir **determinadas categorias de imigrantes: os considerados “indesejáveis” e supostamente prejudiciais para a assim chamada “segurança nacional”**. (Marinucci, 2015, s.p, grifos nossos).

Neste caso, a suposta ameaça de tráfico de pessoas mascara-se pelas políticas de expulsão dos indesejáveis para a sociedade. Isso demonstra um complexo sistema em que a mobilidade populacional sofre as mazelas da negação de várias populações por origem étnica, religiosa e social. Contexto esse já evidenciado na criminalização da migração que ocorre na América do Norte, tensionando a presença de latinos, por exemplo, que se mobilizam para aquela região em busca de melhores oportunidades.

Ainda sobre casos de tráfico para fins de exploração sexual na Bolívia, uma matéria realizada pela Esquerda Diário⁸¹ em 2016, foi revelada um dos esquemas mais poderosos de tráfico de mulheres no país. Na matéria, os relatos revelam as formas como as redes de tráfico atuam nas boates de *La Paz*, com a conivência das autoridades que para não agir, recebiam dinheiro e “cortesias”. Um dos traficantes, agora preso, está colaborando com a polícia, revela por suas palavras: “viajei a Cuba, comprava mulheres por 100 (cem) dólares, as trazia e prometia que aqui ganhariam muito dinheiro como modelo, depois as explorava”.

No caso seguinte, a matéria: Pelos ‘prostibares’ da Amazônia, como funcionam as redes de prostituição na selva, onde se trata de da zona de tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil. A localização de espaço de fronteira compõe os municípios de Puerto Nariño (Colômbia), Caballococha (Peru) e Atalaia do Norte (Amazonas, Brasil), unidos e separados pelo rio Amazonas.

Essas cidades têm pontos em comum, além de serem da fronteira, são locais de difícil controle quando se trata de tráfico de pessoas e outros crimes. Grande parte das comunidades que vivem nesta região são indígenas. As lanchas, botes e demais embarcações são formas comuns de transporte de um país para o outro, sem muito controle por parte dos agentes do Estado. A cidade de Puerto Nariño (Colômbia) é tida como um lugar turístico e também com focos de ação de exploração sexual de meninas menores. O principal alvo, neste cenário de exploração, são as adolescentes, em suas condições de vulnerabilidade tornam-se vítimas dos abusos.

Neste cenário, alguns agentes se mobilizaram nas comunidades para tentar amenizar estas questões. Rede de Combate ao Tráfico de Pessoas na Tríplice Fronteira (RETP) e entidades ligadas à Igreja Católica. Este trabalho vem buscar oferecer orientação para as jovens menores, usam-se os espaços escolares para as campanhas. A matéria também chama a atenção para as áreas de mineração, onde se concentram os chamados bordéis. Grande parte busca os corpos juvenis com menos de 18 anos. Grupos esses que são de risco, pois ainda passam por fases de mudança e instabilidade na formação.

⁸¹ Fonte: <https://www.esquerdadiario.com.br/BOLIVIA-Instituicoes-do-Estado-escondem-trafico-e-comercio-de-mulheres>

Com a Pandemia no COVID-19 em 2020, a situação se agravou nas fronteiras. Jovens e crianças ficaram longe da escola, que em tese seria um lugar seguro para elas. O confinamento e isolamento social funciona para alguns lugares, mas, nas fronteiras, são questões diferentes, pois as rotas do comércio ilegal continuam exercendo as suas atividades, e ainda com mais facilidade. Com os jovens e crianças fora da escola, tornam-se alvos fáceis de captação para o crime organizado. A escalada do vírus e o seu potencial destrutivo não impediu que a exploração sexual de meninas, jovens destas regiões remotas e lugares isolados ainda continuasse existindo.

No último caso deste quadro que tem por título: Comissariado de menores de Guajará-Mirim conduz flagrante de exploração sexual infantil, trata de abusos sexuais ocorridos no espaço de fronteira entre Brasil e Bolívia. Em um ato flagrante ocorrido em um bar chamado de “Bar Venha Cá”, ocorreu os abusos em um quarto no interior deste estabelecimento. Duas adolescentes de 12 e 13 anos tiveram relações sexuais com Paulo Elias Rodrigues, de 48 anos, conhecido como “Paulão”. O contexto de abusos sexuais, estupros e exploração sexual são comuns nestes espaços.

Quanto ao tráfico de brasileiras para a Bolívia, os espaços de fronteira com facilidade a estas atividades são os Estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Mato Grosso do Sul e Amazonas. Nessas regiões, é propício, por exemplo, o tráfico de jovens para a exploração sexual em cidades da Bolívia. Em uma pesquisa acadêmica na área de jornalismo na Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro- ESPM⁸², realizou uma investigação jornalística, descortinou os problemas com meninas brasileiras traficadas para a Bolívia com fins de serem exploradas nos bordéis, boates ou prostibares da região.

Um caso relatado neste trabalho de uma jovem acreana que foi traficada para a Bolívia, com o sonho de ser modelo. Essa jovem de 14 anos foi seduzida e traficada para a cidade de *La Paz*, lá permaneceu por 7 anos sendo explorada e drogada pelos traficantes. Esta é apenas uma em dezenas de casos em que ocorrem nesse sentido. Durante a pesquisa, a equipe identificou a facilidade de entrar e sair nos estados sem que fosse realizada qualquer fiscalização, o que facilita a mobilidade de pessoas, inclusive menores.

⁸² Fonte: <https://sonhosroubados.atavist.com/sonhos-roubados>

O Diretor de Proteção Social e Especial da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Rio Branco/AC, Fábio Fabrício, aponta as facilidades encontradas nas rotas do tráfico nesta região por termos fronteiras desguarnecidas e a preocupação com o patrimônio e não com as pessoas. Este gargalo sinaliza a necessidade de repensar fronteiras e fiscalização. Nessa perspectiva, o Estado patrimonialista torna-se acima dos direitos fundamentais das pessoas, crimes como este irão ter êxito. As pessoas entram e saem do país por rotas onde há pouca ou nenhuma fiscalização. Na região amazônica, onde o espaço de fronteira é extenso, as dificuldades de fiscalização e um número pequeno de postos e polícia inviabilizam a proteção para as possíveis vítimas.

Não diferente disso, durante a pesquisa realizada nos últimos dois anos na região de Guajará-mirim e *Guayaramerín*, as condições são as mesmas, a facilidade no trânsito entre os estados e entre a fronteira com a Bolívia, são reflexos do mesmo problema: a despreocupação com o tráfico humano e suas dimensões de alcance. Diante disso, nessa cortina de fumaça, as redes agem com vários tentáculos de atuação, mas a espinha dorsal é em torno da vida de luxo, bons salários, autonomia e fama que atraem dezenas de jovens. O símbolo da ostentação passou a ser um discurso utilizado no meio juvenil para designar luxo, vaidade e orgulho, demonstrar poder. Assim, com essas atratividades fazem com que eles vejam nos convites dos agenciadores uma forma de realizar seus desejos.

Através da pesquisa jornalística sobre o tráfico na Bolívia, as redes sociais têm, na atualidade, um papel preponderante neste espaço. Elas hoje agenciam jovens, tanto homens como mulheres para relações perigosas, uma vez que as ofertas são sempre padrão para as práticas deste tipo: ganhar dinheiro, com pouco trabalho, melhores salários, despesas, alimentação pagas pelos agenciadores. Dentro de investigação, aparece uma rede de agenciamento conhecida como “*Double G Productions*”, esta agência busca jovens para o trabalho de modelo e/ou músico.

Os convites e agenciamentos ocorriam pela rede social (Facebook). Na atualidade, essa página não está funcionando mais. Um dos produtores até 2017 ainda fazia convites neste perfil das redes sociais, uma vez que descobriu que estava sendo monitorado. Fez algumas ameaças pelas redes e depois abandonou o perfil. Abaixo, seguem alguns dos convites realizados pelas redes sociais, recrutando principalmente mulheres jovens para trabalhos de modelo em uma espécie de Reality Show em 2015.

Imagem 3 - Perfil da Double G Productions no Facebook



Fonte: Facebook (2014).

O produtor, quando estava usando o perfil, fez vários convites para trabalhos como modelo na Bolívia, Colômbia e Brasil. Os convites eram para trabalhar como modelo, dançarina, MCs de Funk. Uma mulher aliciava as meninas para fazerem programas nas cidades da Bolívia com promessas de grandes ganhos e mordomias, como morar em mansões. As imagens foram retiradas das pesquisas realizadas pelo Facebook.

Imagem 4 - Perfil de mulheres patrocinadas pela Double G Productions - Facebook



Fonte: Facebook (2014).

Com esses esquemas, jovens mulheres brasileiras são levadas para a Bolívia, atraídas por mais condições materiais de vida e para ter uma realidade diferente do que ela vive no

cotidiano. Portanto, o tráfico não é a causa, mas o sintoma-fim de feridas mais profundas que a sociedade vivencia onde, problemáticas complexas que envolvem negociações entre autonomia e exploração. Estes devem ser analisados com interligações entre a pobreza, visão do lucro e visão sobre o sucesso na vida, bem como condições e estratégias adotadas para a sobrevivência da mulher nesses espaços do comércio sexual, leva-se em conta a dignidade humana e cidadania plena.

A Bolívia enfrenta sérios problemas com relação ao tráfico humano. Em 2018, após um relatório realizado pelos EUA, está junto com Mianmar entram para a lista “negra” do tráfico⁸³, por não realizar medidas suficientes para combater de forma eficiente este crime. Com esta realidade, tanto bolivianos como brasileiros com essas vulnerabilidades estão próximos do espaço e território do tráfico.

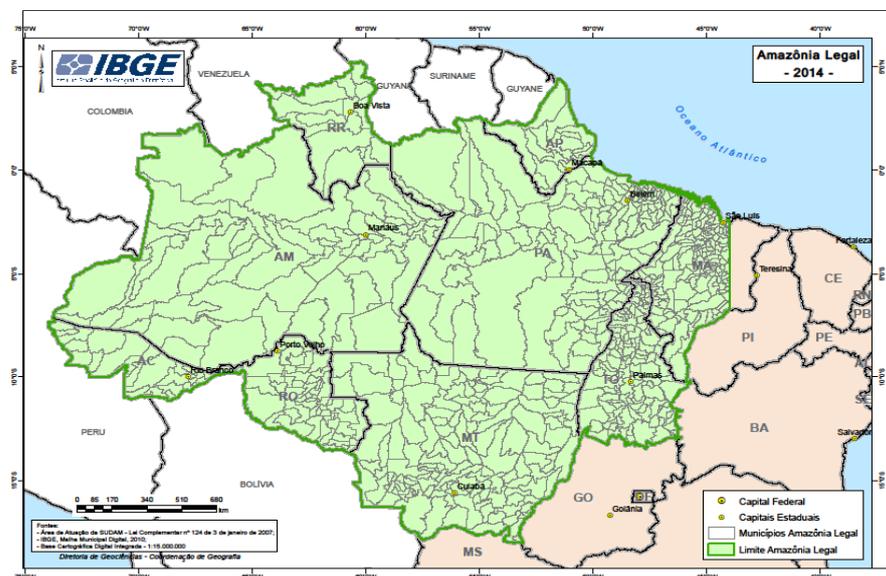
As análises e narrativas sobre o tráfico de pessoas nos países Brasil e Bolívia servem como pano de fundo para entender a espacialidade do tráfico, conexões entre os casos que por hora pareçam desconexos, podem revelar como os processos acontecem, e que paralelamente a isso, outros crimes ocorram nestas regiões, alimentando ainda mais desigualdades entre os povos.

No que trata especificamente do tráfico de pessoas na Amazônia. Esta mostra traços específicos a serem analisados que são diferentes de outros lugares do mundo. Em primeiro ponto, é que esta região é ainda considerada um vazio demográfico, em relação a outras regiões do país, ela representa 7,6% da população brasileira. A Amazônia legal possui 5.020.000 km² que abrange os estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).⁸⁴

⁸³ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/06/28/eua-incluem-bolivia-e-mianmar-em-sua-lista-negra-de-trafico-de-pessoas.htm>

⁸⁴ Fonte: IBGE, 2014.

Mapa 4 - Amazônia Legal Brasileira



Fonte: IBGE.

O imaginário criado em volta da Amazônia faz parte das construções culturais evocadas pela “visão romantizada de um lugar intocado”, com indígenas, seres selvagens, falta de desenvolvimento, a natureza (HAZEU, 2003, p.32) e o território onde impera os “vazios” institucionais. Não obstante a isso, paralelamente na ocupação da Amazônia, o discurso do progresso, narrativa que evoca o discurso da colonialidade, assim como aponta, Quijano quando afirma que “não existe modernidade sem colonialidade”. (Quijano, 2000, p. 343)⁸⁵. A ocupação destes espaços seguiu uma lógica colonialista de exploração de recursos naturais e exploração da população local. Esta ideia colonialista de ocupação baseou as ações governamentais, uma vez que se via a oportunidade de extrair as riquezas abundantes nesta região. Portanto, a floresta passou a ter o significado de riqueza e prosperidade, principalmente se for desmatada, principalmente a partir do governo de Getúlio Vargas, os processos de investimentos para ocupar esta região aumentaram (HAZEU, 2003).

⁸⁵ QUIJANO, Aníbal (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.

Os investimentos foram realizados na abertura e construção de estradas entre as décadas de 1950 a 1970, a implementação de campanhas de colonização agrícola e reforma agrária a partir da criação do INCRA (década de 1970), acarretaram na migração da população do sul do país para esta região. A construção de hidrelétricas em dois momentos- o primeiro na década de 1980 e outra na década de 2000 (HAZEU, 2013).

A Amazônia passou por ciclos econômicos que trouxeram fluxos migratórios determinando traços marcantes na sociedade local. Apesar de ser um espaço com grande contingente de áreas com florestas, “70% da sua população vive nos espaços urbanos” (idem, 2003, p.33). Com esses projetos de desenvolvimento, ela foi cada vez mais inserida no contexto da globalização, nos processos de exploração dos seus recursos naturais, ocasionando também nos desequilíbrios como a degradação ambiental, conflitos agrários, baixo desenvolvimento humano e qualidade de vida na sua população. Outras questões foram ignoradas historicamente pelo poder público, como compreender a diversidade cultural formada na região amazônica, os povos e populações tradicionais. Hazeu (2003, p.34) expõe que “Como em outros tempos históricos, a distância entre a intervenção estatal e as necessidades humanas das populações regionais, revela os déficits sociais graves”.

Os programas governamentais tendem a estimular as migrações desordenadas, mal planejadas e, por vezes, provocam o desequilíbrio na sociedade local. Um exemplo recente deste problema foi a construção das hidrelétricas do Rio Madeira, realizado através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com vistas ao desenvolvimento do setor energético do país. Quando iniciaram as obras de construção, um grande contingente de trabalhadores migrou para essa região, cerca de 35 mil pessoas, conhecidos como “barrageiros” são trabalhadores que se deslocam com o objetivo de trabalhar nas obras de barragens. Em uma reportagem divulgada em 2011 com o título: “Jaci-Paraná é um dos maiores bordéis a céu aberto do país⁸⁶”, mostra a realidade que Rondônia vivenciou há pouco tempo. A reportagem produzida por jornalistas denuncia os graves problemas enfrentados pela população local em decorrência das construções das Usinas, como a prostituição, abusos sexuais, estupros, assassinatos, violência doméstica, gravidez na adolescência, que saltaram em números

⁸⁶ Fonte: <http://rondoniadigital.com/jaci-parana-e-um-dos-maiores-bordeis-a-ceu-aberto-do-pais-diz-revista-marie-claire/>

assustadores. Em um fragmento da reportagem, mostra a realidade em que por trás das grandes sobras de desenvolvimento:

‘Jaci Paraná é um Velho Oeste’ é uma frase que se ouve com frequência na região. Se lá a noite começa barulhenta e animada, à medida que a madrugada chega, um clima de tensão toma conta das ruas e dos bordéis. Os cabarés fecham as portas à meia-noite — horário em que começam a sair as brigas entre a clientela exaltada. Os moradores, que quase não saem às ruas depois que escurece, não ficam sequer na janela de casa, como em qualquer cidade do interior. [...] Os habitantes de Jaci Paraná têm orgulho em dizer que são “filhos do distrito mais antigo de Rondônia”. Mas se entristecem ao constatar que a vila, palco de várias ondas migratórias, não se desenvolveu. Do final do século 19 até e metade do século 20, Porto Velho e Jaci Paraná receberam seringueiros durante o ciclo de exploração da borracha. Nos anos 70 e 80, foi a vez da exploração do garimpo atrair milhares de migrantes. A última grande promessa de desenvolvimento são as usinas do PAC, que devem começar a funcionar em 2012 e empregar muito menos gente do que as obras levaram para lá. Quando Jirau e Santo Antônio ficarem prontas, os homens e seus salários irão embora. Sobrarão as mulheres, as mães e as meninas com seus bebês (Marie Claire, 2011, s.p)

Promessas de riqueza, progresso, o Eldorado sempre povoou o imaginário das pessoas que migraram para essa região. Desde a colonização, com a abertura da BR 364, linhas telegráficas, construção de usinas, ocupações agrárias, dentre outros (HAZEU, 2003). Foram formas de ocupação com migrações de vários lugares do país, tem como pano de fundo a fuga da pobreza, seca e da exclusão social. Assim ele problematiza:

[...] Sem ou com planejamento inadequado do Estado e das empresas envolvidas observa-se a precariedade para atender as demandas sociais provocadas. [...] Observa-se um crescimento populacional acelerado e uma urbanização precária das grandes e médias cidades na Amazônia, podendo ser caracterizado como favelização das cidades, sem planejamento e sem serviços públicos que atendam a sua população (HAZEU, 2014, p.160)

Esses traços marcantes na história da Amazônia revelam questões ainda abertas no tecido social. No passado, vivemos um processo violento de colonização com a tentativa de extinção de várias etnias indígenas, os nativos que aqui viviam. Atualmente, as marcas da colonização violenta corroboram ainda no imaginário do povo.

Com relação ao recorte de gênero no contexto da migração amazônica, pode-se dizer que a sua situação, historicamente ignorada no contexto da sua ocupação na Amazônia, acarretou em uma história contada por homens para outros homens. No entanto, com o

crescimento dos estudos de gênero nas últimas décadas proporcionou desvelar a participação das mulheres nos períodos de ocupação da Amazônia. Permitiu também verificar também o tráfico delas na região. Na obra: “Mulheres da Floresta: uma história”, escrita por Cristina Scheibe Wolffem (1999), reproduz parte da realidade das mulheres vindas para os seringais do Acre. Ela cita a invisibilidade das mulheres no período da Borracha, casos de extrema violência naturalizados pela sociedade. Dessa forma, o comércio de mulheres era culturalmente praticado e naturalizado em vários momentos da história como explicitados nos trabalhos de Rubin (1975). Ele coloca que as mulheres eram moeda de troca, mercadorias, usadas até como pagamento de impostos, vendidas ou simplesmente “dadas em favor” de alguém.

Na Amazônia, a lógica não era diferente – mulheres eram traficadas nos seringais, apenas por serem mulheres. Eram roubadas, encomendadas, vendidas e raptadas na floresta. As indígenas e negras eram vendidas nas praças públicas. Estupros ocorridos nesta região eram em sua maioria resultado de “práticas incestuosas com o pai, tio, irmão, padrasto e padrinho” (WOLFF, 1999, p. 82; 218; 232). Os crimes de honra também eram comuns e justificados pela sociedade da época.

A figura do Bordel basicamente presente nas ocupações amazônicas também muito tem a dizer sobre a vida, existência e estratégia de sobrevivência das mulheres. A resistência das mulheres também foi presente em momentos da ocupação deste território. As mulheres buscavam formas de sobrevivência que são vistas como práticas subversivas e mal vistas. Mais à frente, trataremos sobre essas questões nas áreas de fronteira.

Em uma entrevista realizada pela revista Fórum com título: Pan-Amazônia: Pontos cegos na fronteira facilitam tráfico de mulheres, realizada com o pesquisador Marcel Hazeu, sobre o tráfico de pessoas na Amazônia⁸⁷, fez uma pesquisa no início da década de 2000 e mostrou a realidade nesta região e as particularidades de cada Estado. Especificamente sobre a questão do tráfico, Hazeu expõe que:

Entre Rondônia e Acre tem tráfico de mulheres para a Bolívia e também da Bolívia para estes estados. Recentemente a Polícia Federal do Brasil apurou uma denúncia de tráfico de mulheres bolivianas para o Brasil, mas, após a

⁸⁷Fonte: https://www.revistaforum.com.br/pan-amazonia_pontos_cegos_na_frenteira_facilitam_trafico_de_mulheres/

operação, deportou estas mulheres sem prestar auxílio nem assistência (HAZEU, 2012, s.p).

Questionado na entrevista sobre como seria possível ter dados estatísticos sobre este tipo de crime, ele expõe a dificuldade que se tem em mensurar e saber exatamente como ele ocorre:

São poucas possibilidades de saber mais detalhes porque só é possível saber ele ocorre se, no destino final há escravidão e se as polícias locais estiverem investigando. Ou quando o familiar procura o governo local ou quando algumas retornam para denunciar. E isso ninguém faz por vários motivos, como segurança e vergonha. Fora isso, não há contato sobre este assunto entre os países. É complicado trabalhar com dados oficiais, afinal só é possível configurar escravidão e tráfico os vendo. O que temos são as rotas e formas como a exploração acontece pelo relato de pessoas que voltam, não denunciam, mas nos procura para contar. Também é possível mapear; pelos familiares, os que param de fazer contato (IDEM, 2012, s.p).

Assim, na fronteira amazônica, as dificuldades se repetem. Demonstra-se o cuidado e a compreensão que se deve ter da fronteira e suas complexidades. Os fluxos migratórios nesta região são mais intensos, onde as espacialidades de cada país se encontram confluindo seus diversos interesses.

3.3 Fronteira e as cidades gêmeas, fluxos e complexidades

Após a exposição sobre o as especificidades do espaço de fronteira das cidades gêmeas de Guajará- Mirim e *Guayaramerín*, se faz necessário o aprofundamento pelas temáticas que elucidam um estudo geográfico do espaço: Fronteira e território, para que se possa entender a organização do espaço de pesquisa, começa-se por entender seu território e fronteira. Desse modo,

a Fronteira é resultante de um processo histórico que tem por base a preocupação do Estado com a garantia de sua soberania e independência nacional desde os tempos da Colônia. Historicamente, o país tem demonstrado interesse pela região que envolve a fronteira, ao buscar identificá-la como faixa de fronteira, e como tal, dotada de complexidade e peculiaridades que a tornam especial em relação ao restante do país.⁸⁸ (BRASIL, 2010, p. 17)

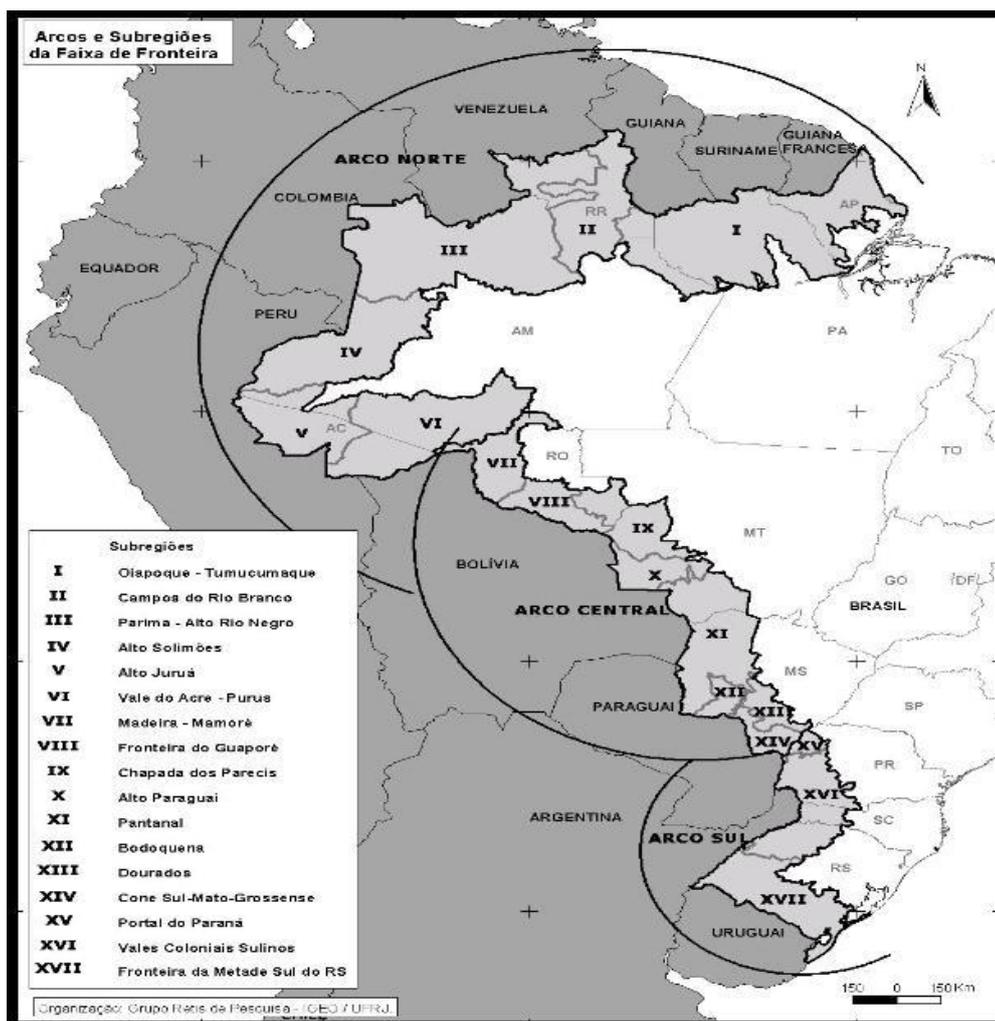
⁸⁸ Fonte: Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de Fronteira. BRASIL, 2010. Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. P.416.

Para tanto, o estudo sobre essas áreas mostra-se de grande importância para compreender o modo complexo de organização, integrações e desenvolvimento que estes espaços são característicos. Na atualidade, existe a Lei no 6.634, de 1979, referente à norma específica de identificação da faixa de fronteira como sendo uma região estratégica ao Estado. Esta região corresponde a aproximadamente 27% do território nacional com, 15.719 km de extensão, abriga cerca de “10 milhões de habitantes de 11 estados brasileiros e é limítrofe a 10 países da América do Sul” (idem, 2010, p.17).

Atualmente, a base territorial das ações do Governo Federal para a faixa de fronteira estabelece como áreas de planejamento três grandes arcos, definidos a partir da proposta de “reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” (PDFF – 2005), assim ficam divididos em arcos como exposto no mapa abaixo (idem, 2010, p.17).

Mapa 5 - Arcos da Fronteira e sub-regiões da Faixa de Fronteira

<https://drive.google.com/file/d/0B5BelYgngIvIMjA3ZDg3ODItY2FkMC00Y2RkLWJjNmMtNzZjYzE3NDI4ZjFh/view>



Fonte: MI/SPR/PDFF – 2009, apud BRASIL, 2010

As regiões dos Arcos da Fronteira são espaços diversificados, com características distintas. No arco Central, localizam-se os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo ao todo 99 cidades. O espaço pesquisado localiza-se sub-região Madeira Mamoré. Esta região tem características nos âmbitos sociais, econômicos e culturais que marcam a identidade e os enfrentamentos locais desafiadores, principalmente pelo aspecto da insegurança (MEDEIROS FILHO, 2014) e a dificuldade de controlar os fluxos dos crimes transnacionais como tráfico de armas e pessoas (ANDRADE E LIMA, 2018). Abaixo, os estados e seus respectivos números de municípios.

Tabela 3- Distribuição dos municípios por estado em cada um dos Arcos na Faixa de Fronteira

Arco	Estado	Quantidade de Municípios
Norte	Amapá	8
	Pará	5
	Roraima	15
	Amazonas	21
	Acre	22
	Total	71
Central	Rondônia	27
	Mato Grosso	28
	Mato Grosso do Sul	44
	Total	99
Sul	Paraná	139
	Santa Catarina	82
	Rio Grande do Sul	197
	Total	418
TOTAL DE MUNICÍPIOS		588

Fonte: CMN 2008

Fonte: CMN 2008, apud BRASIL, 2010.

Dentre os municípios do Estado de Rondônia, localiza-se a cidade de Guajará -Mirim está situada a oeste do Estado de Rondônia, entre a longitude Oeste, 65 ° 00' e 65° 30' e latitude Sul 10° 30' e 12° 30', tendo como seu limite ao Norte o município de Nova Mamoré e Campo Novo de Rondônia, e a Nordeste com o Município de Governador Jorge Teixeira (SOUZA et.al, 2018)⁸⁹.

Nas proximidades em sua fronteira fica a cidade de *Guayaramerím*, que faz parte do Departamento do Beni, na Bolívia. Possui um porto situado na margem esquerda do Rio Mamoré, em frente à cidade rondoniana de Guajará-Mirim, no Brasil, e a uma distância de 93 quilômetros de Riberalta e de 1115 quilômetros de *Trinidad*. Fica entre longitude 65° 22' 60 Oeste e latitude 10° 48' 0 Sul.

Estas duas cidades caracterizam-se como cidades gêmeas por terem o território que faz limite com o país vizinho, sendo sua sede localizada no limite internacional. Assim, Guajará-Mirim e *Guayaramerím* estão próximos ao limite de fronteira. Estas duas cidades localizam-se

⁸⁹ ARIGÓ - Revista do Grupo PET e Acadêmicos de Geografia da Ufac Vol. 01, N. 01 jul./dez. 2018. Fonte: <file:///C:/Users/Elisangela/Downloads/2060-4791-1-PB.pdf>

na Zona de Fronteira, pois está composta nas faixas territoriais de cada lado do limite internacional, elas também se caracterizam por interações, integrações e consideradas zonas transfronteiriças. Dessa forma:

A existência destas cidades favorece o desejável processo de integração entre os países. Não obstante, também, servem de porta de entrada de produtos ilícitos de diversas naturezas e de saída de recursos naturais e minerais, explorados sem controle e ilegalmente, com danos ao meio ambiente. (BRASIL, 2010, p. 17).

Ainda tecendo sobre o conceito de cidades-gêmeas, estas são:

[...] aquelas em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho. (idem, 2010, p.23).

Nessas áreas, são presentes os problemas que muitos casos advêm dos que cada país enfrenta e a forma com que o Estado manifesta interesse em buscar soluções para o mesmo. Sobre essas realidades, é importante destacar:

Três aspectos devem ser ressaltados na geografia das cidades-gêmeas na fronteira brasileira. O primeiro é que a posição estratégica em relação às linhas de comunicação terrestre e a existência de infraestrutura de articulação, embora possam explicar a emergência de muitas cidades-gêmeas, nem sempre garantem o crescimento e a simetria urbana das cidades, muitas vezes reduzindo-se a meros povoados locais ou a cidades de tamanho urbano muito diferente. (BRASIL, 2010, p. 22).

Esta realidade reflete-se nas cidades de Guajará-Mirim e *Guayaramerím*, onde se encontram os baixos índices de desenvolvimento humano, precárias condições de vida e trabalho e pouca atuação do Estado a fim de buscar soluções para os problemas. As interações entre essas duas cidades revelam traços híbridos entre a cultura brasileira e a cultura boliviana. A diversidade étnica e linguística presente nos dois lados converge em práticas próprias do lugar.

As cidades-gêmeas concentram grande fluxo transfronteiriço, que se relacionam com vários elementos: educação, saúde, cultura, religião, entre outros. As políticas públicas para fronteira devem levar em consideração estas variáveis que se apresentam de forma diferenciada. Abaixo, segue o mapa de localização das áreas transfronteiriças onde se encontram as cidades-

gêmeas no Brasil.

Mapa 6 - Localização das cidades-gêmeas na faixa de fronteira



Fonte: MI/spR/pDFF 2005 apud, BRASIL, 2010, p.23

Nas áreas descritas, a produção, trabalho e renda estão intimamente ligados com a produção agrícola, agricultura familiar, garimpo, extração de madeira e o comércio na fronteira. Este, em muitos casos, demanda de mão-de-obra de baixo custo e salários indignos. Dentro da de atividades informais, a população vive em torno dessas cidades. A cidade de Guajará-Mirim

é contemplada pela política de Áreas de Livre Comércio – ALCs – Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – (MDIC) – Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); (Lei no. 8.210/1991), o que em certo modo traz um atrativo, com produtos mais baratos e incentivos fiscais.

Do outro lado, em *Guayaramerín*, com a famosa Avenida Frederico Roman, onde se concentram grande parte do comércio da região. São diversos tipos de produtos comercializados. Outro caráter marcante nesta região são as procuras pelo curso de medicina no lado boliviano. Muitos estudantes brasileiros são levados pelos preços mais baratos para estudar fora do país. O contingente de estudantes brasileiros que vão para as cidades de *La Paz*, *Santa Cruz de La Sierra*, *Cochabamba*, *Cobija* e *Guayaramerín* é grande e tem atraído muitos jovens que sonham em estudar medicina, pois no Brasil o custo é relativamente alto.

Com isso, o pensar a fronteira e território são necessários para o entendimento das dinâmicas, fluxos, interações e relações de poder estabelecidas entre seus agentes. No estudo da geografia das fronteiras, é possível analisar as formas em que o conceito foi concebido pela geografia, mudanças e nuances que são necessárias às análises das atuais conjunturas, principalmente com o advento da tecnologia e suas implicações no sentido do suposto fim das fronteiras. Assim:

A origem do termo fronteira, como seus correspondentes na língua espanhola (*frontera*), na francesa (*frontière*) e na inglesa (*frontier*) derivam do antigo latim para indicar parte do território situada em frente. O termo apresentava significado semelhante na antiga Germânia, sob a designação de *Mark*, significando região periférica. (FERRARI, 2014, p.3).

A ideia de fronteira como limites territoriais desde os estudos de Guichonnet e Raffestin (1974), reverberam o desenvolvimento da sociedade, o surgimento do Estado moderno, os sentidos de fronteira também foram mudando. Outrossim, Ferrari (2014) aponta que para Raffestin (1993, p. 167), “a linearização da fronteira é uma tendência do Estado moderno, que não foi desmentida desde o século XV, para culminar, no século XX, nas linhas rígidas, por vezes impermeáveis porque contornadas por muros (Muro de Berlim, por exemplo)”.

Com o desenvolvimento da sociedade, as linhas divisórias ficaram mais precisas e ganharam um elemento importante: o mapa. Com o desenvolvimento da cartografia, o mapa ganha espaço como instrumento, cuja finalidade é definir, delimitar e demarcar e fronteira, passando a ser utilizada como técnica de organização política (FERRARI, 2014).

Com o advento da modernidade, surge também a noção de “controle dos territórios e

suas fronteiras” (RAFFESTIN, 1993, p. 166). No século XX, essas características ficaram mais evidentes. A noção de fronteira emerge diversas leituras, segundo historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932), a fronteira é o lugar onde nasce o território e a identidade (FERRARI, 2014). Quando se trata do Brasil, a influência forte nos moldes europeus, com política nacionalistas, expansionistas e bases nos discursos de “progresso”, sobretudo na Amazônia, colonizada, utilizando-se da violência institucionalizada e várias violações aos Direitos Humanos.

A existência da globalização trouxe consigo uma série de mudanças nos estados e nas configurações econômicas, sobretudo no que concernem as fronteiras. O que traz a necessidade de novas análises sobre o entendimento do que ela significa na atualidade. Assim, na leitura de Ferrari (2014, p.19):

[...]ante esses novos agenciamentos político e econômico do espaço físico mundial, a problemática das fronteiras aparece como questão central das relações internacionais, sobretudo no interior dos blocos econômicos, havendo a necessidade de apreendê-las de uma nova maneira. Essas questões indicam a necessidade de distinguir conceitualmente limite e fronteira.

Assim, os limites do Estado-Nação não configuram exatamente as fronteiras e seus fluxos. É preciso superar a visão limitada que cristaliza as fronteiras, com isso o limite, [...] diferenças entre limite e fronteira são bastante claras, por isso os termos “não são sinônimos” como esclarece Machado (1998, apud Ferrari, 2014, p. 41-42). As relações sociais entre os povos que estão na fronteira também são elementos importantes para estabelecer análises nas estratégias de sobrevivência no espaço, como estas lidam com as políticas e com outros atores sociais. Com essas análises, há necessidade de repensar a fronteira, conforme as dinâmicas territoriais, dentro de cada particularidade avaliada.

A partir disto, fica evidente que a figura do território se torna importante para o tema, uma vez que, na fronteira, existem os seus limites territoriais. Na geografia, as contribuições partem de vários pensadores. Historicamente, a construção deste termo leva em consideração as relações de poder, ocupação, vincula-se ao solo, domínio e controle (SUERTEGARAY, 2005).

Para Ratzel (1982), o território vincula-se à existência do solo. Heidrich (1998) revela uma concepção de que o território, com diferenciações em seu contexto histórico com as

delimitações, apropriações pela posse de recursos naturais para sustentar as condições de sobrevivência e a ocupação física.

Desta feita, o território abriga o monopólio das forças que agregam a apropriação de recursos e uma dada sociedade que ocupa. As forças difusas vão organizar-se em prol dos seus benefícios. Como pensa Suertegaray (2005), estas são baseadas nas teias de relações em um campo de força, onde congregam diversos atores sociais.

A ideia de repensar a fronteira advém, primeiro, da necessidade de maior participação da sociedade civil nos processos decisórios. A escuta dos seus anseios e necessidades podem trazer melhores tomadas de decisão. Segundo, é o reconhecimento da complexidade das fronteiras internacionais. No que diz respeito a Guajará-Mirim e *Guayaramerín*, são as marcas da colonização, seus efeitos que moldam os processos que ali acontecem. Cabe destacar a presença das comunidades tradicionais e várias etnias indígenas dos dois países que se fazem presente na região, trazendo consigo as identidades marcantes deste território.

Quando se trata do território e fronteira na relação com o tráfico, a discussão entra em torno do baixo controle dos agentes do Estado e os processos migratórios que fazem com que as pessoas busquem melhores condições de vida. No estudo de Hazeu (2003), problematiza-se a fronteira, agregando os aspectos do avanço da produção agrícola e as que possuem postos de segurança.

Temos fronteiras largas na Amazônia ocidental, estas marcadas por várias rotas em que ao mesmo tempo transitam diversas redes criminosas. Uma delas é as redes de agenciamento de pessoas para diversos tipos de trabalho forçado. Andrade e Lima (2018) apontam que o primeiro ilícito existente na região é o tráfico de pessoas. E este ilícito não é tratado com a importância que deveria. Outro dado importante relaciona-se com o destino das pessoas traficadas, em 2014, por exemplo, 89% das pessoas traficadas eram destinadas à própria América do Sul e outras 5% para a América do Norte. (idem,2018). O tráfico e as rotas internacionais nesta região seguem tendências como aponta Marques (2018, p.33):

Pelo contrário, a perspectiva de chegada a tais países é apenas uma possibilidade de destino final, que se concretiza em um número reduzido de casos, o que, portanto, não reflete a totalidade do fenômeno. Por outro lado, ocorre que as rotas de tráfico internacional se concentram dentro do próprio continente latino-americano, pela facilidade de meios de circulação intracontinental (no âmbito da Pan Amazônia, são as rotas: Brasil-Peru, Bolívia-Brasil, Colômbia-Peru, Colômbia-Brasil, Brasil-Suriname, Brasil-

Guiana, Venezuela-Brasil, Bolívia-Venezuela, Peru-Suriname, Peru-Brasil), bem como a fiscalização precária de fronteiras.

Conclui-se que os fluxos do tráfico de pessoas seguem esta tendência entre os próprios países da América do Sul, e ainda mais, países de fronteiras próximas. Temos, assim, uma larga faixa de fronteira e a facilidade de trânsito entre os países. Neste caso, mostra também que o destino final das mulheres nem sempre são os países da Europa. Em um número reduzido de casos, os destinos seriam para países como Portugal, Espanha, Alemanha e Holanda (idem, 2018). Nestas narrativas, podemos compreender que o tráfico como uma das veias de alimentação do poder colonial e, em suma, a dominação dos povos, através das ações ilícitas que utilizam da força humana como meio de exploração.

Estes aspectos se configuram práticas históricas desde a colonização desta região. A estreita relação do crime organizado e o tráfico de pessoas que se utiliza da mão-de-obra para diversas atividades revela problemas ainda piores a serem enfrentados, uma vez que essas redes contam com um poder maior de organização e mobilização de pessoas do mais alto escalão da sociedade, entre eles, agentes da própria polícia.

3.4 Políticas de enfrentamento locais

As políticas de enfrentamentos locais contra os ilícitos da exploração sexual e o tráfico de pessoas se baseiam em dados dos organismos internacionais e alguns dados nacionais e menos em dados de inquéritos e denúncias de vítimas. Aqui, temos a Defensoria de *La niñez e adolescencia* de *Guayaramerín*- Bolívia, Pastoral do Migrante da Igreja Católica e Rede “Um grito pela vida”.

3.4.1 A Defensoria de La niñez e adolescencia de Guayaramerín- Bolívia

A Defensoria de *La niñez e adolescencia* é um órgão de defesa das crianças e adolescente que funciona gratuitamente para o atendimento à população. Este órgão se baseia no código da “Niña, Niño y Adolescente” pela base da lei 548 de 17 de julho de 2014. Se caracteriza por serviço municipal permanente com o objetivo de garantir a promoção, proteção e defesa psíquica-socio-jurídica dos direitos dos meninos, meninas e adolescentes. As defensorias foram criadas pela lei de participação popular.

Cada governo municipal cria as defensorias da criança e adolescente, a organização e funcionamento será baseado na densidade populacional e características dos seus distritos. Há uma alta taxa de crianças e adolescente maltratados, explorados e marginalizados. Assim, há um elevado índice deles da negação de direitos⁹⁰.

Durante o campo, o acesso a esta defensoria ocorreu com o objetivo de saber se havia casos denunciados ou em investigação acerca do tráfico de pessoas neste espaço de fronteira. Assim, mediante ao contato realizado pelo cônsul, foi possível ser recebido no local. Por meio de uma moradora que trabalhava em uma loja conhecida como “Alexander”, nos levou à Defensoria. Ao chegarmos, surpreendemo-nos com a precariedade do local, a estrutura física do prédio encontrava-se deteriorado, um local que poderia ser considerado impossível de trabalhar.

Então, fomos direcionados para conversar com o advogado e coordenador da defensoria, Juan José Miranda Gutierrez- advogado, defensor público que, prontamente, nos recebeu em sua sala, e começamos a conversar informalmente, porém em língua espanhola. Ele é o único advogado defensor para este tipo de caso na região de *Guayaramerín*, diz que equipe é limitada.

Ficamos em dúvida se usar ou não o gravador, vimos que não tinha muito espaço para isso. Então resolvemos anotar o máximo de informação possível. Notadamente, ele colocou as questões dentro da realidade da Bolívia, demonstrou que conhecia vários casos de tráfico tanto de meninas vindas do Brasil para a Bolívia como meninas bolivianas levadas para o Brasil. Porém, esses casos são, segundo ele, ignorados pelas autoridades, pois há pouca preocupação com a situação deste ilícito e com a vida dessas meninas.

Seu depoimento demonstra a justa preocupação sobre as jovens e adolescentes frente a grupos criminosos que agem silenciosamente e com muita tranquilidade nesta região. Assim, ele diz que não há apoio do Estado para realizar medidas para minimizar o tráfico, e que a pobreza é o maior motivo para que isso ocorra. Disse que não há controle das fronteiras e que o tráfico é muito facilitado e que ambos os governos (Brasil- Bolívia) realizam poucas ações para combatê-lo e ainda mais alertar a populações dos perigos e prejuízos que isso pode causar.

⁹⁰ Fonte: <http://www.dnamunicipal.cotas.net/index8bae.html>

Ele relata sobre uma senhora que tem um bordel em Guajará-Mirim, levava meninas menores, inclusive suas filhas para a prostituição. Muitas não falam nada pelo fato de obter vantagem levado pelo dinheiro que podem ganhar, citou a aceitabilidade da população local. Muitas vezes, motivada pela falta de recursos financeiros.

Outro caso relatado por ele retrata sobre 3 meninas brasileiras levadas para homens bolivianos para fins sexuais. Disse que havia um homem boliviano traficando meninas bolivianas para o Brasil. Este homem foi encontrado em Riberalta e que tem um prostíbulo em *Guayaramerín*. Este caso chegou à polícia, chegou a ser julgado e dentro da lei, ao invés de ser julgado pelo crime de tráfico humano, julgou-se como corrupção de menores, onde a pena é mais branda. E assim, o caso foi encerrado. Ele diz haver uma máfia silenciosa do tráfico e que circula muito dinheiro em razão deste, por isso ele não aparece, principalmente por ter ligações com o tráfico de drogas, armas e prostituição. Ele preferiu não citar nomes, pois ainda há processos em andamento e devem manter sigilos.

Perguntamos sobre a dificuldade em investigar e combater este tipo de crime. O mesmo disse que “é muito difícil lutar contra isso” e que “não existe controle das fronteiras, mesmo tendo um grande número de casos, o mínimo chega até as autoridades, há casos de pais e mães que aceitam e até oferecem suas filhas para o tráfico”. Ele relata que ele mesmo sofreu assédio de meninas na rua, aparentemente eram menores, relata o defensor público.

Outra grande dificuldade em seu combate, segundo Juan José, é a aceitação da população e com isso não encaram essas práticas como algo ilícito. Assim ele diz: “mães e pais autorizam, é como algo voluntário” e que “aqui as pessoas aceitam como algo normal”, ou seja, há uma relação consensual e uma naturalização dessas práticas. “Não é violento como tráfico de drogas”, analisa o defensor público. Ainda neste sentido ele diz: “é um crime difícil de combater, no ponto de vista legal e cultural, as autoridades não veem como problema, porque não é algo violento, ele ocorre por sedução pelo dinheiro e pelo negócio”.

Perguntado sobre casos de meninos serem traficados, o defensor público diz que “não há relatos de crimes deste tipo contra meninos”. A característica deste crime se configura pela exploração e meninas e mulheres. Desse modo analisa-se:

O tráfico de mulheres leva às últimas consequências o binômio: dominação masculina versus submissão feminina. Ocorre a objetificação do corpo feminino e da figura simbólica das mulheres que são tratadas e negociadas como objetos com a finalidade de se obter lucro, sendo desconsiderado por

completo o respeito à sua dignidade de pessoa humana sujeito de direitos. Contribuem para essa realidade de exploração os estereótipos socialmente construídos e reproduzidos pelos meios de comunicação, que vinculam a imagem da mulher brasileira à sexualidade e acabam por incentivar, inclusive, o turismo sexual para o Brasil, uma das situações de risco para a ocorrência do tráfico de pessoas (BRASIL, 2011)

Por trás das raízes desta exploração, realizaram-se as considerações sobre o corpo da mulher e sua objetificação. Com isso, de fato, o olhar sobre o ser feminino demonstra o fetiche da dominação sobre seu corpo e sua sexualidade. Neste problema, ainda recai sobre a falta de políticas públicas que alcancem as mulheres pobres de determinadas regiões do mundo.

Por essa questão, o defensor público diz que, de 2012 até o momento, só houve 2 casos registrado em *Guayaramerín*. Por mais que nos relatos apareçam de fato como um problema comum, poucos chegam a ser investigados.

3.4.2 A pastoral do Migrante

A pastoral do Migrante é um serviço que integra a Comissão da CNBB⁹¹, configura-se em uma ação específica da Igreja que busca dar acolhimento a pessoa migrante, também atua na defesa dos direitos humanos, independentemente da cor, raça, credo, cultura e gênero.⁹² Portanto, tem um papel social importante na sociedade.

A Pastoral do Migrante em Guajará-Mirim atende a grande maioria dos migrantes são bolivianos. Entretanto, nos últimos anos, tem aumentado a migração dos venezuelanos e isso se refletiu na presença deles na fronteira. Atualmente, a sra. Lolla Araújo Rodriguez é a responsável pela pastoral em Guajará- Mirim. Em entrevista com ela, podemos destacar algumas questões no que concerne ao tráfico e exploração de pessoas. O primeiro destaque que ela fez  o fato de a migração ter uma característica: as mulheres são a maioria entre os migrantes, as bolivianas inclusive. Por isso, os maiores riscos de abusos e exploração recaem sobre elas.

Durante o dia e noite na cidade,  possível verificar pelo fato de haver muitas mulheres vendendo suas mercadorias nas ruas, em sua maioria, mulheres mais velhas de idade. Nas

⁹¹ Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora e Setor Mobilidade Humana da CNBB.

⁹² Fonte: <https://spmigrantes.wordpress.com/quem-somos/>

praças, é comum ver bolivianas nas vendas de alimentação como a tradicional e conhecida “*saltenha*”⁹³, um alimento muito apreciado na região. Porém, esta informalidade e ilegalidade na qual as bolivianas ficam pode ocasionar na exploração do seu trabalho. A sra. Lolla aponta que são muitas as dificuldades de tratar sobre o tema, pois algumas pessoas evitam falar sobre o assunto.

Ela relata ser comum na região o trabalho escravo. Essas pessoas são traficadas para trabalharem em zonas rurais, fazendas da região. Em muitos casos, famílias inteiras vão para fazenda trabalhar e acabam por ser exploradas pelos proprietários desta. Uma característica comum, nestes casos, é que só um membro da família recebe salário por todos os outros.

Esses atos ocorrem por meio do engano aos familiares e quando dos mesmos se dão conta, estão presos e não conseguem sair do local. E grande parte dos casos são os bolivianos que são os explorados por brasileiros. No caso da exploração feminina, existem os casos de senhoras bolivianas exploradas como empregadas domésticas, e que é vista pela população como uma troca de “favor” que elas devem trabalhar em troca de comida e moradia. E quando são alertadas e resgatadas, não conseguem ver a violência que sofreram, sua vulnerabilidade leva a achar que estão recebendo um favor.

Quando questionada sobre as possíveis rotas para o tráfico de pessoas, ela diz que as rotas são na frente da Polícia Federal. Mesmo havendo fiscalização, as coisas acontecem, a fiscalização na fronteira só ocorre de dia, (como podemos atestar no trabalho de campo), há noite é livre e facilita as práticas ilícitas. Da mesma forma, os festejos são atrações turísticas, mas também para a prostituição e tráfico de meninas, e nessas fronteiras os homens vão em busca de sexo fácil, relata Lolla. Ela diz que aqui funciona como trânsito, destino e origem, pois tanto meninas brasileiras são traficadas como as bolivianas vão para o Brasil. Este fluxo é proveniente das relações da fronteira.

Segundo ela, as dinâmicas do tráfico funcionam também a partir das festas promovidas na região. Essas festas servem como encontro entre homens interessados em diversão com mulheres jovens. Elas geralmente acontecem em clubes e chácaras onde ocorrem os programas

⁹³ Saltenha é um salgado assado de origem boliviana, seu recheio é composto basicamente de frango e batata (pollo y papas- espanhol), presente nas áreas de fronteira e muito apreciada pelos turistas. Na cidade de Guajará-Mirim é comum encontrar as famosas “saltenharias”. Porém nas praças da cidade as bolivianas também assumem a atividade das vendas das saltenhas.

sexuais. Muitas vezes com autoridades políticas, e empresários da região, tanto brasileiros como bolivianos. Assim jovens, até menores, são cooptadas para servir de divertimento para os homens, são contratadas para servir sexualmente homens poderosos da região. Porém, não se sabe ao certo como funciona esta relação, onde estão as relações de exploração.

Assim, a naturalização e cristalização dessas práticas é um traço marcante. O que aponta também é a falta de políticas para a juventude. Para ela, sem emprego e estudo, o destino está fracassado. Guajará-Mirim há poucas opções. Por isso, a juventude não encontra caminhos para uma mudança significativa.

3.4.3 A Rede Um Grito pela vida

A Rede “Um grito pela vida” é um espaço inter-congregacional, formado por pelo menos 250 religiosos/as e de leigos/as. Estão presentes em 22 estados e no Distrito Federal. Esta atua no enfrentamento do tráfico de pessoas, migrantes, trabalho escravo, exploração sexual e no trabalho infantil.

Ela busca, por meio de várias ações, fomentar e promover atividades nos processos de prevenção e assistência, assim como intervenção política. Neste sentido, esta organização tem leva o tema para várias regiões do país, em diálogo com diferentes atores. Dessa forma, ela atua em várias atividades com o lema “Enfrentar o Tráfico de pessoas é nosso Compromisso”⁹⁴, a Rede desenvolve um conjunto de atividades de:

- Sensibilização e informação, priorizando os grupos em situação de vulnerabilidade, lideranças comunitárias, agentes de pastoral e outros;
- Organização de grupos de reflexão e estudo, aprofundando as causas e situações que o favorecem como: questões de gênero, violência, modelo de desenvolvimento, grande construções e projetos, grandes eventos, hedonismo midiático, aumento da precariedade do trabalho, corrupção, impunidade, entre outras;

⁹⁴ Fonte das informações: <http://gritopelavida.blogspot.com/p/quem-somos.html>

- Capacitação de multiplicadores/as, visando ampliar a ação de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, principalmente para fins de exploração sexual;
- Participação e mobilização social e política de incidência na definição e efetivação de políticas públicas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Imagem 5 - Rede um grito pela vida, divulgação



Fonte: Grito pela vida, 2019

Em 2015, ocorreu na cidade de Manaus-AM o “Encontro Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas”. Este evento teve a participação de diferentes atores e países como: Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana Inglesa e Suriname. Notou-se que a Bolívia não teve representação neste encontro.

Desse encontro, produziu-se uma cartilha com contribuições de religiosos e estudiosos do assunto, e por fim uma carta de compromisso denunciando e colocando os problemas referentes ao T.H. Neste encontro, foram problematizados os contextos propícios do tráfico na região Amazônica.

Imagem 6 - Cartilha - Rede um Grito pela Vida - Região Norte (2015)

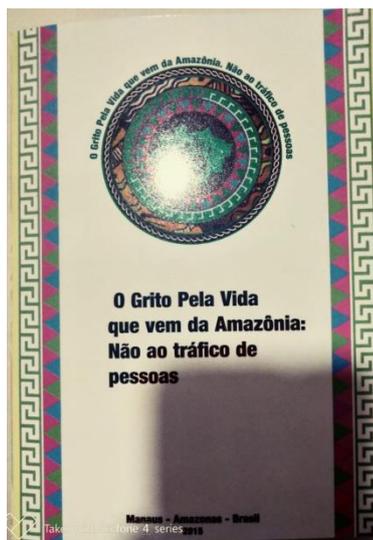


Imagem: Menezes, 2018.

Durante o trabalho de campo realizado, a Rede colaborou com os materiais, livros e relatórios sobre o assunto. As campanhas realizadas por ela miram-se no trabalho de prevenção, uma vez que é difícil obter dados e denúncias de ocorrências desta natureza.

Imagem 7 - Materiais de divulgação sobre o tráfico de pessoas - Rede um Grito pela Vida



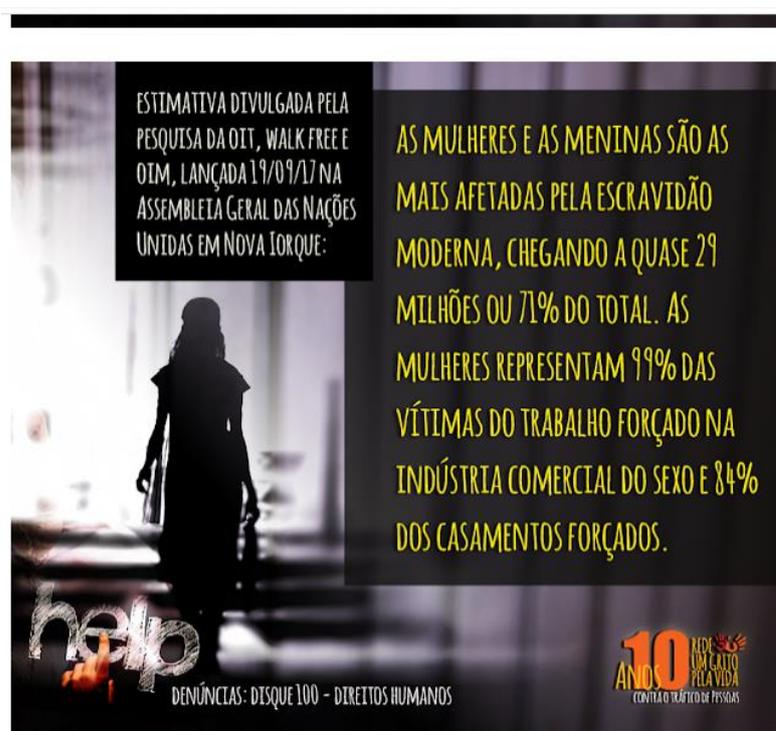
Imagem: Menezes, 2018.

Com esse trabalho, objetiva-se que o maior número de pessoas possíveis possa saber o que é tráfico de pessoas e como evitar que isso ocorra. O trabalho é por meio de campanhas e divulgação do tema, inclusive em estabelecimentos propícios ao tráfico como o ramo hoteleiro, restaurantes, bares e outros, principalmente em períodos festivos, como o carnaval.

Imagem 8 - Materiais de campanha - Rede um Grito pela Vida



Imagem 9 - Rede um Grito pela Vida, divulgação



Fonte: <http://gritopelavida.blogspot.com/search/label/EXPLORA%C3%87%C3%83O%20SEXUAL>

A rede atua em vários temas sensíveis sobre a prática de exploração como: tráfico de pessoas, contrabando de migrantes, exploração sexual, trabalho infantil, trabalho escravo,

chamando a atenção, principalmente para a situação frágil das mulheres nesse contexto.

Ao final deste capítulo, desenvolvemos as especificidades de espaços de fronteiras e as cidades gêmeas em questão, bem como as possibilidades de fluxos de todas as naturezas que se fazem das diferenças entre os países. Situamos as características socioeconômicas e culturais das cidades gêmeas, pinçamos o comércio sexual no contexto amazônico, elucidamos sobre as mulheres e finalizamos relatando sobre as políticas de enfrentamento ao ilícito do tráfico e outros tipos de exploração.

No capítulo seguinte, será tratado sobre as redes do comércio sexual e as hierarquias de poder: mulheres na fronteira entre autonomia e tráfico de seres humanos. Serão abordadas questões como as redes e como as mulheres migram, os contatos, as facilidades, as subordinações, espaços de poder e submissão.

CAPÍTULO 4: AS REDES DO COMÉRCIO SEXUAL E AS HIERARQUIAS DE PODER: MULHERES NA FRONTEIRA ENTRE AUTONOMIA E TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Neste capítulo, iremos tratar acerca das redes, hierarquias do poder, priorizando as mulheres da fronteira, além de explicitar as relações entre juventude e a exploração. As particularidades deste cenário onde alguns lugares são mais suscetíveis a vulnerabilidades, submissões e violências. Para tanto, a chave leitura desse processo se liga intimamente com a gênero, raça, etnia, classe, nacionalidade e geração.

4.1 A juventude na rota da exploração e o tráfico de pessoas

Ao relacionar a juventude com a questão da exploração na sociedade, observa-se que as transformações que o mundo vive, de maneira intensa e incerta, atingem a juventude de forma que “evidenciam-se as desigualdades econômicas, disparidades regionais, dicotomias entre campo e cidade, assim como preconceitos e discriminações (de gênero, raça-etnia, orientação sexual, religião, etc.), que distanciam os jovens de classes e grupos sociais distintos. (IPEA, 2014, p.19)⁹⁵.

Neste século, a juventude tem vivenciado facilidades maiores no acesso à informação, conhecimento e educação, ainda mais que seus pais. Ao mesmo tempo, vive processos complexos como a desterritorialização dos processos produtivos, a flexibilização das relações de trabalho e a diluição de mecanismos de ascensão social. O que indica uma série de dificuldades que são enfrentadas por eles nos processos de construção de autonomia e emancipação. (idem,2014).

Portanto, esse cenário de exploração traz em seu bojo paradoxos que têm pontos importantes a serem considerados. Um trabalho realizado para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e para a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), denominado La Juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgencias, destaca 10 paradoxos e

⁹⁵ <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>

ou/tensões constitutivas da atual condição juvenil. Algumas delas correspondem pontos importantes sobre a juventude dessa parte da fronteira.

Muito acesso à informação e pouco acesso ao poder. Dado seu maior nível de escolaridade e de consumo dos meios de comunicação, a juventude tem maior participação nas redes sociais e maior acesso à informação do que a geração de seus pais. Mas, por outro lado, participa pouco de espaços decisórios. Assim, amplia-se o acesso de informações e redes e seguem restritas as condições de exercício de cidadania política. (IPEA, 2014, p. 15)

A juventude fronteiriça desta região amazônica se destaca pela sua diversidade social, cultural e étnica. Aqueles que vivem próximos às cidades são os que mais têm acesso e participam das redes sociais, outros que vivem nas aldeias indígenas, ribeirinhas e outros espaços rurais mais distantes e experimentam outras experiências. Ainda nesse sentido, temos uma geração com mais acesso à informação, porém pouco vista e pouco ouvida para a construção de ações e políticas públicas para seu desenvolvimento e com dignidade.

Maior mobilidade e mais possibilidade de circulação, mas afetadas por trajetórias incertas e migrações. A maior mobilidade dos jovens pode ser vista como um traço positivo. Mas, os fatores que impulsionam o deslocamento – restrições de empregos, salários, projetos sociais, somados a fatores tradicionais de expulsão das zonas rurais – colocam esta migração como um tema de exclusão social, o que remete tanto à necessidade de intervir sobre os fatores de expulsão quanto nas situações vividas pelos jovens nos lugares de recepção, onde enfrentam dificuldades de integração social e cultural. (IDEM, 2014, p. 16)

Em vários dos relatos da literatura de pesquisa e dados sobre situações das fronteiras, exploração e tráfico de pessoas apontam para situações como estas supracitadas. A migração e exclusão são temas expoentes para análise desses ilícitos, evoca a leitura da relação de causa e efeito nas relações entre a juventude, gênero, raça, etnia e nacionalidade. A exclusão da cidadania⁹⁶ reverbera os constantes casos de abusos cometidos por vários agentes. Temos então uma privação de diversos direitos individuais e coletivos. Pode-se verificar que:

⁹⁶ Atualmente, a maioria dos autores caracteriza o fenômeno da exclusão como multidimensional, dinâmico e relacional, direcionado por relações de poder desiguais que interagem através de quatro dimensões (econômica,

Em resumo, os processos de exclusão podem ser descritos como multidimensionais, pois remetem tanto ao acesso a bens e serviços quanto à não incorporação de grupos e setores sociais ao desenvolvimento socioeconômico. Em situações de exclusão, a ausência de **direitos humanos; de bens e serviços; de segurança pública, de acesso à terra, ao trabalho estável, ao salário digno**, entre outros, interferem nas possibilidades de participação social e, em consequência, gera impossibilidade de determinação do próprio destino. (idem,2014, p.38- grifos nossos)

Os sentimentos de “apartação”, de não pertencimento, de não ser “semelhante”, de abandono, de expulsão⁹⁷, geram trajetórias que saem dos planos de vida dos jovens, resultando na baixa autoestima em relação aos seus potenciais na vida social. Os padrões de vida almejados, expectativas sociais esperadas e condições de realizar os objetivos situam-se em um campo de instabilidades. A expectativa na carreira profissional e as condições oferecidas para os jovens expoliam, em grande parte, a oportunidade de ascensão e consolidação da vida profissional, marcada por pouca qualidade no ensino, pouco acesso à tecnologia, poucas vagas de estágio, escassos espaços de profissionalização e poucos empregos para eles. Assim, “surtem inúmeras dificuldades para o ingresso e a permanência dos jovens no mundo do trabalho” (IDEM, 2014, p.17). Desta maneira:

Os jovens vivem com expectativas de autodeterminação e protagonismo mas experimentam situações de precariedade e de desmobilização. Pelo lado positivo, aumenta a autodeterminação juvenil, enquanto indivíduos que relativizam fontes exógenas de autoridade, sobretudo parentais e políticas, projetando maior individualização de suas expectativas e trajetórias vitais. Ou seja, hoje, aumentam espaços de liberdade, que antes eram privativos dos emancipados, como, por exemplo, as relações sexuais. Além disso, os mercados dão maior atenção aos jovens, posto que são um segmento específico e forte de consumo. Pelo lado negativo, os jovens não constituem um sujeito específico de direitos e estão estigmatizados como potenciais ameaças para a ordem social.

Para um campo mais complexo, as poucas oportunidades na fronteira remetem a um discurso de meritocracia e na divisão de grupos em jovens responsáveis x jovens vagabundos. Por trás do discurso meritocrático, há uma ação legitimada de “empurrar” jovens para o mundo da criminalidade. E no espaço de fronteira há várias facilidades para estes ilícitos ocorrerem.

política, social, cultural) e em diferentes níveis (incluindo indivíduos, famílias, grupos sociais, comunidades, países e regiões globais). (IPEA,2014, P.38)

⁹⁷ Idem, 2014, p.38.

As situações de exploração de jovens pouco mobilizam a sociedade, nos grupos juvenis há pouca mobilização. Fruto de frágeis políticas educacionais de emancipação, junto a isto a alienação do papel social e político, que a juventude tem pouca participação nos espaços de decisão da sociedade, tem-se este cenário, com esses papéis pouco definidos; sobram apenas os projetos individuais de vida, com pouca participação ativa na vida coletiva.

Dessa maneira, apresentamos um caso característico com exploração e tráfico de pessoas relacionado com a vida de jovem e adolescente nesta região amazônica. Este caso ocorreu no Estado de Rondônia e revelou a fragilidade deste seguimento da sociedade.

Este relato real surgiu de uma conversa sobre o tema na aula que participava durante o estágio docência em 2019. Ao apresentar para a classe o tema da pesquisa, uma das alunas levantou a mão e disse que sua filha tinha sido traficada para a área de fronteira entre as cidades gêmeas de Guajará-Mirim/Guayaramerín.

Para manter o sigilo da questão, decidimos manter os nomes fictícios das vítimas. Assim ocorreu a história de Maria. O caso aconteceu em 2009, quando Maria tinha apenas 12 anos. A sua mãe conta que a filha foi abordada na saída da escola por uma mulher que se identificava como Vanessa, que se aproximou com o objetivo de ter uma amizade com Maria e assim obteve confiança da mesma.

Maria tinha uma vida humilde e vivia com a família na Zona Sul de Porto Velho, sua família passava por conflitos, seus pais eram separados e Maria vivia os problemas da idade que incluía rebeldia, fugas de casa e conflitos com os pais. Com o tempo, Vanessa ganhou a confiança de Maria e conseguiu criar esse laço de proximidade. Vanessa sempre era vista rondando as escolas buscando as meninas, entre a idade de 12 a 15 anos. Oferecia ajuda, amizade, como uma pessoa acima de qualquer suspeita, porém não se sabia ao certo as informações sobre a vida da mesma.

Entretanto, em um certo dia, Maria disse a sua mãe que iria para casa de seu pai, porém não chegou em sua casa. Dando falta da filha, sua mãe entrou em contato por telefone com o genitor em busca de Maria. Ao ligar, teve a surpresa ao saber que Maria não teria chegado na casa de seu pai. Imediatamente, sua mãe foi à escola em busca da filha, porém, mais uma vez, para sua surpresa, a filha não estava no local, e ainda ficou sabendo que há muito tempo não frequentava a escola.

Com isso, a mãe saiu em busca das amigas de Maria para tentar encontrar informações de onde estava. Uma delas disse que Maria saiu de bicicleta para casa de outra amiga e que lá deixou a bicicleta e saiu de carro a Vanessa. Depois disso, não a viu mais. No depoimento feito a delegacia, dizia que Maria havia sido expulsa da casa de seu pai e que por isso foi embora com a Vanessa.

Depois disso, o desespero da família iniciou com os indícios de rapto ou tráfico da Maria. Sua mãe relatou que, ao pedir ajuda das autoridades, ficou sem acolhimento e que a polícia não iria atrás de sua filha. A mãe desesperada pediu ajuda de um amigo que é policial militar, que se dispôs a sair em busca da filha. Esta busca durou 8 horas, e sua mãe encontrou Maria já em um município próximo à fronteira de Guajará-Mirim e *Guayaramerín* chamada Nova Mamoré.

Nos relatos da polícia, diz que a mesma tinha sido convidada para morar na casa de Vanessa nesta pequena vila, deslocando-se de ônibus sem precisar apresentar identificação. Viajou e em nenhum momento foi questionada sua idade e porque viajava sozinha. Sua mãe conta que os planos de Vanessa eram levá-la com outras meninas para Bolívia e que a mesma já tinha ido buscar várias meninas no interior do Estado. Todas iriam se encontrar em Nova Mamoré para seguir viagem juntas. Maria só não foi levada porque sua mãe conseguiu a resgatar a tempo de ser levada junto com as outras menores para a Bolívia. As outras meninas que estavam juntas não tiveram a mesma sorte e foram levadas para o destino que Vanessa havia planejado.

O plano era levar as meninas para serem prostituídas na Bolívia e em outros países, e a rota onde se captam e transitam essas menores é a rota Porto Velho - Guajará-Mirim - *Guayaramerín*, sem maiores problemas elas podem transitar em um ônibus que sai de Porto Velho e não exige documentação das pessoas.

Após levar o caso para os policiais da região, a mãe de Maria diz ter sofrido ameaças do delegado, que coagiu a mãe a não seguir com a denúncia e disse a ela que não fosse atrás “disso” que ela poderia morrer. Relata ainda que quando estava na rodoviária esperando o ônibus de volta para casa, chegaram até ela dois homens altos e falaram que se ela fosse atrás de saber quem eram as pessoas envolvidas do rapto da filha, iria morrer. Portanto, ela recebeu duas ameaças acerca desse caso, ficando então totalmente desprotegida e vulnerável.

Ela relata que outras mães a procuraram, pois, suas filhas também tinham sido raptadas pela mesma pessoa que se chamava Vanessa. Depois do ocorrido, Maria casou com um rapaz

e foi embora de Porto Velho-RO onde na atualidade tem uma relação conturbada com a mãe, atualmente as duas não se falam.

O relato acima mostra a realidade escondida e invisibilizada. Este caso segue uma tendência apontada pela Pestraf, que “mostra que o perfil das jovens traficadas em nosso país é predominantemente de afrodescendentes, apresentando baixa escolaridade, habitando espaços urbanos periféricos, e que a faixa etária de maior incidência é de 15 a 25 anos” (BRASIL, 2011, p.35).

Ainda não se sabe quantas jovens são vítimas desta forma de escravidão moderna. O fato é que elas existem, são reais e assustadoramente eficientes em rendimento e silenciamento das vítimas e do poder público. As zonas periféricas são as mais atingidas, mulheres jovens e crianças são as mais usadas ainda como moeda de troca sexual.

Um ano depois do ocorrido no caso de Maria, uma matéria vinculada, que tem por título: Prostituição e pedofilia em Rondônia repetem Itaipu 40 anos depois, aborda a questão da exploração sexual e tráfico de pessoas frente a construção da Usina Hidrelétrica de Jirau e que impactou diretamente regiões como Jaci-Paraná e Guajará-Mirim, Rondônia e Guayaramerín (Beni), Bolívia.

A narrativa apresentada compara a construção das Hidrelétrica de Itaipu (na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina), com a construção de Hidrelétrica de Jirau, relacionado casos de prostituição de menores atraídas por falsas promessas. Ainda aborda sobre os desafios na fronteira:

Prostituição e pedofilia ocupam atualmente o eixo Porto Velho-Guajará-Mirim, por conta da presença de pelo menos 15 mil pessoas vindas de outras regiões para trabalhar na construção das hidrelétricas (Jirau e Santo Antônio). Secretários municipais de assistência social, conselheiros tutelares e policiais de Porto Velho e Guajará-Mirim não dispõem de pessoal, nem de recursos para apurar cuidar de flagrantes e abordar casos suspeitos. **O tráfico de mulheres "contratadas" para trabalharem supostamente em bares, restaurantes, hotéis e casas de famílias estrangeiras em cidades fronteiriças bolivianas nunca deixou de ser um fato recorrente diante da fragilidade da fiscalização.** — Aqui e do outro lado (Guajará-Mirim), não são diferentes as rotas de fuga conhecidas pela Polícia e pelo Judiciário brasileiro — comenta um integrante da Polícia Nacional da Bolívia. Segundo

ele, o intenso fluxo de menores brasileiras alcança o lado boliviano. (GENTE DE OPINIÃO, 2010, s.p- grifos nossos)⁹⁸

As realidades se agravaram com a construção das Usinas do Madeira e dessa maneira este fato pode se cruzar com a história de Maria, aliciada para a exploração e o tráfico. A presença deste fenômeno da construção das Usinas do Madeira escancarou problemas históricos desta região. Outro fato é a “vistas grossas” que as autoridades policiais e jurídicas fazem a estes fatos, ainda mais com a região transfronteiriça. As equipes de conselheiros tutelares não conseguem garantir a segurança e dignidade para as jovens adolescentes.

As rotas e fluxos nesta região ocorrem por meio do trânsito de taxistas, mototaxistas e caminhoneiros que transitam na região levando e trazendo pessoas. Os locais mais comuns onde ocorrem os programas com menores e não menores são chácaras, hotéis, sítios e fazendas da região. Também as casas noturnas, bares e praças são locais de atividade do comércio sexual. Os desfiles de moda, festivais de praia e festas em cidades bolivianas de *Riberalta, Santa Cruz de La Sierra e em províncias ao longo dos rios Guaporé e Itenez Mamoré, na fronteira entre os dois países são locais comuns destas atividades lícitas e ilícitas*. Algumas destas festividades são patrocinadas por políticos da região. (idem 2010).

Temos também as casas (lugares fechados), onde aparentemente não se tem comércio sexual, porém, aos fundos, funcionam os lugares de recepção dos “clientes”, elas estão presentes tanto nas cidades como também nos canteiros de obras, garimpos, áreas onde se pode explorar este potencial. A figura do Bordel ou os “bregas” basicamente presente nas ocupações amazônicas também muito tem a dizer sobre a vida, existência e estratégia de sobrevivência das mulheres. A resistência das mulheres também foi presente em momentos da ocupação deste território. As mulheres buscavam formas de sobrevivência que são vistos como práticas subversivas e mal vistas. Mais à frente, trataremos sobre essas questões nas áreas de fronteira.

As cidades que exportam mulheres denotam o tráfico interestadual (interno) e transnacional, dessa forma envolvem principalmente os estados do Acre (Acrelândia, Brasiléia,

98 Fonte: <http://www.gentedeopiniao.com.br/columnista/montezuma-cruz/prostituicao-e-pedofilia-em-rondonia-repetem-itaipu-40-anos-depois>

Senador Guiomard, Plácido de Castro, Rio Branco e Xapuri), Rondônia (Extrema, Fortaleza do Abunã, Mutum-Paraná, Nova Califórnia, Porto Velho, Vista Alegre do Abunã) e Amazonas (Boca do Acre, Canutama, Humaitá e Lábrea) também a Bolívia (Riberalta, Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba, pequenos povoados do baixo e alto rio Guaporé e Itenez Mamoré). (Idem, 2010). O recrutamento se faz pelos chamados rufiões ou cafetões, a procura quase sempre é pelas mulheres mais jovens, o que inclui também uma aparência desejada para esse fim, recrutadas desde as saídas das escolas até os comércios da cidade.

4.2 As mulheres no garimpo: entre a autonomia e a violência

O Estado de Rondônia, assim como toda a região amazônica, é marcada pela presença dos garimpos. Historicamente, a formação da região é caracterizada por atividades que, em grande parte, degradam a natureza. Por outro lado, o baixo desenvolvimento humano, empurram milhares de pessoas para estas atividades que, além de ilegais, são arriscadas e mal vistas pela sociedade.

Levantamentos realizados por organizações como a Rede de Informação socioambiental representado por seis países da Amazônia⁹⁹ mostram a realidade desta região saqueada historicamente. Em seus dados, verifica-se que há pelo menos 2312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração de minerais.

Mapa 7 - Garimpos ilegais na Amazônia

⁹⁹ A [Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada \(RAISG\) PT](https://garimpoilegal.amazoniasocioambiental.org/story), criada em 2007, reúne técnicos de seis países da Amazônia. Eles representam oito organizações da sociedade civil que atualizam constantemente bancos de dados sobre as principais ameaças à região amazônica. Fonte: <https://garimpoilegal.amazoniasocioambiental.org/story>



Fonte: <https://garimpoilegal.amazoniasocioambiental.org/story>- imagens de satélite, 2020.

As imagens de satélite mostram vários pontos de áreas de garimpos ativas e inativas. Inclusive em territórios indígenas e em áreas naturais protegidas. Os mapeamentos indicaram que a Venezuela é o país com mais pontos, em seguida o Brasil. A maioria dessas atividades garimpeiras ocorrem nos leitos dos rios da região. São através das chamadas “dragas” – maiores e com mais potência de extração de ouro e as “balsas” – menores e com menos potência de extração de ouro, que é possível extrair o minério desta região. O ouro de aluvião é uma alternativa econômica rentável para essa região, dada a crescente valorização deste minério, principalmente a partir de 2010.¹⁰⁰ As linguagens utilizadas, neste lugar, são particulares, bem como a visão e entendimento sobre o mundo, estes fazem parte do dia-dia dos homens e das mulheres, abaixo alguns deles que podem ajudar a compreender expressões básicas de comunicação dentro do espaço do garimpo.

¹⁰⁰ Fonte: Chart: InfoAmazonia Source: [World Gold Council](#) [Get the data](#) [Created with Datawrapper](#).

Tabela 4: Linguagem utilizada no garimpo.

Linguagem utilizada no garimpo	
Expressão	Significado
Mulher braba- morde cabo de aço	que não sabe nada do garimpo, vista como a iniciante.
Mulheres rodadas	velhas do garimpo ou mulheres que já tiveram muitos casos amorosos com os garimpeiros.
Boroça	bagagem, bolsa e mochila utilizada para transporte.
Quenga	garota de programa.
Fofoca	local com grande número de dragas e balsas próximas.
Brega	bares ou locais de prostituição dentro ou próximo ao garimpo.
Mandada	ciclo das horas de trabalho (geralmente de 12 a 24 horas ininterruptas).
Peão	trabalhador das dragas, operador das máquinas e demais serviços relacionados.

Elaborado por: Menezes, 2020.

Imagem 10 - Dragas de garimpo.



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Imagem 11 - Áreas de "fofoca" dragas e balsas.



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Existe uma grande quantidade de trabalhadores atuando nesta atividade, entre homens e mulheres que atuam em diferentes frentes dentro do que eles chamam de “boca de serviço”. O trabalho envolve a necessidade expertises de várias maneiras. Portanto, há atuação de diversas atividades que precisam ser desenvolvidas no garimpo com profissionais envolvidos como: carpinteiro, mecânico (várias modalidades), operador de voadeira (taxi fluvial), soldador, peão/operador de draga/balsa (nome estabelecido pelos garimpeiros, para designar o homem que vai desempenhar vários papéis na draga/balsa), mergulhadores, cozinheira, diaristas, comerciantes (incluindo os que vendem óleo diesel, compra e venda de ouro e mercúrio/azougue, vendas de ferramentas de manutenção, comércio de bebidas e drogas ilícitas, gasolina, alimentos, mantimentos, serviços sexuais, vestuário e perfumaria.

Imagem 12 - Operador de Draga



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Imagem 13 - Operador de Draga - 2



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Imagem 14 - Soldador realizando reparos em draga



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

É importante destacar que todos os serviços e vendas de toda a natureza se tornam o dobro do valor em áreas próximas de garimpo. Esta questão vai depender da movimentação maior/menor de dragas e balsas no local, o que eles designam como “fofoca” – quando se tem grande quantidade de ouro sendo extraído e existem muitas dragas e balsas trabalhando no local. Os preços são variáveis, porém sempre altos e as negociações ocorrem em gramas de ouro. Atualmente, o grama que é calculado com base na cotação do dólar está em torno de R\$ 294,00¹⁰¹.

Abaixo da média do que se pratica em áreas de garimpo, e que eleva os gastos dos que vivem nestas regiões, há famílias inteiras que vivem em cima das dragas e balsas e que utilizam de produtos e serviços do local. Esta demanda atrai vendas, produtos e serviços em torno das áreas de garimpo, tornando a atividade comercial uma alternativa de renda para muitas pessoas.

¹⁰¹ Consulta: <https://www.ourosavassi.com.br/saiba-quanto-custa-o-grama-do-ouro-para-venda/> realizado em 16/01/2021.

A economia dos garimpos/ preços em gramas de ouro¹⁰²:

- ✓ para subir o rio: 10g por pessoa
(pode pagar mais tarde, quando houver sucesso no garimpo)
- ✓ prostitutas: 3g por meia hora
- ✓ cerveja: 1 lata pequena por 20 reais ou 0,2g
- ✓ 1 frango: 80 reais ou 0,8 g
- ✓ corte de cabelo: 0,5g
- ✓ 30 minutos de internet: 0,5g
(tem 10 pontos de internet na área)

Fonte: <https://garimpoilegal.amazoniasocioambiental.org/story/indigenous-territories>

Geralmente, as áreas do rio com maior profundidade serão espaços de atuação das dragas, enquanto áreas mais rasas ficarão para as balsas. Em vários momentos, isto pode significar conflitos entre os próprios garimpeiros, principalmente a disputa pelo local onde está sendo extraído mais ouro, o que pode ocasionar brigas intensas e assassinatos.

As áreas de grande atuação estão localizadas ao longo do Rio Madeira, Beni (Bolívia), Amazonas, Tapajós, entre outros. Eles atuam também em lagos e locais onde há incidência de ouro. Há também grupos diversos atuando nestes locais como ribeirinhos, agricultores, trabalhadores urbanos, foragidos da justiça, entre outros. Quanto ao lucro e divisão deste, cerca de 40% do ouro coletado pela balsa é dividido entre os trabalhadores e a maior parte para o proprietário do maquinário. Porém, o proprietário arca com os custos de manutenção, compra de equipamentos, alimentação dos trabalhadores. Um operador de draga tem um salário variável, pois recebe uma porcentagem da produção, na média chega a ganhar entre 5 a 15 mil reais por mês, de maneira informal e sem registro de CLT. Contudo, esse valor pode ser maior ou menor, caso a produção caia ou ocorra algum problema na draga.

Os operadores de balsa são o que ganham menos renda, geralmente se deparam com maiores problemas, devido à fragilidade financeira dos balseiros/balseiras, são os mais vulneráveis nesta relação social. Podem chegar a ganhar de 2 a 3 mil reais por mês, também de maneira informal e sem registro de CLT. A faixa etária caracteriza-se de maneira variada,

¹⁰² Esses valores são variáveis, leva-se em consideração o tempo, local, valores do ouro, entre outras situações.

adolescente, jovens e até idosos atuam nesta atividade. Entre as mulheres também ocorre esta variação, porém as variações de funções são mais restritas que a dos homens.

A vida das mulheres no garimpo está marcada por várias nuances que revelam autonomia, submissões e violações de sua dignidade e liberdade. Nesse sentido, a situação de vulnerabilidade leva a muitas a se submeterem a situações degradantes para se manter no trabalho.

Do ponto de vista da vulnerabilidade social, muitas mulheres estão incluídas em situações de “múltiplos” riscos, pelas próprias condições de vida e trabalho. São mulheres que se encontram vivendo e trabalhando nos assentamentos, áreas de fronteiras e garimpos, convertidas em vítimas constantes da violência e abuso(...) (FREITAS, 2016, 69-70)

As vulnerabilidades e riscos podem ocorrer de várias maneiras para as mulheres garimpeiras, diaristas, cozinheiras e as companheiras dos garimpeiros, desde fatores socioeconômicos e culturais até a vulnerabilidade biológica como aponta (FREITAS, 2016) em um estudo sobre as mulheres no garimpo da Amazônia. Esta vulnerabilidade se relaciona com um grande risco de contaminação de HIV/Aids e outras DST'S, através de seus relacionamentos amorosos sem preservativo.

A falta de visibilidade e informações acerca de prevenção, diagnósticos, acompanhamento e tratamento médico camuflam um problema que perpassa por áreas onde as mulheres em determinados contextos tendem a estar mais expostas às doenças. E em muitos casos, não sabem que estão doentes.

Os espaços compartilhados por elas com outros homens são espaços masculinizados, inóspitos, onde as mulheres são subestimadas e assediadas a praticarem atos que não são de sua vontade e como estão longe das redes institucionalizadas de apoio, e por “necessidade”, muitas se submetem aos abusos do poder masculino.

Estudos com mapeamento de vulnerabilidade as DST/AIDS em mulheres alerta que a presença feminina em locais isolados como fronteiras, áreas de garimpo, onde os metais são explorados, mas também camuflam o tráfico de maconha e cocaína, abrigam a violência doméstica, a exploração sexual infantil e o tráfico de crianças, adolescentes e mulheres, configuram-se em problema de grande magnitude, ou seja, para além da vulnerabilidade individual, estamos falando de vulnerabilidade social que atinge os ciclos de vida femininos. (IDEM, 2016, p.70)

Com estas realidades distintas para as mulheres que vivem nestes espaços, é necessário um olhar atento a suas realidades, que incluem rotinas, vínculos afetivos, renda, prioridades, suas necessidades específicas, questões acerca de autonomia e estratégias de sobrevivência nestes contextos.

As funções mais comuns para as mulheres são as de cozinheira e ou/diarista que se caracteriza por aquela que vai realizar todos o serviço doméstico desde a limpeza, lavagem de roupa, preparação das refeições e outros serviços. Em média uma cozinheira ganha 25 a 30 gramas por mês, o que equivale de 9 a 10 mil reais por mês (números atuais), o que torna a atividade um atrativo para muitas, pois a renda na cidade como cozinheira é muito menor.

Para muitas mulheres, esta atividade significa a independência financeira e autonomia, principalmente porque a grande maioria exerce a chefia da família, ou seja, o homem não faz parte deste núcleo familiar por diversas razões, e os filhos são de sua responsabilidade. Liga-se com a função da maternidade, criar os filhos, ter uma casa e pequenos luxos.

Nesse sentido, uma colaboradora de pesquisa, que trabalhou por 10 anos do garimpo, entre, 2003 a 2013, teve experiências em garimpos de distintos lugares, um deles na fronteira entre Guajará-Mirim e Bolívia, e ainda no Amazonas e no Pará. Também vivenciou a experiência de ser proprietária de uma balsa por 4 anos. As dragueiras e balseiras não são atividades comuns para as mulheres no garimpo, na verdade, são a exceção, pois esta representa uma posição de ascensão neste espaço, as dragueiras e balseiras são as “donas do seu próprio negócio” e esta posição é difícil de alcançar por uma série de razões. A vida de uma mulher que vive nos garimpos representa desafios não só pela natureza peculiar do trabalho, mas pelas relações sociais do trabalho que implicam em articulações entre autonomia/submissão, que variam diante dos contextos vivenciados por essa mulher, ainda vista como uma atividade subversiva as margens da ilegalidade.

As motivações para grande parte dessas mulheres em trabalharem no garimpo está relacionada à manutenção da família, que, para elas, é o que há de mais importante em suas vidas. Assim, temos o seguinte relato a respeito da motivação em trabalhar no garimpo.

“O que me motivou a ir trabalhar no garimpo, coisa que eu nunca tinha pensado na minha vida, por conta que eu tinha muito medo de ir parar num lugar daquele, pois eu só ouvia coisas ruins, de assassinatos, enfim. De certa forma eu tinha muito medo, mas a motivação que me levou a trabalhar no

garimpo foi a necessidade de ganhar mais para poder cuidar da minha família. Como eu estava passando por uma fase muito difícil de dívidas aqui na cidade, comecei a ir para o garimpo vendendo roupa, foi como eu conheci o garimpo, fui de vendedora e pouco tempo depois eu consegui uma vaga, aliás comecei a trabalhar de diarista, fiz duas diárias e na terceira já consegui uma vaga de cozinheira em uma draga. Então eu passei mais de dez anos trabalhando nesta mesma draga, ganhando o salário de cozinheira que na época era bem menos do que é hoje. Se pagava 25 gramas por mês e mais 0,1 de roupa por dia de cada peão. Com isso a minha vida foi melhorando, fui conseguindo pagar as dívidas e conseguindo criar meus filhos, então essa foi a motivação me que levou para trabalhar no garimpo, a necessidade de trabalhar lá por ganho melhor”. (COLABORADORA, 2021)

A questão social vivida pela maioria das mulheres, que recorrem para trabalhar no garimpo, demonstra o reflexo da exclusão social, feminização da pobreza e categoricamente o descaso do poder público com a situação dos cidadãos de seu país. A mulher ao trabalhar, sair de suas casas, deixar seus filhos sozinhos e/ou com parentes, representa um desequilíbrio tanto para ela como para sua família. É comum haver casos em que os filhos longe dos cuidados de seus pais acabam se envolvendo com drogas e alguns caem na criminalidade. Há de se considerar que uma grande parte das histórias contenham situações de superação, mulheres que conseguiram formar os filhos, obter certa estabilidade financeira, porém a fragilidade destas conquistas pode revelar a dificuldade da mulher para estar em espaços seguros para ela e sua família. As mulheres provedoras do lar representam a maioria que está neste espaço, mesmo assim, são as que ganham menos, com renda menor elas tem que manter a si mesma e a família que está na cidade.

Outras questões sobre as relações de gênero neste espaço são as maneiras de se relacionar com os homens, que são a maioria nos garimpos. Os relatos mostram que as mulheres tendem a moldar-se para viver neste microterritório. São obrigadas a viver e conviver com assédios, ameaças e conseqüentemente se envolvem afetivamente com os homens para obterem proteção. O respeito a elas só ocorre quando estão “namorando” com um homem que, em geral, é do mesmo espaço de trabalho.

Dessa maneira, temos abaixo o relato da mesma colaboradora:

“sim! Temos que conviver, de certa forma temos que revelar, porque senão a gente não consegue trabalhar. Tipo assim: Se você ficar reclamando que o peão está te assediando, que está investindo em você, te olhando de um jeito

diferente, simplesmente você não trabalha. Os donos das dragas e os próprios peões veem que você não tem capacidade de trabalhar porque você não aceita certas coisas, ainda dizem que a gente não aceita certas brincadeiras, mas as brincadeiras são bem pesadas. E eu tive que me acostumar com isso, eu queria ficar, tinha vontade de voltar todos os dias. Eu chorava todos os dias para vim embora, até porque eu sentia muita saudade da minha casa e de meus filhos, mas a necessidade era maior, então eu tinha que suportar tudo aquilo, os assédios, as implicâncias, porque eu era novata e não queria ceder para um e para outro. Então tinha certas implicâncias, implicavam com a minha comida, diziam que eu não sabia cozinhar, que eu era preguiçosa, enfim, tinha toda essa questão. Então, o que acontece, agente para se sentir um pouquinho mais segura num lugar desse, onde você lida só com homens e só tem você de mulher em cima de um lugar daquele, pra mim e para muitas outras o que tinha que fazer era arrumar uma pessoa, se envolver com um peão e ficar com ele para que os outros te respeitassem um pouco, para que eles parassem de te assediar tanto, não que eles parassem, mas pelo menos eles te respeitavam um pouco que você tinha namorado, fosse ele solteiro ou casado, mas na maioria eram todos casados, você se envolvia com a pessoa para se resguardar das investidas deles que são pesadas”. (COLABORADORA, 2021)

O envolvimento amoroso das mulheres cozinheiras, balseiras e dragueiras passa pelo filtro do machismo, submissão, violência e solidão. Quando essas mulheres decidem estar no espaço, público, “da rua”, também são marcadas pelo estereótipo negativo que a sociedade estabelece, como aquele de que a mulher que trabalha no garimpo é “puta”, não pode dizer não para as investidas masculinas. Ainda sobre esta questão, o relato aborda sobre as formas de “pressão” que elas recebem dos homens:

“Uns vem te oferecendo dinheiro, outros vem de mãos abanando, sem nada, mas ele acha que tem o direito de fazer isso, porque tu tá ali pra fazer aquilo. Ele acha que quando você entra no garimpo, não vai ser só a cozinheira, você vai ser a cozinheira e a mulher que vai ficar com vários peões. Então, eu vi muito isso acontecer em cima de draga, vi muitas colegas minhas fazendo isso, umas por sobrevivência e outras porque já iam pra lá fazer tais coisas e ganhavam dos dois lados, tanto na cozinha como ganhava ouros dos peões para ficar com eles. Eu acho, acredito que até hoje é assim, existe muito essa coisa do assédio, eu na época quando eu fui trabalhar no garimpo, ainda era jovem, tinha 34 anos. Então, o assédio em cima de mim era muito grande e eu não via muita opção, eu não tinha outra opção a não ser me envolver com uma pessoa para ter um certo respeito. E pra me resguardar, pra minha segurança, porque passei por muitas situações bem difíceis com relação a peão”. (COLABORADORA, 2021)

Entre a autonomia e a submissão, compete a elas aprender a viver nesse meio, o que denota a necessidade de absorver e ressignificar seus atos, aprender a lidar com o medo de ser atacada e com as humilhações corriqueiras do dia-a-dia, assim diz que:

“Às vezes, você não pode ser muito espontânea, e também não pode ser retraída demais, entendeu. Porque eu sofri no começo, que eu não sabia lidar com essa situação, eu era, na linguagem deles “braba de garimpo” eu não sabia lidar com certas situações, se alguém visse tirar brincadeira comigo eu já fechava a cara, eu não falava nada, simplesmente ficava muda. Eu não sabia viver naquele ritmo de vida, porque era tudo novo pra mim. Então o que acontecia? Eu por muito pouco perdi meu emprego porque o peão reclamava para o dono da draga que eu não sabia brincar, que eu não conversava, que não chamava palavrão, realmente eu não chamava palavrão nem na minha casa com meus filhos. Então eu tive que mudar totalmente meu linguajar, meu modo de falar, eu tinha que entrar nas brincadeiras pesadas deles, pra poder sobreviver ali dentro, ter um jogo de cintura muito grande para não deixar que eles te humilhem muitos, pois por muito, muito tempo fui muito humilhada, peão gritava comigo e eu chorava muito, eu não sabia me defender. Até a partir do momento que eu comecei a ter mais autonomia, fui aprendendo a viver, aprendendo a falar a linguagem de aí eu fui tendo autonomia. E tanto que teve uma época que peão não pisava mais em mim, era eu que já partia pra cima dele, porque eu já não tinha tanto medo, já sabia mais ou menos o chão que eu pisava, eu sabia como lidar com aquela situação.” (COLABORADORA, 2021)

Há um comportamento esperado, como elas devem se comportar para determinadas situações. O assédio para que elas cedam às investidas é constate, porém aquelas que resistem são respeitadas e admiradas por eles. Quando há relacionamentos, ficam presas, em muitos casos, a relacionamentos abusivos e constantes sensações de medo pela quase total insegurança que vivem diariamente. O olhar dos estudos de gênero nesta leitura nos embasa na perspectiva de visualizar que as aparentes naturalidades das relações sociais (REIS, 2015), que oculta a violência simbólica, invisível e cultural. Dessa maneira, (FREITAS, 2016) aponta a análise sobre a particularidade da mulher no garimpo:

“As estratégias de sobrevivência feminina acionadas no espaço do garimpo são verdadeiros esquemas de operações individuais e/ou coletivas numa espécie de pluralidade e criatividade por uma parte de intermediação, tiram daí efeitos imprevistos. (...) As dificuldades iniciais em cima de uma draga são, em parte, separadas à custa destas “maneiras de fazer” das mulheres, dissimulações muitas vezes interpretadas pelo “mais forte” como paciência, jeitinho feminino e autocontrole. (...)”

A força feminina é vista como “resistir” a todas essas dificuldades, permanecer dócil e saber contornar diversas situações em que ela tenha que administrar. Mesmo adquirindo a autonomia financeira, decidindo o rumo de suas vidas, arcando com a responsabilidade e liderança da família, são marcadas por processos de exclusão que ocorrem desde o seio familiar e amigos até o olhar da própria sociedade sobre ela. Nesse sentido, DaMatta (1987)¹⁰³ aponta as assimetrias de gênero da sociedade brasileira através de uma divisão entre o público e o privado. Neste caso, a mulher que sai do espaço privado e passa a ocupar espaços masculinizados fica marcada (estigma) pelo preconceito, dividindo-as em grupos que são chamadas de “mulheres de respeito” – as casadas que ficam em casa cuidando da família, não tem contato com outros homens que não sejam da família, de preferência devem ser cristãs e recatadas.

De outro lado, “mulheres da vida” – as mulheres sem marido, mães solteiras, trabalhadoras que precisam se ausentar de casa para dar o sustento para a família, com a vida financeira que depende exclusivamente do seu trabalho. Obviamente, muitas outras questões permeiam este fato, a visão e extensão das ações vão variar de acordo com os agentes sociais.

Essa é a realidade de grande parte das mulheres pobres do Brasil, o reflexo de múltiplas determinantes que, como já exposto, remontam à historicidade das relações de gênero e exclusão, submissão e o patriarcado como também a própria configuração do Estado moderno, mudanças geopolíticas e as diferenças econômicas entre os países, principalmente se tratando dos países da América Latina no que tange às relações entre gênero e raça. (Gonçalves; Ribeiro, 2018)

Além disso, a imagem estigmatizada da mulher do garimpo é reforçada pela invisibilidade, o atributo negativo GOFFMAN (1981) denota a imagem de que pelo fato da mulher estar nesse espaço, deve assumir o papel submisso e ceder as ações abusivas dos homens. Dessa forma, o corpo como objeto das construções socioespaciais reside dentro das hierarquias (ALVES; GUIMARÃES, 2010), sendo o corpo da mulher do garimpo mais fragilizado por estar em um espaço masculinizado, sexista e violento.

¹⁰³ Damatta, Roberto. A Casa e a rua. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1987.

Relatos de situações de estupro e abuso sexual são comuns nesse meio. Na maioria das vezes, não chegam a ser denunciados às autoridades. As mulheres calam-se frente ao descrédito que vivem e a necessidade de sobrevivência, o relato abaixo apresenta essas situações:

“Eu tinha uma amiga que era muito espontânea e saiu com os colegas de trabalho para beber e acabou sendo abusada por todos os “amigos dela”. No outro dia ela se deu conta que tinha sido estuprada por todos os amigos, então ela ficou extremamente envergonhada, perdeu trabalho, ... enfim. Muitas situações acontecem dentro do garimpo que você não tem ideia, só quem vive lá dentro é que sabe.” (COLABORADORA, 2021)

O fragmento acima demonstra cenas de horror que muitas mulheres passam em sua trajetória, ainda que elas tentem se proteger, estão expostas no seu local de trabalho. O que gera traumas profundos impactando a saúde mental das mulheres. A trajetória de muitas delas é marcada pelo abuso, às vezes desde a infância, violência doméstica, abusos, assédio, gravidez na adolescência e ainda a falta de informações sobre direitos e como acessá-los. Com o julgamento social sobre suas condutas, em algumas situações, dos próprios familiares, faz com que elas prefiram não expor e denunciar os abusos que sofrem dentro do garimpo.

Outro caso relatado por nossa colaboradora diz respeito a uma situação grave de exploração sexual, o chamado “bingo das mulheres” nos garimpos do Pará, mas que não é um caso isolado, já sendo relatado em outros momentos situações semelhantes. Assim, nossa colaboradora esteve perto deste cenário no garimpo no Estado do Pará.

“Quando eu trabalhei no garimpo do Tapajós no Pará, eu nunca cheguei a presenciar porque eu nunca saí de cima da draga onde eu trabalhava, eu nunca fui no brega, eu fui no Rio Madeira, mas lá no Pará eu tinha muito medo, porque lá a violência é muito grande e dá um certo medo porque a gente ouvi muitas coisas ruins. Então eu nunca saí da draga, mas eu ouvia relatos dos colegas que trabalhavam comigo que lá tinha muita essa questão de bingo de mulher, então o pessoal trazia de Itaituba uma jovem, uma menina, eu não sei que idade, mas acho que era na faixa dos 14 a 17 anos para fazer um bingo, entendeu. E quem ganhasse podia levar e tinha direito de fazer tudo que quisesse, nessa questão eu não sei dizer se a menina era virgem ou senão era, porque realmente, eu nunca fui pra ver esse tipo de cena, pra ver esse tipo de acontecimento, eu só ficava sabendo e via os colegas de trabalho, se animando, arrumando para ir lá pra fazer esse bingo, mas até então nenhum deles chegou a ganhar para trazer a menina para a draga., porque se eles ganhassem, tinham direito de trazer a menina para o garimpo onde trabalhavam, ficavam com ela a noite toda e no outro dia tinha que devolver. Era mais ou menos assim que funcionava. (COLABORADORA, 2021)

Este relato apresenta um problema social, normalizado pela população. Meninas jovens são as maiores vítimas dessas ações. A obra: *Meninas da Noite*, escrita pelo jornalista Gilberto Dimenstein, na década de 1990¹⁰⁴, retrata uma reportagem investigativa onde o jornalista fez durante seis meses na Amazônia, que revelou a exploração infantil através do tráfico de meninas. Ele chegou a achar cativeiros onde as meninas ficavam presas e não conseguiam sair da relação de exploração onde se encontravam. Nesta investigação, encontraram-se situações de venda e abuso sexual de crianças pelos próprios pais, envolvimento de autoridades policiais nos esquemas de prostituição infantil em vários estados brasileiros. Casos de exploração de meninas em garimpos, mercado de virgens, são casos recorrentes no cenário amazônico.

Dessa forma, Dimenstein (1990, p.20) relata a situação da exploração no Estado do Pará, e a tentativa de denúncia contra esse crime: “Na rota do tráfico, a virgem vale mais e é mais disputada até mesmo em leilões”. Ele chegou a denunciar publicamente na Vila do Conde, Distrito de Barbacena, no Pará, uma casa que se especializava em comercializar hímen, traduzindo na região por “selo”, ou o mais popular “cabaço”. As jovens são embebecidas e entregue aos homens, chamadas de “franguinhas” pelos homens, as meninas em grande parte tem menos de 15 anos, pobres e com fragilidades sociais e familiares que as jogam no mundo da exploração sexual.

Passado mais de 30 anos destes relatos, a realidade dos garimpos e a exploração de mulheres não mudou de forma significativa. Apesar das leis, campanhas, pouco ou quase nada tem sido feito para mudar essa realidade que dizima o presente o futuro de muitas mulheres. Outra questão colocada é de como as mulheres chegam ao garimpo, se há convites, formas que configurar ou não o tráfico de pessoas, se são enganadas e atraídas para esses locais com falsas promessas. Geralmente, os convites a elas chegam através de amigos, parentes e conhecidos que já trabalham neste espaço. Os convites são para serem diaristas, e assim atuar no serviço doméstico. Com relação ao comércio sexual ocorre de maneira diferente.

As mulheres trabalhadoras do garimpo também se dividem entre si, as que não estão no comércio sexual e as que estão. Esta atividade é comum para as mulheres no garimpo. As que não estão nesta atividade do comércio sexual fazem questão de falar, pois se sentem menos estigmatizadas. Elas externam a separação entre dois mundos neste mesmo espaço a partir de

¹⁰⁴ Dimenstein. Gilberto. *Meninas da Noite*. São Paulo, Ática, 11 1990.

suas falas: “fiz de tudo, trabalhei com várias coisas, mas nunca precisei me prostituir”, dito assim, elas estabelecem fronteiras e hierarquias entre as mulheres.

Em alguns pontos de compreensão sobre a prostituição e comércio sexual, vale-se apenas achar que sexo em troca de dinheiro seria a prostituição. Contudo, algumas relações entre as mulheres nesse meio, valem-se de outros tipos de relações de troca, que pode ser proteção, ajuda a família, presentes, *status* entre outras formas de intercâmbio sexual.

As trabalhadoras do sexo que atuam em áreas de garimpo são marcadas pelo movimento contínuo. Muitas delas acompanham os movimentos migratórios típicos deste espaço, onde as fofocas vão, as dragas e balsas se deslocam para diferentes lugares ao longo dos rios, assim também as mulheres vão em busca de recursos. Algumas fazem mais de uma atividade e combinam por exemplo a atividade de empregada doméstica com a prostituição, fatos esses que remetem à dupla ou tripla jornada de trabalho que elas realizam para obter melhores ganhos para o sustento da família.

4.3 As rotas do tráfico na fronteira: Pontos cegos, fissuras e invisibilidades

Os estudos de Hazeu, em 2003, na região amazônica, identificaram as rotas do tráfico e como estas acontecem. No início dos anos 2000, as rotas direcionavam-se de Guajará-Mirim para *Guayaramerín* (BENI-BOLÍVIA) e para o Estado do Mato Grosso do Sul (HAZEU, 2003). O estado de Rondônia é um território estratégico para ida e vinda de pessoas e mercadorias, isso porque possui opções multimodais de transporte como as rodovias e hidrovias, ou seja, meios de transporte diversificados. O estado também faz divisa com Amazonas, Acre e Mato Grosso – por meio de sua fronteira seca, bem como o país vizinho- Bolívia, onde se atravessa por meio fluvial. A rota mais comum usada para ida e vinda de pessoas é a BR 364 onde atuam várias empresas de transporte, porém existem algumas estradas paralelas, onde o trânsito é desconhecido.

A rota da BR 364 possui pouco ou/nenhum controle de pessoas em trânsito. Isso foi constatado nas inúmeras viagens de campo onde em nenhuma delas, éramos “parados” nos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Por isso, não é difícil conseguir transportar pessoas de um lugar para o outro. A preocupação maior é com a regularidade dos veículos e

com as cargas e/ou mercadorias levadas, o que demonstra uma característica do modelo patrimonialista do estado, a cidade de fronteira da cidade gêmea.

Quanto à fronteira de Guajará-Mirim para *Guayaramerín*, em termos logísticos, existe a zona portuária de Guajará-Mirim que faz a parte de emissão de bilhetes para a travessia, bem como o controle das embarcações. O Sindicato das Empresas de Navegação de Guajará-Mirim (SINDINAV) é responsável por gerenciar as embarcações brasileiras, existem também o transporte de outras mercadorias via balsa (LIRA, 2017).

Imagem 15 - Posto de fiscalização da Receita Federal em Guajará-Mirim



Fonte: Menezes, 2018.

Chegando à fronteira, o cenário que se traduz não é diferente: na travessia há uma fiscalização pouco padronizada, o posto da Receita federal só funciona até as 19h e a partir daí, qualquer pessoa ou mercadoria pode passar livremente. Durante o trabalho de campo, ficamos em *Guayaramerín* até às 20h, passamos e não havia ninguém no posto. Há uma facilidade, pois o percurso entre um país e outro é pequeno e as fronteiras destes, pouco vigiadas.

Imagem 16 - Porto fluvial em Guayaramerín - Bolívia



Fonte: Menezes, 2018.

Em *Guayaramerín*, funciona da mesma forma, não há controle de entrada e saída de pessoas, apenas a obrigatoriedade de mostrar o documento de identificação e pagar a taxa de travessia (8 reais em média). Chegando à Bolívia, depara-se com vários taxistas que já oferecem transporte para os turistas irem às compras ou outros lugares desejados.

Neste cenário, coexistem outros atores sociais que fazem uso das rotas para transporte de drogas, contrabando de veículos roubados com destino à Bolívia, contrabando de mercadorias para venda em Porto Velho, venda e compra de ouro, transporte de pessoas para os garimpos, madeiras, fazendas, sítios, chácaras entre outros. Guayaramerín/Guajara-Mirim representa basicamente esse cenário de exclusão, omissão e esquecimento para com a população pobre e mestiça. Estes fenômenos passam também pelo filtro da violência cultural, que levam ao preconceito, racismo, sexismo para com os povos originários e para com seus descendentes. A ampliação desta lógica reverbera grande parte do nosso continente, visto como as periferias. “As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial” Grosfoguel¹⁰⁵ (2008, p. 126).

Imagem 17 - Centro da Cidade de Guayaramerín - Bolívia - 2018

¹⁰⁵ GROSGOUEL, Ramon. (2008). “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147



Fonte: Menezes, 2018.

Existem também as rotas do tráfico humano de *Guayaramerín* para outras cidades da Bolívia. Em uma reportagem especial da revista ISTOÉ, intitulada “O pior dos crimes”, revelam-se detalhes de como ocorre o tráfico de menores, especialmente meninas é a característica principal dos crimes nesta região. Através de uma equipe investigativa, apresenta-se a forma com que acontece o tráfico nesta região. Para melhor entender como funcionava o esquema, segue abaixo o fragmento.

‘Guayramirim’, Bolívia – É difícil encontrar em Guajará-mirim, município de Rondônia que faz divisa com a Bolívia, quem não conheça o cabeleireiro Elias Quintão. Usando sempre esmalte nas unhas, Quintão tornou-se conhecido por organizar concursos de beleza de estudantes da cidade. Mas quem já trabalhou para o cabeleireiro sabe sua verdadeira profissão: café de meninas brasileiras com idade média de 12 anos. Aliciadas nos colégios e nos concursos de beleza, as meninas atravessam diariamente o rio Madeira, acompanhadas de Quintão, em direção ao município vizinho de ‘Guayramirim’ (sic), na Bolívia. Lá recebem até R\$ 200 por programa com empresários, políticos e barões do tráfico. (ISTOÉ, 2002, s.p)

Durante a pesquisa de campo, a história de Elias Quintão foi confirmada por uma moradora antiga e atuante na cidade. J.A que prefere não se identificar por questões de segurança. Ela o define como “o maior bandido daqui ele e sua família”. Durante uma conversa com ele, realizada pela equipe da ISTOÉ, sem saber que estava sendo gravado, falou tranquilamente “Se vocês querem as meninas, eu arrumo, mas tem de ser do outro lado da Bolívia”. Quanto às rotas do tráfico realizadas por Quintão, funcionavam a partir de uma quadrilha que seduzia meninas nas portas da escola.

Assim, através de ofertas de dinheiro, elas atravessavam a fronteira rumo a *Guayaramerín* e eram levadas de taxi para os hotéis e restaurantes da cidade. Assim relata o taxista aos jornalistas:

“Cansei de transportar meninas brasileiras até os barões da cidade, que têm até uma sala reservada no Los Cocos (principal restaurante da cidade) para jantar com as adolescentes antes de levá-las até ao hotel”.

Em volta dessas e outras denúncias, pessoas que tentaram levar adiante às autoridades estes casos, eram ameaçadas de morte, como aconteceu com a orientadora educacional que fez o dossiê, indicando a existência da prostituição infantil na fronteira. Várias meninas desaparecem e não regressam mais aos seus lares.

Os relatos indicam que os chamados “barões do tráfico” agem quase que livremente na região. As jovens são cooptadas desde os 12 anos e levadas para fazer programas em boates em *Guayaramerín*, são incentivadas ao uso de cocaína e logo que viciadas, ficam presas no ciclo de violência. Abaixo, outro relato da matéria sobre a vida de uma jovem traficada.

Viciada em cocaína, R.J., 17 anos, que começou a fazer programas com 11 anos na Bolívia, contou a ISTOÉ que muitas de suas amigas haviam se mudado para o Mato Grosso do Sul, de onde pretendiam seguir viagem para a Europa. No final de abril, R.J. desapareceu da cidade. No meio dos objetos pessoais da adolescente, seus familiares encontraram o cartão da Casa de Massagem Classe A, localizada na avenida do Rosário 1.581, no município de Três de Alagoas, divisa de Mato Grosso do Sul com São Paulo. No cartão, está anotado à caneta o telefone 541-2858, de propriedade do PM Emiliano em Guajará-Mirim. Os pais de R.J. acreditam que ela esteja trabalhando na boate em Três Lagoas. ‘Tentamos combater, mas não adianta nada a polícia da Bolívia agir se não forem encontradas soluções para essas adolescentes no Brasil’, afirma o coronel Antonio Ayala, comandante da Guarda Nacional em Cubijas, município boliviano na divisa com o Acre, onde trabalham prostitutas brasileiras. (ISTOÉ, 2002, s.p)

Nos relatos colhidos durante o trabalho de campo no final do ano de 2018, soubemos que os desfiles de Quintão ainda ocorriam e ele atuava agenciador de modelos para eventos na Bolívia. Durante o trabalho de campo, grande parte dos envolvidos no seu combate nos alertou sobre os perigos que rondam esse tema naquela região. Por isso, avanços foram estudados com cuidado para que pudéssemos ter segurança dentro do trabalho de campo.

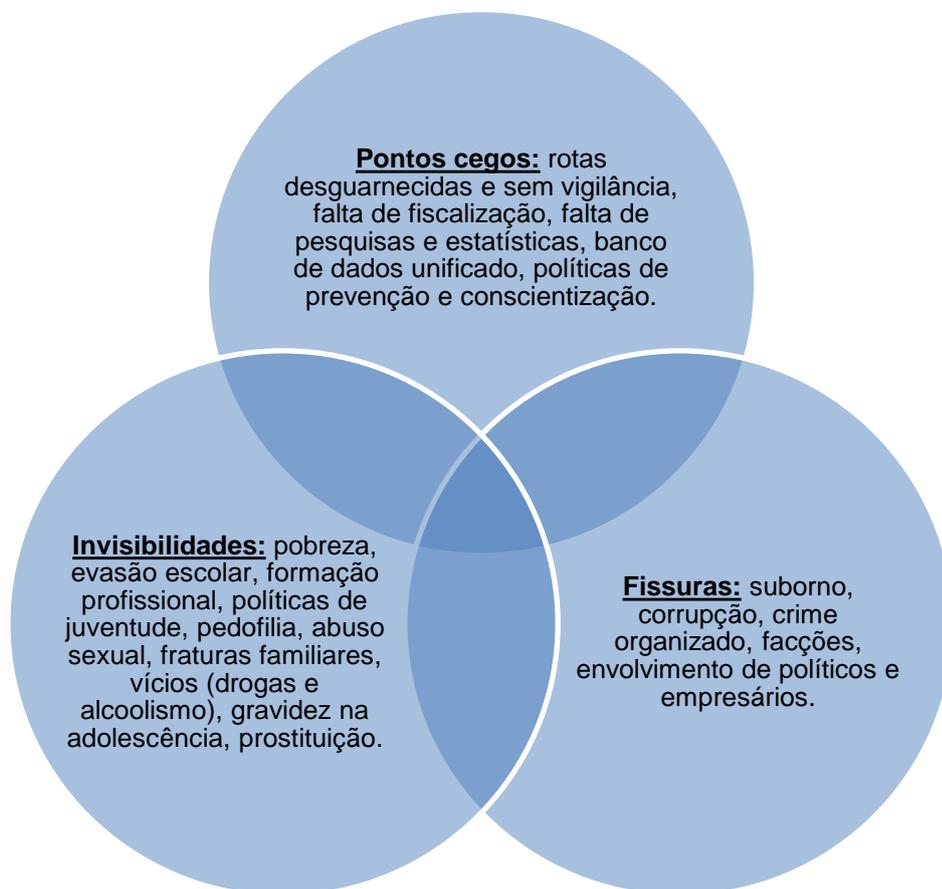
O trabalho de campo realizado em setembro de 2018, que ocorreu junto à Pastoral do Migrante¹⁰⁶, revelou que os casos aqui acontecem com certa “naturalidade”, e que os perigos

¹⁰⁶ Entidade ligada à Igreja Católica que atua na regularização e acolhimento aos imigrantes, em especial os bolivianos.

são intensos, relatou que existem casos de “queima de arquivo”. O que mais preocupa é o fato de saber que o envolvimento de autoridades políticas e grandes empresários tanto do lado brasileiro como do boliviano impedem que as denúncias possam evoluir e que a sociedade tenha ciência da gravidade dos crimes.

Portanto, ao analisar esse contexto na fronteira desta região entre Brasil/Bolívia, estabelecemos um indicativo dos três principais problemas geradores e ramificadores do tráfico e exploração sexual na fronteira. Assim chamamos de: Pontos cegos, fissuras e invisibilidades. Sendo assim, elas de se expressar dessa forma:

Figura 2 - Pontos de tensão na Fronteira das cidades gêmeas



Elaborador por: Menezes, (2020)

Dentro dessa análise, é possível verificar a ocorrência sistemática da violência estrutural (Minayo, 1994), a violência das estruturas da sociedade, sobretudo o Estado que se torna omissor diante dos indícios de exploração e tráfico em sua fronteira. Junto a esta análise, pode-se

entender o fenômeno da escravidão e o tráfico de pessoas como uma das veias de alimentação do poder colonial e em suma a dominação dos povos. O estabelecimento do Estado moderno e o capitalismo ofereceu as bases do sistema de exploração que conhecemos hoje. Com um pouco mais de 130 anos de abolição da escravidão, as práticas em países pobres, principalmente, ainda seguem essa lógica.

4.4 O contexto do comércio sexual: A prostituição

A prostituição é um dos fatores de análise desta pesquisa, uma vez que, em vários relatos dos atores envolvidos, aparece como uma atividade de destino de muitas vítimas do tráfico humano. Nesse sentido, “o tráfico para a exploração sexual é um dos mais duros rostos da violência de gênero” (PLASSAT, 2014, p.79). As mulheres são as mais atingidas, mesmo que existam casos de prostituição masculina e outros, ainda sim as mulheres são maioria.

Ao chegar à fronteira, percebe-se um grande número delas trabalhando em vendas nas ruas da cidade, outras em lugares mais afastados de pessoas, oferecem serviços sexuais a homens que chegam, os programas na maioria das vezes ocorre nos fundos dos estabelecimentos locais, disfarçados de bares e lojas. Há também bastante procura de brasileiras para estudar medicina no lado boliviano, com preços mais atrativos que no Brasil, essas estudantes deixam o espaço familiar para buscar a educação superior fora, muitas passando ainda por inúmeras dificuldades financeiras, as que não conseguem mais pagar a mensalidade acabam indo trabalhar no comércio ou, por vezes, recorrem à prostituição para conseguir dar prosseguimento aos estudos.

Durante a pesquisa realizada em 2018, encontramos uma jovem que se encontrava nesta situação. Ela estava trabalhando como vendedora de confecções na avenida principal de *Guayaramerín*, pois não conseguiu arcar com os custos da faculdade. No diálogo, ela afirma que muitas jovens que não querem voltar para casa, preferem ir para a prostituição para que assim tenham recurso para pagar os estudos. O abuso de álcool e drogas também acabam fazendo parte da realidade dessas jovens. Ademais, o diálogo entre os jovens e seus familiares sobre drogas e sexualidade é rechaçado, pois, na Bolívia, ainda há muitos tabus quanto a esses temas, eles se comportam de maneira conservadora com relação aos costumes.

Outro reflexo disso é a gravidez na adolescência, aspecto visível quando se chega nesta região. Meninas entre 15 e 19 anos nesta realidade, conforme dados do país 18% das adolescentes são mães ou estão grávidas. O que também é um problema do Brasil e do Peru¹⁰⁷. A gravidez na adolescência pode gerar diversos danos para a vida da mulher, uma vez que pode levar ao comprometimento do futuro dessas jovens e condicioná-las a situações de violência, pobreza e abusos, entrando, assim, no circuito da exploração sexual e do tráfico de pessoas. Há também números alarmantes de trabalho infantil, basta percorrer pelas ruas onde encontrará crianças trabalhando, outras tantas pedindo dinheiro na rua. O congresso boliviano aprovou em 2014 a regulamentação do trabalho infantil, para 14 anos o início da vida laboral. Segundo um levantamento realizado em 2008 pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) existem, na Bolívia, 850 mil crianças que trabalham, o que configura 5% da população ativa do país¹⁰⁸. As crianças, em grande parte, trabalham no setor informal e com essa renda ajudam no sustento de suas famílias. Todos esses cenários contribuem para entender o contexto da exploração em várias vertentes chegando à exploração sexual através da prostituição.

Sobre a prostituição no lado boliviano, especificamente na região de *Guayaramerín*, temos relatos que mostram que pessoas de Porto Velho que vão para fazer turismo e compras na fronteira, também se utilizam do comércio sexual. Em contato com um colaborador, este nos relatou como funcionava uma espécie de “excursão” de um grupo de homens para fazer programas sexuais no lado boliviano. Foram aplicados alguns questionamentos pelo WhatsApp devido a necessidades de distanciamento social no contexto da pandemia. Foram 10 perguntas para entender como isto ocorria. Algumas informações foram importantes. Este colaborador é homem, funcionário público e, na época, era membro de um determinado sindicato, viajava corriqueiramente para esta região do Estado para realizar o trabalho sindical.

¹⁰⁷ De acordo com estimativas das Nações Unidas, a cada três bebês nascidos de mães adolescentes na **América Latina**. O **Brasil** está em sétima posição no ranking de [gravidez adolescente](#) da América do Sul, empatando com Peru e Suriname, com um índice de 65 gestações. A taxa de fecundidade de adolescente na América do sul e Caribe é a mais alta de todas as regiões do mundo. Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572823-bolivia-problema-de-esterilizacao-de-adolescentes-ainda-e-realidade>

¹⁰⁸

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140626_bolivia_senado_trabalho_adolescente_mc#:~:text=O%20Senado%20boliviano%20aprovou%2C%20nesta.a%20partir%20dos%20doze%20anos.

A entrevista virtual ocorreu em 2020, sobre a sua experiência neste contexto entre 2008 a 2011, tempo em que trabalhou em prol do sindicato¹⁰⁹, a fim que possamos analisar a forma com a qual a prostituição acontece, seus agentes e dinâmicas. Sobre como ocorrem as abordagens, ele diz que: “às vezes, as bolivianas vinham oferecer serviços e indicar o caminho para um local (bordel). Um local conhecido por quem faz turismo naquele local que naquele momento localizava-se atrás de uma famosa loja de eletrônicos da cidade”. O colaborador disse que basicamente só os clientes sabem que no fundo da loja é que ocorre os programas sexuais. Sobre a idade das jovens, ele disse que “vi as meninas de todas as idades”. Sobre serem menores: “Sim tinha algumas, só não sei dizer a idade”.

Em uma matéria vinculada pela mídia local com título: JOVENS BRASILEIRAS SÃO LEVADAS À PROSTITUIÇÃO NA FRONTEIRA BI-NACIONAL¹¹⁰, relata de que maneira ocorre essa migração binacional, contatos e as facilidades para este fenômeno ocorrer. Nesta matéria, fala-se da maneira de como ocorrem os programas que envolvem jovens e adolescentes, e confirma o relato do colaborador: “Os próprios motoqueiros indicam onde as brasileiras trabalham’ nas casas noturnas. Mas o movimento também ocorre de dia. Nesse período, “é comum se encontrar brasileiras ainda adolescentes em casas cujos pontos ficam ao fundo do imóvel’, revela El Chico Peto, 31 anos, morador da área portuária” (PORTAL NEWSRONDONIA, 2013, s.p).

Dessa maneira, as redes e contatos giram em torno de oportunidades de trabalho do outro lado da fronteira e há um interesse para esse local, que aquece o comércio, traz turistas e pode trazer dinheiro para a região. Portanto, há um ponto atrativo para jovens atuarem no mercado sexual. O grande problema é que, entre elas, estão jovens menores, adolescente de baixa renda e vulneráveis ao tráfico humano. Quanto à questão dos valores cobrados, o colaborador diz: “Na época, era 30 reais com direto à pílula da Bolívia com nome de ‘sialis’ acho. É o viagra boliviano. Quem era cliente “vip” na época, devido à pílula eles até tiveram problemas cardíacos.”

¹⁰⁹ Por questões éticas das pesquisas não será revelado o nome do sindicato, nem os nomes dos agentes envolvidos.

¹¹⁰ <https://www.newsrondonia.com.br/noticia/30253-jovens-brasileiras-sao-levadas-a-prostituicao-na-fronteira-bi-nacional>

Nomes conhecidos de políticos, sindicalistas e funcionários públicos e empresários estavam entre os citados na entrevista. Citada também a questão do medicamento para ter mais êxito masculino nos programas sexuais, esse também é contrabandeado para o Brasil, serve para disfunção erétil, mas o uso indiscriminado pode causar problemas de saúde. O baixo valor para os programas revela que a fragilidade, pobreza e falta de alternativas de emprego e renda para essa população.

O comércio sexual familiar é uma realidade neste meio, que ocorre por meio da facilitação, incentivo e oferecimento de jovens à prostituição, partindo da própria família, por diversas razões. Entre elas, a prostituição infantil, como apontada por Gomes:

A prostituição infantil, em qualquer cenário em que se configura, desponta como um fato cruel com diferentes matizes. Há momentos em que ela se integra ao tráfico de drogas; há situações em que ela se confunde com a miséria; e há casos em que seu início ocorre dentro do próprio lar. Em qualquer uma dessas situações, as crianças que a ela sobrevivem têm uma história comum a contar: a história da violência. As marcas desta violência são visíveis nos corpos e nas mentes, mesmo para aqueles que fazem força para não ver. (GOMES,1994, p. 62)¹¹¹

Esse é um problema que vai para além do crime em si, mas revela-se como um grande obstáculo para o desenvolvimento humano em uma sociedade justa. Ela opera justamente na falta de esperança para a vida digna dos cidadãos, falta de alternativas justas e humanas para o tecido social.

Sobre as motivações que levam as jovens à prostituição tão cedo, o colaborador diz que: “fuga de casa devido a abuso e maus tratos na maioria”. Ele diz que o tratamento que elas recebem neste cenário masculino, assim ele diz: “São tratadas como objeto sem direito a prazer e fazer os desejos sexuais dos homens e até loucuras e monstrosidades que são obrigadas a fazer. E muitos dizem que com a mulher não pode, mas com as prostitutas pode tudo e mais um pouco”. Um dos aparatos do patriarcado reproduzido pelo machismo é objetificar o corpo da mulher, necessário para entender a relação desigual que permeia a diferença existente, ter

¹¹¹ Gomes, Romeu. Prostituição Infantil: Uma Questão de Saúde Pública. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (1): 58-66, jan/mar, 1994

alternativas de desenvolvimento humano saudável e violência institucional, física e cultural que leva milhares de mulheres aos abusos de toda a sorte.

Acerca da última pergunta da entrevista, que se referia sobre se havia outros agentes envolvidos no circuito do comércio sexual, o colaborador responde: “Na época quem apresentou o bordel para nós, foi o político vereador na época que apresentou para os novos membros do sindicato, um frequentador antigo”. O envolvimento de autoridades ligadas a meios políticos da região, o que também corrobora com os relatos de situações típicas que aparecem em matérias jornalísticas, estudos dos organismos ligados aos Direitos Humanos, estudos publicados pelo Ministério da Justiça.

Outro relato obtido ao longo da pesquisa nos ajudou a entender como ocorre a prostituição na fronteira do lado boliviano. Assim, o colaborador de pesquisa resolveu se passar por cliente para nos relatar como ocorrera a prostituição no lado boliviano. Abaixo, o relato do colaborador que se fez passar por uma pessoa interessada em fazer programas com mulheres identificado pela nossa pesquisa como A.C

No dia 13 de novembro de 2018, fomos a cidade de Guayara-Mirim, Beni, Bolívia, para observação de campo, para pesquisa sobre o tráfico de pessoas na região de fronteira. Como já tínhamos ouvido relatos de que havia tráfico de mulheres e meninas entre as “cidades gêmeas” Guayara-Mirim e Guajará-Mirim, e devido a uma reportagem da revista Istoé de 30 de maio de 2002 que denuncia um esquema de tráfico e prostituição, fomos com a intenção de verificar se os mesmos lugares e esquema funcionavam da mesma forma. Ao cruzar o rio para o lado boliviano, na saída do porto, onde ficam os taxistas oferecendo os seus serviços de transporte, nos foi dito que os taxistas ao verem um homem desacompanhado costumam oferecer meninas de programa. Ao chegar sozinho isso não aconteceu. Esperei alguns minutos, e depois de várias abordagens sendo oferecido o serviço de taxi, me aproximei de um e perguntei se poderia me levar para algum lugar de diversão com bebida e garotas, e então o taxista chamou outro rapaz e disse “leve ele para o Buhoo Bar”. O referido bar fica na avenida principal, mas já numa área afastada do centro. Entrei, cruzando uma porta coberta por um pano, tipo chita, lugar simples, até mesmo deplorável, chão de piso queimado, telhado a mostra, sem forro, quente e abafado. Me sentei numa mesa bem ao centro, deixando para trás de mim uma mesa com duas garotas e quatro rapazes, todos bolivianos, sendo que as garotas aparentando ter cerca de 17 a 20 anos. Um pouco mais ao meio havia outra mesa com dois rapazes, e em seguida mais uma mesa com três rapazes. Ao fundo, próximo ao balcão do bar, havia uma moça e um senhor, ambos bolivianos, sendo ela de aparência de 19 anos. Não demorou e veio um senhor me atender, fez um sinal com a mão dando a entender se eu tomaria uma cerveja, e eu respondi afirmativamente. Logo ele trouxe uma garrafa e um copo. Depois de vários minutos sozinho, veio uma moça até minha mesa, que até então não estava no salão, pediu para sentar, e claro português, logo vi que

era brasileira, e aceitei. Ela perguntou se poderia pedir uma bebida, eu autorizei, e então começamos a conversar. ‘e então... você brasileira trabalhando aqui? como é isso?’ É que em Guajará o movimento é fraco. “É como é que funciona o esquema aqui?”, “é assim, começou a responder, a gente cobra 120 o programa, pra sair da casa é mais 50”. Então eu perguntei como era trabalhar ali, e ela começou a dizer que ali ela passa a semana toda, mora no local, dorme, come, e só tem autorização para sair com clientes, caso queira sair sozinha ou dormir até tarde, tem que pagar os 50 reais, tira um dia de folga quando vai a Guajará-Mirim. Que acontece festas que movimentam a “casa”, que ela já saiu até mesmo com oficial da marinha boliviana. A casa estava vazia aquela tarde, ela disse que costumava ter mais gente a noite. Ela disse também que há mais mulheres brasileiras na casa. Acabando a bebida, ela convida pra fazer o programa ou pagar mais uma bebida para continuar conversando, eu resolvi sair da casa. Mais tarde, por volta das 19h, fui para o restaurante Los Cocos, pois é citado na reportagem. Chegando lá, por conta do horário, o restaurante estava vazio, e um garçom arrumava os copos atrás do balcão. Pedi uma cerveja, e começamos a conversar. Perguntei se haveria alguma festa, ele disse que não, que apenas havia algumas mesas reservadas para um aniversário. Disse também que não costumava ter festas lá. Eu disse que havia recebido a indicação de um amigo, de que teria festas e muitas garotas. Ele disse que não. Talvez não iria dizer para um estranho que havia o esquema indicado pela reportagem. Ele me indicou duas boates, Insônia e Iguana, onde é muito frequentado por garotas e jovens, sem dar a isso conotação de prostituição. Mantive a conversa para não levantar suspeita da minha real intenção e ao terminar a cerveja saí. Retornei ao bar Buhoo, e lá encontrei a mesma moça da conversa mais cedo. A casa estava quase vazia, havia outras duas brasileiras atendendo, aparentavam ser um pouco mais velha que a primeira. Também havia um cliente brasileiro e que já estava pagando bebida pra primeira moça e conversavam sobre onde se hospedar lá perto. Como o cenário não tinha mudado muito com relação a visita da tarde, saí. Atravessei o rio de volta para o lado brasileiro, por volta das 21:40h. (Relato de campo, 2018)

Imagem 18 - Local de atividade do comércio sexual em Guayaramerín - Bolívia



Fonte: Menezes, (2018).

O relato acima mostra o caso de uma brasileira que trabalha no lado boliviano, em um bordel, em um local afastado da cidade, onde as indicações são apenas para homens que chegam em busca do sexo comercial. O relato da brasileira mostra uma relação de provável abuso nas relações de trabalho, com a proibição ou punição de certas práticas, o que é comum no mundo da prostituição, quando ela relata “Então eu perguntei como era trabalhar ali, e ela começou a dizer que ali ela passa a semana toda, mora no local, dorme, come, e só tem autorização para sair com clientes, caso queira sair sozinha ou dormir até tarde, tem que pagar os 50 reais, tira um dia de folga quando vai a Guajará-Mirim”.

A proibição ou pelo menos o fato de coibir ou multar, punir a sua liberdade de ir e vir por si só pressupõe uma relação de abuso. Longe da formalidade, as relações entre a mulher que exerce a prostituição e a casa (bordel), onde esta trabalha, denota a invisibilidade desta situação na sociedade brasileira. Uma das situações típicas também é chamar o local de prostituição de boate, aparentemente não há comércio sexual, o problema que nesses ambientes são comumente encontradas adolescentes, menores que são, muitas vezes, as preteridas para esse tipo de atividade.

Na fronteira, o fato de ir e vir no mesmo dia facilita o processo, meninas são seduzidas na escola e logo entram na situação de exploração pela prostituição. Nesse sentido, entende-se que:

Por outro lado, a enorme extensão da fronteira seca de nosso país, que faz divisa com a maioria dos outros países latino-americanos, facilita tanto a ‘importação’ quanto a ‘exportação’ de pessoas para o tráfico. É o que admitem as ONGs e autoridades policiais que trabalham nas regiões fronteiriças com a Bolívia, Paraguai, Uruguai, Peru ou Argentina. Em algumas dessas fronteiras, o que nos separa de outro país é uma rua por onde a pessoa traficada é facilmente carregada. Muitas crianças e adolescentes brasileiras são levadas para os países vizinhos a fim de serem exploradas sexual e comercialmente, o mesmo acontecendo aqui com crianças e adolescentes desses mesmos países (BRASIL, 2013, p.29)

Como exposto, a extensão densa e coberta por florestas facilita o fluxo de pessoas, migrações e estratégia de sobrevivências dos atores sociais diante das dificuldades enfrentadas na fronteira. Outro dado que se destaca neste problema é a prostituição aliada ao vício das drogas também é comum nestes casos. As festas regadas a bebidas alcoólicas e entorpecentes motivam para que essas situações aconteçam.

Quando ocorre a descoberta da prática de tráfico, as famílias recuam por medo das represálias que possam sofrer nas mãos dos traficantes ou mesmo por pressões psicológicas que a levam a achar que são responsáveis pela situação em que se encontram. E o ciclo de violência continua atuando nas mais variadas formas. O conselho tutelar de Guajará-Mirim já foi, por diversas vezes, atacado e pessoas foram ameaçadas para não seguir com as denúncias de tráfico, pedofilia e exploração sexual. Uma das orientadoras educacionais fez um dossiê com depoimentos, fotografias e tantas outras provas, porém não pode seguir com as denúncias por ameaças de morte que sofreu (HAZEU, 2003).

A ligação entre este fenômeno e o tráfico de mulheres e a parte preventiva não acontece em quase nem uma instancia institucional – mesmo um tráfico interno e externo. Quanto ao fato de repressão de migrantes, como ocorre nos países ricos como no continente Europeu, não se aplica a essa região, pois as fronteiras não passam por essa vigilância continua e grandes repressões a práticas do contrabando de migrantes e tráfico humano (trata de personas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho, retomamos a problemática e objetivos a fim de verificar de que forma as respostas e resultados apareceram durante o processo da pesquisa. Consideramos a importância da temática quanto aos seus aspectos teóricos que demanda o cuidado e sensibilidade de olhar através de várias lentes, caracterizando o tema por uma necessidade de abordagem interdisciplinar.

Consideramos quanto a fatores que dependem de leituras dos contextos como a da colonização, a globalização, o capitalismo, modernidade, exploração, migração e o subdesenvolvimento, que neste caso nos serviu como um espelho que refletiu consequências as realidades. A sociedade ocidental moderna na construção das suas nações com base na escravidão como uma ação socialmente construída, geograficamente e racialmente determinada incutiu as relações de dominação e colonialidade que perduram até os dias atuais. A escravidão moderna aparece neste caso chamada de tráfico de pessoas que em números e indicadores atingem sistematicamente mais mulheres e crianças.

O desafio deste trabalho embasou-se na falta de dados a respeito, pouco conhecimento local sobre a questão, principalmente sobre a fronteira específica das cidades gêmeas de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia) e *Guayaramerín* (Departamento de Beni-Bolívia), os trabalhos de campo foram realizados com cuidado, para a segurança da pesquisa, já que esta fronteira é conhecida como uma rota para vários ilícitos, bastante perigosa com pouca fiscalização.

Esta pesquisa teve como temática o tráfico mulheres com destino ao comércio sexual no espaço de fronteira internacional entre Brasil e Bolívia, especificamente as cidades de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia) e *Guayaramerín* (Departamento de Beni-Bolívia). Desse modo, a problemática buscou saber quais as espacialidades do tráfico de humano na fronteira entre o Brasil e Bolívia, especificamente entre Guajará-Mirim (Estado de Rondônia) e *Guayaramerín* (Departamento de Beni-Bolívia).

O objetivo geral desta tese foi compreender a relação entre comércio sexual e o tráfico de mulheres nas dinâmicas específicas de mobilidade no espaço de fronteira das cidades gêmeas Guajará-Mirim – Brasil e *Guayaramerín* - Bolívia. Os objetivos específicos centraram-se em: 1- Entender os elementos de poder que constituem o comércio sexual de mulheres entre as cidades gêmeas. 2- Analisar o espaço de fronteira como instituidor de dinâmicas específicas da mobilidade de mulheres para exercício de comércio sexual. 3- Estudar os componentes

propulsores das mobilidades estabelecidas pelas mulheres para fins de exercício de serviços sexuais.

A hipótese deste trabalho nos levou a afirmação de que as redes do poder circulam e inferem dinâmicas de dominação onde o corpo feminino é racializado, essencializado, padronizado e subalternizado no comércio sexual para atender as demandas do mercado através do tráfico humano e exploração sexual. Dessa maneira, o comércio sexual segue com a lógica do lucro capitalista onde congrega para além da prostituição, grandes redes de agenciamento para exploração sexual de mulheres através da prostituição, pedofilia, tráfico humano entre outros modos de dominação dos corpos. Para tanto apresentamos as considerações sobre a temática, objetivos, assim buscar as respostas para o que foi estabelecido.

Dentro da centralidade temática esboçamos desde o primeiro capítulo o contexto das vulnerabilidades na vida das mulheres, principalmente as que se encontra em contextos migratórios, sejam eles para fora do país como dentro dele.

Nesta relação não linear, repleta de negociações e subordinações encontra-se o comércio sexual que agrega várias atividades e que ao longo dos anos, com a globalização toma outras formas e expressão, diminuiu as fronteiras e aumentou o alcance de pessoas. Para que o comércio sexual e a indústria do sexo possam ter alta lucratividade precisam dos corpos femininos sejam eles mulheres ou crianças, para que a demanda seja atendida. Portanto, essa demanda vai se utilizar do tráfico de mulheres como forma de atender o “mercado consumidor”. Dessa maneira, traçamos então uma fronteira, a crítica não a prostituição como uma atividade dentro do comércio sexual, mas o uso dela para explorar corpos, e novamente voltamos a condição de vulnerabilidade que determinam essas relações desiguais que levam a violências sistêmicas sofridas pelas mulheres.

Com isso, este fenômeno se manifesta sob o aspecto do ciclo da violência onde as suas expressões refletem mais ou menos intensas dependendo do contexto. A violência direta (visível) e a ponta do iceberg em que a violência estrutural e cultural expressa as inteseccionalidades existentes neste problema. Com isso, a migração, gênero, classe, raça, etnia, nacionalidade são pontos que devem ser analisados em suas particularidades quando se trata do tráfico de pessoas e a sua relação com a exploração sexual.

Neste caminho de entender aspectos mais profundos desse fenômeno, propomos a análise deste tema sob lente da teoria decolonial. Para isso, é necessário dar um salto no

passado, compreender as dimensões históricas nos trouxeram até aqui. Estas dimensões históricas perpassam pelo aspecto da escravidão, depois pelo discurso da inferioridade da raça para justificar a necessidade de usar a força de trabalho negra e indígena nas colônias brasileiras por 300 anos, tornando essa realidade uma parte sombria da história da colonização. Os efeitos da colonização nas Américas, que produziram a colonialidade do poder, saber e do ser sobre os povos colonizados. Estas são as teorias do chamado “Giro Decolonial” sob a ótica de (QUIJANO, 2005, MIGNOLO, 1995, LUGONES, 2014). A teoria decolonial e o feminismo decolonial nos ajudaram a perceber que a exploração desses corpos femininos são aspectos onde gênero/colonialidade/patriarcado estão indissociáveis, Julieta Paredes, María Lugones Glória Anzaldúa, e tantas outras abriram caminhos e nos guiaram a enxergar a necessidade de construção de nova epistemes, desafios de uma nova leitura do mundo, a partir de olhares outros.

Outro princípio que norteou dentro da teoria decolonial, foi a análise dos mecanismos de poder dos grupos hegemônicos os quais ainda reproduzem as formas de escravidão moderna, como consequência disso o tráfico de pessoas é uma das formas de exploração existentes. Estas formas de inferioridade e subalternidade que assola os países sul-americanos se convertem também na produção do conhecimento científico e na cultura local, na noção de centro-periferia do conhecimento, ou seja, a geopolítica do conhecimento que privilegia grupos e despreza prática e conhecimentos da nossa região. A colonização do saber se coloca nos antagonismos entre o que se produz e a valorização da ciência feita na periferia pelos atores sociais excluídos das cátedras acadêmicas.

A colonialidade do poder se revela nos projetos de desenvolvimento, onde se desprezam os contextos sociais existentes, na região amazônica em ritmo intenso. As construções das hidrelétricas trouxeram os desarranjos que permitiu a exploração, o tráfico de pessoas e a intensificação do trabalho forçado, abusos sexuais, prostituição de menores entre outros crimes foram intensificados.

Por essa lente decolonial foi possível entender traços marcantes da nossa história que nos acompanham ainda no século XXI. Na atualidade se usa democracia racial no Brasil no século XX e a meritocracia nos moldes neoliberais para apagar as marcas da violência instituída não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Visualizar que esta é uma preocupação necessária, pois camuflam exatamente o que se quer esconder: o racismo e a escravidão, que não deixaram de existir, apenas mudaram as formas e modos de exploração do ser humano.

Pois sim, a relação estabelecida entre o global e o local é que nos mesmos moldes a colonização branca chegou à região amazônica estabelecendo a dinâmica da exploração das populações nativas. Como nos relatos históricos deram conta que a mão-de-obra escrava negra e indígena se fizeram presentes, assim como posteriormente na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Ciclo da borracha, Construção da BR 364, Usinas Hidrelétricas, tiveram a lógica da exploração de vidas humanas, sacrificando sempre a população mais pobre e vulnerável, entres negros, mestiços, indígenas, mulheres e crianças.

Quanto as dinâmicas da fronteira de Guajará-Mirim e *Guayaramerín*, as demandas são baseadas nas atividades da região. As demandas do comércio sexual variam de acordo com o espaço/tempo, ciclos econômicos, existência ou não de garimpos, relações próximas com tráfico de drogas, contrabando entre outros ilícitos. A grande extensão de fronteira seca facilita a mobilidade das mulheres, vindas de outras cidades e Estados para essa região.

Pela dinâmica econômica presente, o trabalho informal é uma característica marcante. Neste caso, o trabalho escravo no espaço rural é uma das demandas do tráfico e se configura em grande parte dos casos pela mão-de-obra boliviana. Outra demanda aparece nos relatos é a do trabalho doméstico, entre as migrantes bolivianas de idade mais avançada é comum serem levadas para as casas para viver uma relação de exploração em troca de alimentação e moradia. Porém a demanda mais forte e presente nesta região de fronteira é o tráfico voltado para exploração sexual e prostituição, com o uso dos corpos femininos e jovens, o traço marcante é a exploração de menores com boa aparência para atender o mercado da prostituição local e por vezes internacional, até mesmo europeu. Há uma preferência marcante por mulheres que tenham traços exóticos, e comportamento ingênuo para o comércio sexual na própria região, há uma preferência pelas mulheres acreanas, oriundo da intensa visão sexualidade que se atribuiu a esta mulher.

O terreno do tráfico aliado ao comércio sexual é de fato de difícil mensuração e identificação. Necessariamente é preciso enxergar e analisar os grandes problemas que assolam a sociedade se relacionam diretamente com o tráfico como as guerras, fome, crises humanitárias e política, ditadura e desastres naturais. Destaca-se também para os aspectos da crescente migração do mundo oriundo de crises nos países de origem, com elas aparecem o advento do tráfico. Contudo na América do Sul este crime assume alguns contextos são diferentes, entre eles a atuação intensa do crime organizado nos países que coloca as problemáticas das drogas e armas no epicentro dos lugares mais pobres onde a violência cresce a olhos vistos, cooptando

cada vez mais a juventude para a vida no crime. A crescente violência em função da ausência do Estado em suas mais diferentes dimensões de atuação empurra milhares de homens e mulheres, jovens e crianças para a vulnerabilidade social, conseqüentemente as redes do tráfico vão em busca deste perfil, pessoas que estão vivendo na zona de exclusão e que pelo desespero ou pelo sonho de mudar de vida aceitam estar em condições que nem elas sabem como serão.

Uma vez estando da fronteira da exclusão social, esquecidas pelo Estado e sendo invisíveis socialmente, não serão procuradas por seus agentes, vistas como um problema a menos para a sociedade. Isso explica o fato da América do sul encontra-se entre os maiores exportadores de pessoas para o tráfico do mundo.

Na zona de fronteira alvo de nossa pesquisa há grande migração de mulheres da migração por diversos motivos. Porém é importante destacar que quando se trata dos países Brasil e Bolívia, encontramos altos índices de violência de gênero, as quais as mulheres são as mais atingidas, principalmente mulheres negras, indígenas e mestiças. Estes dois países vivenciam contextos de grandes desigualdades sociais, onde o gênero é um fator importante de análise das relações de poder estabelecidas no contexto do tráfico de mulheres. Destaca-se a noção diferenciada que se tem das mulheres latinas de países como Colômbia, Brasil e Cuba são vistas através das noções tropicalizadas (APARICIO; CHÁVEZ-SILVERMAN, 1997) na sua construção da sexualização e visão deturpada do corpo feminino como objeto de desejo sexual.

Em Guajará-Mirim e *Guayaramerín*, os projetos de colonização agrícola, área de livre comércio e as reservas naturais poderiam ser exploradas de forma a incluir a sua população e a demanda diferenciada da fronteira. Ao contrário disso, o que ocorre é o abandono da cidade, falta de incentivo e opções de pleno desenvolvimento profissional dos jovens. A “cidade abandonada” como símbolo do descaso com a fronteira é a tônica das contradições do discurso de progresso temporário para a obtenção de capital com vistas a atendimento dos anseios de grupos hegemônicos locais, também a classe política participa ativamente do espólio a população, através da corrupção de variadas maneiras.

Especificamente sobre o tráfico na região de pesquisa, os resultados demonstraram que as rotas utilizadas pelas redes são as mesmas de que circulam mercadoria e passam pela polícia com tranquilidade, no Norte há aproximadamente 76 rotas identificadas (HAZEU, 2003). A BR 364 funciona como rota entre Porto velho-RO e Guajará-Mirim, outros municípios do interior do estado de Rondônia também são usados para práticas lícitas e ilícitas.

Na fronteira entre Guajará-Mirim e *Guayaramerín*, há rotas fluviais, na travessia de uma cidade para outra pelo Porto que liga as duas cidades-gêmeas, n há grande fiscalizao, as mulheres transitam livremente pra trabalhar, comprar e passear, houve relatos de menos que ia se prostituir em países vizinhos, tanto brasileiras como bolivianas. Essas espacialidades da fronteira se traduzem na invisibilidade e naturalizao de práticas como pedofilia, explorao de menores e tráfico de pessoas. No que se refere a explorao sexual e prostituio, as rotas ligam Guajará-Mirim a *Guayaramerín* e outras cidades próximas como *Riberalta*, *Santa Cruz de la Sierra* e *La Paz*, são essas cidades o destino do tráfico de brasileiras para a Bolívia. Já o tráfico de bolivianas para o Brasil, são oriundas de *Riberalta* e *Guayaramerín*, entre outras comunidades empobrecidas da região, são deslocadas para Guajará-Mirim com o objetivo de explorao sexual para as mais jovens, trabalhos domésticos para as mulheres mais velhas. Portanto, a região de fronteira  origem, trânsito, destino para essas aoes.

Sobre a região onde se encontra os garimpos, podemos destacar a presença feminina em duas grandes atividades exercidas por elas: o trabalho doméstico e a prostituio. Ambas aparecem como formas de trabalho amplamente aceitas nesse espaço. Os componentes propulsores que levam e motivam as mulheres a estarem nesse espaço hostil em muitos casos é a instabilidade econmica e familiar, principalmente o aspecto da maternidade é muito importante para elas. O garimpo é um paradoxo, marcado pela ambivalência, fronteira entre o lícito e o ilícito. O desafio das mulheres  permanecer na atividade ainda que com muitos obstáculos, assim elas fazem uso de estratégias para sobreviver e se manter firmes no se propósito. Como um lugar de clandestinidade, não tivemos dados de quantas mulheres estão presentes nesse meio, até porque é um lugar de grande mobilidade, elas entram e saem o tempo todo. Nesse contexto, há ainda a necessidade de mais aprofundamento nesta questão.

O trabalho de pesquisa versou por identificar em diferentes frentes os quais seriam possíveis captar o maior número de informaçoes a fim de descortinar o crime. Assim, buscamos em diversos espaços: institucional, sociedade civil, mdia/imprensa e espaços e histórias vivenciadas no contexto do tráfico. Nesse sentido, foram identificados nos espaços institucionais alguns órgãos que deveria agir nesse sentido, porém não existem políticas de combate e/ou preveno dentre esses espaços. Não existe tentativa de diminuio dos casos, há grande desconhecimento dos gestores locais sobre esse tema, não há diagnósticas ou estatísticas em nível local ou estadual e as denúncias são raras. Com exceo da Defensoria Pública de Adolescente e la Niez (Bolívia) que atende e busca a resoluo dos casos na fronteira, contudo

não obtendo sucesso devido à justiça e poucos agentes interessados em combater o crime na região.

A Pastoral do Migrante faz um trabalho junto a busca pela cidadania e acolhimento, porém não tem força suficiente para lidar com esses casos, apesar de ter conhecimento, mas não tem possibilidade de agir. A Rede “Um grito pela vida” faz um trabalho importante, porém ainda sem alcance efetivo nesta área de fronteira, as ações de prevenção são necessárias e oportunas, principalmente nas escolas.

O penúltimo ponto destaca-se a maneira com que ocorre a captação das mulheres. Com base em escassos casos, foi verificado que as redes sociais tem um papel estratégico na captação mulheres, tanto para o comércio sexual como para o tráfico delas - as redes do tráfico acompanham as inovações e facilidades das redes sociais para agir. Outras formas de atração é o uso de pessoas que convidam outras para trabalhar, essa figura do agenciador/agenciadora que busca o perfil desejado naquela modalidade de tráfico, é raramente alguém desconhecido, em vários casos são pessoas bem próximas das mulheres. Geralmente são pessoas gentis, solícitas que oferecem vantagens, dinheiro, fazem promessas para que as vítimas se sintam valorizadas e atraídas para o trabalho. Para a prostituição e exploração sexual, o alvo são as adolescentes, de baixa renda e em idade escolar, às vezes fora da escola. As agências de modelos, clubes, boates e os bregas também funcionam como forma de captação de pessoas.

O último ponto a ser debatido são as principais dificuldades em combater este tipo de ilícito nesta região. Nesse sentido, elencamos três elementos de análise quanto ao tráfico e exploração sexual na fronteira: Pontos cegos: rotas desguarnecidas e sem vigilância, falta de fiscalização, falta de pesquisas e estatísticas, banco de dados unificado, políticas de prevenção e conscientização. Fissuras: suborno, corrupção, crime organizado, envolvimento de políticos e empresários. Invisibilidades: pobreza, evasão escolar, formação profissional, políticas de juventude, pedofilia, abuso sexual, fraturas familiares, vícios (drogas e alcoolismo), gravidez na adolescência, prostituição. Estas dificuldades apontam para que a subnotificação do crime, a dificuldade de materialização juto a isso a violência em suas variadas dimensões não possibilitam um avanço em busca de minimiza-lo.

No contexto da geografia, deve-se atentar para as configurações geopolíticas em torno do aspecto da fronteira internacional, o qual exige ações de ambos os países e discussões acerca das vulnerabilidades e fragilidades sociais existentes. Destaca-se também, a compreensão da fronteira como um espaço peculiar de trocas e fluxos deixa de ser apenas a fronteira territorial,

governamental e militar, mas uma fronteira simbólica e social, neste caso: a fronteira da invisibilidade e subalternidade se coloca na discussão do tráfico de mulheres. A fronteira do crime como a problematização do pensamento social que aceita esse este como normal obtendo da sociedade a permissão de exploração do corpo do outro. Ao final, reconhecemos que muitos campos e lacunas ficaram abertas, para entender melhor esse universo, o comércio sexual nesta região é dinâmico e a sua intensidade depende dos ciclos econômicos. A exploração e tráfico ainda continuam com muitas rugosidades, as dificuldades em dados, acompanhado das limitações de segurança impediram de melhores avanços nesse campo. Assim como na fronteira boliviana, onde o perigo se torna maior, pela instabilidade política, corrupção e conflito de interesses que nos impediram de avançar.

A partir do exposto, elencamos alguns direcionamentos para possíveis ações de combate ao tráfico na região de fronteira:

- Realizar pesquisas sociais de diagnóstico para verificação dos pontos críticos relacionados ao tráfico na fronteira;
- Estabelecer audiências públicas com a sociedade civil sobre o tema do tráfico de mulheres e o comércio sexual.
- Realizar campanhas de conscientização entre agentes do estado e sociedade civil;
- Construir um plano estadual de enfrentamento ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em conformidade com o III PNDTP (Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas);
- Implantar os Núcleos de Enfrentamento ao a estes e outros ilícitos nos espaços de fronteira;
- Estabelecer estratégias para maior fiscalização nas fronteiras voltado para a repressão ao tráfico de pessoas;
- Fomentar o turismo histórico-cultural na região;
- Fomentar o ecoturismo como estratégia econômica para a população local;
- Estabelecer políticas públicas para juventude nas dimensões da (educação, cultura, esporte, desporto e lazer.
- Fomentar companhias estaduais em escolas, clubes, agencias de modelo, boates para a prevenção a exploração e tráfico de mulheres e crianças.

- Estabelecer políticas de acolhimento as mulheres vítimas de exploração sexual e tráfico, com apoio psicológico, jurídico e econômico.

REFERÊNCIAS

ADLER, Katya. Prostituídas e exploradas: a dura realidade de crianças imigrantes abandonadas na Europa. BBC Portugal- Editora de Europa da BBC. Setembro de 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150921_crianças_refugiadas_rm. Acesso em 01/09/2018.

ALBÓ, Xavier; BARRIOS, R.: Cultura y política. V. 1: *Violências encubiertas en Bolívia*. La Paz: CIPCA-Aruwyiri, 1993.

Aliança Global Contra Tráfico de Mulheres (GAATW). Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Um Manual. Fonte: <https://docplayer.com.br/274750-Direitos-humanos-e-traffic-de-pessoas-um-manual-alianca-global-contratrafico-de-mulheres-gaatw.html>

ALMEIDA, Natália Kelle; COELHO, Mmaria Thereza Ávila Dantas. A Violência Estrutural. Unifacs. Salvador: SEPA, 2008.

ALMEIDA, Julia. Perspectivas pós-coloniais em diálogo. In: Julia Almeida; Adélia

Maria Miglievich-Ribeiro; Heloísa Toller Gomes (Orgs.). Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: Faperj e 7Letras, 2013. p. 9-29.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Quando o sujeito subalterno fala: especulações sobre a razão pós-colonial. In: Julia Almeida; Adélia Maria Miglievich-Ribeiro; Heloísa Toller Gomes (Orgs.). Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: Faperj e 7Letras, 2013. p. 139-155

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA PELA ÓTICA DE JOHAN GALTUNG: ALGUNS ASPECTOS DO TERRORISMO E O ADVENTO DA INTOLERÂNCIA. Cadernos de Campo (unesp), v. 19, p. 101-116, 2015.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13ªed. 2019. Disponível em:< <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anuario-2019-v6-infogr%C3%A1fico-atualizado.pdf>>. Acesso em: 12 Out. 2019.

As cinco atividades do crime organizado que rendem mais dinheiro no mundo. BBC BRASIL. Abril de 2016. Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160331_atividades_crime_organizado_fn. Acesso em 02/02/2017.

ASSIS, Magno Ferreira de; Costa, Meridiana Soares da. Moradores da fronteira: Um estudo sobre a migração de bolivianos em Guajará-Mirim. XI Encontro Nacional do ENANPEGE: A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO. Outubro de 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/10/305.pdf>

ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2000). Aprovada em 15 nov. 2000. Vigência em 29 set. 2003. Disponível em: <<http://https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/coletaneajuridicacrime.pdf>>. Acesso em mai. 2020.

BAENINGER, Rosana. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas/SP: Unicamp, 2012.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013.

BRAH, A. *Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. Mana vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BOGGIONE, Danny. O CENÁRIO REAL DO TRÁFICO HUMANO NO BRASIL E NO MUNDO | EMBAIXADORA FALA COM O SNT. 2020, (54m:24s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X3eEBsdeIII>. Acesso: 08/01/2021.

BONCIANI, Rodrigo. Escravidão na história – antiguidade e contemporaneidade, 2016. Disponível em: <http://www.ct-escoladacidade.org/contracondutas/editorias/escravidao-na-historia-antiguidade-e-contemporaneidade/escravidao-na-historia-antiguidade-e-contemporaneidade/>

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. 128p.

BRASIL, 2018. Código Penal brasileiro.

BRASIL. Ministério da Justiça. RELATÓRIO NACIONAL SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS: DADOS 2014 A 2016. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Lei 13.344, de 06 de Outubro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm>. Acessado em 09 de outubro de 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Tráfico de pessoas : uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça , Classificação, Títulos e Qualificação ; organização de Fernanda Alves dos Anjos ... [et al.]. – 1.ed. Brasília : Ministério da Justiça, 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL. Relatório Final. Brasília, maio/2014.

CARMO, Marcia. Congresso da Bolívia regulamenta trabalho infantil. BBC BRASIL. Junho de 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140626_bolivia_senado_trabalho_adolescente_mc#:~:text=O%20Senado%20boliviano%20aprovou%2C%20nesta,a%20partir%20dos%20doze%20anos. Acesso em: 06/01/2021.

CEDAW, 1979. Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres – GAATW (s/d), Criação e missão institucional, (online). Disponível em: <http://www.gaatw.org>. Acessado em 12/jan/2015.

CÈSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010[1950].

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 60, n. 21, p. 117-134, 2006.

COOPERAÇÃO e coordenação policial no MERCOSUL e Chile para o Enfrentamento ao tráfico de pessoas – Informações básicas. Brasília: OIT, 2009.

COMPARIN, Karen Andréa. Schneider, Jacó Fernando. O CORPO: UMA VISÃO DA ANTROPOLOGIA E DA FENOMENOLOGIA. Revista Faz Ciência, 06,01 (2004)pp- 173-188 UNIOESTE ISSN 1677-0439. Disponível em: [file:///C:/Users/MEDTEC%20ELIS%20FERREIRA/Downloads/7407-26724-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/MEDTEC%20ELIS%20FERREIRA/Downloads/7407-26724-1-PB%20(1).pdf)

CONTI, T. V. Armas, Guerras e Instituições: os Estados Unidos, 1840-1940. Campinas: IE/UNICAMP, 2019 (Tese de Doutorado).

COSTA, Ana Alice. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba e Assembléia Legislativa da Bahia. 1998 (Coleção Bahianas, vol.2)

COSTA E SILVA, Alberto. A Manilha e o Libambo e a Escravidão de 1500 a 1700. Ed. Nova Fronteira. 2002.

CORRÊA, M. A invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6/7, p. 35-50, 1996.

CRENSHAW. Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estudos Feministas. URSC, v. 7, nº.12, 2002.

DAMATTA, Roberto. A Casa e a rua. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1987.

DANTE, Fonseca. O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia. Revista Veredas Amazônicas – NOV – Nº 01, VOL I, 2011.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO- CARTILLA INFORMATIVA: Ley Integral contra la Trata y Tráfico de Personas Ley Nº 263. Bolívia. Disponível em: <https://www.defensoria.gob.bo/uploads/files/cartilla-trata-y-traffic.pdf>

DIMENSTEIN, Gilberto. Meninas da Noite. São Paulo, Ática, 11ed, 1990.

DINIZ, A. M. A. Migração, Desorganização Social e Violência Urbana em Minas Gerais. Revista Ra'Ega. Curitiba: n. 9, p. 09-23, 2005^a.

Documentário Campanha da Fraternidade 2014 Tráfico Humano- Direção: Débora Andrade. Produção: Débora Andrade; Isabel Geisel; Silvana Neitzke. Estúdio Zen Records, 2014.

ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. Geosul. Florianópolis, v.18, n. 35, p. 131-148, jan./jun. 2003.

ELY, Lara. Bolívia: O problema de esterilização de adolescentes ainda é realidade. Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Outubro de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572823-bolivia-problema-de-esterilizacao-de-adolescentes-ainda-e-realidade#>.

Acesso em: 06/10/2020.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME- UNODC. World Drug Repor. VOL.1, 2004.

Exploração sexual de mulher é perfil do tráfico na América do Sul. Revista EXAME. 21 de Dezembro de 2016. Disponível em: <https://exame.com/mundo/exploracao-sexual-de-mulher-e-perfil-do-trafico-na-america-do-sul>. Acesso: 05 de janeiro de 2018.

Evans, Pritchard, E.E. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 1978.

EUA incluem Bolívia e Mianmar em sua lista negra de tráfico de pessoas. UOL Notícias. Junho de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/06/28/eua-incluem-bolivia-e-mianmar-em-sua-lista-negra-de-trafico-de-pessoas.htm?cmpid=copiaecola>.

Acesso em 22/05/2019.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010[1961].

FELIX, S. A. Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevância. Marília: Unesp Marília Publicações, 2002. 149p.

FIGUEIREDO, Napoleão. “Pajelança e catimbó na região bragantina”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, n. 32, 1976

- _____. Presença africana na Amazônia. Afroasia, Salvador 12, p. 145-160, 1976.
- FIGUEIREDO, Isabela. Caderno de memórias coloniais. 4. ed. Coimbra: Angelus Novus, 2010.
- FREITAS, Lúcia Gadelha. Mulheres no Garimpo: Vulnerabilidades do trabalho feminino na Amazônia. 1 ed. – Curitiba: Apriss, 2016.
- FIRTH, Raymond. Nós, os Tikopias: Um estudo sociológico do parentesco na Polínia primitiva. Prefácio de Bronislaw Malinowisk. Apresentação de Marcos Lana. São Paulo: EDUSP, 1998.
- FONSECA, Angela Couto Machado. PODER E CORPO EM FOUCAULT: QUAL CORPO? Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC v. 35.1, jan./jun. 2015.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FONSECA, Maria. Lucinda, «The Geography of recent immigration to Portugal», in R. King, P. De Mas & J.M. Beck (eds.), Geography, Environment and Development in the Me di terranean, Brighton, Sussex Academic Press, 2000, pp. 137-155.
- FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. Microfísica do poder .Tradução de Roberto Machado. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979/2012.
- _____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GALTUNG, J. Cultural violence. Journal of Peace Research. Manoa, v.27, n.3, p.291-305, ago. 1990.
- _____. Violence, peace and peace research. Journal of Peace Research. Oslo, v.6, n.3, p.167-191, set. 1969.
- GEERTZ. Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBAL contra o Tráfico de Mulheres – GAATW- Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres – GAATW (s/d), Criação e missão institucional, (online).

GOMES, Romeu. Prostituição Infantil: Uma Questão de Saúde Pública. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (1): 58-66, jan/mar, 1994

GONZÁLES CASANOVA, Pablo: Colonialismo Interno [una redefinición]. In BORÓN, A., AMADEO, J. e GONZÁLEZ, S. (comp.) *La teoría marxista hoy – problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

GROSGUÉL, Ramon. (2008). “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Revista Antropologia em Primeira Mão*, p. 1 - 18, 1998.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia B. de Mello Leite Nunes. ABDR, 1981.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais. *Revista GEOgraphia*, vol: 22, n.48, 2020.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. O espaço como palavra-chave. *Revista GEOgraphia*. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8 - 39, 2002.

_____. Espaços de esperança. 3ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAZEU, Marcel. Pesquisa revela rotas de tráfico de brasileiras. Entrevista concedida a Julián Fuks. Reporter Brasil, Janeiro de 2003. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2003/01/pesquisa-revela-rotas-de-traffic-de-brasileiras/>

HAZEU, Marcel (Coord.). Pesquisa trinacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede. ONG Sodireitos, Belém, 2008.

HAZEU, Marcel. Tráfico sexual na Amazônia: Um pacto silencioso de reprovação moral e aceitação prática. Entrevista especial com Marcel Hazeu. Entrevista concedida ao Instituto Humanas UNISINOS, julho de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45548-traffic-sexual-na-amazonia-um-pacto-silencioso-de-reprovacao-moral-e-aceitacao-pratica-entrevista-especial-com-marcel-hazeu>

Hazeu. M. Migração Internacional de mulheres na periferia de Belém: Identidades, famílias transnacionais e redes migratórias numa cidade amazônica. 173f. – dissertação (Mestrado em planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de altos estudos amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza. **Construção de si, gênero e sexualidade**. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

HERBERT, D. T.; HARRIES, K. D. Area-based policies for crime prevention. *Applied Geography*. n. 6, p. 281-295, 1986
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf

HISGAIL, Fani. Pedofilia: Um estudo psicanalítico. São Paulo: Iluminuras, 2007.

Jaci-Paraná é um dos maiores bordeis a céu aberto do país, diz revista Marie Claire. RONDONIA DIGITAL. Junho de 2011. Disponível: <http://rondoniadigital.com/jaci-parana-e-um-dos-maiores-bordeis-a-ceu-aberto-do-pais-diz-revista-marie-claire/>. Acesso em: 25/04/2019.

Jovens brasileiras são levadas à prostituição na Fronteira Bi-nacional. NEWS RONDONIA. Março de 2013. Disponível em: <https://www.newsrondonia.com.br/noticia/30253-jovens-brasileiras-sao-levadas-a-prostituicao-na-fronteira-bi-nacional>. Acesso em: 10/11/2018.

KALAJISIC. Nostariel. BOLÍVIA: Instituições do Estado escondem tráfico e comércio de mulheres. Esquerda Diário. Setembro de 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/BOLIVIA-Instituicoes-do-Estado-escondem-traffic-e-comercio-de-mulheres>. Acesso em 20/10/2018.

LEACH, Edmond. Sistemas políticos da Alta Birmânia. São Paulo: EDUSP, 1995.

LEVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. Traduzido por Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEAL, Maria Lúcia P. A Mobilização das Ongs no enfrentamento à Exploração comercial de crianças e adolescentes no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Pós-graduação em Serviço social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Construindo os fundamentos teóricos e conceituais sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual: um estudo preliminar. Brasília: CECRIA, PESTRAF, 2002. Não Publicado.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. (orgs.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual-comercial no Brasil. Brasília: PESTRAF/CRECRIA, 2002.

LEDA. Manuela Corrêa. TEORIAS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS: PARA REPENSAR A SOCIOLOGIA DA MODERNIDADE. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Coleccion SurSur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>

_____. Temáticas, Teorias Pós-coloniais e Decoloniais: Para repensar a sociologia da modernidade. Campinas, 23, (45/46): 101-126, fev./dez. 2015.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte - MG: Ed. UFMG, 1999

LEVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. Traduzido por Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Ley Integral contra la Trata y Tráfico de personas N°263. Bolívia.

LIRA. Jônatha Rodrigo de Oliveira. Migração e Mobilidade na Fronteira concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia Brasileira, Campinas, SP, 2017. – Tese de doutorado.

- LOBO, Patrícia Alves de C. Chicanas em busca de território: A herança de Gloria Anzaldúa. Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura (Estudos Americanos). 2015. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de Estudos Anglísticos.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tabula Rsa. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.
- _____. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas. Florianópolis. SetDez. 2014.
- LÓPEZ, Laura Cecilia. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. Revista Horizontes antropológicos. V. 43, 2015.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do pacífico ocidental: uma relato do empreendimento e da aventura dos nativos dos arquipélagos de Nova Guiné, Melanésia. Coleção Os pensadores. São Paulo. Abril Cultural, 1978.
- MARISTELA, Ferrari. As Noções de fronteira em Geografia. Revista Perspectiva Geográfica. ISSN 1981 – 4801 UNIOESTE V.9, N.10 2014.
- MARQUES, Brenda Moreira. As Rotas do Tráfico Internacional de Mulheres na Pan Amazônia do Século XXI: Olhares Feministas do Sul Global. Cadernos de Relações Internacionais/PUC - Rio Edição especial “Gênero e Sexualidade nas RI”. Vol. 1 Abril 2018.
- MARINUCCI, Roberto. Criminalização das migrações e dos migrantes REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. vol.23 no.45 Brasília jul./dez. 2015.
- MELLO, José Guimarães. Negros e escravos na Antiguidade. 2º Ed. Arte e Ciência, 2003.
- MELLO, José Guimarães. Pan-Amazônia: Pontos cegos na fronteira facilitam tráfico de mulheres. (Entrevista). Revista Fórum. Fev. 2012. Disponível: https://www.revistaforum.com.br/pan-amazonia_pontos_cegos_na_frenteira_facilitam_trafico_de_mulheres/
- MARZAGÃO JÚNIOR, Laerte (coord.). Tráfico de Pessoas. 1a ed. São Paulo: QuartierLatin, 2010. p 287.
- MATA. Inocência. Estudos pós-coloniais Desconstruindo genealogias eurocêntricas. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr. 2014. Dossiê: Diálogos do Sul. MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. Sociologia e antropologia. São Paulo. EPU/EDUSP, 1974, V 2.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977[1947].

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003

Ministério da Justiça e Segurança Pública – Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Temáticos sobre Tráfico de Pessoas. vol. 2. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. pp. 71-92.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cadernos de Saúde pública, n. 10, pp. 7-18, suplemento 1, 1994.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, IV (3), pp. 513- 531, fev. 1998.

MP abre 1ª promotoria para investigar crimes de feminicídio em RO. G1 Rondonia. Janeiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/01/17/mp-abre-1a-promotoria-para-investigar-crimes-de-feminicidio-em-ro.ghtml>. Acesso em: 05/02/2019.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NERY, XICO. Prostituição e pedofilia em Rondônia repetem Itaipu 40 anos depois. GENTE DE OPINIÃO. Abril de 2010. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/montezuma-cruz/prostituicao-e-pedofilia-em-rondonia-repetem-itaipu-40-anos-depois>. Acesso em: 07/20/2020.

NETO, O. C. e MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. Ciência e saúde coletiva. V. 4, n. 1, pp. 33-52, 1999.

NODC/BRASIL (2014), Relatório nacional sobre tráfico de pessoas: dados de 2012, Brasília, Brasil.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Uma Revisão Didática do Método Dialético e da Démarche Regressiva-Progressiva como Subsídio para a Leitura do Mundo Moderno Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 8, N.1, p. 25-38, 2018.

OLIVEIRA, Camila Klen de. BREVE INTRODUÇÃO AO GIRO DECOLONIAL: PODER, SABER E SER. II Seminário Científico da FACIG – 17 e 18 de Novembro de 2016 I Jornada de Iniciação Científica da FACIG – 17 e 18 de Novembro de 2016. Fonte: <http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/viewFile/53/38>

OLIVEIRA, Márcia de Tráfico de mulheres na Amazônia: resquícios do colonialismo. Amazonas Atual, 2017. Disponível em: » [AMAZONAS ATUAL - Tráfico de mulheres na Amazônia: resquícios do colonialismo](#)

OIT, 2005. Organização Internacional do Trabalho (2014). “Intensificar a luta contra o trabalho forçado”, Conferência Internacional do Trabalho, 103ª Sessão.

Os novos lucros do sexo. Revista ISTOÉ DINHEIRO. 2013. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130726/novos-lucros-sexo/4933.shtml>. Acesso em 10/12/2020.

ONTIVEROS. Eva. Mutilação genital feminina: o que é e por que ocorre a prática que afeta ao menos 200 milhões de mulheres. BBC Portugal. Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47136842>. Acesso em 05/09/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1999). Direitos humanos e serviço social. Manual para escolas e profissionais de serviço social. Série formação profissional, no.1. _____.Resolución aprobada por La Asamblea General 64/293, —Plan de Acción Mundial de las Naciones Unidas para combatirla trata de personas. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (2015). Indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milênio. 2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1995). Resolución 50/167 Aprobada por la Asamblea General – Trata de Mujeres e Niñas. 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNODC – Escritório Sobre Drogas e Crime das Nações Unidas. Global Report on Trafficking in Persons, 2009.

Organização das Nações Unidas – ONU (1999), Direitos Humanos e Serviço Social. Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social. Série Formação Profissional, no.1.

Organização das Nações Unidas – ONU (2010) Resolución aprobada por la Asamblea General 64/293, “Plan de Acción Mundial de las Naciones Unidas para combatir la trata de personas”,

Organização das Nações Unidas – ONU (2015), Indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milênio, p.291-305, ago. 1990.

PALMEIRA, Lara Virgínia Saraiva. Gloria Anzaldúa, uma chicana entre – fronteiras. Revista Equatorial, Natal. v. 7 n.12 | jan/jun 2020.

PAREDES, Julieta. Na Bolívia, um feminismo que descoloniza as Américas. Entrevista concedida a OUTRASMÍDIAS- FEMINISMOS. Maio de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/na-bolivia-um-feminismo-que-descoloniza-as-americas/>. Acesso em 01/06/2020.

_____ : Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. Entrevista a Tereza Spyer, Mariana Malheiros e María Camila Ortiz. Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia. Dossiê: Giro decolonial, Parte 2: Gênero, raça, classe e geopolítica do conhecimento. Volume 3, número 2, 2019.

_____. “O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo”. Entrevista concedida a Patricia Dopazo Gallego, publicada por Rebelión. Maio de 2016. Tradução: Cepat.

PASSAT, Xavier. Onde está o teu irmão? IN: Nogueira, Christiane; Novaes, Mariana; Bignami, Renato. Tráfico de Pessoas: reflexões para a compreensão do trabalho escravo - São Paulo: Paulinas, 2014.

PALITOT, ALEKSANDER ALLEN NINA . “Nós, a ponte e os outros”: Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento em Guajará-Mirim (RO). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2016

PEDRA J. B., Alline (Coord.) (2016). Municípios de Fronteira: Mobilidade Transfronteiriça, Migração, Vulnerabilidades e Inserção Laboral. Viena: International Centre for MigrationPolicyDevelopment (ICMPD).

PEDRA J. B., Alline & Bezerra Cavalcanti Barbosa, Joana (2014). A tríade ocasional: vulnerabilidade, migração e tráfico de pessoas. In Michelle Guerardi, (org.) Cadernos 79.

PERETTI, Clécia; LEAL, Vinicius Rufio. Violência contra Mulher: a negação da alteridade. IN: Liberdade e religião: o espaço do sagrado do século XXI. GIL, Antonio Carlos (orgs.) – Curitiba: CRV, 2016.

Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf). Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/2003pestraf.pdf>

PESTRAF. Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil. Relatório Nacional. Brasília, CECRIA, 2002. Disponível em: < http://www.namaocerta.org.br/pdf/Pestraf_2002.pdf >. Acesso em: 16 de maio de 2016.

PISCITELLI, A. G.. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: Adriana Piscitelli; Gláucia Oliveira de Assis, Jose Miguel Nieto Olivar. (Org.). Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. 1ed. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, Coleção Encontros, 2011, v. 1, p. 537-582.

PISCITELLI, Adriana. Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo, Rio de Janeiro, EdUERJ /Garamondo/Clam, 2013.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274

PF salva garota de 16 anos do tráfico humano que seria levada para Bolívia. CORREIO BRASILIENSE. Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/02/22/interna-brasil,829769/pf-salva-garota-de-16-anos-do-trafico-humano-que-seria-levada-para-bol.shtml>. Acesso em: 10/05/2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR

_____. Abya Yala. Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>

Quem são o capitão que tatuava seu nome em vítimas e a 'madame', acusados de liderar rede de exploração sexual na Colômbia. BBC BRASIL. Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45043118>. Acesso em: 10/05/2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

_____. (2000). "Colonialidad del poder y clasificación social". Journal of world-systems research, v. 11, n. 2, p. 342-386.

_____. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Revista Amatua, v. 9, n. 9, 1997

REIS, Maíra Lopes. Estudos de Gênero na Geografia: Uma análise feminista da produção do espaço. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 38, p.11-34, jul./dez. de 2015.

REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO. Prostitutas de Luxo. 2018. (57m:34s). Disponível: <https://recordtv.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/veja-como-e-a-vida-das-prostitutas-de-luxo-14092018>. Acesso em 15/05/2020.

RUBIN, Gayle. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo". *Nueva Antropología*, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

SAID, Edward. Humanismo e crítica democrática. São Paulo: Cia das Letras, 2007a.

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2007b[1978].

SANTOS. Boaventura de Sousa. Boaventura: o Colonialismo e o século XXI. OUTRAS PALAVRAS. Janeiro de 2019. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/>.

Acesso em 01/02/2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência – para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Silva, Francisco Antonio Carneiro da. REVISITANDO O CONCEITO DE ESCALA NA GEOGRAFIA. Bol. geogr., Maringá, v. 32, n. 3, p. 16-27, set.-dez., 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/MEDTEC%20ELIS%20FERREIRA/Downloads/19554-Texto%20do%20artigo-113555-1-10-20150213.pdf>

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCANDOLA, Estela Márcia Rondina. Fundamentos Ideopolíticos dos Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Portugal e do Brasil à Luz do Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015- TESE DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL.

SOLER, André da; SANTOS, Fernanda Andrade dos. Multiescalaridade Urbana: Questões de escala nos estudos e políticas urbanas. XVIII ENANPUR. NATAL, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=952>

SHOHAT, Ella, and STAM, Robert. Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the Media. New York: Routledge, 1994. [Publicado no Brasil como Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Joseli Maria. Amor, Paixão e Honra como Elementos da Produção do Espaço Cotidiano Feminino. REVISTA ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, Nº. 22, P. 97-109, JAN./DEZ. DE 2007.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corporeidade: sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 69-82, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/98302>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.98302>.

SILVA, Joseli da; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as inteseccionalidades como desafio para análise espacial no Brasil. Em Direção às pluriversalidades do saber geográfico. IN: Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na análise espacial. SILVA, Joseli da; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento (orgs.). Ponta Grossa-PR. TodaPalavra, 2014.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA. Mariana Silva; José Milton Soares de, Lima; Alves, José. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ESTUDOS E DESCOBERTAS DE GEOGLIFOS NA REGIÃO AMAZÔNICA. ARIGÓ - Revista do Grupo PET e Acadêmicos de Geografia da Ufac Vol. 01, N. 01 jul./dez. 2018.

SUERTEGARAY. Dirce. NOTAS SOBRE A EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA. Cadernos Geográficos - Nº 12 - Maio 2005.

TABORGA, Ana Carla. “O VÔO DAS ANDORINHAS” MULHERES QUE MIGRAM: ESTUDO NA FRONTEIRA ENTRE GUAYARAMERÍN-BOLÍVIA GUAJARÁ-MIRIM RONDÔNIA/BRASIL”. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Rondônia, 2017.

TORRES, Iraildes Caldas, OLIVEIRA, Márcia Maria de. Tráfico de Mulheres na Amazônia. Florianópolis: Mulheres, 2012.

Tráfico de mulheres na Amazônia: resquícios do colonialismo. Amazonas Atual. Março de 2017. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/trafico-de-mulheres-na-amazonia-resquicios-do-colonialismo/>. Acesso em 05/01/2018.

Tráfico de pessoas : uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça , Classificação, Títulos e Qualificação; organização de Fernanda Alves dos Anjos ... [et al.]. – 1.ed. Brasília : Ministério da Justiça, 2013.

TUAN, Y. Paisagens do medo. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

TV BRASIL GOV. Tráfico de pessoas é tema do Documentário, 2012. (30m:39s.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Q4sOenFlSk>. Acesso: 30/01/2021.

UNODC/BRASIL (2013), Relatório nacional sobre tráfico de pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011, Brasília, Brasil.

WIJERS, Lap-Chew, Trafficking in Women, Forced Labour and Slavery Like Practices in Marriage, Domestic Work and Prostitution, TV, trecht 1997:87

XAVIER, Lúcia. Implicações do racismo no tráfico de pessoas. Tráfico de pessoas: uma abordagem política. Publicação do SMM – Serviço à Mulher Marginalizada. 10/2007.

ZANOTELLI, C. L. Globalização, Estado e culturas criminosas. Revista Terra Livre, São

Sites Consultados:

<http://www.dnamunicipal.cotas.net/index8bae.html>

<https://spmigrantes.wordpress.com/quem-somos/>

<http://gritopelavida.blogspot.com/p/quem-somos.html>

<https://garimpoilegal.amazoniasocioambiental.org/story?lang=pt>

<https://www.ourosavassi.com.br/saiba-quanto-custa-o-grama-do-ouro-para-venda/>

<https://www.metropoles.com/violencia-contra-a-mulher/joao-de-deus-mp-ouve-ativistas-sobre-denuncia-de-traffic-de-bebes>

<http://www.direitosdacrianca.gov.br/midioteca/publicacoes/turismo-sexual>

<http://www.slavevoyages.org/>

<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/traffic-de-pessoas/index.html>

<https://www.youtube.com/watch?v=3SA54JO4jmA>